Mulher, Raça e Classe

Angela Davis

Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013

Nota das mulheres que traduziram este livro

No dia 1 de maio 17 mulheres negras encontraram-se Angela Davis a propósito da tradução para português do seu livro "woman, race&class".

Porque buscamos a nossa história para que possamos conhecer o papel das mulheres negras e assim destruir a colonização da nossa mente e construirmos de forma autodeterminada os nossos pensamentos e comportamentos, começamos por definir como nos reconhecemos como mulheres negras.

Encontramos nas nossas definições elementos que nos oprimem na condição sexista de objeto sexual; que nos caraterizam apenas na dimensão estética; que nos reduzem à condição de capacidade de ser mãe. Constatamos que na imagem que temos de nós mesmas está a apreciação que o machismo faz de nós e os papéis que a sociedade patriarcal nos incumbiu de desempenhar.

Tomámos consciência que não foi ainda dito pelas mulheres negras em Portugal o que pensam de si mesmas e como se pretendem definir, libertas da opressão do racismo e do sexismo.

Procurando saber como nos definimos do ponto de vista do caráter e do comportamento, encontramos caraterísticas como trabalhadoras, corajosas, sinceras, dedicadas, guerreiras, desenrascadas, guerreiras, inteligentes.

Buscamos o que Angela Davis chama no seu livro de "legado da escravatura" que deu às mulheres negras "a experiência acumulada de todas essas mulheres que trabalharam arduamente debaixo do chicote dos seus donos, trabalharam, protegeram as suas famílias, lutaram contra a escravatura, e foram batidas e violadas, mas nunca dominadas."

Tomamos conhecimento que essas mulheres escravas "passaram para as suas descendentes nominalmente livres um legado de trabalho pesado, preserverança e auto-resiliência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual - resumindo um legado que fala das bases de uma nova natureza feminina" (capítulo1). Percebemos que as caraterísticas que reconhecemos hoje em nós não são o resultado da condição feminina, mas o resultado da condição histórica e racial das mulheres negras.

Ouvimos o discurso de Sojourner Truth, um ex-escrava que se dirigiu a uma plateia de homens brancos e algumas mulheres brancas (quando ainda não era permitido às mulheres falarem em público) falando sobre a sua rude condição de mulher escrava, contrária à fragilidade da mulher branca atual, e que nem por isso se sentia menos mulher. Ain't I a Women? é a pergunta que ecoou nesse discurso, e que continua a ecoar quando nos definimos com

caraterísticas de força, orgulho, trabalho, determinação, inteligência e coragem. (capitulo 3) Sim, somos mulheres. Mulheres negras.

Definindo-nos a nível económico, social e educacional, encontrámos a nossa condição social. Pobres, domésticas, sobreviventes, miseráveis, desenrascadas, que apostam na educação dos filhos para serem melhores do que nós, com grande carga moral a nível de comportamento.

Encontrámos na nossa condição social aquela que nos reservaram por sermos negras. Dialogando com livro de Angela Davis tomamos conhecimento como depois da abolição da escravatura, continuamos a desempenhar os mesmos papéis domésticos - mudando apenas as pessoas para quem trabalhávamos: dos donos de escravos passamos a trabalhar para o patrão que procura incansavelmente explorar-nos para enriquecer à custa da nossa cor que nos põe, no seu ver racista, na primeira fila da exploração (capítulo 9).

Vimos como o interesse dos homens brancos em lutar pela libertação dos escravos do sul nos Estados Unidos, foi o de ir buscar mão-obra de que necessitavam. A luta do abolicionismo foi uma luta de exploradores ricos industriais capitalistas que se revoltaram contra os exploradores ricos rurais esclavagistas. No meio foi erguida a bandeira da liberdade do povo negro que trocou grilhetas e chicotadas por salários baixos e más condições de trabalho. Constatamos que ainda hoje continuamos a trabalhar como domésticas, mal pagas e exploradas. (capítulos 4 e 9)

Quanto ao feminismo que diz a alta voz defender as mulheres da opressão do machismo percebemos nas palavras de Angela Davis que esse movimento que se emancipou enquanto lutava pelo abolicionismo, porque foi quando as mulheres decidiram lutar pela libertação do povo negro que perceberam que não tinham direitos políticos; foi esse mesmo movimento abolicionista feminino que ficou chocado por ser dado primeiro o direito de voto ao homem negro antes de se dar o voto às mulheres. As mesmas mulheres que lutaram pela libertação do povo negro, disseram que se não lhes davam o direito ao voto, e se seriam governadas pelo homem, então preferiam continuar a ser governadas pelo homem branco, o letrado, educado e civilizado.(capítulo 4)

E assim vimos como os brancos que lutam por nós não aceitam em tempo algum que tenhamos mais do que eles têm. E com esse fundamento, o movimento feminista que lutava pelo sufrágio das mulheres exprimiu o racismo.

Demarca-se aqui o feminismo branco e o feminismo negro. As mulheres negras continuaram a apoiar o direito ao voto conquistado pelos seus homens. Porque homens e mulheres negros são uma única raça. São uma única condição social e racial explorada pelo capitalismo e oprimida pelo racismo.

As mulheres negras nos Estados Unidos organizaram-se numa outra luta pelos homens (capítulo 8) - a luta contra os linchamentos dos homens mistificados de violadores. Porque para além da união racial, perceberam que a epidemia de pensamento do homem violador, que justificou o assassinato de milhares de homens por multidões que ditavam condenações populares de morte sem direito a julgamento, andava de mão dada com uma outra ideia naturalizada nas cabeças dos homens brancos- de que as mulheres negras eram promíscuas, sexualmente disponíveis. (capítulo 11)

Chegamos então à concepção de que as mulheres negras são "quentes". De quanto nos sentimos assim, de tanto nos dizerem que pensamos e aceitamos ser. Mas quando pelo livro da Angela Davis percebemos que somos "quentes" porque nos vêm como mulheres sem alma nas quais os homens podem soltar os seus ímpetos; que somos "quentes" porque as outras mulheres são sérias e puritanas, que somos "quentes" porque somos imorais; sacudimos essa expressão da nossa cabeça e passamos a abomina-la.

Falámos ainda sobre uma outra demarcação das mulheres negras à luta das mulheres brancas feministas aquando da defesa do direito ao aborto e das políticas de controlo de natalidade. Escutámos a Angela Davis dizer-nos que é diferente lutar pelo direito ao aborto como se luta pelo direito ao voto, porque se quer libertar da opressão de ser mãe e dona-de-casa e se pretende vingar em trajectos políticos e profissionais; e lutar pelo direito ao aborto porque se exigem condições para se realizar em segurança o aborto, não porque não se deseja ser mãe, mas porque não se tem condições para o ser, ou porque falhou o método contraceptivo.

Percebemos os motivos racistas que estiveram por detrás das políticas de controlo de natalidade (eugenia), nesse tempo em que esterilizaram definitivamente milhares de jovens e mulheres negras para garantir a pureza e domínio da raça anglo-saxónica - e que ainda hoje existem - recentemente uma mulher negra foi ameaçada de perder a tutela dos seus filhos se não aceitasse ser esterilizada.

Percebemos que as críticas dos trabalhadores sociais às famílias pobres - e negras - que têm "muitos" filhos e filhas são iminentemente racistas. Não há uma relação causa efeito entre dispor de mais ou menos dinheiro e ter mais ou menos filhos e filhas. Ser pobre ou rico é lei ditada pelo capitalismo e não por políticas de natalidade.

Por último, concluímos que Angela Davis nos mostra muitos exemplos de mulheres americanas negras que juntas, unidas por uma luta comum foram capazes de realizar mudanças, de resistir aos seus inimigos, de se libertarem de opressões. (capítulos 8 e 10)

Inspiradas por ela, convidamos as mulheres negras portuguesas a lerem o seu livro, agora traduzido, e a reflectirem sobre as suas experiências de vida de uma forma política, de forma a que se escureça o que nos oprime, quem nos subjuga, quem são os nossos inimigos, para que possamos unidas pela nossa condição social e racial (povo negro) possamos resistir e lutar.

Encontramo-nos todos os domingos entre as 11h00 e as 14h00 lendo agora as palavras de bell hooks no livro "Ain't I a women, black women and feminist. Estão convidadas.

Até lá fiquem com a tradução livre do livro da Angela e digam das vossas reflexões.

Se nos quiserem contactar:

Índice

Capítulo I
O legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina

Quando o influente intelectual Ulrich B.Philips declarou em 1918 que a escravatura no velho Sul impressionou os selvagens africanos e os seus nativos nascidos descendentes nascidos sobre a gloriosa marca da civilização abriu o palco para um longo e apaixonado debate. Enquanto as décadas passaram e o debate alastrou, um historiador a seguir a outro confidencialmente professaram ter decifrado o verdadeiro significado da "Peculiar Instituição". Mas entre toda esta actividade intelectual a situação especial das mulheres escravas continuaram impenetradas. Eram incessantes os argumentos sobre a sua "promiscuidade sexual" ou a sua propensão "matriarcal" obscura, muito mais que eles iluminaram sobre a condição da mulher durante a escravatura. Herbert Aptheker continua a ser um dos poucos historiadores que tentaram estabelecer uma base mais real para o entendimento da mulher escrava.

Durante os anos 70 o debate da escravatura reemergiu com renovado vigor. Eugene Genovese publicou "Roll Jordan,Roll: the world the slaves made", Jonh Blassingame "The Slave Community" enquanto Foge e Engerman's conceberam "Time on the Cross" e Herbert Gutman com a monumental "Black family in Slavery and Freedom" . Respondendo a este rejuvenescido debate Stanley Elkins decidiu que era tempo de publicar e expandir a edição do seu estudo de 1959 "Slavery". Conspicuamente ausente desta agitação de publicações é um livro expressamente devotado às mulheres escravas. Aqueles que esperavam ansiosamente um estudo sério sobre a mulher negra durante a escravatura, continuaram, até então, desapontados. Foi igualmente desanimador descobrir que com a excepção dada às tradicionais questões sobre promiscuidade versus casamento, e sexo forçado versus sexo voluntário com os homens brancos, foi insuficiente a atenção e foco nas mulheres dada pelos autores destes livros.

O mais iluminador destes estudos é a investigação de Herbert Gutman sobre a família negra. Esse estudo fornece evidências documentadas de que a vitalidade familiar mostrou-se mais forte que os desumanos rigores da escravatura. Gutman destronou a tese do matriarcado negro popularizado por Moynihan e outros em 1965. No entanto, as suas observações sobre as mulheres escravas são desenhadas generalista para confirmar as suas propensões de esposas, facilmente implicando que as mulheres negras diferem das mulheres brancas na medida que as lides domésticas faziam parte das obrigações esclavagistas. De acordo com Gutman, ainda que as normas institucionalizadas da escravatura concedessem às mulheres um grande nível de liberdade sexual pré-matrimonial, elas eventualmente casavam de forma permanente e construíam famílias tanto por iniciativa do homem como delas mesmas. O estudo

bem documentado de Gutman é um argumento extremamente válido contra a tese matriarcal. Mas seria um livro muito mais poderoso se tivesse explorado o papel multidimensional das mulheres negras dentro da família e dentro da comunidade escrava como um todo.

Se e quando um historiador contar corretamente as experiências das mulheres escravas ele ou ela terão feito um inestimável serviço. Não apenas pela acuidade histórica que esse estudo deve ser conduzido, mas pelas lições históricas dessa era esclavagista e que poderá acender a corrente da batalha das mulheres negras e todas as mulheres pela emancipação. Como leiga, apenas posso propor um ensaio de ideias que podem possivelmente guiar um reexame da história das mulheres negras durante a escravatura.

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspeto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras.

O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de género na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia.

Emboras as mulheres negras usufruíssem de poucos dos dúbios benefícios da ideologia da condição das mulheres, é algumas vezes assumido que a típica mulher escrava era serva de casa - cozinheira, criada ou mãe das crianças da “casa grande”. O Tio Tom e Sambo sempre encontraram companhia leal na Tia Jemina e na Mamã Negra – estereótipos que presumem capturar a essência do papel da mulher negra durante a escravatura. Como acontece, a realidade é realmente diametralmente oposta ao mito. Como a maioria dos escravos homens, as mulheres escravas, na sua maior parte, eram trabalhadoras do campo. Enquanto uma significante proporção de

escravas nas fronteiras dos estados foram empregadas domésticas, no sul - a real terra da escravatura – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de metade do século XIX, 7 em cada 8 escravos, homens e mulheres, eram igualmente trabalhadores no campo.

Assim como os rapazes eram mandados para os campos quando chegava a idade de irem, assim também as meninas eram mandadas para trabalhar o solo, apanhar o algodão, cortar canas, cultivar tabaco. Como uma mulher mais velha entrevistada durante os anos 30 do século XX, descreveu a sua iniciação na infância do trabalho do campo numa plantação de algodão de Alabama:

"Tínhamos uma velha cabana irregular feita de postes e com fissuras tapadas com lama e musgo e algumas deles não estavam nem sequer tapadas. Nós não tínhamos boas camas, apenas andaimes pregados à parede e a roupa velha esfarrapada jogada sobre eles. Isso com certeza tornou difícil dormirmos, mas mesmo assim sabia bem para os nossos ossos cansados depois de um longo dia de trabalho duro no campo. Eu cuidava das crianças quando eu era garotinha e tentei limpar a casa exatamente como a senhora dona (Old Miss) me dizia. Mas, logo que fiz dez anos de idade, o senhor dono (Old Master) disse: Tira daqui essa negra para o campo de algodão".

A experiência de Jenny Proctor era típica. Para a maior parte das raparigas e mulheres, bem como para a maior parte dos rapazes e homens, era duro o trabalho nos campos desde o amanhecer ao anoitecer. Onde o trabalho era considerado, força e produtividade debaixo do tratamento da ameaça do chicote e do sexo. Neste sentido, a opressão para as mulheres era idêntica à opressão para os homens.

Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de género, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres.

Quando a abolição internacional do comércio de escravos começou a afetar a expansão da inicial e crescente indústria de algodão, a classe dos donos de escravos foi forçada a confiar na reprodução natural como o método mais seguro de substituir e aumentar a população doméstica escrava. E aí o peso colocou-se na capacidade das mulheres escravas reproduzirem. Nas décadas antes da guerra civil, as mulheres

negras tornaram-se crescentemente avaliadas pela sua fertilidade (ou falta dela): aquela que fosse potencialmente mãe de dez, doze, catorze ou mais tornava-se um tesouro cobiçado. No entanto, isso não significava que como mães, as mulheres negras tivessem um estatuto mais respeitável do que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – popular durante o século XIX – não se estendia às escravas. De facto, aos olhos dos donos de escravos, as mulheres escravas não eram mães em absoluto; eram simplesmente instrumentos que garantiam o crescimento da força de trabalho escravo. Eram "fazedoras de nascimentos/breeders"- animais, cujo valor monetário podia ser calculado precisamente em função da sua habilidade em multiplicar os seus números.

Sendo consideradas como "breeders", em oposição de "mães", as suas crianças podiam ser vendidas para longe delas como se vendiam as crias de animais. Um ano depois da interrupção de importação de escravos, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas fêmeas não tinham quaisquer exigências legais sobre os seus filhos. Consequentemente, de acordo com esta decisão, as crianças podiam ser vendidas para longe das suas mães a qualquer idade porque ".... Os escravos infantis … estavam na mesma posição que os outros animais".

Como fêmeas, as mulheres escravas estavam inerentemente vulneráveis a todas as formas de coacção sexual. Se a mais violenta punição dos homens consistia nos castigos e mutilações, as mulheres eram castigadas e mutiladas, bem como violadas. A violação, de facto, era uma expressão demonstrada pelo domínio económico dos donos de escravos e pelo controlo do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras.

Os especiais abusos assim infligidos sobre as mulheres facilitavam a crueldade da exploração económica do seu trabalho. As exigências desta exploração fizeram com que os donos de escravos pusessem de lado as suas atitudes sexistas ortodoxas nas propostas de repressão. Se as mulheres negras eram dificilmente "mulheres" no sentido aceite, o sistema de escravatura também desencorajava a supremacia dos homens negros. Porque maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente sujeitos à autoridade absoluta dos donos de escravos, a promoção da supremacia masculina entre os escravos podia ter criado uma ruptura perigosa na cadeia de comando. Para além disso, se as mulheres negras como trabalhadoras não podiam ser tratadas como "o sexo fraco" ou como "esposa/dona de casa", os homens negros não podiam ser candidatos à figura de "chefe de família" e certamente não como "sustento da família".

Apesar de tudo, homens, mulheres e crianças eram todos “providos” da classe de escravos.

No campos de algodão, tabaco, milho e cana de açúcar, as mulheres trabalhavam lado-a-lado dos seus homens. Nas palavras de uma ex-escrava:

“o sino tocava às quatro horas da manhã e eles tinham meia hora para se prepararem. Homens e mulheres começavam juntos, e as mulheres deviam trabalhar tanto como os homens e fazer as mesmas tarefas que os homens”.

A maior parte dos donos de escravos estabeleceu sistemas de cálculo da produção dos seus escravos em função da média e proporção da produtividade que exigiam. Assim, as crianças eram frequentemente medidas como um quarto de mão. As mulheres, eram geralmente assumidas, como uma mão cheia – a não ser que tivessem expressamente assinaladas como sendo “breeders” ou “mamadeiras”, e nesse caso algumas vezes alcançavam menos que uma mão cheia.

Os donos de escravos naturalmente começaram a assegurar que as suas “breeders” tivessem filhos tão frequentemente quanto fosse biologicamente possível. Mas nunca foram tão longe em excluir as mulheres grávidas e mães com recém-nascidos do trabalho nos campos. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os seus filhos deitados no chão perto da área onde trabalhavam, algumas recusavam em deixá-los e tentavam trabalhar no local habitual com os seus filhos nas suas costas. Como uma ex-escrava descreveu um caso na plantação onde vivia:

“ Uma mulher jovem não quis, como as outras, deixar a sua criança no fim da linha, mas inventou um tipo rude de saco, feito de um pedaço grosseiro de roupa, no qual colocou o seu filho, que era muito novo, sobre as suas costas, e desta forma carregou-o todo o dia, e fez as suas tarefas com a enxada com o restante povo”.

Noutras plantações, as mulheres deixavam as suas crianças aos cuidados das pequenas crianças ou de escravas de mais idade que não estavam capazes de fazer o trabalho duro nos campos. Incapazes de cuidar dos seus filhos regularmente, elas sofriam a dor causada pelas suas mamas com leite. Numa das mais populares narrativas de escravos neste período, Moses Grandy relatou a miserável classe das mães escravas:

“Na herdade de onde estou a falar, essas mulheres que tinham crianças a amamentar sofreram muito pelas suas mamas tornarem-se cheias de leite, e as crianças deixadas

em casa. Elas não conseguiam ficar de pé: vi o capataz bater-lhes com couro cru, tanto que o sangue e o leite saíram misturados das suas mamas”.

As mulheres grávidas não eram apenas forçadas a fazer o trabalho agrícola normal, elas também podiam esperar as chicotadas normalmente recebidas pelos trabalhadores se falhassem em encher a quota do dia ou se “imprudentemente” protestassem esse tratamento.

“uma mulher que pratica um delito no campo, e é extenso de um modo familiar, é obrigada a deitar-se num buraco feito para receber a sua corpulência, e é castigada com o chicote ou batida com um remo, com buracos; a cada ataque aparece uma bolha. Uma das minhas irmãs foi severamente punida desta forma, iniciou o trabalho de parto, e a criança nasceu no campo. Este capataz, Mr. Brooks, matou desta forma uma rapariga chamada Mary. O seu pai e a sua mãe estavam no campo nesse momento.”

Nessas plantações e quintas onde mulheres grávidas eram comercializadas com mais clemência, foi raro o crescimento do humanitarismo. Era simplesmente a apreciação dos donos de escravos sobre o valor do nascimento das crianças escravas do mesmo modo que apreciavam o valor de um recém-nascido vitelo ou potro.

Quando as tímidas diligências de industrialização tiveram lugar no pré-guerra civil do sul, o trabalho escravo era complementado – e frequentemente competia – com o trabalho livre. Os donos de escravos industrialistas usavam homens, mulheres e crianças, e quando os agricultores arrendavam fora os seus escravos, eles deram às mulheres e crianças uma grande exigência tal como os homens.

“as mulheres escravas e as crianças abrangiam largas proporções da força de trabalho nas maiores empregadoras de escravos nas fábricas de têxteis, cânhamo e tabaco. … As mulheres escravas e as crianças algumas vezes trabalhavam nas indústrias pesadas como as refinarias de açúcar e fábricas de arroz… outras indústrias pesadas como os caminho-de-ferro e madeireiras usavam as mulheres escravas e as crianças numa considerável extensão.”

As mulheres não eram “ muito femininas” para trabalharem nas minas, nas fundições de ferro ou para serem lenhadoras ou escavadoras de vala (garimpeiras). Quando o Santee Canal foi construído na Carolina do Norte, as mulheres escravas eram cinquenta por cento da força de trabalho. As mulheres também trabalharam no dique de Louisiana, e muitos dos caminhos- de- ferro do Sul, ainda em uso hoje em dia, foram construídos, em parte, pelo trabalho escravo feminino.

O uso das mulheres escravas como substitutas das bestas de carga para puxar comboios nas minas do sul é uma reminiscência da horrenda utilização das mulheres brancas em Inglaterra, como descreve Karl Marx no "O Capital":

"em Inglaterra as mulheres ainda são ocasionalmente usadas em vez de cavalos para arrastar os barcos nos canais, porque o trabalho requer a produção de cavalos e máquinas numa exata e conhecida quantidade, enquanto o requisito de manter as mulheres do excedente populacional é abaixo de todos os cálculos".

Como os seus parceiros ingleses, os industriais do sul não fizeram segredo das razões que motivaram o emprego das mulheres nos seus empreendimentos. As mulheres escravas eram um grande negócio mais rentável que todos os outros trabalhadores livres ou escravos homens. Elas "custavam menos a capitalizar e a manter do que os melhores homens".

Exigidas pelos seus donos a serem "masculinas" na performance do seu trabalho como se fossem homens, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas suas experiências durante a escravatura. Algumas, sem dúvida, foram quebradas e destruídas, no entanto a maioria sobreviveu e, no processo, adquiriu qualidades consideradas tabus pela ideologia do século XIX sobre a natureza feminina. Uma viajante durante esse período observou um grupo de escravos no Mississipi a regressar dos campos a casa e descreveu o grupo como incluindo

"quarenta das mais largas e fortes mulheres que eu alguma vez vi juntas; estavam todas num simples uniforme azulado xadrez; as suas pernas e pés estavam descobertos; elas moviam-se de forma elevada, cada uma levando uma enxada sobre o ombro, e caminhando com um livre, poderoso balanço como caçadoras em marcha".

Enquanto era dificilmente que essas mulheres estivessem a exprimir o orgulho do trabalho que faziam debaixo do sempre presente tratamento do chicote, elas deviam estar conscientes do seu enorme poder – da sua capacidade de produzir e criar. Como, Marx disse, "o trabalho é estimulante, a forma de fogo: representa a impermanência das coisas, a sua intemporalidade". É possível, obviamente, que as observações desta viajante estivessem manchadas pelo racismo da variante paternalista, mas se não estavam, talvez estas mulheres aprenderam em extrair das circunstâncias opressivas das suas vidas a força que precisavam para resistir diariamente á desumanização da escravatura. A sua consciência da sua capacidade sem fim para o trabalho duro pode -lhes ter comunicado a confiança na sua capacidade para lutar por si mesmas, pelas suas famílias e pelo seu povo.

Quando o ensaio da pré-guerra civil saqueou dentro do trabalho da fábrica deitou fora um agressivo abraço da industrialização nos Estados Unidos, roubando muitas mulheres brancas da experiência de executarem trabalho produtivo. As suas rodas giratórias foram apresentadas como obsoletas pelas fábricas têxteis. A sua parafernália de fazer velas tornaram-se peças de museus, bem como tantas outras ferramentas que anteriormente tinham-lhes ajudado a produzir os artigos necessários para a sobrevivência das suas famílias. Enquanto a ideologia do feminismo – um sub-produto da industrialização – foi popularizada e disseminada através das novas revistas de mulheres e novelas românticas, as mulheres brancas foram vistas como habitantes de uma esfera cortada do domínio do trabalho produtivo. A clivagem entre a casa e economia pública, trazida pelo capitalismo industrial, estabeleceu a inferioridade feminina mais firmemente do que nunca antes. "Mulher" tornou-se um sinónimo da propaganda prevalecente de "mãe" e de "dona-de-casa", e ambas "mãe" e "dona-de-casa" eram uma marca fatal de inferioridade. Mas entre as escravas negras, esteve vocabulário não tinha lugar. Os arranjos económicos da escravatura contradiziam a hierarquia do papel sexual da nova ideologia. As relações de homem-mulher dentro da comunidade escrava não estavam conformadas com o modelo ideológico dominante.

Muito foi dito pelos donos de escravos sobre a definição da família negra como uma estrutura biológica matriarcal. Os registos de nascimentos de muitas plantações omitiam os nomes dos pais, listando apenas os nomes das mães das crianças. E pelo sul adentro, a legislação adoptava o princípio de "*partus sequitur ventrem*" - o filho segue a condição da mãe. Isto eram as regras dos donos de escravos, cujos pais de não poucas dessas crianças eram eles próprios. Mas onde foram eles buscar as normas, de acordo com as quais os escravos comandavam as suas relações domésticas entre eles próprios? A maior parte dos estudos históricos e sociológicos sobre a família negra durante a escravatura simplesmente assumiram que a recusa do dono para conhecer a paternidade entre os seus escravos estava directamente traduzida no arranjo familiar matriarcal de fazer escravos.

O notório estudo governamental de 1965 " Família negra"- popularmente conhecido como "Relatório Moynihan" - diretamente ligado aos problemas sociais contemporâneos e económicos da comunidade negra para uma estruturação familiar putativa matriarcal. "Em essência" escreveu Daniel Moynihan

" a comunidade negra tem sido forçada a uma estruturação matriarcal porque ela está fora da sintonia com o resto da sociedade americana, seriamente retardada no

progresso do grupo como um todo e impõe um peso esmagador no homem negro ,e em consequência, num grande número de mulheres negras também".

De acordo com a tese deste relatório a fonte de opressão é mais profunda do que discriminação racial que produz desemprego, más habitações, desadequada educação, e inferiores cuidados médicos. A raiz da opressão foi descrita como um "enredo patológico" criado pela ausência da autoridade masculina entre o povo negro! O controverso final do Moynihan Report foi uma chamada para introduzir a autoridade masculina (significando supremacia masculina obviamente") para dentro da família negra e da comunidade na sua amplitude.

Um dos apoiantes "liberais" de Moynihan, o sociólogo Lee Rainwater, excecionou às soluções recomendadas no relatório. Rainwater propôs em vez de trabalhos, altos salários e outras reformas económicas. Ele foi tão longe como o encorajamento continuado dos protestos e demonstrações pelos direitos civis. Mas como a maior parte dos sociólogos brancos – e alguns negros também – ele reiterou a teses que a escravatura tinha efetivamente destruído a família negra. Como resultado, o povo negro era alegadamente deixado com a "família materno-centrada com a qual se enfatiza a primazia da relação mãe-filho e um ténue laço ao homem". Hoje, diz ele:

"os homens frequentemente não têm casas reais, eles movem-se de uma casa onde têm parentesco ou laços sexuais. Vivem em pensões baratas ou casas de quartos; passam o seu tempo em instituições. Não são membros na única "casa" que tinham – as casas das suas mães ou das suas namoradas".

Nem Moinihan ou Rainwater inventaram a teoria da deterioração interna da família negra debaixo da escravatura. O trabalho pioneiro que suportou esta tese foi efectuado nos anos 30 pelo reconhecido sociólogo negro E. Franklin Frazier. No seu livro "The Negro Family", publicado em 1939, Frazier dramaticamente descreveu o horrível impacto da escravatura no povo negro, e a sua inestimável habilidade em resistir às suas insinuações dentro da vida social que forjaram para si mesmos. Ele também interpretou mal o espírito de independência e a Auto resiliência que as mulheres negras necessariamente desenvolveram, e assim deplorou o facto de que "nem a necessidade económica nem a tradição insinuou (nas mulheres negras) o espírito de subordinação à autoridade masculina".

Motivado pela controvérsia solta pelo surgimento do Moynihan Report, bem como as suas dúvidas considerando a validação da teoria de Frazier, Herbert Gutman iniciou a sua pesquisa sobre a família escrava. Perto de dez anos depois – em 1976 – ele

publicou o seu trabalho admirável “The Black Familky in Slavery and Freedom”. A investigação de Gutman pôs a descoberto evidências fascinantes da prosperidade e desenvolvimento da família durante a escravatura. Não foi a infame família matriarcal que ele descobriu, mas antes uma envolvente esposa, marido, filhos e frequentemente outros familiares, bem como parentes adoptivos.

Auto dissociando das questionáveis conclusões econométricas alcançadas por Fogel e Engerman, que diziam que a escravatura deixou a maior parte das famílias intactas, Gutman confirma que um número sem conta de famílias escravas foram forçadamente despedaçadas. A separação, através da venda indiscriminada de maridos, mulheres e filhos, foi uma terrível marca da variedade da escravatura norte americana. Mas, como ele assinala, os elos de amor e afeto, as normas culturais que governavam as relações familiares, e o poderosíssimo desejo de permanecer juntos sobreviveu à devastação do ataque da escravatura.

Na base das cartas e documentos, como os registos de nascimentos recuperados das plantações listando pais bem como mães, Gutman demonstrou não apenas que os escravos aderiram a normas estritas de regulação da organização das suas famílias, bem como essas normas diferiam do governo das famílias brancas à sua volta. Casamentos tabus, práticas sexuais – as quais aprovavam relações sexuais pré-matrimoniais – deixou os escravos fora do círculo dos seus donos. Enquanto tentavam desesperadamente e diariamente manter as suas famílias vivas, gozando de tanta autonomia quanto podiam, os homens escravos e mulheres manifestaram um talento irrepreensível em humanizar o ambiente desenhado em convertê-los num rebanho de unidades de trabalho sub-humanas.

“as escolhas diárias dos homens escravos e mulheres – tal como permanecer com a mesma esposa por muitos anos, dar nome ou não dar nome ao pai da criança, ter como esposa uma mulher que teve filhos sem nome de pai, dar a um recém-nascido o nome de um pai, uma tia ou um tio, ou um avô, e dissolver um casamento incompatível – contradisse em comportamento, não em retórica, a poderosa ideologia que via o escravo como uma “criança” perpétua ou uma reprimido “selvagem”… as organizações domésticas e a rede de parentes nas comunidades largas que surgiram desde os laços primordiais tornou óbvio para as suas crianças que os escravos não eram “não-homens” e “não-mulheres”.

Foi uma infelicidade que Gutman não investiu em determinar a posição actual da mulher dentro da família escrava. Na demonstração da existência da complexa vida familiar que circundava maridos e esposas, Gutman eliminou um dos principais pilares

no qual o argumento matriarcal estava assente. No entanto, ele não desafiou substancialmente a exigência complementar de que onde havia duas famílias de pais/mães, a mulher dominava o homem. Para além disso, como a pesquisa de Gutman confirma, a vida social nos alojamentos dos escravos era largamente uma extensão a vida familiar. Assim, o papel da mulher dentro da família deve ter sido definido, em grande extensão, no seu estatus social dentro da comunidade escrava como um todo.

A maior parte dos estudos escolares interpretaram a vida da família escrava como elevando as mulheres e aviltando os homens, quando ambos mães e pais estavam presentes. De acordo com Stanley Elkins, por exemplo, o papel da mãe

"… Surgia mais vezes à criança escrava que o de pai. Ela controlava as poucas atividades – o cuidar da casa, a preparação da comida e dar retaguarda às crianças – que eram deixadas à família escrava".

A sistemática designação dos homens escravos como "rapazes/boys" pelo dono era um reflexo, de acordo com Elkins, da sua inabilidade de executar as suas responsabilidades paternais. Kenneth Stampp leva esta linha de raciocínio mais longe que Elkins:

"… a típica família escrava era matriarcal na forma, e o papel de mãe era de longe mais importante do que o de pai. Quanto mais a família tivesse significado, envolvia responsabilidades que tradicionalmente pertenciam às mulheres, tal como limpar a casa, preparar a comida, fazer roupas e criar as crianças. O marido era na sua maior parte o assistente da sua mulher, o seu companheiro e o seu parceiro sexual. Ele era frequentemente pensado como a sua possessão (o Tom de Mary), tal como a cabana na qual viviam".

É verdade que a vida doméstica teve uma exagerada importância na vida social dos escravos, porque lhes deu o único espaço onde podiam verdadeiramente experienciarem-se como seres humanos. As mulheres negras, por esta razão – e também porque eram trabalhadoras tal como os homens – não estavam rebaixadas nas suas funções domésticas do mesmo modo que as mulheres brancas se tornaram. De forma desigual às suas parceiras, elas não podiam nunca ser tratadas como meras "donas-de-casa". Mas ir mais longe e manter que elas consequentemente dominavam os seus homens é fundamentalmente distorcer a realidade da vida da escravatura.

Num ensaio escrito em 1971 – usando as poucas fontes que me foram permitidas na minha cela prisional – eu caracterizei o significado da mulher escrava nas funções

domésticas do seguinte modo: "na infinita angústia de ministrar as necessidades dos homens e das crianças à sua volta … ela desempenhava o único trabalho da comunidade escrava que não era diretamente reivindicado pelo seu opressor. Não havia remuneração pelo trabalho nos campos: não servia nenhuma proposta útil para os escravos. O trabalho doméstico era o único trabalho com sentido para a comunidade escrava como um todo…"

"Precisamente através do desempenho do trabalho penoso que foi sempre uma expressão central da condição social de inferioridade das mulheres, para as mulheres negras acorrentadas podiam ajudar a estabelecer as bases de alguns níveis de autonomia, para elas próprias e para os seus homens. Mesmo que ela sofresse debaixo da opressão única como mulher, ela impulsionava o centro da comunidade escrava. Ela era, por isso, essencial à sobrevivência da comunidade"

Desde então percebi que o carácter especial do trabalho doméstico durante a escravatura, é central para o laço entre homens e mulheres, envolvendo trabalho que não era exclusivamente feminino. Os homens escravos executavam importantes responsabilidades domésticas e não eram – por isso – como Kenneth Stampp tinha dito – meros colaboradores das suas mulheres. Enquanto as mulheres cozinhavam e costuravam, por exemplo, os homens jardinavam e caçavam. (inhame, milho e outros vegetais, bem como animais selvagens como coelhos e sarigueias, eram sempre uma deliciosa adição à monótona ração diária). Esta divisão sexual do trabalho doméstico não parecia ser hierárquica: as tarefas dos homens eram certamente não superiores e eram dificilmente inferiores ao trabalho desempenhado pelas mulheres. Eram ambos igualmente necessários. Para além disso, de todas as indicações, a divisão do trabalho entre sexos não era sempre rigorosa, pelo que os homens algumas vezes trabalhavam na cabana e as mulheres podiam tender para o jardim e talvez se juntassem à caça.

O saliente tema que emergiu da vida doméstica na escravatura é um tema sobre paridade. O trabalho que os escravos desempenham por si mesmos e não para enaltecer o seu dono foi realizado em termos da igualdade. Dentro dos limites da sua família e da vida comunitária, o povo negro conseguiu cumprir um magnífico feito. Eles transformaram essa igualdade negativa emanada da opressão igual que sofriam como escravos numa igualdade positiva: o igualitarismo caracterizava as suas relações sociais.

Apesar do maior argumento de Eugene Genovese em "Roll, Jordan, Roll" ser, no mínimo, problemático, (ou seja, que o povo negro aceitou o paternalismo associado à

escravatura), ele apresenta um conhecimento íntimo, pensamento abreviado, imagem da vida doméstica dos escravos.

“A história das mulheres escravas como esposas exige uma observação indireta. Deduzir a partir da assunção que o homem é um convidado na casa não serve. A revisão da atual posição dos homens como maridos e pais sugere que a posição das mulheres era muito mais complexa do que usualmente creditada. A atitude das mulheres em direção ao trabalho de casa, especialmente cozinhar, e em direção à sua própria feminilidade enganando por si mesmas a convencional sabedoria de acordo com a qual as mulheres involuntariamente destruíram os seus homens por defende-los deles mesmos dentro de casa, protegendo as suas crianças, e assumindo outras responsabilidades normalmente masculinas”.

Enquanto há um toque de supremacia masculina nesta análise, implica, como ele faz, que a masculinidade e a feminilidade são conceitos imutáveis. Ele obviamente reconhece que:

“o que usualmente foi visto como um enfraquecimento da supremacia feminina foi de facto uma aproximação a uma saudável igualdade como era possível para os brancos e talvez até para os negros pós-guerra”

O mais fascinante ponto de Genovese cresce aqui – apesar dele não o desenvolver – é que as mulheres frequentemente defendem os seus homens do sistema da escravatura que tentava rebaixá-los. Muitas mulheres, talvez uma maioria substancial, ele diz, percebiam que sempre que os seus homens estavam rebaixados, também elas estavam. Para além disso,

“elas queriam que os seus rapazes crescessem para serem homens e sabiam perfeitamente que, para isso, precisavam do exemplo do homem negro forte diante delas”.

Os seus rapazes precisavam de modelos masculinos fortes na mesma extensão que as suas raparigas precisavam de modelos femininos fortes.

Se as mulheres negras escavam o terrível fardo da igualdade na opressão, se elas gozavam a igualdade com os seus homens no seu ambiente doméstico, então elas também afirmavam agressivamente a sua igualdade desafiando a desumana instituição da escravatura. Elas resistiram aos assaltos sexuais dos homens brancos, defenderam as suas famílias e participaram nas paragens no trabalho e revoltas. Como Hernert Aptheker assinala no seu trabalho pioneiro “America Negro Slave

Revolts", elas envenenaram os seus donos, cometeram outros atos de sabotagem e, como os seus homens, juntaram-se a comunidades de escravos fugitivos e frequentemente fugiam para norte para a liberdade. Dos numerosos casos de violenta repressão que os capatazes infligiram sobre as mulheres, deve ser deduzido que aquela que passivamente aceitou o seu destino como escrava foi mais uma exceção do que a regra.

Quando Frederick Douglass refletiu na introdução da sua infância a implacável violência da escravatura, ele recordou as chicotadas e a tortura de muitas mulheres rebeldes. A sua prima, por exemplo, foi horrivelmente batida enquanto resistia sem sucesso aos ataques sexuais do capataz. Uma mulher chamada tia Esther foi viciosamente castigada por desafiar o seu dono, que insistiu que ela tinha que cortar relações com o homem que amava. Uma das mais vivas descrições de Frederick Douglass sobre a rudeza dos castigos reservados para escravos envolvia uma jovem mulher de nome Nellie, que foi chicoteada pela ofensa de "imprudência":

"havia alturas em que ela parecia melhorar do bruto, mas ele finalmente dominou-a e amarrou os seus braços à árvore para onde a tinha arrastado. A vítima estava agora à mercê do seu implacável chicote… o choro da agora indefensável mulher, enquanto estava sujeita à terrível punição, foi misturado com as pragas roucas ao capataz e com o choro selvagem da sua furiosa criança. Quando a pobre mulher foi solta, a suas costas estavam cobertas de sangue. Ela foi chicoteada, terrivelmente chicoteada, mas ela não se submeteu e continuou a denunciar o capataz e a derramar sobre ele todos os vis epítetos de que se podia lembrar".

Douglass acrescentou que duvidava que este capataz alguma vez tentou chicotear Nellie outra vez.

Como Harriet Tubman numerosas mulheres fugiram à escravatura indo para Norte. Muitas foram bem-sucedidas, ainda muitas mais fossem capturadas. Uma das mais dramáticas tentativas de fugas envolveu uma jovem mulher – possivelmente uma adolescente – chamada Ann Wood, que dirigiu uma carroça cheia de rapazes e raparigas armados como se estivessem a correr pela sua liberdade. Depois da montagem numa noite de natal, em 1855, eles travaram uma batalha de tiros com os caçadores de escravos fugidos. Dois deles foram mortos, mas o resto, de acordo com todas as indicações, fizeram o seu caminho em direcção ao Norte. A abolicionista Sarah Grimke descreveu o caso de uma mulher cuja resistência não foi tão bem sucedida como a de Ann Wood. Esta mulher repetiu esforços para escapar à dominação do seu dono da Carolina do Sul que lhe deu tantas punições que "um dedo

não podia ser colocado entre os cortes". Porque ela agarrou todas as oportunidades válidas para partir livre da plantação, ela foi eventualmente feita prisioneira num pesado colar de ferro – e no caso de ela ser capaz de partir o colar, os dentes da frente eram arrancados como uma marca de identificação. Apesar dos seus donos, disse Grimke, serem conhecidos como uma família caridosa e cristã,

"… este sofrimento escravo, daquela que foi a costureira da família foi continuamente na (sua) presença, sentada no quarto para costurar, ou cativamente em … outro trabalho de casa com as suas lacerantes e ensanguentadas costas, a sua mutilada boca e pesado colar de ferro, assim que ela aparecia, excitando qualquer sentimento de compaixão".

Por seu lado, as mulheres resistiram e defenderam desafios à escravatura. Com tendência para a incessante repressão das mulheres, "não admira", disse Herbert Apthker, "a mulher negra tão frequentemente impulsionou com prontidão a conspiração de escravos".

"Virginia, 1812: 'ela disse que eles não podiam elevar-se demasiado cedo para ela tal como ela antes preferia estar no inferno do que onde estava agora'. Mississipi, 1835: 'ela pediu a Deus que estivesse tudo acabado; porque ela estava cansada de esperar pela gente branca…'

Podemos agora perceber melhor Margarat Garner, escrava fugitiva, que quando foi apanhada perto de Cincinnati, matou a sua própria filha e tentar matar-se a si mesma. Ela alegrou-se, a rapariga estar morta – 'agora ela nunca conhecerá o que uma mulher sofre como escrava'. – e contestou para ser julgada por crime. 'Eu irei cantando para a forca antes de voltar para a escravatura".

As comunidades de escravos fugidos, compostas por escravos fugitivos e pelos seus descendentes, podiam ser encontradas através do Sul entre 1642 e 1864. Essas comunidades eram "céus para os fugitivos, e serviram de bases para saques de expedições contra as plantações mais próximas e nesse tempo abasteciam o comando para planear a revolta". Em 1816 uma grande e florescente comunidade foi descoberta: trezentos escravos fugidos – homens, mulheres e crianças – tinham ocupado um forte na Florida. Quando se recusaram em entregarem-se, o exército lançou uma batalha que durou dez dias e exigiu as vidas de mais de duzentas e cinquenta dos habitantes. As mulheres lutaram em iguais termos que os homens. Durante o curso de outra confrontação em Mobile, Alabama, em 1827, homens e

mulheres foram implacáveis, lutando, de acordo com os jornais locais, "como espartanos".

A resistência era frequentemente mais subtil que revoltas, fugas e sabotagens. Envolviam, por exemplo, a aquisição clandestina de livros e de competências de leitura e escrita e a comunicação destes conhecimentos a outros. Em Natchez, Louisiana, uma mulher escrava dirigiu a "escola de meia-noite" ensinando o seu povo entre as onze e as duas horas "graduando" centenas. Sem dúvida muitos deles escreveram os seus próprios passes dirigindo-se à liberdade. No livro "Roots" de Alex Haley – a sua narrativa ficcionada da vida dos seus ancestrais – a esposa de Kunta Kinte, Belle, arduamente ensinou-se a si mesma a ler e a escrever. Lendo secretamente, o jornal do seu dono, ela ficou ao corrente dos eventos políticos e comunicou o seu conhecimento à sua irmã e irmãos escravos.

Nenhuma discussão sobre o papel das mulheres na resistência da escravatura pode estar completa sem dar um tributo a Harriet Tubman pelo seu extraordinário feito que ela desempenhou ao conduzir mais de trezentas pessoas pelo caminho-de-ferro Underground Railroad. A sua prematura vida revela-se típica de muitas vidas de mulheres escravas. Num campo em Maryland, ela aprendeu através do trabalho que o seu potencial como mulher era o mesmo de qualquer homem. O seu pai ensinou-lhe a machadar madeira e rachar barras, e enquanto eles trabalhavam lado-a-lado, ele deu-lhe lições que mais tarde foram indispensáveis durante as noventa viagens que ela fez para frente e para traz para Sul. Ele ensinou-lhe como andar silenciosamente através da madeira e como encontrar comida e remédios entre as plantas, raízes e ervas. O facto de ele nunca ter sido derrotada é sem dúvida um tributo às instruções do seu pai. Durante a Guerra Civil, Harriet Tubman continuou a sua implacável oposição à escravatura, e ainda hoje ela tem a distinção de ser a única mulher nos Estados Unidos que alguma vez liderou tropas numa batalha.

O que quer que os modelos usaram para a julgar – negros ou brancos, masculinos ou femininos – Harriet Tubman foi de facto uma pessoa excecional. Mas de um ponto de vista de vantagem, o que ela fez foi simplesmente expressar da sua própria forma o espírito da força e perseverança que tantas outras mulheres da sua raça adquiriram. Tal tem que ser repetido: as mulheres negras eram iguais aos seus homens na opressão que sofreram; elas eram socialmente iguais aos seus homens dentro da comunidade escrava; e elas resistiram à escravatura com uma paixão igual aos seus homens. Esta foi uma das grandes ironias do sistema de escravatura, sujeitando as mulheres à mais rude exploração imaginável, exploração que não olhava a distinção

de sexo, esse fundamento criou não apenas a afirmação das mulheres negras à sua igualdade através das suas relações sociais, bem como exprimirem-se através dos seus atos de resistência. Esta deve ter sido uma terrível revelação para os donos de escravos, porque parecia que eles estavam a tentar quebrar esta cadeia de igualdade através da brutal repressão que reservaram para as mulheres. De novo, é importante lembrar que as punições infligidas às mulheres excediam em intensidade as punições sofridas pelos seus homens, porque as mulheres não eram apenas chicoteadas e mutiladas, elas eram também violadas.

Seria um erro olhar para o modelo institucionalizado da violação durante a escravatura como uma expressão do impulso sexual dos homens brancos, diferentemente reprimido pelo espectro da castidade da natureza feminina. Isso seria demasiado simplista como explicação. A violação era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo maior objetivo era extinguir a vontade das mulheres escravas em resistir, e nesse processo, desmoralizar os seus homens. As observações no papel da violação durante a Guerra do Vietnam podem também aplicar-se à escravatura: "no Vietnam, o Comando Militar dos Estados Unidos fizeram a violação 'socialmente aceite'; de facto, foi uma não-escrita, mas obviamente, uma política." Quando os GI's foram encorajados a violar as mulheres e raparigas vietnamitas (e foram algumas vezes avisados para "procurarem" mulheres "com os seus pénis") a arma de política terrorista de massas estava forjada. Como as mulheres vietnamitas foram distinguidas pelos seus heroicos contributos para a luta da libertação do seu povo, a retaliação militar que lhes era especificamente pedida era a violação. Enquanto as mulheres eram dificilmente imunes à violência infligida aos homens, eles eram especialmente únicos em vítimas de terrorismo por uma força militar sexista governada pelo princípio que a guerra era exclusivamente um assunto de homens. "Eu vi um caso em que uma mulher foi alvejada por um 'sniper', um dos nossos 'snipers'", disse um GI.

"quando chegamos perto dela ela pediu água. E o tenente disse para a matarmos. Então ele arrancou as suas roupas, eles apunhalaram-na nos dois seios, eles amarraram-lhe os braços e afastaram-lhe as pernas e empurraram-lhe uma ferramenta de entrincheirar dentro da sua vagina. E depois tiraram-na e usaram uma pernada de árvore e então ela foi alvejada".

Do mesmo modo que a violação era um ingrediente institucionalizado na agressão trazida contra o povo vietnamita, desenhada para intimidar e aterrorizar as mulheres, os donos de escravos encorajavam o uso terrorista de violar com o objetivo de por as mulheres no seu lugar. Se as mulheres alcançaram o sentido da sua força e um forte

impulso em resistir, então os assaltos sexuais – os donos de escravos tinham poder de argumento – iriam lembrar-lhes da sua essencial e inalterável feminilidade. Na visão da supremacia masculina desse período, tal significava passividade, aquiescência e fraqueza.

Virtualmente todas as narrativas escravas do século XIX contém histórias de mulheres escravas vitimizadas sexualmente nas mãos dos seus donos e capatazes.

“O dono Henry Bibb forçou uma rapariga escrava a ser a concubina do seu filho; o capataz M. F. Jamison violou uma bonita rapariga escrava; e o dono Solomon Northrup forçou uma escrava ‘Patsy’ a ser sua parceira sexual.”

Apesar do testemunho dos escravos sobre a alta incidência de violação e coação sexual, a questão do abuso sexual foi tudo menos posta a descoberto pela literatura tradicional sobre a escravatura. Algumas vezes até foi assumido que as mulheres escravas acolhiam e encorajavam as atenções sexuais dos homens brancos. O que aconteceu entre eles, então, não foi exploração sexual, mas antes “miscigenação”. Na seção de “Roll, Jordan, Roll” dedicada ao sexo inter-racial, Genovese insiste que o problema da violação estaca na relação em implacáveis tabus à volta da miscigenação. “Muitos homens brancos”, diz o autor, “que começaram a pegar em raparigas escravas num ato de exploração sexual acabaram amando-as e às crianças que teve”. “A tragédia da configuração da miscigenação”, como consequência,

“não colapsou em luxúria e exploração sexual, mas numa terrível pressão em negar o prazer, o afeto e o amor que frequentemente cresceu de inícios de mau gosto”.

Globalmente Genovese aproximou-se criticamente à questão do paternalismo. As escravas, diz ele, mais ou menos aceitaram a postura paternalista dos seus donos, e os donos foram compelidos pelo seu paternalismo para conhecer a reivindicação de humanidade das escravas. Mas como, aos olhos dos donos, a humanidade das escravas era no mínimo infantil, não é surpresa que Genovese acreditasse que tivesse descoberto o miolo dessa humanidade na miscigenação. Ele falhou em compreender que isso podia dificilmente ser a base do “prazer, afeto e amor” enquanto os homens brancos, pela sua posição económica, tivessem acesso ilimitado aos corpos das mulheres negras. Eram como opressores – ou, no caso dos que não eram donos de escravos, como agentes de dominação – que os homens brancos se cercavam dos corpos das mulheres negras. Genovese faria bem em ler “Corregidora” de Gayl Jones, uma novela recente de uma jovem negra com crónicas que diligencia várias gerações

de mulheres para "preservar a evidência" dos crimes sexuais cometidos durante a escravatura.

E. Franklin Frazier pensou que tinha descoberto na miscigenação do povo negro o mais importante alcance cultural durante a escravatura:

"o dono na sua mansão e a sua amante negra na sua casa próxima e especial representavam o triunfo de um ritual social na presença dos mais profundos sentimentos da solidariedade humana."

No entanto, ao mesmo tempo, ele não esqueceu inteiramente as numerosas mulheres que não se submeteram sem lutar:

"a compulsão física foi necessária nesse tempo de prender a submissão por parte das mulheres negras… tem apoio nas evidências históricas e foi preservada pela tradição das famílias negras."

Ele cita a história de uma mulher cuja bisavó sempre descreveu com entusiasmo as batalhas em que ganhou consideráveis cicatrizes no seu corpo. Mas havia uma cicatriz que ela persistentemente recusava-se a explicar, dizendo, sempre que era questionada sobre isso, "os homens brancos são tão baixos como os cães, crianças, fiquem longe deles". Depois da sua morte, o mistério foi finalmente solucionado:

"ela recebeu essa cicatriz nas mãos do filho mais novo do dono, um rapaz com cerca de dezoito anos na altura em que concebeu a sua filha, a minha avó Ellen."

As mulheres brancas que se juntaram ao movimento abolicionista estavam especialmente ultrajadas com os assaltos sexuais sobre as mulheres negras. As ativistas das sociedades anti-escravatura frequentemente relatavam histórias de violações brutais de mulheres escravas e apelavam às mulheres brancas que defendessem as suas irmãs negras. Enquanto essas mulheres deram um inestimável contributo para a campanha anti-escravatura, elas frequentemente falharam em alcançar o significado da complexidade da condição da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de facto, as suas experiências durante a escravatura – o trabalho duro com os seus homens, igualdade dentro da família, resistência, chicoteadas e violação – encorajaram-nas no desenvolvimento de uma certa personalidade peculiar que as colocava afastadas da maior parte das mulheres brancas.

Uma das mais populares literaturas abolicionistas foi "Uncle Tom's Cabin" de Harriet Beecher Stowe, um livro que uniu um vasto número de pessoas – e mais mulheres do

que nunca antes – à causa anti-escravatura. Abraham Lincoln uma vez casualmente referiu-se a Stowe como a mulher que começou a guerra civil. No entanto, a enorme influência que o seu livro teve não compensa a distorção da vida dos escravos. A figura central feminina é um travesti da mulher negra, uma transposição naif da figura maternal, baseada na propaganda cultural desse período, vinda da sociedade branca para a comunidade escrava. Eliza é na natureza maternal encarnada, mas com cara negra – ou antes, como ela é "um quarta negra" é "apenas-um-pouco-menos-que-uma-cara-branca".

Deve ter sido a esperança de Stowe que as leitoras brancas da sua novela se descobrissem a si mesmas na Eliza. Elas podiam admirar a sua moralidade superior cristã, os seus firmes instintos maternais, a sua gentiliza e fragilidade – porque estas eram as qualidades para as quais as mulheres brancas estavam a ser ensinadas a cultivar em si mesmas. Em simultâneo que Eliza se tornava num epítome da maternidade, o seu marido, George, cuja ancestralidade era também predominantemente branca, aproximava-se de qualquer outro homem negro do livro sendo um "homem" na ortodoxia do sentido da supremacia masculina. Ao contrário do doméstico, aquiescente, infantil Tio Tom, George era ambicioso, inteligente, letrado, e mais importante de tudo, ela detestava a escravatura com uma paixão inquestionável. Quando George decide, desde muito cedo no livro, voar para o Canadá, Eliza, a pura, a criada da casa, está terrivelmente assustada pelo seu extravasamento de ódio da escravatura:

"Eliza tremeu, e ficou silenciosa. Ela nunca viu o seu marido nessa disposição antes; e o seu sistema gentil e ético pareceu inclinar-se como uma cana na onda de tal paixão."

Eliza está praticamente absorta das justiças gerais da escravatura. A sua submissão feminina induziu-a a render-se ao seu destino como escrava e à vontade dos seus bondosos dono e dona. Foi apenas quando o seu status maternal foi posto em causa é que ela encontrou a força para se levantar e lutar. Tal como a mãe que descobre que consegue levantar um automóvel se o seu filho estiver preso debaixo dele, a experiência do poder maternal de Eliza aumentou quando ela percebeu que o seu filho ia ser vendido. Os problemas financeiros do seu "bondoso" dono levaram-no a vender o Tio Tom e o filho de Eliza Harry – apesar, obviamente, da compaixão e da argumentação maternal da sua esposa. Eliza agarrou em Harry e instintivamente fugiu, porque "mais forte que tudo era o amor maternal, forjado num acesso de frenesim pela proximidade de um perigo tremendo." A coragem maternal de Eliza é espantosa. Quando, no decorrer da sua evasão, ela alcança um rio intransponível de

gelo derretido, o apanhador de escravos perto do seu calcanhar, a sua alma carregou Harry

"… Com o vigor da força que apenas Deus dá aos desesperados… ela arqueou a corrente turva da praia e foi com a jangada… com um choro selvagem e energia desesperado ela pulou para outro e depois para outro monte sólido – tropeçando – saltando – tropeçando – saltando alto outra vez! Perdeu os seus sapatos – as suas meias estavam rasgadas – o sangue marcava todos os passos; mas ela nada via, nada sentia, até que, como um sonho era viu o lado de Ohio, e um homem ajudou-a a subir a rampa".

O improvável e melodramático feito de Eliza interessava pouco a Stowe – porque Deus comunicava habilidades super-humanas às gentis mães cristãs. A questão, no entanto, é que ela aceitou vender por atacado a admiração maternal do século XIX. Stowe falhou miseravelmente em capturar a realidade e a verdade da resistência das mulheres negras à escravatura. Essas mulheres, ao contrário de Eliza, foram levadas a defender os seus filhos pela sua paixão de ódio da escravatura. A fonte da sua força não era um qualquer poder místico anexado à maternidade, mas antes as suas experiências concretas como escravas. Algumas, como Margaret Garner, foram tão longe como matar os seus filhos para não assistirem ao seu crescimento como adultos debaixo das brutais circunstâncias da escravatura. Eliza, por outro lado, estava despreocupada sobre a global desumanidade do sistema da escravatura. Se ela não tivesse sido ameaçada com a venda do seu filho, ela teria provavelmente vivido feliz debaixo da beneficente tutela do seu dono e dona.

As Elizas, se de facto existiram, eram certamente singulares entre a maioria das mulheres negras. Elas não representariam, em nenhum acontecimento, a experiência acumulada de todas essas mulheres que trabalharam duramente debaixo do chicote dos seus donos, trabalharam, protegeram as suas famílias, lutaram contra a escravatura, e foram batidas e violadas, mas nunca dominadas. Foram essas mulheres que passaram para as suas descendentes nominalmente livres um legado de trabalho pesado, perseverança e auto resiliência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – resumindo, um legado que fala das bases de uma nova natureza feminina.

Capítulo 2
O movimento anti-escravatura e o nascimento dos direitos das mulheres

“Quando a verdadeira história da causa da anti-escratura for escrita, as mulheres ocuparão um largo espaço nas suas páginas, porque a causa dos escravos foi peculiarmente uma causa de mulheres” Frederick Douglass

Estas são as palavras de um ex-escravo, um homem que se associou de forma próxima ao movimento “women’s right´s man” (século XIX) – (“homem defensor dos direitos das mulheres”). Frederick Douglass abolicionista negro foi também um homem que defendeu a emancipação das mulheres. Inúmeras vezes foi ridicularizado publicamente por isso. Douglass assumiu-se anti-sexista e referiu-se ao rótulo “women’s rights man … estou contente por dizer que nunca tive vergonha por ser assim designado”. A sua atitude pode ter sido inspirada pelo seu conhecimento que as mulheres brancas foram chamadas de “nigger-lovers” (amantes de pretos) na tentativa de tirá-las da campanha anti-escravatura. E ele sabia que essas mulheres eram indispensáveis para o movimento abolicionista – pela sua quantidade e pela “sua eficiência na contestação da causa dos escravos”.

Porque tantas mulheres juntaram-se ao movimento anti-escravatura? O que havia de especial no abolicionismo que atraiu no século XIX as mulheres brancas como em nenhum outro movimento reformista? Se estas questões tivessem sido colocadas pela liderança feminina do abolicionismo como Harriet Beecher Stowe, ela talvez tivesse argumentado que o instinto maternal das mulheres como a base natural para a sua simpatia anti-escravatura. Tal parece, no mínimo, uma implicação da sua novela “A cabana do tio Tomás” cujo apelo abolicionista respondeu a um vasto número de mulheres.

Quando Stowe publicou esse livro o culto da maternidade no século XIX estava de vento em popa. Na imprensa, na literatura popular e na lei, a mulher era retratada como sendo mulher perfeita se fosse mãe perfeita. O seu lugar era em casa – nunca, claro, na esfera política. Na novela de Stowe as escravas eram, na sua maioria, representadas como doces, amorosas, indefesas e algumas vezes crianças irrequietas. O “coração gentil e doméstico” do tio Tomás era, como Stowe escreveu “ a peculiar característica da sua raça”. A “cabana do tio Tomás” estava impregnada das assunções da inferioridade negra e feminina. A maior parte dos negros era dócil e domesticável, e a maior parte das mulheres eram mães e pouco mais. Ironicamente o mais popular dos livros da literatura anti-escravatura dessa época perpetuou as ideias racistas que justificaram a escravatura e as noções sexistas que justificaram a exclusão das mulheres da arena política onde a batalha contra a escravatura estava a ser realizada.

A brilhante contradição entre o conteúdo reaccionário e o apelo progressista da “cabana do tio Tomás” não foi tanto a falha da perspectiva individual da autora mas a reflexão da contradição do status da natureza da mulher no séc. XIX. Durante as primeiras décadas do século da revolução industrial causou-se uma profunda metamorfose na sociedade dos Estados Unidos. Nesse processo as circunstâncias de vida das mulheres brancas foi radicalmente mudada. Nos anos 30 muitas mulheres com tarefas económicas tradicionais foram retiradas para o sistema fabril. Na verdade,

foram libertadas de alguns dos seus opressivos trabalhos. No entanto a incipiente industrialização da economia simultaneamente corroía o prestígio das mulheres em casa – um prestígio baseado na sua produtividade absolutamente essencial no trabalho doméstico. O seu estatuto social começou a deteriorar-se. Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi a formação de noção mais rigorosa da inferioridade feminina. Parecia, de fato, que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres se encolhessem debaixo do impato da industrialização, mais rígida se tornava a assunção "o lugar da mulher é em casa".

Atualmente, o lugar da mulher foi sempre em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrou-se em casa e nas imediações dos campos. Enquanto os homens lavravam a terra (muitas vezes ajudados pelas suas mulheres), as mulheres foram manufatureiras em produções fabris de roupas, velas, sabonetes e praticamente todas as outras necessidades da família. O lugar da mulher foi a casa – mas não meramente porque elas estavam aborrecidas e na retaguarda dos filhos ou a ministrar as necessidades dos seus maridos. Elas foram trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica e o seu trabalho foi tão respeitado como o dos homens. Quando a manufactura saiu de casa para a fábrica, a ideologia da natureza feminina – feminismo – começou a crescer entre os ideais de esposa e mãe. Como trabalhadoras, as mulheres pelo menos gozavam de igualdade económica, mas como esposas, o seu destino era serem apêndices dos seus homens, servis dos seus maridos. Como mães elas eram definidas como veículos passivos para o reabastecimento da vida humana. A situação da esposa dona-de-casa estava cheia de contradições. Era necessário resistir.

Os turbulentos anos 1830 foram anos de intensa resistência. A revolta de Nat Turner, durante o início da década, inequivocamente anunciou que o homem e a mulher negros estavam profundamente descontentes por serem escravos e estavam determinados, mais do que nunca, a resistir. Em 1831 o ano da revolta de Nat Turner nasceu o movimento abolicionista organizado. No início dos anos 30 também nasceram as "paragens" e as greves nas fábricas têxteis do Nordeste operadas largamente por jovens mulheres e crianças. Por volta da mesma altura, a maior parte das mulheres prósperas começaram a lutar pelo direito à educação e pelo acesso a carreiras fora das suas casas.

As mulheres brancas do norte – as donas de casa de classe média também conhecidas como as novas "mill girl" (operárias) – frequentemente invocavam a metáfora da escravatura quando pensavam as suas respetivas opressões. As mulheres bem posicionadas começaram a denunciar a sua falta de preenchimento da sua vida doméstica e definiam o casamento como uma forma de escravatura. Para as mulheres trabalhadoras a opressão económica que sofriam no seu trabalho tinha uma forte componente de escravatura. Quando as mulheres "mill" em Lowell, Massachusetts, saíram em greve em 1836, elas desfilaram na cidade cantando:

"Oh eu não posso ser um escravo

Eu não serei um escravo

Oh eu aprecio tanto a liberdade

Eu não serei um escravo”

Entre as mulheres que eram trabalhadoras e entre aquelas que se tornaram em famílias prósperas de classe média, as agricultoras tinham certamente mais legitimidade em comparem-se com os escravos. Apesar de serem nominalmente livres, as suas condições de trabalho e os seus baixos salários eram tão exploradores que automaticamente convidava à comparação com a escravatura. No entanto as mulheres que invocaram a analogia com a escravatura esforçaram-se em expressar a natureza opressiva do seu casamento. Durante a primeira metade do século XIX a ideia da idade de ouro, estabelecida que a instituição do casamento podia ser opressiva era um tanto novela. As primeiras feministas que descreveram o casamento como escravatura da mesma espécie que o povo negro sofreu sofreram em primeiro lugar o choque pelo valor dessa comparação – receando que a seriedade do seu protesto pudesse ser mal entendido. Pareciam ter ignorado, no entanto, a sua identificação com essas duas instituições também implicava que a escravatura não era realmente pior que o casamento. Mesmo assim, a implicação mais importante desta comparação foi que as mulheres brancas de classe-média sentiam uma certa afinidade com as mulheres e homens negros, para quem a escravatura significava chicotadas e algemas.

Durante os anos 1830 as mulheres brancas – esposas e trabalhadoras – estiveram ativamente no movimento abolicionista. Enquanto as mulheres “mill” contribuíram com dinheiro para organizar bazares para angariar fundos, as mulheres de classe-média tornaram-se agitadoras e organizadoras da campanha anti-escravatura. Em 1833 quando a Philadelphia Female Anti-Slavery Society (Sociedade feminina ani-escravatura de Filadélfia) nasceu e fundou a convenção da American Anti-Salvery Society (Sociedade americana anti-escravatura) muitas mulheres brancas manifestaram a sua simpatia pela causa dos negros baseada no estabelecimento da ligação entre os dois grupos de oprimidos (a primeira sociedade feminina anti-escravatura formada por mulheres negras foi em 1832 em Salem Massachusetts). Uma mulher jovem branca emergiu como um modelo dramático de coragem feminina e militância anti-racista. Prudence Crandall foi uma professora em Connecticut que desafiou a sua cidade branca aceitando uma rapariga negra na sua escola. Ela estabeleceu uma aliança poderosa entre a estabelecida luta pela libertação dos negros e negras e a embrionária batalha pelo direito das mulheres.

Os pais das raparigas brancas da escola de Prudence Crandall expressaram a sua animosidade e oposição à presença de alunos negros organizando um boicote bem publicitado. Mas a professora de Conecticut recusou capitular as suas exigências racistas. Seguindo o conselho de Mrs. Charles Harris – uma mulher negra que empregou – Crandall decidiu recrutar mais raparigas negras e se necessário tornar uma escola apenas de negras. Abolicionista, Mrs. Harris apresentou Crandall a William Lloyd Garrison que publicou notícias sobre a escola no “Liberator”, o seu jornal anti-escravatura. As pessoas da cidade opuseram-se aos seus planos passando a resolução que proclamava que “ o governo dos Estados Unidos, a nação com todas as suas instituições de direito pertencem aos homens brancos que as possuem”. Sem dúvida que queriam dizer homens brancos literalmente porque Crandall violou não

apenas o seu código racial segregador mas também desafiou a tradicional atitude de conduta das mulheres brancas.

“apesar de tudo Crandall abriu a escola ... e as estudantes negras ficaram corajosamente a seu lado.

E seguiu-se um dos mais heróicos e vergonhosos episódios da história americana. Os lojistas recusaram-se a fornecer Miss Crandall... o médico da cidade não atendia as estudantes. O farmacêutico não dava medicamentos. No topo da desumanidade partiram os vidros da escola e fizeram vários incêndios no edifício”.

Onde é que esta jovem mulher Quaker encontrou essa força extraordinária, habilidade e perseverança numa situação tão perigosa? Provavelmente nas suas ligações aos negros e negras cujas causas ela defendia tão calorosamente. A sua escola continuou a funcionar até que as autoridades de Connecticut ordenaram a sua prisão. Na altura em que foi presa Crandall fez tal marca que apesar de aparentemente derrotada, ela emergiu como um símbolo de vitória.

Em Conneticut os eventos de 1833 irromperam no princípio de uma nova era. A revolta de Nat Turner, o nascimento do “Liberator” de Garrinson e a fundação da primeira organização nacional anti-escravatura foram eventos que anunciaram o nascimento a época das lutas sociais. A incansável defesa dos direitos à aprendizagem dos negros por Crandall foi um dramático exemplo para as mulheres brancas que estavam a sofrer a angústia da consciência política. Lúcidas e eloquentes as suas acções mostraram vastas possibilidades de libertação se as mulheres brancas em massa se juntassem as mãos às suas irmãs negras.

“deixem os opressores do sul tremerem – deixem os apologistas do norte tremerem – deixem todos os inimigos que perseguiram negros tremerem.

Não me deixes usar moderação numa causa como a do presente. Eu estou determinado – eu não me enganarei – eu não me desculparei – eu não me retratarei em nada – e eu serei ouvido”.

Esta descomprometida declaração foi de Garrison no primeiro número do Liberator. Em 1833, dois anos depois, este jornal pioneiro abolicionista desenvolveu uma significativa rede, que consistia num grande número de subscritores negros, aumentando o número de subscritores brancos. Crandall e outras como ela eram apoiantes leais deste jornal. As mulheres brancas trabalhadoras estavam entre aquelas que concordavam com a posição de Garrison, de militância anti-escravatura. De fato, quando o movimento anti-escravatura se organizou, as mulheres que trabalhavam nas fábricas decidiram apoiar a causa abolicionista. No entanto, as mulheres brancas mais visíveis na campanha anti-escravatura foram mulheres que não trabalhavam por salários. Eram mulheres de médicos, advogados, juízes, mercadores, donos de fábricas – mulheres de classe média e da nascente burguesia.

Em 1833 muitas dessas mulheres de classe média provavelmente começaram a tomar consciência de que alguma coisa fazia terrivelmente falta nas suas vidas. Como donas de casa na nova era do capitalismo industrial elas perdiam importância económica em casa e o seu status social como mulheres deteriorava-se. No entanto, durante esse

processo, elas adquiriram tempo para a leitura, que as tornou capazes de serem reformistas sociais – organizadoras ativas na campanha abolicionista. O abolicionismo, por seu turno, deu-lhes uma oportunidade de alcançaram um protesto implícito contra a opressão que sofriam em casa.

Apenas quatro mulheres foram convidadas em 1833 para a convenção American Anti-Slavery Society (Sociedade americana anti-escravatura). Os homens organizadores deste encontro em Philadelphia estipularam que elas seriam apenas ouvintes e espetadoras. Tal não deteu Lucretia Mott, uma das quatro mulheres, de audaciosamente se dirigir aos homens na convenção por duas vezes. Na abertura da sessão ela sentou-se no balcão e argumentou contra a moção para adiar a reunião devido à abstenção de um proeminente homem de Philadelphia:

“os princípios dos direitos são mais fortes que os nomes. Se os vossos princípios são os direitos, porque teremos de ser covardes? Porque temos de esperar porque aqueles que nunca têm a coragem de inalienar os direitos dos escravos?”

Pastora praticante Quaker Lucretia Mott indubitavelmente causou admiração na audiência masculina, para quem naquele tempo nunca as mulheres falaram em público e em reuniões. Embora a convenção a tenha aplaudido e seguiu o seu rumo como ela sugeriu, mas na conclusão da reunião nem ela, nem as outras mulheres, foram convidadas a assinar a Declaration of Sentiments and Purposes (Declaração de sentimentos e propostas). Ou as assinaturas das mulheres eram expressamente desautorizadas ou simplesmente não ocorreu aos homens líderes que as mulheres fossem convidadas a assinar, num ou noutro caso os homens mostraram-se de vistas curtas. As suas atitudes sexistas preveniram-nos de agarrar firmemente o vasto potencial das mulheres no envolvimento no movimento anti-escravatura.

Lucretia Mott que não tinha vistas curtas, organizou e fundou o encontro da Philadelphia Female Anti-Slavery Society (Sociedade feminina anti-escravatura de Filadélfia) numa afirmação imediata à convenção masculina. Ela estava destinada a tornar-se uma figura pública no movimento anti-escravatura, uma mulher extensamente admirada pela sua coragem e pela sua estabilidade na face das violentas multidões racistas.

“em 1838, esta mulher de aparência frágil, vestida de forma sóbria, uma vestimenta dos Quakers, calmamente enfrentou a multidão pró-escravatura que queimou a Pennylvania Hall com a conivência do mayor de Philapelphia”.

O compromisso de Mott com o abolicionismo envolveu outros perigos, na sua terra Philadelphia como numa bem viajada estação da Underground Railroad, onde tal fugitivo conhecido como Henry “Box” Brown parou durante a viagem em direcção ao norte. Numa ocasião, a própria Lucretia Mott ajudou uma mulher escrava a fugir numa carruagem debaixo de guardas armados.

Como Lucretia Mott outras mulheres brancas sem experiência política juntaram-se ao movimento abolicionista e literalmente foram baptizadas pelo fogo. Uma multidão pró-escravatura irrompeu numa reunião organizada por Maria Chapman e arrastou William Loyd Garrison que discursava, pelas ruas de Boston. Uma líder da Boston Female Anti-Slavery Society (Sociedade feminina anti-escravatura de Boston), Weston

percebeu que as multidões de brancos pensavam isolar e talvez atacar as mulheres negras na assistência, e assim insistiu para que cada mulher branca saísse do edifício com uma mulher negra a seu lado. A Boston Female Anti-Salvery Society foi um dos numerosos grupos que saltou em New England imediatamente após Mott fundar a Philadelphia Society. Se o número de mulheres que foram subsequentemente assaltadas pelas multidões racistas ou aquelas que por seu lado arriscaram as suas vidas pudesse ser actualmente determinado, os números seriam sem dúvida admiravelmente maiores.

À medida que foram trabalhando com o movimento abolicionista, as mulheres brancas aprenderam sobre a opressão da natureza humana - e nesse processo aprenderam importantes lições sobre a sua própria subjugação. Afirmando os seus direitos ao oporem-se à escravatura, elas protestaram – às vezes totalmente, outras vezes implicitamente – a sua própria exclusão da arena política. Se não sabiam como apresentar as suas próprias ofensas colectivamente, ao menos podiam contestar a causa daqueles que também eram oprimidos.

O movimento anti-escravatura ofereceu às mulheres de classe média a oportunidade de provarem o seu valor de acordo com o modelo que não as prendia aos seus papéis de esposas e mães. Neste sentido, a campanha abolicionista foi uma casa onde podiam ser valorizadas pelo seu trabalho concreto. De fato, o seu envolvimento político na batalha contra a escravatura foi intenso, apaixonante e total porque elas experienciaram uma alternativa excitante à sua vida doméstica. E resistiam a uma opressão que tinha uma certa semelhança com a sua própria opressão. Para além disso, aprenderam a desafiar a supremacia masculina dentro do movimento anti-escravatura. Descobriram que o sexismo que permanecia inalterado dentro dos seus casamentos, podia ser questionado e combatido na arena da luta política. Sim, as mulheres brancas podiam ser chamadas a defender ferozmente os seus direitos como mulheres na luta pela emancipação do povo negro.

Quando Eleanor Flexner estudou o movimento de mulheres revelou que as mulheres abolicionistas acumularam uma inestimável experiência política, sem a qual apenas teriam sido capazes de efectivamente organizar a campanha dos direitos das mulheres mais de uma década depois. As mulheres desenvolveram competências crescentes e profundas, aprenderam a distribuir literatura, a divulgar encontros – e algumas delas tornaram-se fortes oradoras em público. Mais importante de tudo, tornaram-se eficientes no uso da petição que se tornou numa arma central da tática da campanha pelos direitos das mulheres. Nas petições contra a escravatura, as mulheres foram simultaneamente compelidas a desafiar os seus próprios direitos para se engajarem no trabalho político. De que outra forma podiam elas convencer o governo a aceitar a assinatura de mulheres sem voto se não pela disputa agressiva de validar o seu tradicional exílio da actividade política? Como insiste Flexner era necessário

"para a esposa média, mãe, ou filha sair dos limites do decoro, desprezando a severidade, ou o escárnio, ou o comando total do seu homem… levar a sua primeira petição e caminhar numa rua não familiar, bater em portas e pedir assinaturas de um impopular apelo. Ela não estaria apenas sozinha sem o seu marido ou irmão, mas

também encontraria usualmente hostilidade, senão total abuso pelo seu comportamento pouco feminino"

De entre as mulheres abolicionistas pioneiras, as irmãs Grimke da Carolina do Sul, Sarah e Angelina, foram as que mais consistentemente ligaram a questão da escravatura à opressão das mulheres. Desde o início da sua tumultuosa carreira de conferencistas, que se sentiram compelidas a defenderem os seus direitos como mulheres para serem defensoras da abolição – e através da defesa dos direitos de todas as mulheres publicitaram a sua oposição à escravatura.

Nascidas numa família da Carolina do Sul dona de escravos, as irmãs Grimke desenvolveram uma irrascível abominação pela "peculiar instituição" e decidiram, quando adultas, viajarem para o Norte. Juntando-se aos esforços abolicionistas em 1836, começaram a conferenciar em New England sobre as suas próprias vidas e os seus encontros diários com as maldades não contadas da escravatura. Se bem que as reuniões fossem patrocinadas por mulheres de sociedades anti-escravatura, o número de homens na assistência foi aumentando. "os homens ouvindo a sua eloquência e poder, começaram timidamente a sentarem-se nas cadeiras de trás". Estas assembleias não tinham precedentes, porque nenhumas outras mulheres antes se dirigiram a audiências mistas tão regularmente sem a depreciação e zombaria dos homens que achavam que falar em público era uma actividade exclusivamente masculina.

Enquanto uns homens assistiam às reuniões das irmãs Grimke onde sem dúvida estavam ansiosos por aprender a partir das experiências de mulheres, as irmãs foram vingativamente atacadas por outras forças masculinas. O ataque mais devastador surgiu de um grupo religioso: em 28 de julho de 1837 o Council of Congregationalist Ministers of Massachusetts (conselho congregacionalista de ministros de Massachusetts) dirigiu uma carta pastoral castigando-as por desenvolverem atividades que subvertiam as mulheres ordenadas num papel divino:

"O poder da mulher é a sua dependência, que escoa da sua consciência que a sua fraqueza que deus lhe deu, serve para a proteger…"

De acordo com os Ministers as acções das irmãs Grimke criaram "perigos no carácter da mulher de longo alcance e danos permanentes"

"Apreciamos as modestas orações da mulher no avanço da causa da religião… mas quando ela assume o lugar e o tom do homem como reformista público … ela dá o poder que deus lhe deu para a sua protecção, e o carácter fica desnaturalizado/anti-natural".

Apoiado no maior grupo protestante de Massachusetts, esta carta pastoral teve imensas repercussões. Se os Ministers estivessem corretos, Sarah e Angelina Grimke cometeram o pior dos seus possíveis pecados: elas desafiaram a vontade de deus. O eco deste assalto não murchou enquanto as irmãs Grimke não decidiram terminar com a sua carreira de conferencistas.

Sarah e Angelina não estavam preocupadas, pelo menos não o exprimiram – em questionar a desigualdade social das mulheres. A sua principal prioridade era expor a

essência desumana e imoral do sistema da escravatura e responsabilidade especial das mulheres na sua perpetuação. Mas quando a supremacia masculina atacou-as, perceberam que enquanto não se defendessem como mulheres – e os direitos das mulheres em geral – ficariam para sempre impedidas de aceder à campanha de libertação dos escravos. A mais poderosa oradora das duas, Angelina, desafiou este assalto às mulheres nas suas conferências. Sarah que era o génio teórico, começou uma séria de cartas no The equality of the sexes and the condition of women (a igualdade dos sexos e a condição das mulheres) .

Completadas em 1838 as cartas de Sarah continham uma das primeiras análises extensas do status da mulher, escrita por uma mulher nos Estados Unidos. Colocando as suas ideias seis anos antes da publicação bem conhecida de Margaret Fuller, Sarah disputou a assunção de que a desigualdade entre os sexos era comandada por deus. "homens e mulheres foram criados de igual forma: são ambos seres morais e humanos". Ela contestou directamente o Minister que disse que as mulheres que liderassem movimentos reformistas eram anti-naturais, insistindo por seu lado que "aquilo que é um direito do homem é um direito para a mulher".

Os textos e as leituras destas duas espantosas irmãs foram entusiasticamente recebidos por muitas mulheres que estavam ativas no movimento feminino anti-escravatura. Mas alguns dos homens líderes na campanha abolicionista reclamaram que a questão dos direitos das mulheres confundiria e alienaria aqueles que estavam apenas interessados em derrotar a escravatura. A resposta de Angelina compreendeu o fio que amarrava os direitos das mulheres ao abolicionismo:

"Não pudemos fazer avançar o abolicionismo enquanto não tirarmos o bloco que nos faz tropeçar para fora da estrada … Porque é que, meus queridos irmãos, não conseguem ver o esquema do clérigo contra nós, conferencistas? Se desistirmos do direito de falar em público este ano, desistiremos do direito à petição no próximo ano e o direito a escrever no ano seguinte e por aí adiante. O que poderão as mulheres fazer pelos escravos se elas próprias estão debaixo dos pés dos homens votadas ao silêncio?"

Uma inteira década antes da oposição das mulheres brancas em massa à ideologia da supremacia masculina receber a sua expressão organizacional, as irmãs Grimke instigaram as mulheres a resistiram ao destino de passividade de dependência que a sociedade lhes impunha – na luta pela justiça e direitos humanos. Angelina em 1837 no seu Appeal to the women of the nominally free states (apelo às mulheres dos estados nominalmente livres) argumenta:

" Um dia Bonaparte repreendeu uma senhora por se ocupar com política. "senhor" disse ela "num país onde as mulheres são colocadas para morrer, é muito natural que as mulheres queriam saber os motivos disso". E queridas irmãs, num país onde as mulheres são degradadas e brutalizadas, onde são expostas ao sangue humano debaixo do chicote – onde são vendidas, roubado os seus salários, tiradas dos seus maridos, saqueadas da sua virtude e da sua descendência; certamente nesse país é muito natural que as mulheres queiram saber a razão porque – especialmente quando esses ultrajes de sangue e horrores sem nome são praticados violando os princípios da nossa constituição. Por isso não podemos conceder a nossa posição, e por isso é

que isto é um assunto político que as mulheres têm que segurar nas suas mãos e dos seus ouvidos e olhos, para saberem as coisas horríveis que são praticadas na sua terra. A negação do nosso dever para agir é a negação do nosso direito a agir; e não tivermos o direito de agir então seremos "os escravos brancos do norte" – como os nossos irmãos selaremos os nossos lábios em silêncio e desesperaremos".

Esta passagem ilustra a insistência das irmãs Grimke de que as mulheres brancas no norte e sul conhecessem a especial ligação com as mulheres negras que sofriam a dor da escravatura.

"elas são mulheres do nosso país – elas são nossas irmãs, e para nós, como mulheres, elas têm o direito à simpatia pelo seu sofrimento e esforço e oração pelo seu salvamento".

"A questão da igualdade para as mulheres" como Eleanor Flexner colocou, não foi "uma questão de justiça abstrata" para as irmãs Grimke "mas a habilidade das mulheres em juntarem-se numa tarefa urgente". Desde que a abolição da escravatura se tornou a maior necessidade política, elas chamaram a urgência das mulheres a juntarem-se a essa luta compreendendo que a sua própria opressão se sustentava e perpetuava na continuidade da existência do sistema da escravatura. Como as irmãs Grimke tinham uma profunda consciência da inseparabilidade da luta da libertação dos negros e da luta da libertação das mulheres, elas nunca foram apanhadas na armadilha ideológica de que uma luta era absolutamente mais importante do que outra. Elas reconheciam o carácter dialético da relação entre as duas causas.

Mais do que outras mulheres na campanha contra a escravatura, as irmãs Grimke chamaram a urgência da inclusão constante da questão dos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo que argumentavam que as mulheres nunca alcançariam a sua liberdade independentemente do povo negro. "Eu quero ser identificada com o negro" disse Angelina numa convenção de mulheres patrióticas que apoiou a Guerra Civil em 1863. "enquanto ele não tiver os seus direitos, nós nunca teremos os nossos". Prudence Crandall arriscou a sua vida na defesa do direito à educação das crianças negras. Se a sua posição continha uma promessa de uma frutuosa e poderosa aliança, pondo o povo negro e as mulheres juntos procurando realizar o seu sonho comum de liberdade, então, a análise de Sarah e Angelina Grimke foi a mais profunda e mais teórica expressão dessa promessa de unidade.

Capítulo 3
Classe e raça no início da campanha dos direitos das mulheres

"Enquanto Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton dirigiram a sua forma de luta em luta pela Queen Street nessa noite, revendo as excitantes cenas do dia, aceitaram agarrar a convenção dos direitos das mulheres quando voltassem à América, como os homens que elas tinham ouvido manifestarem a grande necessidade de alguma educação sobre essa questão. Foi assim que o trabalho missionário de emancipação da mulher na "terra da liberdade e na casa dos bravos" foi aí e nesse momento inaugurado".

Esta conversa, que teve lugar em Londres na abertura da World Anti-Slavery Convention em 1840, é frequentemente assumida como contendo a verdadeira história por detrás do nascimento da organização do movimento de mulheres nos Estados Unidos. Por isso, adquiriu um significado lendário. E como todas as lendas, a verdade personifica menos do que aparenta. Esta anedota e as suas circunstâncias envolventes fizeram a base da interpretação popular de que o movimento dos direitos das mulheres foi inicialmente inspirado – ou antes provocado – pela intolerável supremacia branca dentro da campanha anti-escravatura.

Sem dúvida que as mulheres americanas que tinham expetativas em participar na conferência de Londres ficaram furiosas quando perceberam que foram excluídas pelo voto da maioria "com uma barreira semelhante à cortina que se usava na igreja para separar o coro do público". Lucretia Mott, como outras mulheres que representavam oficialmente a American Anti-Slavery Society (Sociedade Americana Anti-escravatura), tinham muitas razões para se zangarem e indignarem. Lucretia tinha tido recentemente uma luta turbulenta sobre a questão das mulheres abolicionistas participarem em igual base no trabalho da Anti-Slavery Society (Sociedade Anti-escravatura). Mas para uma mulher que tinha sido excluída da rede da Society (Sociedade) há sete anos atrás, esta não era uma experiência nova. Se ela estava realmente inspirada para lutar pelos direitos das mulheres no evento de Londres – pelo facto de que, como duas autores feministas contemporâneas disseram, "a liderança de homens radicais, preocupados com as desigualdades sociais … também discriminavam contra as mulheres" – esta foi uma inspiração que a golpeou muito antes de 1840.

Ao contrário de Lucretia Mott, Elizabeth Cady Stanton não era uma experiente ativista política quando se deu convenção de Londres. Acompanhando o seu marido durante várias semanas no que ela chamou de "viagem de casamento", ela assistiu à sua primeira reunião anti-escravatura não como delegada, mas como esposa de um líder abolicionista. Mrs. Stanton era assim algo limitada, faltando-lhe a perspetiva modelada em anos de luta na defesa de defesa dos direitos das mulheres para contribuírem para a causa anti-escravatura. Quando ela escreveu (junto com Susan B. Anthony, na sua "History of Woman Suffrage" (História do Sufrágio da Mulher) que durante a conversa que teve em 1840 com Lucretia Mott "o trabalho missionário de emancipação das mulheres… foi aí e nesse momento inaugurado", a sua observação não contou com as lições acumuladas por quase uma década durante a qual as mulheres abolicionistas batalharam pela sua emancipação política enquanto mulheres.

Apesar de serem derrotadas na convenção de Londres, as mulheres abolicionistas descobriram evidências que as suas lutas passadas alcançaram poucos resultados

positivos. Eram apoiadas por alguns dos homens líderes da anti-escravatura, que se opunham ao movimento da sua exclusão. William Lloyd Garrison – "bravo e nobre Garrison" - que chegou tarde para participar no debate, recusou sentar-se no seu lugar, permanecendo durante os dez dias da convenção como um "espetador silencioso na galeria". De acordo com Elizabeh Cady Stanton, Nathaniel Rogers de Concord, New Hampshire, foi o único outro homem abolicionista que se juntou às mulheres na galeria. O motivo pelo qual o abolicionista negro Charles Remond não é mencionado na descrição do evento de Stanton é um tanto intrigante. Ele também foi, como ele próprio escreveu num artigo publicado no "Liberator", "um ouvinte silencioso"

Charles Remond escreveu que experienciou uma das maiores das poucas desilusões da sua vida quando descobriu, ao chegar, que as mulheres tinham sido excluídas do palco da convenção. Ele tinha boas razões para esse sentimento pois a sua viagem tinham sido paga por vários grupos de mulheres.

"eu fiquei quase inteiramente endividado para com a bondade e generosidade dos membros do Bangor Female Ant-Slavery Society (Sociedade Feminina Anti-escravatura de Bangor), do Portland Sewing Circle (Círculo de Costureiras de Portland), e do Newport Young Ladies Juvenil Anti-Slavery Society (Sociedade Anti-escravatura de Mulheres Jovens) pela ajuda na visita a este país".

Remond sentiu-se forçado a recusar o seu assento na convenção porque não podia ser senão "o honroso representante de três associações de mulheres, e louvavelmente cooperar no seu objeto e de forma eficiente nessa cooperação". Assim sendo, nem todos os homens foram "abolicionistas intolerantes" para quem Stanton se referiu na sua narrativa histórica. Pelo menos alguns deles aprenderam a detetar e a desafiar as injustiças da supremacia masculina.

Ao passo que o interesse no abolicionismo de Elizabeth Cady Stanton era muito recente, ela conduziu uma luta pessoal contra o sexismo durante a sua juventude. Encorajada pelo seu pai – um próspero e abastado juiz conservador – ela desafiou a ortodoxia nos seus estudos bem como nas suas atividades de lazer. Estudou grego e matemática e aprendeu a cavalgar, tudo atividades geralmente inacessíveis às raparigas. Aos dezasseis anos, Elizabeth era a única rapariga graduada na sua turma. Antes de casar passou muito tempo com o seu pai e começou a estudar seriamente as leis a partir da sua orientação.

Em 1848 Stanton era mãe e dona-de-casa a tempo inteiro. Vivia com o seu marido em Seneca Falls, New York, e frequentemente não conseguia contratar criados porque eram insuficientes nessa área. A sua vida frustrante tornou-a especialmente sensível à situação difícil das mulheres brancas de classe média. Explicando a sua decisão de contatar Lucretia Mott, que não viu durante oito anos, ela mencionou a sua situação doméstica como um dos principais motivos para emitir um convite para uma convenção de mulheres.

"O descontentamento generalizado que sentia com a parte de mulher como esposa, mãe, dona-de-casa, médica e guia espiritual … e o olhar cansado e ansioso da maioria das mulheres, impressionou-me com um forte sentimento de que se tinham de tomar medidas ativas para remediar as incorreções da sociedade em geral e das mulheres em particular. As minhas experiências na World Anti-Slavery Convention

(Convenção Mundial Anti-escravatura), tudo o que eu li sobre o estatuto legal das mulheres, e a opressão que vi em todo o lado, juntos varreram a minha alma, intensificados agora por muitas das minhas experiências pessoais. Pareceu como que caíssem os elementos que conspiraram para me impulsionar para andar em frente. Eu não conseguia ver o que fazer ou onde começar – o meu único pensamento era uma reunião pública para protestar e discutir."

A vida de Elizabeth Cady Stanton exibia todos os elementos básicos, na sua maior contraditória forma, do dilema das mulheres de classe média. A sua diligência e esforço para alcançar a excelência nos seus estudos, o conhecimento que ganhou como estudante de direito, e todas as outras formas que cultivaram o seu poder intelectual – tudo isso tornou-se em nada. O casamento e a maternidade impediram o alcance dos objetivos que marcou para si própria como mulher solteira. Para além disso, o seu envolvimento no movimento abolicionista durante os anos que se seguiram à convenção de Londres, ensinaram-lhe que era possível organizar uma política desafiante à opressão. Muitas das mulheres que responderam à chamada da primeira convenção de direitos das mulheres em Seneca Falls começaram a tomar consciência das contradições similares nas suas vidas e viram de igual forma, a partir do exemplo da luta anti-escravatura, que era possível lutar pela igualdade.

Enquanto a Seneca Falls Convention (Convenção de Seneca Falls) começou a ser planeada, Elizabeth Cady Stanton propôs uma resolução que parecia muito radical, até para a sua co-convencionista Lucretia Mott. Apesar da experiência de Mott no movimento anti-escravatura tê-la persuadido que as mulheres necessitavam urgentemente de exercer o poder político, ela opôs-se a introduzir a resolução do sufrágio para as mulheres. Ela pensou que esse movimento podia ser interpretado como absurdo e afrontoso, e consequentemente enfraquecer a importância da reunião. O marido de Stanton também se opôs ao crescimento da questão do sufrágio e manteve a sua promessa de sair da cidade se ela insistisse em apresentar a resolução. Frederick Douglass foi a única proeminente figura que concordou que a convenção devia conter o apelo ao direito ao voto para as mulheres.

Muitos anos antes da reunião de Seneca Falls, Elizabeth Cady Stanton tinha firmemente convencido Frederick Douglass que o voto devia ser extensivo às mulheres:

"Eu não podia reunir os seus argumentos exceto com os pretextos superficiais de 'costume', 'divisão natural de deveres', 'indelicadeza das mulheres em fazerem parte da política', a conversa comum de 'esfera das mulheres' e de que todas as mulheres capazes, que eram então não menos lógicos que agora, varridos para longe por aqueles argumentos que ela frequentemente e efetivamente usava e que nenhum homem refutou com sucesso. Se a inteligência é a única verdade e a base racional da governação, parece que o melhor governo desenha a vida e poder da grande fonte da sabedoria, energia e bondade do seu comando"

Entre as aproximadamente trezentas mulheres e homens que assistiram à Seneca Falls Convention (Convenção Seneca Falls), a questão do poder eleitoral para as mulheres foi o único ponto de debate: a resolução de sufrágio não foi unanimemente aprovada. No entanto, a apresentação da controversa proposta a todos, deveu-se à

disposição de Frederick Douglass em apoiar a moção de Stanton e em empregar a suas habilidades oratórias na defesa do direito das mulheres em votar.

Durante esses tempos iniciais quando os direitos das mulheres ainda não eram uma causa legítima, quando o sufrágio feminino era uma demanda não familiar e impopular, Frederick Douglass publicamente agitou a igualdade política para as mulheres. Logo depois da Seneca Falls Convention (Convenção Seneca Falls), ele publicou um editorial no seu jornal, “North Star” (Estrela do Norte). Intitulado “The Rights of Women” (“Os direitos das Mulheres), o seu conteúdo era bastante radical para a época:

“No respeito pelos direitos políticos, nós seguramos a mulher para ser justamente autorizada para tudo o que reclamamos para os homens. Vamos mais longe, e exprimimos a nossa convicção de que todos os direitos políticos que são um recurso para o homens exercerem, são-no igualmente para a mulher. Tudo o que distingue o homem como um ser inteligente e responsável, é igualmente verdadeiro para a mulher, e se o governamento apenas é justo com governos livremente consentidos pelos governados, não há razão no mundo para negar à mulher o exercício de direitos, ou a participação em administrar a lei e a terra.”

Frederick Douglass foi também responsável por introduzir oficialmente a questão dos direitos das mulheres no movimento da libertação dos negros, onde foi entusiasticamente bem recebida. Como refere Jay Walker, Douglass pronunciou-se na National Convention of Colored Freedmen (Convenção Nacional dos Homens de Cor Livres) que aconteceu em Cleveland, Ohio, pela mesma altura da reunião de Seneca Falls:

“ele foi bem sucedido em emendar a resolução definindo delegados que pudessem ser “compreendidos como incluindo mulheres”, uma emenda que levou “a três brindes pelos direitos das mulheres!”.

Elizabeth Cady Stanton exprimiu elogios a Douglass pela sua rápida posição de defesa da Seneca Falls Convention face ao longo alcance das ridículas vozes na imprensa.

“Eram tão pronunciadas as vozes populares contra nós, na assembleia, na imprensa e no púlpito, que a maior parte das senhoras que assistiram à convenção e assinaram a declaração, uma por uma retiraram os seus nomes influenciadas e próximas aos nossos perseguidores. Os nossos amigos deram-nos os seus ombros e sentiram-se desgraçados por tudo o que sucedeu”.

Este tumulto não dissuadiu Douglass, nem beliscou o seu alcance ao objetivo da batalha pelos florescentes direitos das mulheres.No salão, na imprensa e no púlpito, tentando como podiam, não podiam inverter esta tendência. Apenas um mês se passou antes de se realizar outra convenção em Rochester, New York – com a ousada inovação e precedente nas futuras reuniões de ser presidida oficialmente por uma mulher. Frederick Douglass manifestou novamente a sua lealdade para com as suas irmãs argumentando mais uma vez a resolução do sufrágio, que passou em Rochester com uma margem muito maior que em Seneca Falls.

A defesa dos direitos das mulheres não pode ser proibida. Nem é aceitável para os fazedores de opinião pública que a questão da igualdade das mulheres, agora personificada num movimento embrionário, suportada pelo povo negro que estava a lutar pela sua própria liberdade, estabelecesse-se a si mesma como um elemento indelével da vida pública dos Estados Unidos. Mas o que era isto? Como é que questão da igualdade das mulheres definiu outra através da questão do sufrágio que incentivou a publicitada depreciação sobre a Convenção de Seneca Falls? Onde é que as linhas gerais ofensivas da Declaration of Sentiments (Declaração de Sentimentos) projetou as resoluções verdadeiramente reflectidas dos problemas e necessidades das mulheres dos Estados Unidos?

O foco enfático da Seneca Falls Declaration (Declaração de Seneca Falls) foi a instituição do casamento e os seus muito prejudiciais efeitos nas mulheres: o casamento roubava das mulheres os seus direitos de propriedade, fazendo-as esposas economicamente – e moralmente - dependentes dos seus maridos. Exigindo obediência absoluta das esposas, a instituição casamento dava aos maridos o poder de punirem as suas mulheres, e mais do que isso, as leis de separação e divórcio eram absolutamente baseadas na supremacia masculina. Como resultado do estatuto inferior das mulheres dentro do casamento, a Declaração de Seneca Falls argumentou que as mulheres sofriam desigualdades nas instituições educacionais bem como nas profissões. “Os empregos bem remunerados” e “todas as avenidas para a riqueza e distinção” (como a medicina, o direito e a teologia) eram absolutamente inacessíveis às mulheres. A Declaração concluía com a sua lista de injustiças com a evocação da dependência mental e psicológica das mulheres, que as deixou com pouca “confiança e auto-respeito”.

A inestimável importância da Declaração de Seneca Falls foi o seu papel na *consciencialização articulada dos direitos das mulheres* no meio do século. Foi o culminar de uma teoria de anos de insegurança, muitas vezes silenciada, apontando de forma desafiadora para a condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e absolutamente opressora para as mulheres burguesas e da crescente classe média. No entanto, como consumação rigorosa da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a Declaração ignorou a situação difícil da classe de mulheres brancas trabalhadoras, como ignorou a condição das mulheres negras no Sul e no Norte. Por outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propôs uma análise da condição feminina que desprezou as circunstâncias das mulheres fora da classe social das autoras do documento.

E quanto àquelas mulheres que *trabalhavam* para viver – as mulheres que, por exemplo, operavam nas fábricas têxteis no nordeste? Em 1831 quando a indústria têxtil ainda era o maior foco da nova revolução industrial, as mulheres eram a maioria dos trabalhadores da indústria. Nas fábricas têxteis em New England havia 38 927 mulheres trabalhadoras face a 18 539 homens. As pioneiras “mil grils” (raparigas operárias) tinham sido recrutadas nas famílias rurais locais. Os donos das fábricas representavam a vida nas fábricas como um atrativo e instrutivo prelúdio à vida de casada. Os sistemas eram retratados como uma “família substituta” onde as jovens raparigas rurais seriam rigorosamente supervisionadas por matronas. E como era realmente a vida na fábrica? Durante muitas horas – doze, catorze ou até dezasseis horas por dia, em condições de trabalho atrozes, em espaços inumanamente cheios e

“tão pouco tempo permitido para as refeições – meia hora ao meio-dia para almoço- que as mulheres corriam da quente, e húmida sala de tecelagem vários quarteirões para as suas casas, tomando de um só gole a sua principal refeição do dia, e corriam de volta para a fábrica com medo serem multadas se chegassem atrasadas. No inverno não se atreviam a parar para fechar os seus casacos e muitas vezes comiam sem tirá-los. Foi o tempo da pneumonia. No verão a comida estragada e mau sistema sanitário conduziu à disenteria. A tuberculose acompanhou-as em todas as estações”.

As mulheres operárias lutaram em resposta. No início de 1820 – muito antes da Convenção de Seneca Falls em 1848 – as mulheres trabalhadoras começaram a fazer “paragens” e greves, militantemente protestando contra a dupla opressão que sofriam como mulheres e como trabalhadoras da indústria. Em Dover New Hampshire, por exemplo, as mulheres operárias saíram dos seus trabalhos em 1828 para dramatizar a sua oposição às recentemente instituídas restrições. Elas “chocaram a comunidade pelo desfile com faixas e bandeiras, disparando armas de pólvora”.

Quando aconteceu a Convenção de Seneca Falls no Verão de 1848 as condições nas fábricas tinham-se deteriorado de tal forma, que em New England as filhas dos agricultores iriam rapidamente tornar-se numa força de trabalho minoritária. Substituindo as mulheres de “boas famílias” “yankees” (do Norte), foram as mulheres imigrantes que, tal como os seus pais, irmãos e maridos, passaram a ser o proletariado da nação. Essas mulheres ao contrário das suas predecessoras cujas famílias tinham terra – não tinham nada mais do que contar que o seu poder de trabalho. Quando elas resistiram, elas estavam a lutar pelo seu direito à sobrevivência. Elas lutaram tão apaixonadamente que “em 1840 as mulheres trabalhadoras lideravam a militância pelo trabalho nos Estados Unidos”.

Com campanhas pelas dez horas de trabalho por dia, a Lowell Female Labor Reform Association (Lowell Associação Feminina de Reforma do Trabalho) apresentou petições à legislatura do Estado de Massachusetts em 1843 e 1844. Quando a legislatura concordou, as mulheres da Lowell adquiriram a distinção de vencer a primeira investigação de condições de trabalho por uma entidade governamental na história dos Estados Unidos. Isto foi evidentemente uma explosão nos direitos das mulheres – e predisse, por quatro anos, o lançamento oficial do movimento de mulheres.

Julgando pelas lutas conduzidas por mulheres trabalhadoras brancas – a sua implacável defesa da sua dignidade como trabalhadoras e mulheres, a sua consciência do desafio implícito à ideologia sexista da natureza das mulheres – elas ganharam mais do que o direito de serem elogiadas como as pioneiras do movimento de mulheres. Mas o seu papel foi ignorado pelas líderes que iniciaram o novo movimento, que não compreenderam que as mulheres trabalhadoras experienciaram e desafiaram a supremacia masculina da sua própria e especial forma. A história contém uma ironia no movimento iniciado em 1848: de todas as mulheres que assistiram à Convenção de Seneca Falls, a única que viveu o tempo suficiente para exercer o direito de voto setenta anos mais tarde foi uma mulher trabalhadora de nome Charlotte Woodward.

O motivo de Charlotte para assinar a Declaração de Seneca Falls foi dificilmente idêntico àquelas mulheres prósperas. O seu propósito ao assistir à Convenção foi procurar conselhos para melhorar o seu estatuto de trabalhadora. Como fabricante de luvas, a sua ocupação ainda não estava industrializada: ela trabalhava em casa, recebia salários legalmente controlados pelo homem da sua família. Descrevendo as condições do seu trabalho, ela exprimiu o espírito de rebelião que a trouxe até Seneca Falls:

"Nós mulheres trabalhávamos secretamente nos nossos quartos porque toda a sociedade construiu a teoria de que os homens, não as mulheres, ganhavam dinheiro e apenas os homens podiam suportar a família… Não acredito que exista alguma comunidade em que as almas de algumas mulheres não batam asas de rebelião. Da minha parte posso dizer toda a fibra do meu ser está em rebelião, apesar de silenciada, todas as horas que cosi luvas por um miserável salário que ganhei, nunca foi meu. Eu queria trabalhar, mas eu queria escolher a minha tarefa e receber o meu salário. Esta foi a minha forma de rebelião contra a vida na qual nasci".

Charlotte e outras várias mulheres trabalhadoras presentes na Convenção eram sérias – elas eram mais sérias sobre os direitos das mulheres do que qualquer outra coisa nas suas vidas.

Na última sessão da Convenção Lucretia Mott propôs uma resolução final chamando ambas para depor no púlpito e "para proteger as mulheres *em igual participação com os homens nos vários negócios,* profissões e comércio". Era isto um mero pensamento de conclusão? Um gesto caritativo para Charlotte e para as suas irmãs trabalhadoras? Ou o pequeno contingente de mulheres de classe trabalhadora protestou a exclusão dos seus interesses da resolução original, pondo em causa Lucretia Mott, a tão antiga ativista anti-escravatura, a posicionar-se no interesse delas? Se Sarah Grimke estivesse presente ela talvez tivesse insistido, como tinha dito em outra ocasião:

"Há nas classes pobres muitos corações fortes e honestos cansados de serem escravos e ferramentas, que estão sedentos de liberdade e que os usarão merecidamente".

Se o reconhecimento acordado com as mulheres trabalhadoras na reunião de Seneca Falls não foi negligenciado, não haveria sequer uma menção sobre os direitos de outro grupo de mulheres que sentiam "rebelião contra as vidas nas quais nasceram". No Sul elas revoltaram-se contra a escravatura e no Norte contra a dúbia condição de liberdade chamada racismo. Enquanto havia pelo menos um homem negro nos conferencistas de Seneca Falls, não havia uma única mulher negra na assistência. Nem sequer os documentos da Convenção fizeram referência às mulheres negras. Para os iluminados organizadores abolicionistas, pareceria confuso que as mulheres escravas fossem inteiramente desprezadas.

Mas este não era um problema novo. As irmãs Grimke tinham previamente criticado um número de sociedades anti-escravatura por ignorarem as condições das mulheres negras e por algumas vezes manifestarem ruidosamente preconceitos racistas. Durante a preparação da convenção fundadora da National Female Anti-Slavery Society (Sociedade National Feminina nti-escravatura) Angelina Grimke tomou a iniciativa de garantir a presença de mulheres negras. Mais do que isso, sugeriu que

seria pronunciado uma expressão especial nessa convenção ao povo negro livre no Norte. Como ninguém – nem sequer Lucretia Mott – preparou a expressão, Sarah Grimke, irmã de Angelina teve de pronunciar o discurso. Já em 1837 as irmãs Grimke castigaram a New York Female Anti-Salvery Society (Sociedade Feminina Anti-escravatura de New York) por falharem o envolvimento das mulheres negras no seu trabalho. "Contando com os seus fortes sentimentos aristocráticos" Angelina disse pesarosamente:

".., elas eram excessivamente ineficientes … nós tínhamos pensamentos sérios de formar a Anti-Slavery Society (Sociedade Anti-escravatura) entre as nossas irmãs negras e chegar a elas para convidar os seus amigos brancos para se juntarem a elas, e desta forma pensávamos que podíamos chegar às mais eficientes mulheres brancas da cidade para se lhes juntarem".

A ausência das mulheres negras da Convenção de Seneca Falls foi o mais conspícuo do seu contributo prévio para a luta dos direitos das mulheres. Mais de uma década antes desta reunião, Maria Stewart respondeu ao ataque sobre ela por ser conferencista pública perguntando enfaticamente "E então se eu for uma mulher?" Esta mulher negra foi a primeira mulher nascida nos Estados Unidos a conferenciar dirigindo-se a audiências de homens e mulheres. Em 1827 Freedom's Journal (Jornal da Liberdade) – o primeiro jornal negro no país – publicou uma carta de uma mulher negra sobre os direitos das mulheres. "Matilda" como ela própria se identificava, exigia educação para as mulheres negras quando a escola para as mulheres era ainda uma questão controversa e impopular. A sua carta aparece neste jornal pioneiro um ano antes da escocesa Frances Wright iniciar a conferência sobre educação igual para as mulheres.

"Dirijo-me a todas as mães, dizendo-lhes que enquanto for necessário possuir conhecimento para fazer um pudim, é indispensável ter algo mais. É seu dever encher a cabeça das suas filhas com aprendizagens úteis. Elas devem usar o seu tempo de lazer lendo livros, para obterem informação valiosa, que nunca lhes poderá ser tirada".

Muito antes da primeira convenção de mulheres, as mulheres brancas de classe média lutaram pelo direito à educação. O comentário de Matilda – mais tarde confirmado por Prudence Crandall que recrutou raparigas negras para a sua escola em Connecticut – demonstrou que as mulheres brancas e negras estavam realmente unidas no seu desejo pela educação. Desafortunadamente esta união não foi compreendida na Convenção de Seneca Falls.

A falha em reconhecer o potencial de um movimento de mulheres integrado – particularmente contra o sexismo na educação – foi dramaticamente revelada num episódio que ocorreu durante o crucial Verão de 1848. Ironicamente, envolveu a filha de Frederick Douglass. Depois da sua admissão oficial no seminário em Rochester, New York, a filha de Douglass foi proibida de assistir a aula com raparigas brancas. A directora que ditou esta regra era uma mulher abolicionista! Quando Douglass e a sua esposa protestaram contra esta política segregadora, a directora pediu que cada rapariga branca votasse sobre esta questão, indicando que uma objeção bastaria para prossegir a exclusão. Depois das raparigas brancas votarem a favor da integração na

turma, a directora confrontou os pais das raparigas, usando um único resultado de objeção como desculpa para excluir a filha de Douglass.

Que uma mulher branca associada ao movimento anti-escravatura pudesse assumir uma postura racista para com uma rapariga negra no Norte reflete a maior fraqueza da campanha abolicionista – a sua falha em promover a consciência anti-racista. Esta séria fraqueza abundantemente criticada pelas irmãs Grimke foi infelizmente transportada para dentro da organização do movimento dos direitos das mulheres.

Apesar do esquecimento inicial que as ativistas de direitos de mulheres tiveram sobre a promessa das suas irmãs negras, o eco do novo movimento de mulheres foi sentido por toda a luta organizada da libertação dos negros. Como acima mencionado, a National Convention of Colored Freedmen (Convenção Nacional dos Homens de Cor Livres) passou uma resolução sobre igualdade para as mulheres em 1848. Por iniciativa de Frederick Douglass esta reunião de Cleveland resolveu que as mulheres seriam eleitas delegadas em bases iguais aos homens. Pouco depois, a convenção do povo negro em Philapelphia não apenas convidou mulheres negras a participarem, mas em reconhecimento ao novo movimento lançado em Seneca Falls, convidou as mulheres brancas a juntarem-se a eles. Lucretia Mott descreve a sua decisão em assistir numa carta a Elizabeth Cady Santon:

"Estamos agora a meio da convenção das pessoas negras da cidade. Douglass e Delany – Remond e Garnet estão aqui – todos tomando parte ativa – e como incluíram mulheres e também mulheres *brancas*, não posso fazer menos, pelo interesse que sinto pela causa do escravo, e também da mulher, do que estar presente e fazer parte pelo menos um pouco – Por isso ontem, numa chuva torrencial, Sarah Pugh e eu fomos lá e espero que façamos o mesmo hoje."

Dois anos depois da Convenção de Seneca Falls aconteceu a primeira National Convention on Women's Rights (Convenção Nacional de Direitos das Mulheres) em Worcester, Massachusetts. Tendo sido convidada ou estando lá por sua iniciativa, Sojouner Truth estava entre os participantes. A sua presença e os seus discursos simbolizaram nas subsequentes reuniões de direitos de mulheres a solidariedade das mulheres negras com a nova causa. Elas aspiravam a liberdade não apenas da opressão racista como da dominação sexista. "Ain´t I a woman?" (Não sou eu mulher?) o refrão do discurso pronunciado por Sojourner Truth em 1851 na convenção de mulheres em Akron, Ohio – permanece um dos mais frequentes soglans do movimento de mulheres do séc XIX.

Sojourner Truth sozinha salvou a reunião de mulheres de Akron do disruptivo escárnio dos homens hostis. De todas as mulheres assistindo à reunião, foi capaz sozinha de responder agressivamente aos rudes e provocadores argumentos da supremacia masculina. Possuindo um carisma inegável e uma habilidade poderosa de oralidade, Sojourner Truth mandou abaixo a pretensão de que a fraqueza da mulher era incompatível com o sufrágio – e fê-lo com uma lógica irrefutável. O líder dos provocadores argumentou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, quando não podiam sequer atravessar uma poça de água, ou entrar numa carruagem sem a ajuda de um homem. Sojourner Truth apontou para fora desse argumento com a simplicidade de que ela nunca foi ajudada a atravessas poças de água nem a entrar

em carruagens “e não sou eu uma mulher?”. Com uma voz com um trovão ela disse “olhem para mim! Olhem para os meus braços” e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços.

“Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão jesus me ouviu! E não sou eu mulher?”

Como a única mulher negra na assistência da convenção de Akron, Sojourner Truth fez o que nenhuma das suas tímidas irmãs brancas foi capaz de fazer. Naquele tempo, poucas mulheres se atreviam a falar numa reunião. Tendo poderosamente advogado a causa do seu sexo, chamando a atenção das mulheres brancas bem como os disruptivos adversários masculinos, Sojourner Truth foi espontaneamente aplaudida como a heroína do dia. Ela não apenas derrotou o argumento masculino do “sexo fraco”, como também refutou a tese que a supremacia masculina era um princípio cristão, uma vez que cristo era um homem:

“esse homem vestido de negro disse que as mulheres não podem ter os mesmos direitos que os homens porque cristo não foi uma mulher. De onde é que cristo veio?”

De acordo com a presidente oficial “um trovão não teria silenciado essa multidão, como os profundos e maravilhosos tons em que ela ficou com os braços desnudados e os olhos em fogo.”

“De onde veio o teu cristo? De deus e de uma mulher! O homem nada tem a ver com ele!”

E quanto ao horrível pecado cometido por Eva, esse foi um difícil argumento contra as capacidades das mulheres. Pelo contrário foi uma enorme vantagem:

“Se a primeira mulher que deus fez foi forte o suficiente para virar o mundo ao contrário sozinha, estas mulheres juntas são capazes de pô-lo no lado certo. E agora que estão a pedir para fazê-lo, é melhor os homens deixá-las fazê-lo”.

A truculência dos homens foi calada e as mulheres estavam a explodir de orgulho, os “seus corações batiam de gratidão” e “muitas com olhos marejados”. Frances Dana Gage a presidente oficial da convenção de Akron continua a sua descrição do impacto do discurso de Sojourner Truth:

“Ela levou-nos nos seus fortes braços e carregou-nos seguramente para fora das dificuldades, mudando a maré a nosso favor. Nunca na minha vida vi alguma coisa como a mágica influência que venceu o espírito do dia, e mudou o escárnio duma excitada multidão em notas de respeito e admiração”.

O discurso de Sojourner Truth “Ain’t I a woman?” teve implicações mais profundas, porque foi também, pelo que parece, um comentário sobre as atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que mais tarde louvaram a sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres de Akron que inicialmente se opuseram a que as mulheres negras

tivessem voz na sua convenção e aqueles que eram contra o direito das mulheres tentaram tirar proveito deste racismo. Nas palavras de Frances Dana Gage:

"Os líderes do movimento tremeram quando viram uma mulher negra alta e magra vestida num vestido cinzento com um turbante branco, marchando deliberadamente para a igreja, caminhando com um ar de rainha, tomando lugar no púlpito. Um zumzum de desaprovação foi ouvido, e ouviu-se "um caso amoroso do abolicionismo!", "eu disse-te!" "sai escura!".

No segundo dia da convenção, quando Sojourner quis responder ao assalto da supremacia masculina, as mulheres brancas líderes tentaram persuadir Gage para impedi-la de falar.

"Não a deixe falar!' arfaram meia dúzia ao meu ouvido. Ela moveu-se devagar para a frente e virou os seus olhos falantes para mim. Havia um ruído de desaprovação. Eu corei e anunciei "Sojourner Truth" e pedi à audiência que mantivesse o silêncio por poucos momentos".

Felizmente para as mulheres de Ohio, e para o movimento de mulheres em geral – para quem o discurso de Sojourner estabeleceu um espírito de luta militante – e para todas nós que recebemos a inspiração das suas palavras, Frances Dana Gage não sucumbiu à pressão racista das suas camaradas. Quando esta mulher negra discursou, a sua resposta à supremacia racista também continha uma profunda lição para as mulheres brancas. Repetindo a sua pergunta "E não sou eu mulher?" não menos de quatro vezes, ela expôs o preconceito de classe e racismo no novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas e nem todas gozavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner era negra – era uma ex-escrava – mas não era menos mulher que as suas irmãs brancas da convenção. A sua raça e condição económica era diferente mas não anulava a sua natureza feminina. Como mulher negra ela exigia direitos iguais não menos legítimos do que os das mulheres brancas de classe média. Na convenção de mulheres dois anos mais tarde, ela lutou contra esforços para impedi-la de falar.

"Eu sabia que era estranho ver uma mulher negra a levantar-se e a dizer-nos coisas sobre os direitos das mulheres. Fomos todas deitadas abaixo e ninguém pensou que nos poríamos de pé outra vez; mas já tínhamos seguido um longo caminho, estaríamos de pé novamente e agora eu estou aqui".

Durante toda a década de 1850 as convenções locais e nacionais atraíram crescentes números de mulheres para a campanha pela igualdade. Nunca foi uma ocorrência usual a comparência de Sojourner Truth nessas reuniões apesar da inevitável hostilidade. Representando as suas irmãs negras – escravas e livres – ela trouxe um espírito lutador à campanha dos direitos das mulheres. Este foi o contributo único e histórico de Sojourner Truth. E no caso das mulheres brancas esquecerem que as mulheres negras não são menos mulheres que elas, a sua presença e o seu discurso serviu de constante recordação. As mulheres negras também iam obter os seus direitos.

Entretanto, um grande número de mulheres negras manifestavam o seu compromisso para com a liberdade e igualdade de formas menos conectadas com o novo

movimento de mulheres. A Underground Railroad (Caminho de ferro Underground) exigiu a energia de numerosas mulheres negras do Norte. Jane Lewis, por exemplo, uma residente em New Lebanon, Ohio, regularmente conduziu o seu barco no rio Ohio, resgatando muito escravos fugitivos. Frances E. W. Harper uma dedicada feminista e muito popular poetisa negra do meio século, foi uma das mais ativas conferencistas no movimento anti-escravatura. Charlotte Forten que se tornou numa líder negra educadora durante o período após a guerra civil, foi também uma ativa abolicionista. Sarah Remond cujas conferências contra a escravatura em Inglaterra, Irlanda e Escócia exerceram uma vasta influência na opinião pública, de acordo com um historiador "manteve os conservadores (Tories) a intervirem ao lado da Confederação".

Mesmo os mais radicais abolicionistas brancos, baseados na sua oposição à escravatura na moral e no humanitarismo, falharam na compreensão que o rápido desenvolvimento do capitalismo no Norte era também um sistema opressivo. Eles viam a escravatura como uma instituição detestável e inumana, uma transgressão arcaica da justiça. Mas não reconheceram nos trabalhadores brancos do Norte, que o estatuto de trabalhador livre não era diferente trabalhadores escravos do Sul: ambos eram vítimas da exploração económica. Militante como era suposto que fosse, William Lloyd Garrison foi veemente contra o direito à organização dos trabalhadores assalariados. A questão inaugural do "The Liberator" (O Libertador) incluiu um artigo denunciando os esforços dos trabalhadores de Boston em formarem um partido político.

"uma tentativa foi feita – ainda está a ser feita – lamentamos dizer – em inflamar as mentes das nossas classes trabalhadoras contra o mais opulento, e persuadir os homens de que eles estão condenados e oprimidos pela enriquecida aristocracia… está no mais alto nível criminal, portanto, em exasperar os nosso mecânicos em ações de violência ou em arrumá-los debaixo de uma bandeira de um partido."

Em regra, os abolicionistas brancos ou defendem o capitalismo industrial ou expressam a faltam de consciência de classe e lealdade. Esta inquestionável aceitação do capitalismo económico era também evidente no programa do movimento de mulheres. Se a maior parte dos abolicionistas vissem a escravatura como uma mancha suja que precisasse de ser eliminada, a maior parte das mulheres via a supremacia masculina de forma semelhante – uma imperfeição imoral aceite na sua sociedade.

As líderes do movimento do direito das mulheres não suspeitaram que a escravatura do povo negro no Sul, a exploração económica de trabalhadores no Norte e a opressão social das mulheres pudessem estar sistematicamente relacionados. Com o início do movimento de mulheres, pouco foi dito sobre as pessoas trabalhadoras – nem sobre as mulheres brancas trabalhadoras. Muitas das mulheres que apoiavam a campanha abolicionista, falharam em integrar a sua consciência anti-escravatura na sua análise da opressão sobre as mulheres.

Com o fim da guerra civil as líderes de direitos das mulheres foram persuadidas em redirigir as suas energias para a defesa da causa da União. Suspendendo a sua agitação pela igualdade sexual, elas aprenderam quão profundamente estava o

racismo implantado na sociedade dos Estados Unidos. Elizabeth Cady Stanton, Lucretia Mott e Susan B. Anthony viajaram através do Estado de New York distribuindo conferências pró-união exigindo "imediata e incondicional emancipação".

"e receberam o mais rude tratamento das suas vidas nas mãos das excitadas multidões em todas as cidades que pararam entre Buffalo e Albany. Em Syracuse o hall foi invadido por uma multidão de homens brandindo facas e pistolas".

Se elas antes não reconhecessem que o Sul não tinha o monopólio do racismo, as suas experiências como agitadoras da União pode tê-las feito pensar que havia de fato racismo no Norte – e que podia ser brutal.

Quando o esboço militar se instituiu no Norte, formaram-se tumultos nos maiores centros urbanos fomentados por forças pró-escravatura Esses tumultos trouxeram violência e morte para a população negra livre. Em julho em 1863 as multidões na cidade de New York:

"destruíram as estações de recrutamento, atacaram o The Tribune (A Tribuna) e proeminentes republicanos, queimaram um órfão negro do asilo, e criaram o caos generalizado na cidade. As multidões dirigiam a sua fúria em especial contra os negros, assaltando-os sempre que os encontrava. Muitos foram assassinados... calcula-se que 1 000 pessoas foram mortas e perseguidas..."

Se o grau em que o próprio Norte estava infetado de racismo tivesse anteriormente desaparecido irreconhecível, a violência da multidão em 1863 demonstrou que o sentimento anti-negro era profundo e espalhado em potenciais assassinos. Se o Sul tinha o monopólio da escravatura, era certo que não apoiava o racismo sozinho.

Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony concordaram com as abolicionistas radicais que a guerra civil podia terminar por emancipar os escravos e recrutá-los para o exército da Union Army (Exército da União). Elas esforçaram-se junto das mulheres da sua posição para organizar a Women's Loyal League (Liga de Mulheres Leais). Na reunião de fundação, centenas de mulheres concordaram em promover um esforço de guerra circulando petições exigindo a emancipação dos escravos. No entanto, elas não eram unânimes, na sua resposta à resolução de Susan B. Anthony que fazia a ligação aos direitos das mulheres na libertação do povo negro.

A resolução proposta dizia que nunca haveria uma paz real na república enquanto "os direitos civis e políticos para todos os cidadãos descendentes de áfrica e para todas as mulheres" estivessem praticamente estabelecidos. Infelizmente, no seguimento dos desenvolvimentos pós-guerra, pareceu que esta resolução foi motivada pelo medo que as mulheres bancas sentiram quando foram deixadas para trás e os escravos emergiram em direcção à liberdade. Mas Angelina Grimke propôs a principal defesa da união entre a libertação dos negros e a libertação das mulheres: "eu quero ser identificada com o negro" ela insistiu. "Enquanto ele não tiver os seus direitos, nós nunca teremos os nossos".

"Eu alegro-me se a resolução combinar-nos com o negro. Sinto que estivemos com ele, que o ferro entrou nas nossas almas. De verdade, nós não sentimos a chicote do

dono de escravos! De verdade não tivemos as nossas mãos algemadas, mas os nossos corações foram esmagados”.

Nesta fundação da convenção da Women’s Loyal League (Liga de Mulheres Leais), onde todas as veteranas da campanha abolicionista e do movimento de direitos de mulheres foram convidadas – Angelina Grimke carateristicamente propôs a mais avançada interpretação da guerra que ela descreveu como a “nossa segunda revolução”.

“Esta guerra não é, como o Sul falsamente pretende, uma guerra de raças, nem de seções, nem de partidos políticos, mas uma guerra de princípios, uma guerra sobre as classes trabalhadoras, sejam brancas ou negras… nesta guerra o homem negro é a primeira vítima, o homem trabalhador seja qual for a sua cor a próxima vítima; e agora todos os que lutam pelos direitos do trabalho, pelo livre discurso, escolas livres, sufrágio livre e governo livre… são conduzidos para batalhar na defesa destes ou a caírem com eles, vítimas da mesma violência que por dois séculos manteve o homem negro num prisioneiro de guerra. Enquanto o Sul levar esta guerra contra os direitos humanos, o Norte mantém-se a segurar a roupas daqueles que são desumanamente libertados para a morte…

A nação está numa luta de morte. Ou torna-se num vasto sistema de escravatura de tiranos mesquinhos, ou liberta-se absolutamente a terra… ”

A brilhante “Adress to the soldiers of our second revolution” (Carta aos soldados da nossa segunda revolução) de Angelina Grimke demonstrou que a sua consciência política estava mais avançada que as suas contemporâneas. No seu discurso ela propôs uma radical teoria e prática que *podia ter alcançado* a aliança abraçando o trabalho, os negros e as mulheres. Como disse Karl Marx “o trabalho na pele branca nunca pode ser livre enquanto o trabalho na pele negra é marcado a fogo com um ferro”, é também verdade como Angelina Grimke insistiu lucidamente, que as lutas democráticas da época – especialmente a luta pela igualdade das mulheres – podia ser mais efectivamente recompensada se associada à luta pela libertação dos negros.

Capítulo 4
Racismo no movimento sufragista feminino

“Apesar desta questão política permanecer para discutir por cinco ou dez anos, os homens negros continuam, do ponto de vista político, longe das mulheres educadas do país. As mulheres representativas da nação fizeram o seu máximo nos últimos trinta anos para assegurar a liberdade para o negro; e enquanto ele foi o mais baixo na escala do ser, nós desejamos divulgar a sua reivindicação; mas agora, quando o portão dos direitos civis lentamente se move, tornou-se uma séria questão se não era melhor estarmos à parte vendo “Sambo” (“o negro”) caminhando em primeiro lugar para o reino. Como a auto-preservação é a primeira lei da natureza, não será mais perspicaz manter as nossas luzes a arder, e quando a porta constitucional se abrir, em proveito do braço forte e do uniforme azul dos soldados negros que caminham a seu lado, e desta forma faz a distância tão longe que nenhum privilégio de classe pode nunca mais fechar-se contra o cidadão mais nobre da república?

“Esta é a hora do negro”. Será que ele, uma vez em posse dos seus inalienáveis direitos, não será mais um poder adicional para nos prender na baía? Não foram os “cidadãos negros homens” ouvidos a dizer que duvidavam do discernimento do direito ao sufrágio para as mulheres? Porque serão os africanos mais justos e generosos que os seus parceiros saxónicos? Se aos dois milhões de mulheres negras do Sul não foram assegurados os direitos de pessoa, propriedade, salário e filhos, a sua emancipação é outra forma de escravatura. De facto é melhor ser escravo de um homem branco educado, do que um negro ignorante e degradante…”

Esta carta ao editor do New York Standard em 26 de dezembro de 1865 foi escrita por Elizabeth Cady Stanton. As suas ideias indiscutivelmente racistas indicam que Stanton compreende que a relação entre a batalha da libertação dos negros e a luta dos direitos da mulher é no mínimo superficial. Ela estava determinada, assim parecia, a prevenir o progresso do povo negro – nada menos para o “Sambo” – se isso significasse que as mulheres brancas pudessem não beneficiar imediatamente desse progresso.

A linha de raciocínio oportunista e infelizmente racista da carta de Stanton ao “Standard” (O padrão) continha questões sérias sobre a proposta de ligação da causa das mulheres com a causa dos negros que foi construída na primeira reunião sobre os direitos das mulheres no fim da Guerra Civil. Em 1866 em New York as delegadas dessa convenção de direitos das mulheres decidiram estabelecer a Equal Rights Association (Associação de Direitos Iguais) incorporando as lutas do sufrágio dos negros e das mulheres numa única campanha. Muitos delegados não duvidaram em compreender a necessidade da união – o tipo de unidade que seria mutuamente benéfica para o povo negro e para as mulheres. Susan B. Anthony, por exemplo, insistiu que era necessário “… alargar a nossa plataforma de direitos das mulheres e fazê-lo em *nome* do que foi sempre o seu espírito – uma plataforma de direitos humanos”. No entanto a influência do racismo na convenção foi certeira. Num dos maiores convites para a reunião, o bem conhecido Henry Ward Beecher argumentou que as brancas, as nativas nascidas no país, as mulheres educadas eram de longe mais convincentes na exigência do sufrágio que o povo negro e os imigrantes, que retratou de uma forma rebaixada:

“ agora coloquem o grande exército de mulheres cultivadas e refinadas de um lado, e do outro lado a crescente nuvem de emancipados africanos, e em frente deles o grande bando de imigrantes da Ilha esmeralda, e há força suficiente no nosso governo para dar os direitos civis de forma segura aos africanos e aos irlandeses? Sim há. Devemos dar-lhes os direitos. E as nossas forças cairão fazendo isso? E devemos tomar os justos e melhores da nossa sociedade aqueles a quem devemos a nossa civilização: as nossas professoras, as nossas companheiras, aquelas que nos aconselham nos nossos problemas mais do que quaisquer outros; aquelas em quem confiamos qualquer coisa – o bem estar das nossas crianças, a nossa casa, a nossa propriedade, o nosso nome e reputação, e mais profundo de tudo, o interior da nossa vida, e que nenhum homem pode fazer menção a mais do que uma - Devemos então dizer. “elas não são, apesar de tudo, adequadas a votar onde os irlandeses e onde os africanos votam?”….

Eu digo … *é mais importante que as mulheres votem* do que os homens negros possam votar…”

O comentário de Beecher revela a profunda ligação ideológica entre racismo, preconceito de classe e supremacia masculina, pois as mulheres brancas que ele elogia são descritas numa linguagem onde prevalecem estereótipos sexistas.

Na primeira reunião anual da Equal Rights Association (Associação de Direitos Iguais) em maio de 1867, Elizabeth Cady Stanton fez ecoar fortemente o argumento de Henry Beecher de que era mais importante para as mulheres (isto é as mulheres brancas anglo-saxónicas) receberem os direitos civis do que os homens negros ganharem o direito ao voto.

“Com os homens negros, não temos nenhum novo elemento no governo, mas com a educação e a elevação das mulheres, temos o poder de desenvolver a raça anglo-saxónica para um nível mais alto e enobrecer a nossa vida, pela lei da atração, elevando todas as raças para uma plataforma mais alta que nunca poderá ser alcançada no isolamento político dos sexos”.

A maior questão desta convenção foi a suspensão dos direitos civis para os homens negros – e se a defesa dos direitos das mulheres tinham vontade de suportar o sufrágio dos negros mesmo que as mulheres não fossem capazes de alcançar simultaneamente o voto. Elizabeth CadyStanton e outras que acreditavam que aos seus olhos, a emancipação devolveu superioridade ao homem negro, estavam absolutamente opostas ao sufrágio do homem negro. Apesar disso havia umas que acreditavam que a abolição da escravatura não tinha abolido a opressão económica sobre o povo negro, que por isso tinham uma especial necessidade e urgência de poder político. Como Abby Kelly Foster não concordou com a lógica de Stanton ela colocou-lhe esta questão:

“teremos algum sentido de verdade e justiça, não estamos mortas para o sentimento de humanidade se desejarmos adiar a sua segurança contra a presente e futura angústia da escravatura até que as mulheres obtenham os direitos políticos?”

Com o início da Guerra Civil, Elizabeth Cady Stanton chamou as suas colegas feministas para dedicarem todas as suas energias durante os anos da Guerra Civil à

campanha anti-escravatura. Mais tarde ela argumentou que a defesa dos direitos das mulheres tinha cometido um erro estratégico ao subordinarem-se a si próprias à causa do abolicionismo. Aludindo, nas suas "Reminiscências", que "às mulheres durante seis anos suspenderam temporariamente as suas próprias exigências aos escravos do sul", ela admitiu que elas eram altamente louvadas nos círculos republicanos pelo seu activismo patriótico "mas quando os escravos foram emancipados ela lamentou,

"… e essas mulheres perguntaram se seriam reconhecidas na reconstrução como cidadãs da república, iguais perante a ei, todas essas transcendentes virtudes foram apagadas como o orvalho antes do nascer do sol".

De acordo com Elizabeth Cady Staton a moral desenhada pelas mulheres (isto é, pelas mulheres brancas) na experiência da Guerra Civil foi que as mulheres nunca deviam "trabalhar para o esforço dos homens e exaltar o seu sexo sobre o seu próprio sexo".

Havia um forte elemento de inocência política na análise de Staton sobre as condições que prevaleceram no final da guerra, o que significava que ela estava mais vulnerável do que nunca à ideologia racista. Logo que o Union Army (Exército da União) triunfou sobre os opositores da Confederação, ela e as suas parceiras de trabalho insistiram que o partido republicano as recompensasse pelos seus esforços em tempo de guerra. A recompensa que elas exigiram foi o sufrágio para as mulheres – como se tivesse sido feito um acordo; como se as proponentes dos direitos das mulheres tivessem lutado pela derrota da escravatura com a compreensão que o seu preço seria o voto.

Evidentemente os Republicanos não concederam o seu apoio ao sufrágio para as mulheres depois da vitória da União. Mas não foi tanto porque serem homens, mas porque como políticos estavam obrigados ao domínio dos interesses económicos do período. Na medida em que os militares contestavam entre o Norte e o Sul, uma guerra para derrubar a classe de donos de escravos do Sul, tratava-se de uma guerra conduzida pelos interesses da burguesia do Norte, isto é, pelos novos e entusiastas industriais capitalistas que encontraram a sua voz política no partido republicano. Os capitalistas do Norte viram o controlo económico de toda a nação. A sua luta contra a escravatura do Sul não significou que eles apoiaram a libertação dos homens e mulheres negros como seres humanos.

Se o sufrágio feminino não fosse incluído na agenda pós-guerra do partido Republicano, nem teria sido inato os direitos políticos do povo negro de qualquer preocupação real para esses políticos triunfantes. Ao concederam a necessidade de estender o voto aos novos emancipados homens negros no sul, não implicava que favorecessem os homens negros sobre as mulheres brancas. O sufrágio dos homens negros – inscrito na Décima Quarta e Décima Quinta Emendas Constitucionais propostas pelos Republicanos – foi um movimento tático desenhado para assegurar a hegemonia política do partido Republicano no caótico pós-guerra do Sul. O líder do senado republicano Charles Summer foi um apaixonado proponente do sufrágio para as mulheres até que o período do pós-guerra lhe trouxe uma súbita mudança na sua atitude. A extensão do voto às mulheres, ele então insistiu, foi "uma exigência inoportuna". Por outras palavras,"… os republicanos não queriam que nada interferisse no ganho de dois milhões de votantes negros para o seu partido".

Quando os Republicanos ortodoxos replicaram a exigência pós-guerra pelo sufrágio das mulheres com o slogan “é a hora do negro”, eles estavam a dizer debaixo dos seus fôlegos, “esta é a hora de mais dois milhões de votos para o nosso partido”. No entanto Elizabeth Cady Stanton e as suas seguidoras pareceram acreditar que era a “hora do homem” e que os republicanos estavam preparados a estender aos homens negros todos os privilégios da supremacia masculina. Quando foi questionada por um delegado negro em 1867 na Equal Rights Convention (Convenção dos Direitos Iguais) se ela se opunha à extensão ao voto aos homens negros enquanto as mulheres não tivessem também direitos, ela respondeu:

“Eu digo não, eu não confiarei nele os meus direitos; degradado, oprimido, ele próprio será mais déspota… que os nossos legisladores saxónicos foram…”

O princípio da unidade por debaixo da criação da Equal Rights Association (Associação dos Direitos Iguais) foi indubitavelmente desacreditada. Quando Frederick Douglass concordou em ser co-vice-presidente com Elizabeth Cady Staton (bem como Lucretia Mott, que foi eleita presidente da associação) simbolizou a natureza séria da sua busca pela unidade. Parecia no entanto que Stanton e algumas das suas co-trabalhadoras infelizmente perceberam a organização como um significado da garantia que os homens negros não iriam receber os direitos enquanto as mulheres brancas recebem também. Quando a Equal Rights Association (Associação dos Direitos Iguais) resolveu agitar-se pela passagem da Décima Quarta Emenda – cuja limitação partilhava os representantes do Congresso em concordarem com o número de cidadãos *homens* negados do direito de votar nas eleições federais – as mulheres brancas sentiram-se fundamentalmente traídas. Depois da Associação votar o apoio à Décima Quinta Emenda – que proibia o uso da raça, cor ou condição prévia de servidão como base para negar a cidadãos o direito ao voto – a fricção interna entrou em erupção numa guerra ideológica aberta e estridente. Como colocou Eleanor Flexner:

“a indignação de (Stanton) e de Susan Anthony não conheceu limites. O mais recente testemunho foi “eu cortarei o meu braço direito se eu trabalhar mais pela demanda do voto para o negro e não pela mulher”. A sra. Stanton fez derrogar referências de “Sambo” e os direitos dos “africanos, chineses, e todos os ignorantes estrangeiros no momento em que tocam a nossa costa”. Ela avisou que a defesa dos Republicanos pelo sufrágio dos homens “criava um antagonismo entre os homens negros e todas as mulheres que iria culminar numa temível afronta à natureza das mulheres, especialmente nos estados do Sul.”

Quer o criticismo da Décima Quarta e Decima Quinta Emendas exprimido pelas líderes do movimento dos direitos das mulheres foi justificável ou não foi ainda debatido. Mas uma coisa parece indiscutível: a sua defesa dos seus próprios interesses de mulheres brancas de classe média – numa egoísta frequência e forma elitista – expôs a ténue e superficial natureza da sua relação com a campanha da igualdade para os negros no pós-guerra. Admitindo, as duas Emendas excluíram as mulheres do novo processo de aquisição de direitos e tal foi interpretado por elas como um detrimento dos seus ganhos políticos. Concedido, elas sentiram que tinham um caso poderoso pelo sufrágio tal como os homens negros. No entanto na articulação da sua oposição argumentando os privilégios da supremacia branca, elas

revelaram quão indefesas elas permaneciam – mesmo depois de anos de envolvimento em causas progressivas – à perniciosa influência ideológica do racismo.

Ambas, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony interpretaram a vitória da União como a real emancipação de milhares de pessoas negras que tinham sido vítimas da escravatura do Sul. Elas assumiram que a abolição do sistema da escravatura elevou as pessoas negras a uma posição na sociedade dos Estados Unidos que era comparável à maioria das muito respeitadas mulheres brancas de classe-média.

"… pelo acto de emancipação e pelos direitos civis, o homem e mulheres negros têm o mesmo estatuto civil e político, necessitando apenas da aprovação ".

A assunção que a emancipação transmitiu aos escravos a igualdade às mulheres brancas – ambos os grupos pediam o voto para completar a sua igualdade na sociedade – ignorando a precaridade absoluta das pessoas negras recentemente "libertadas" durante a era pós-guerra civil. Enquanto as algemas da escravatura não foram quebradas, as pessoas negras continuaram a sofrer a dor da privação económica e a confrontaram-se com a violência terrorista das multidões racistas numa forma tão intensa como na escravatura.

Na opinião de Frederick Douglass a abolição da escravatura foi consumada apenas de nome. As vidas diárias do povo negro no Sul continuavam a tresandar de escravatura. Havia apenas um caminho, argumentou Douglass, para consolidar e assegurar o novo "estatuto de livre dos negros do Sul: a escravatura não é abolida enquanto os homens negros não tiverem o direito ao voto". Esta foi a base da sua insistência que a lutar pelo sufrágio do negro, devesse ser uma prioridade *estratégica* nesse momento histórico em particular, antes do esforço de alcançar o voto para a mulher. Frederick Douglass viu os direitos civis como uma arma indispensável que completaria o processo incompleto de terminar escravatura. Quando ele argumentou que o sufrágio das mulheres era momentaneamente menos urgente que a extensão do voto aos homens negros, ele não estava definitivamente a defender a superioridade dos homens negros. Apesar de Douglass não estar inteiramente livre da influência da ideologia da supremacia masculina e enquanto as formulações polémicas do seu argumento muitas vezes levaram a algo desejável, a essência da sua teoria que o sufrágio dos negros era estrategicamente prioritário foi no mínimo anti-mulher.

Frederick Douglass argumentou que sem o voto, o povo negro no Sul seria incapaz de alcançar qualquer progresso económico.

"Sem o direito a eleger o negro será praticamente um escravo. A propriedade individual foi abolida, mas se restaurarmos os Estados do Sul sem esta medida (isto é, sem o voto), estabeleceremos a propriedade privada dos negros pela comunidade entre os quais eles vivem."

A necessidade de derrotar a continuidade da opressão económica da era pós-guerra não foi a única razão para que o povo negro pedisse de forma urgente o voto. A desavergonhada violência – perpetuada pela multidões encorajadas por aqueles que pensavam ganhar a partir do trabalho dos escravos – iria continuar inquestionavelmente a menos que o povo negro alcançasse poder político. Num dos primeiros debates entre Frederick Douglass e as proponentes do sufrágio para as

mulheres dentro da Equal Rights Association (Associação de Direitos Iguais), Douglass insistiu que o sufrágio dos negros foi precedente porque "connosco sem direitos New Orleans, significa Memphis, significa multidões em New York".

Os tumultos em Memphis e New Orleans tiveram lugar em maio e julho de 1866 – menos de um ano antes do debate entre Douglass e as mulheres brancas. Um comité do congresso dos Estados Unidos ouviu o seu testemunho sobre uma mulher negra libertada que foi vítima da violência em Memphis:

"eu vi-os matarem o meu marido… ele foi alvejado na cabeça enquanto ele estava na cama, doente… eram entre vinte e trinta homens que vieram a minha casa… fizeram-no levantar e ir para fora de portas… perguntaram-lhe se ele tinha sido soldado… então um deu um passo atrás, … pôs a pistola na sua cabeça e disparou sobre ele três vezes,… quando o meu marido caiu ele arrastou os pés um pouco, e olhou como se ele tentasse a entrar dentro de casa, então disseram-lhe que se ele não morresse rapidamente, eles disparariam sobre ele novamente".

Quer em Memphis quer em New Orleans, o povo negro e alguns brancos radicais foram mortos e perseguidos. Durante ambos os massacres as multidões queimaram escolas, igrejas e habitações, também violaram mulheres sozinhas e em grupo com quem se cruzavam no caminho. Estes dois tumultos no Sul foram prognosticados pela violência em New York em 1863, que foi instigada pró-escravatura, forças de projeto-lei no Norte e exigiram as vidas de perto de mil pessoas.

Na luz da violência espalhada e do terror sofrido pelo povo negro no sul, a insistência de Frederick Douglass de que o povo negro necessitava mais urgentemente de poder político que a classe média de mulheres brancas era lógica e obrigatória. A população formada escrava ainda estava fechada na luta pela defesa das suas vidas – e aos olhos de Douglass, apenas o voto podia assegurar a sua vitória. Contrastando, as mulheres brancas de classe-média, cujos interesses eram representados por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, não podiam dizer que as suas vidas estavam em perigo físico de vida. Elas não eram, como os homens e mulheres negros do Sul, engajadas na guerra actual de libertação. E de facto, para os negros do Sul, a vitória da União não significava realmente que a violência e a guerra tinham sido inteiramente paradas. Como observa W. E. B. DuBois:

"É sempre difícil parar a guerra, e mais difícil parar a guerra civil. Inevitavelmente quando os homens foram longamente treinados para a violência e o assassínio, o costume projecta nele próprio para a vida civil, depois da paz, e há crime, desordem e convulsão social".

De acordo com DuBois muitos observadores da situação pós-guerra sentiram que "as pessoas do Sul pareciam ter transferido a sua ira para com o governo federal para as pessoas negras".

"em Alabama, Mississipi e Lousiana, foi dito em 1866 "a vida do negro não vale muito aqui. Eu vi um que foi alvejado na perna enquanto montava uma mula porque o rufião pensou que dava mais trabalho pedir-lhe que saísse de cima da mula do que disparar sobre ele".

Enquanto o povo negro no pós-guerra do Sul estavam inquietos, o estado de emergência prevaleceu. O argumento de Frederick Douglass pelo sufrágio negro era baseado na sua insistência que o voto era uma medida de urgência. Por muito inocente que ele tenha sido sobre o poder potencial do voto dentro dos limites do partido republicano, ele não tratou a questão do sufrágio para os negros como um jogo político. Para Douglass, o voto não era significado da garantia da hegemonia do partido republicano no Sul. Era basicamente uma medida de sobrevivência – um significado de garantir a sobrevivência das massas do seu povo.

As líderes dos direitos das mulheres no pós-guerra civil eram tentadas a ver o voto como um fim em si mesmo. Em 1866 parecia que quanto mais longe fosse a causa do sufrágio para as mulheres, mais racistas eram os seus motivos, mais valeria ter recrutas para a campanha das mulheres. Até Susan B. Anthony detetou a não aparente contradição na defesa do sufrágio para as mulheres pelo congressista que era apologista da supremacia branca. Para grande desânimo de frederick Douglass, Anthony, publicamente elogiou o congressista James Brooks que era um editor de um jornal pró-escravatura. Ainda que o seu suporte ao sufrágio para as mulheres era claramente um movimento tático para contar com apoio dos republicanos ao sufrágio negro, Brooks foi entusiasticamente ladeado por Susan Anthony e as suas colegas.

Representando o interesse da classe de donos de escravos, o partido Democrata pensou em prevenir os direitos à população de homens negros no Sul. Os líderes democráticos defendiam o sufrágio das mulheres numa medida calculada contra os seus oponentes republicanos. A expediência foi a palavra destes Democratas, que estavam preocupados com a igualdade das mulheres imbuídos na mesma desonestidade que os republicanos anunciaram suportar o sufrágio masculino negro. Se Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony tivessem analisado mais cuidadosamente a situação política no período pós-guerra, elas talvez tivessem tido menos vontade em associarem-se a sua campanha sufragista ao notável George Francis Train. "Mulheres primeiro e Negro no final é o meu programa" foi o slogan da sua desavergonhada racista democrata. Quando Stanton e Anthony conheceram Train durante a sua campanha em 1867 no Kansas, ele ofereceu-se em cobrir todas as despesas de uma extensiva viagem de discursos para ele e para essas duas mulheres. "A maior parte dos nossos amigos pensou que foi um erro crasso" escreveu Elizabeth Cady Stanton,

"… mas o resultado provou o contrário. Mr. Train foi então no seu auge – um cavalheiro, no vestir e nas maneiras, não fumou, mastigou, bebeu nem devorou. Ele foi efectivamente um orador e um ator…"

George Francis Train também descrito como um "cérebro partido de arlequim e semilunático" no conhecimento de Stanton nas suas "Reminiscências".

"ele é destituído de princípios como de sentido… ele pode ser de uso perante uma audiência, mas também seria um canguru, um gorila ou um hipopótamo".

Esta era a opinião de William Lloyd Garrisson, cujo acesso a Train foi partilhado por figuras cmo Lucy Stone e Henry Blackwell. Mas Stanton e Anthony estavam necessitadas de apoio, e desde que Train mostrou vontade de assisti-las, elas receberam-no de braços abertos. Com o seu suporte financeiro, elas fundaram o jornal

que – pela sua insistência – foi chamado de Revolution (A Revolução) . O jornal aborreceu a divisa – também pela sua insistência – “Homens os seus direitos e nada mais; Mulheres os seus direitos e nada menos”.

Na altura da convenção de 1869 da Equal Rights Association (Associação de Direitos Iguais), a Décima Quarta Emenda – com a sua implicação de que apenas os cidadãos homens eram incondicionalmente providos do voto – tinha justamente passado. A Décima Quinta Emenda – que proibia a ausência de direitos em função de raça, cor ou condição prévia de servitude (mas não de sexo!) – estava à beira de se tornar lei. Na agenda desta convenção da ERA (Associação de Direitos Iguais) estava a confirmação da Décima Quinta Emenda. Desde que as líderes proponentes do sufrágio para as mulheres apaixonadamente se opuseram, ficou evidente que se abriu uma inevitável separação. Apesar dos delegados reconhecerem que isso seria provavelmente o final da reunião da Associação, Frederick Douglass fez um último apelo às suas irmãs brancas:

“Quando as mulheres, porque elas são mulheres, arrastadas das suas casas e penduradas em postes de, quando os seus filhos caem dos seus braços e os seus cérebros chocam sobre o pavimento; quando elas são objecto de insultos e ultrajes de todos os lados; quando estão em perigo por terem as suas casas em fogo sobre as suas cabeças; quando as suas crianças não são autorizadas em entrar nas escolas; então elas terão a mesma urgência em obter o voto”.

Mesmo rude e polémico que este argumento possa ser, há uma lucidez nele sem engano. A imagem visual demonstrada que os antigos escravos negros sofreram uma opressão que era qualitativamente e brutalmente diferente do predicado das mulheres brancas de classe-média.

Quando Frederick Douglass argumentou à confirmação da ERA à Décima Quinta Emenda, ele não aconselhou os seus apoiantes a esquecerem-se inteiramente da demanda do sufrágio para as mulheres. Pelo contrário, a resolução que ele submeteu chamada entusiasticamente de ratificação da “…extensão do sufrágio para qualquer classe que não tinha direitos, como um triunfo total da nossa ideia”. Frederick Douglass visionou a passagem da Décima Quinta Emenda como a “culminação de metade das nossas demandas” e o chão para acelerar “a nossa energia para assegurar uma emenda mais avançada que garanta os mesmos direitos consagrados sem limitação de sexo”.

Dois anos antes Sojourner Truth podia possivelmente opor-se a Frederick Douglass. Em 1867 na convenção da ERA ela opôs-se à ratificação da Décima Quarta Emenda porque efetivamente negava os direitos às mulheres negras:

“há um grande rebuliço sobre os homens negros terem os seus direitos, mas nem uma palavra sobre as mulheres negras; e se os homens negros tiverem os seus direitos, e as mulheres negras não tiverem os seus, vocês verão que os homens negros serão donos das mulheres, e será tão mau como foi antes”.

No final da reunião da ERA em 1869 Sojourner Truth reconheceu o perigoso racismo debaixo da oposição feminista ao sufrágio para os homens negros. Nas palavras de Frederick Douglass, a posição das apoiantes de Stanton e Susan Anthony era que “…

nenhum negro terá direitos enquanto as mulheres não tiverem". Quando Sojourner Truth insistiu que "se espicaçares o gancho do sufrágio com uma mulher, certamente apanharás um homem negro" ela introduziu outro profundo aviso sobre a ameaça da influência da ideologia racista.

O apelo de Frederick Douglass pela unidade em respeito à ratificação da Décima Quinta Emenda foi também suportado por Frances E. W. Harper. Esta poetisa negra e líder da defesa do sufrágio para as mulheres insistiu que os direitos dos homens negros era de longe demasiado vital para ela e todo o povo, para arriscar perdê-lo num momento tão crítico. "Quando foi uma questão de raça, ela deixou a questão do sexo cair". No seu discurso na última convenção da ERA Harper apelou às suas irmãs brancas para apoiarem a luta pela libertação.

Como mulheres, Harper e Sojourner Truth estavam em minoria daquelas que não seguiam o apelo de Frederick Douglass à unidade. Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony estavam entre aquelas que de forma bem-sucedida argumentavam pela dissolução da ERA. Pouco depois elas formaram a NWSA National Women Suffrage Association (Associação Nacional de Mulheres Sufragistas). Como apoiantes dentro da ERA da rectificação da Décima Quinta Emenda Lucy Stone e o seu marido juntaram-se a Julia Ward Howe e fundaram a American Women Suffrage Association (Associação Americana Sufragista).

A dissolução da ERA trouxe ao fim a ténue, mas potencialmente poderosa aliança entre a libertação dos negros e a libertação das mulheres. Sendo justo, tem de ser dito que as líderes feministas como Stanton e Anthony, como advogadas da causa das mulheres comparados com os formados homens abolicionistas na ERA eram melhores na defesa igualdade sexual. De fato, alguns dos homens líderes da associação eram intransigentes na sua defesa pela supremacia branca. O líder negro George Downing estava a pedir uma luta quando ele referiu que era vontade de deus, não menos, que os homens dominassem as mulheres. Enquanto o sexismo de Downing era absolutamente inexcusável, a resposta racista de Elizabeth Cady Stanton não foi menos injustificável:

"quando Mr Downing colocou-me a questão: tem vontade em ter homens negros com direitos antes que as mulheres, eu disse não; eu não confiarei neles dos meus direitos; degradados, oprimidos, eles serão mais déspotas com o poder de governar que alguma vez os nossos governantes saxões foram. Se as mulheres tiverem que continuar a ser representadas por homens, então eu digo deixem apenas o mais elevado tipo de homem segurar no elmo do estado."

Apesar dos homens negros na ERA não poderem referir a pureza gravada como advogados da igualdade das mulheres, essa expressão como a de Downing não garantiu que os homens negros em geral seriam mais "déspotas" para com as mulheres que os homens brancos. Mais do que isso, o facto de que o homem negro também tenha exibido atitudes sexistas foi dificilmente uma razão de peso para arrastar o progresso de toda a luta pela libertação dos negros.

Até Frederick Douglass foi algumas vezes pouco crítico na prevalência de estereótipos e clichés associados às mulheres. Mas as suas ocasionais marcas sexistas não foram nunca tão opressivas que depreciassem o valor da sua contribuição na batalha pelos

direitos das mulheres em geral. Por qualquer estimativa histórica, Frederick Douglass permanece o mais avançado proponente da emancipação das mulheres em todo o século XIX. Se Douglass merece qualquer crítica séria sobre a sua conduta na controvérsia à volta da Décima Quarta e Décima Quinta Emenda, não é tanto pelo seu apoio ao sufrágio dos homens negros, mas antes pela sua aparente e inquestionável fé no poder do voto confinado ao partido republicano.

Claro, que os negros precisavam do voto – mesmo que a prevalência política prevenisse as mulheres (brancas e negras) de simultaneamente ganharem o direito. E a década da Radical Reconstrução no Sul, que foi baseada no novo voto negro, foi uma era de progresso sem paralelo – pelos formados escravos e também pelos pobres brancos. No entanto, o partido Republicano era basicamente oposto à demanda da revolução da população negra no Sul. Quando o capitalismo do Norte estabeleceu a sua hegemonia no Sul, o partido Republicano – que representava os interesses capitalistas – participou na retirada de direitos sistemática do povo negro no Sul. Apesar de Frederick Douglass ter sido o mais brilhante proponente da libertação dos negros do séc. XIX, ele não entendeu completamente as lealdades capitalistas do partido Republicano, para quem o racismo se tornou não menos um expediente que a força inicial para o sufrágio dos negros. A tragédia real da controvérsia à volta do sufrágio dos negros da visão dos direitos dentro da ERA foi quase uma panaceia para o povo negro e encorajou a rigidez racista das posições feministas no sufrágio feminino.

Capítulo 5
O significado da emancipação de acordo com as mulheres negras

“Maldito seja Cannan (Caim)! gritou o sacerdote hebreu. “o servo dos servos deverá sê-lo para os seus irmãos”… Não são os negros servos? Portanto, tais mitos espirituais foram o anacronismo da escravatura construída, e essa foi a degradação que uma vez fez servos inferiores aos aristocratas entre o povo negro…

Quando a emancipação chegar… a tentação do serviço de casa para o negro terá desaparecido. O caminho da salvação para os emancipados donos de casa do povo negro não mais fará fila através da porta da cozinha, com o seu amplo salão e pilares por detrás. Ele estava como todo o negro sabia e sabe em fuga da servidão servil.”

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um vasto número de mulheres negras continuava a trabalhar no campo. Aquelas que se fizeram dentro da “casa grande” encontraram a saída em direcção a novas oportunidades carimbadas e fechadas – a não ser que preferissem, por exemplo, lavar roupa em casa para um grupo de várias famílias brancas em oposição a um emprego, com uma única família branca tinha vários trabalhos domésticos. Apenas um ínfimo número de mulheres negras foi capaz de escapar aos campos, da cozinha ou de lavar roupa. De acordo com os censos de 1890, havia 2.7 milhões de raparigas e mulheres negras com mais de dez anos de idade. Mais de um milhão delas trabalhavam por salários: 38,7% na agricultura; 30,8% serviços domésticos em casas; 15,6% no trabalho de lavandaria, e uma negligente percentagem de 2,8 na manufactura. As poucas que procuram trabalho na indústria usualmente tinham os trabalhos mais sujos e mais mal pagos. E elas não tinham realmente rompido com as suas mães escravas que também trabalharam nas fábricas de algodão do sul, nas refinarias de açúcar e até nas minas. Para as mulheres negras em 1890, a liberdade parecia ser mais remota no futuro do que foi no final da guerra civil.

Durante a escravatura, as mulheres negras que trabalharam na agricultura – como meeiras/arrendatárias, rendeiras de campos ou trabalhadoras da agricultura – não menos oprimidas que os homens que trabalharam a seu lado todo o dia. Eram frequentemente forçadas a assinar “contratos” com os donos das terras que pretendiam reduplicar condições anterior ao período bélico ou antes da guerra. A data de expiração do contrato era frequentemente um mero formalismo, pois os donos da terra podiam obrigar os trabalhadores a trabalharem mais do que o estipulado em contrato com o pretexto que deviam mais do que o equivalente termo de contrato. Na primeira “colheita” de emancipação o povo negro – homens bem como mulheres – encontraram-se num indefinido estado de escravidão, pela dívida. Arrendatários que ostensivamente detinham os produtos do seu trabalho, não eram melhores do que os completamente escravizados. Aqueles que “arrendaram” terra imediatamente após a emancipação raramente possuíam dinheiro para os pagamentos da renda, ou para comprar outras necessidades antes de ceifar a sua primeira colheita. Exigindo tanto como 30% de lucro, os donos de terra bem como os mercadores asseguraram a hipoteca das colheitas.

“Evidentemente que os agricultores não conseguiam pagar tal lucro e ao fim do primeiro ano encontraram-se em dívida – no segundo ano tentavam novamente, mas tinham a dívida anterior e a nova dívida para pagar, e deste modo o “sistema de hipoteca” tem obtido um poder sobre tudo o que parece impossível se livrar.”

Através do forçado sistema de arrendamento, o povo negro foi forçado a realizar os mesmos papéis executados por eles próprios na escravatura. Homens e mulheres foram detidos ou presos, ao menor pretexto, a fim de ser alugado pelas autoridades como trabalhadores condenados. Enquanto os donos de escravos reconheceram os limites da crueldade com a qual eles exploravam a sua "valiosa" propriedade humana, essas cautelas não eram necessárias para os plantadores do pós-guerra que alugavam os negros condenados por relativamente pequenos prazos. "Em muitos casos os condenados doentes eram feitos para trabalharem duramente até que caíssem mortos nos seus rastros".

Usando a escravatura como modelo, o sistema de aluguer de condenados não discriminava entre trabalho masculino e feminino. Homens e mulheres frequentemente foram alojados juntos no mesmo telheiro em opressão igual durante jornada de trabalho. Numa resolução do Texas State Convention of Negroes (Convenção de Negros do Estado do Texas) em 1883 "a prática de escravizar ou algemar homens e mulheres condenados juntos" era "fortemente condenada". Do mesmo modo, na Founding Convention of Afroamerican League (Convenção de Fundação da Liga Afroamericana) em 1890, uma das sete razões que motivaram a criação desta organização foi "o odioso e desmoralizador sistema penitenciário do Sul, as suas redes pressionárias e condenados alugados e homens e mulheres misturados de forma indiscriminada".

Como observou W.E.B. DuBois, o proveito potencial do sistema de condenados alugados persuadiu muito plantadores do Sul em confiar apenas no trabalho condenado – alguns empregaram centenas de prisioneiros negros. Como resultado, ambos os empregadores e autoridades estatais adquiriram um interesse económico em aumentar a população na prisão. "desde 1876", DuBois refere "que os negros têm sido presos à mínima provocação e dadas longas sentenças para que sejam forçados a trabalhar fora".

Esta perversão do sistema de justiça criminal era totalmente opressiva para a população ex-escrava. Mas as mulheres eram especialmente susceptíveis aos brutais assaltos do sistema judicial. Os abusos sexuais dos quais tinham sofrido rotineiramente durante a era da escravatura não cessaram com o advento da emancipação. De facto, era ainda verdade que "as mulheres negras eram vistas como uma presa legítima do homem branco…" – e se elas resistissem ao ataque sexual do homem branco, eram frequentemente atiradas para a prisão para serem vitimizadas pelo sistema que era "o regresso numa outra forma de escravatura".

Durante o período da pós-escravatura, a maior parte das mulheres negras trabalhadoras que não trabalhavam na lida dos campos foram forçadas a tornarem-se criadas domésticas. A sua situação difícil, não menos do que outras das suas irmãs que arrendatárias, ou trabalhadoras condenadas, comportavam a mesma estampa familiar da escravatura. De facto, a própria escravatura tinha sido eufemisticamente chamada de "instituição doméstica" e os escravos tinham sido designados como inócuos "servos domésticos". Aos olhos dos agricultores donos de escravos, "o serviço doméstico" deve ter sido um termo cortês para uma ocupação contemplada a não menos de metade de um passo da escravatura. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, amas, criadas de quarto e todas as propostas

domésticas, as mulheres brancas do Sul rejeitavam esta linha de trabalho. Fora do Sul, as mulheres brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como as suas irmãs ex-escravas, eram forçadas a aceitar qualquer trabalho que encontrasse.

A equação ocupacional com as mulheres negras com o serviço doméstico não é, no entanto, um simples vestígio da escravatura destinado a desaparecer com a passagem do tempo. Por quase um século elas foram incapazes de escapar ao trabalho doméstico em número significativo. A história de uma mulher trabalhadora doméstica, recordada por um jornalista de New York em 1912, reflectia a situação difícil das mulheres negras antes de décadas bem como muitos anos vindouros. Mais de 2/3 de mulheres negras da sua cidade eram forçadas a empregarem-se como cozinheiras, amas, lavadeiras, criadas de quarto, vendedoras ambulantes e porteiras, e eram apanhadas em condições…" tão más como, senão até piores, na escravatura."

Por mais de trinta anos essa mulher negra viveu involuntariamente em todas as casas em que foi empregada. Trabalhando mais de catorze horas por dia, ela era geralmente autorizada à tarde a visitar a sua própria família a cada duas semanas. Ela era, nas suas próprias palavras " escrava, de corpo e alma" dos seus empregadores brancos. Ela era sempre chamada pelo seu primeiro nome – nunca senhora, dona… - e muito frequentemente chamada como "sua preta/negra", por outras palavras, a sua escrava.

Um dos mais humilhantes aspectos do serviço doméstico no Sul – outra afirmação da sua afinidade com a escravatura – era a temporária evocação da lei de Jim Crow enquanto os criados negros estavam na presença de pessoas brancas.

"…Eu fui viajar em um dos carros eléctricos com uma criança branca, e … eu podia sentar-me onde quisesse, à frente ou atrás. Se um homem branco perguntasse a outro homem branco "o que é que uma negra está aqui a fazer?" e lhe fosse dito "oh, ela é a ama daquelas crianças brancas à sua frente" havia imediatamente um silêncio pacificador. Estava tudo bem, desde que eu estivesse na parte dos homens brancos do carro eléctrico ou no sofá dos homens brancos como uma criada – uma escrava – mas se eu não me apresentasse como uma serva … por não ter a minha criança branca comigo, eu era forçada a ir para o espaço dos "niggers/negros" ou para os bancos das "pessoas de cor".

Desde a reconstrução até ao presente, as mulheres negras trabalhadoras domésticas consideram o abuso sexual perpetuado pelo "homem da casa" como um dos seus maiores riscos ocupacionais. Tempo após tempo elas foram vítimas da extorsão no trabalho, forçadas a escolher entre a submissão sexual e a absoluta pobreza de si mesmas e das suas famílias. Uma mulher de Georgia perdeu um dos seus trabalhos de vida porque "recusei-me a deixar o marido da Madame a beijar-me".

"Logo que me instalei como cozinheira, ela caminhou na minha direcção, atirou os seus braços à minha volta, e estava pronto a beijar-me, quando eu disse que queria saber o que queria, e empurrei-lhe. Eu era jovem então, recém-casada, e não sabia o que foi o fardo para o meu pensamento e coração desde então: que a virtude da mulher negra nesta parte do país não tinha protecção".

Durante o tempo da escravatura, os homens negros que protestaram esse tratamento para as suas irmãs negras, filhas e mulheres podiam sempre esperar por serem castigados pelos seus esforços.

"Quando o meu marido avançou para o homem que me insultou, o homem amaldiçoou-o, esbofeteou-o e – prendeu-o. O polícia multou o meu marido em vinte e cinco dólares".

Depois de ela testemunhar no tribunal, "o velho juiz olhou para cima e disse 'Este tribunal nunca aceitará a palavra de um nigger/negro contra a palavra de um homem branco".

Em 1919, quando as lideres do Sul da National Association of Colored Women (Assoicação Nacional das Mulheres de Cor) desenharam as suas injustiças o serviço doméstico era o primeiro da sua lista. Foi com uma boa razão que elas protestaram o que elas educadamente chamaram de "expostas a tentações morais" no trabalho. Sem dúvida, a trabalhadora doméstica de Georgia expressou a concordância sem classificação com o protesto da Associação. Nas suas palavras,

"Eu acreditava que quase todos os homens brancos tomavam indevidas liberdades com as suas serventes/criadas negras – não apenas os pais, mas em muitos casos os filhos também. As criadas que se revoltavam contra essa familiaridade deviam abandonar ou esperar um tempo duro se ficassem."

Desde a escravatura, a vulnerável condição das trabalhadoras domésticas alimentava continuadamente muitos dos retardados mitos sobre a "imoralidade" das mulheres negras. Nesta clássica situação "apanha 22", as trabalhadoras domésticas eram consideradas degradadas porque eram desproporcionalmente desempenhadas por mulheres negras, que por sua vez eram vista como "ineptas" e "promíscuas". Mas a sua ostensiva inaptidão e promiscuidade são mitos repetidamente confirmados pela degradação do trabalho que eram forçadas a fazer. Como disse W.E.B. DuBois, qualquer homem branco "decente" certamente cortava a garganta da sua filha antes de permitir que ela aceitasse trabalho doméstico.

Quando o povo negro começou a imigrar para o Sul, homens e mulheres descobriram que os seus empregadores brancos fora do Sul não eram fundamentalmente diferentes dos seus donos agricultores nas suas atitudes sobre o potencial da ocupação dos novos escravos libertados. Eles também pareciam acreditar que "negros são servos, servos são negros". De acordo com os censos de 1890 Delaware foi o único estado fora do Sul onde a maioria da população negra era trabalhadora do campo e cultivadores em oposição aos empregados domésticos. Em trinta e dois dos quarente e oito Estados, o serviço doméstico era a ocupação dominante dos homens e das mulheres. Em sete dos dez desses Estados, havia mais pessoas negras a trabalhar como domésticas que todas as outras ocupações combinadas. Os censos reportam a prova de que negros são servos e servos são negros.

O ensaio de Isabel Eaton sobre serviço doméstico, publicado no estudo The Philadelphia Negro (O negro de Filadélfia) de DuBois em 1899, revela que 60% de todos os trabalhadores negros no estado de Pennssylvania estavam engajados em alguma forma de trabalho doméstico. A classe das mulheres era ainda pior, todas

menos 9% - 14 297 de 15 701 – das mulheres negras eram empregadas como domésticas. Quando elas viajaram para o Norte procurando escapar à velha escravatura, elas descobriram simplesmente que não havia outras ocupações para elas. Pesquisando para o seu estudo, Eaton entrevistou várias mulheres que antes tinham ensinado em escolas, mas foram despedidas devido ao preconceito. Expulsas da sala de aula, foram forçadas a trabalhar na lavandaria e na cozinha.

Dos cinquenta e cinco empregadores entrevistados por Eaton, apenas uma preferiu criadas brancas em vez de negras. Nas palavras desta mulher,

“eu penso que as pessoas negras são muito afamadas em respeito à honestidade, à limpeza e confiança; a minha experiência com eles é que eles são imaculados em todos os aspectos, e são perfeitamente honestos, de facto não posso dizer o suficiente deles.”

O racismo trabalhou em formas convolutas. Os empregadores que pensavam que estavam a cumprir com as pessoas negras aos preferi-los aos outros brancos estavam, na realidade a argumentar o serviço de criados – escravos para ser franca – para os quais o povo negro estava destinado a ser. Outro empregador descreveu a sua cozinheira como “muito laboriosa e cuidadosa – esmerada. Ela era uma boa, confiável criatura e muito agradecida”. Claro que a boa criada era sempre confiável, de confiança e agradecida. A literatura americana e os media populares deste país forneceu numerosos estereótipos das mulheres negras como confiáveis, criadas permanentes. As Dilseys, as Berenices e a Tia Jemimas tornaram-se caracteres da cultura americana. Deste modo, a única mulher entrevistada por Eaton que preferia criadas brancas confessou que ela atualmente empregava ajuda negra “… porque elas se pareciam mais com os criados”. A definição tautológica das pessoas negras como criadas é de facto um das proposições essenciais da ideologia racista.

Racismo e sexismo frequentemente convergem – e a condição das trabalhadoras brancas eram frequentemente amarradas à classe das mulheres negras. Desta maneira os salários recebidos pelas mulheres brancas domésticas eram sempre fixados pelo critério racista usado para calcular os salários das criadas negras. As mulheres imigrantes forçadas a aceitar trabalho doméstico ganhavam mais um pouco que as suas colegas negras. Desde que o seu salário potencial era considerado, elas estavam mais próximas das suas irmãs negras do que dos seus irmãos brancos que trabalhavam para viver.

Se as mulheres brancas aceitavam o trabalho doméstico, apenas se não encontrassem nada melhor, as mulheres negras estavam aprisionadas nessa ocupação até ao advento da II Guerra Mundial. Mesmo em 1940, elas estavam em mercados de esquina em New York e outras cidades grandes – versões modernas do leilão da escravatura – convidando mulheres brancas a tirá-las das multidões de mulheres negras à procura de trabalho.

“todas as manhãs, chovendo ou fazendo sol, grupos de mulheres com sacos de papel castanho ou malas baratas ficavam de pé em esquinas do Bronx e Brooklyn esperando uma oportunidade de arranjar trabalho… Uma vez contratadas no “mercado de escravatura” frequentemente descobriam depois de dias de trabalho duro, que trabalharam mais do que foi combinado, receberam menos do que foi

prometido, foram forçadas a aceitar roupas em vez de dinheiro e foram exploradas por detrás da resistência humana. Apenas a urgência da necessidade do dinheiro fazia-as submeter a esta rotina diária."

Nova Iorque podia reclamar cerca de duzentos destes "mercados de escravatura" na maior parte localizados no Bronx, onde "quase todas as esquinas na 167ª rua" eram o ponto de reunião das mulheres que procuravam trabalho. Num artigo publicado no The Nation (a nação) em 1938 "as nossas esposas feudais", como se intitulava a peça, dizia para trabalhar setenta e duas horas por semana, recebia-se o mais baixo salário de todas as ocupações.

O menos apreciado de todas as ocupações, o trabalho doméstico, era também o mais difícil de sindicalizar. Desde 1881 as trabalhadoras domésticas estavam entre as mulheres que se juntaram aos cavaleiros do trabalho (lideres sindicais) quando se retirou a proibição das mulheres se filiarem. Muitas décadas depois, as organizadoras do sindicato procuraram unir as trabalhadoras domésticas, confrontando-se com os mesmos obstáculos que as suas predecessoras. Dora Jones fundou e liderou a New York o sindicato da União de mulheres domésticas durante os anos 30. Em 1939 – cinco anos depois do sindicato ser fundado – apenas 350 das mais de 100 000 domésticas no Estado foram recrutadas. Dadas as enormes dificuldades em organizar as domésticas, no entanto, este não foi seguramente um pequeno resultado.

As mulheres brancas – feministas incluídas – revelaram uma relutância histórica em conhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas foram raramente envolvidas na tarefa do Sisyphean de melhorar as condições do serviço doméstico. A omissão conveniente dos problemas das trabalhadoras domésticas dos seus programas de "classe média" feminista passado e presente foi frequentemente uma justificação velada – ao menos na parte das mulheres afluentes – do seu tratamento de exploração das suas criadas. Em 1902 o autor de um artigo intitulado " um dia de 9 horas de uma criada doméstica" descrevia uma conversa com uma amiga feminista que pedia para assinar uma petição que pedia aos empregadores para fornecer cadeiras para as mulheres balconistas.

"as raparigas" dizia ela "têm que ficar de pé dez horas por dia e isso faz o meu coração sofrer em ver as suas caras cansadas".

"Mrs. Jones" disse eu " quantas horas por dia a sua criada fica de pé?"

"Porquê, eu não sei" ela engasgou-se "cinco ou seis horas suponho."

"A que horas ela se levanta?"

"às seis"

"E a que horas ela termina à noite?"

"Oh, por volta das oito, penso eu geralmente"

"isso faz catorze horas…"

"...Ela pode sentar-se durante o seu trabalho"

"Em que trabalho? A lavar? A passar a ferro? A varrer? A fazer as camas? A cozinhar? A lavar a louça? Talvez se sente por duas horas nas suas refeições e ao preparar os vegetais, e quatro dias na semana se ela tiver uma hora na tarde. De acordo com isso, a sua criada está de pé pelo menos onze horas por dia incluindo as subidas e descidas de escadas. Parece-me o seu caso mais piedoso do que o das balconistas"

Com as faces rosadas e os olhos a brilhar disse: "A minha criada sempre tem o tempo de domingo depois de jantar".

"Sim, mas as balconistas têm todo o domingo. Por favor não vá enquanto eu não assinar essa petição. Ninguém estará mais agradecido que eu por ver que as balconistas tiveram a oportunidade de se sentarem…"

As ativistas feministas perpetuaram a mesma opressão que ela protestou. No entanto o seu comportamento contraditório e a sua insensibilidade têm explicação, as pessoas que trabalham como criadas são vistas como menos do que seres humanos. Inerente à dinâmica da relação de mestre e criado (mestre e criada), disse o filósofo Hegel, é constante o empenho em aniquilar a consciência do servo. A balconista era referida na conversa como uma trabalhadora assalariada – um ser humano que possuía pelo menos uma módica independência do seu empregador e do seu trabalho. A criada, por outro lado, trabalhava apenas para satisfazer as necessidades da sua mestre/dona. Provavelmente vendo a sua criada como uma extensão de si própria, a feminista dificilmente tinha consciência do seu papel ativo como opressora.

Como Angelina Grimke declarou no seu Apppeal to the Christian Women of the South (Apelo à mulher cristã do sul), as mulheres brancas que não desafiavam a instituição da escravatura tinham uma pesada responsabilidade pela sua desumanidade. Da mesma forma, The Domestic Workers Union (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas) expunha o papel das donas de casa de classe média na opressão das negras trabalhadoras domésticas.

"as donas de casa estão condenadas a serem as piores empregadoras deste país… As donas de casa dos Estados Unidos fazem o seu 1,5 milhão de empregadas trabalhar uma média de setenta e duas horas por semana e pagam-lhes … o que conseguem espremer do seu orçamento depois de pagar o merceeiro, o talhante…"

As mulheres negras desesperaram na sua situação económica – elas realizaram o pior de todos os trabalhos e são ignoradas para arrancar – não houve sinais de mudança até ao final da II Guerra Mundial. De acordo com os censos de 1940, 59,5% das mulheres negras e empregadas eram trabalhadoras domésticas e outras 10,4% eram empregadas em serviços não-domésticos. Uma vez que 16% continuavam a trabalhar nos campos, apenas uma em cada dez mulheres negras trabalhadoras conseguiram realmente começar a escapar ao velho aperto da escravatura. Até aquelas que conseguiram entrar no trabalho industrial e profissional tinham pouco para se vangloriarem, por estavam consignadas, em regra, em serem pior pagas nessas ocupações. Quando os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial e o trabalho feminino manteve a economia de guerra, mais de 400 000 trabalhadoras negras disseram adeus aos seus empregos domésticos. No pico da guerra, elas tinham mais do que dobrado o seu número na indústria. Mas mesmo assim – e esta qualificação

era inevitável – em 1960 1/3 das mulheres negras continuavam presas aos antigos empregos domésticos e um adicional 1/5 tinham trabalho não doméstico.

Num ensaio crítico intitulado “The Servant In The House” (O servo em casa) W.E.B. DuBois argumentou que enquanto o serviço doméstico fosse regra para o povo negro, a emancipação permaneceria sempre uma construção abstracta. “… o negro” insistiu DuBois, “não alcançará a liberdade enquanto este odioso emblema da escravatura e medievalismo for reduzido para menos de 10%”. As mudanças prometidas pelas II Guerra Mundial provieram apenas uma insinuação do progresso. Depois de oito longas décadas de “emancipação”, os sinais de liberdade eram sombras tão vagas e tão distantes que era difícil vislumbrar esses sinais de liberdade.

Capítulo 6
Educação e libertação: a perspetiva das mulheres negras

Milhões de pessoas negras – e especialmente as mulheres – estavam convictas que a emancipação era "a chegada do senhor".
"isto era a realização da profecia e lenda. Era o caminho dourado depois de milhares de anos de algemas. Tudo era miraculoso, perfeito e promissor.

Havia alegria no Sul. Rosada como um perfume – como uma oração. Os homens estavam tremendo. Magras, as raparigas negras, selvagens e lindas com cabelos encaracolados, chorando silenciosamente; mulheres jovens, negras, trigueiras, brancas e douradas, levantando as mãos a tremer, e velhas e quebradas mães, negras e cinzentas, ergueram maravilhosas vozes e cantaram a deus pelos campos dentro em direção às rochas e às montanhas.

Uma grande canção ergueu-se, a coisa mais amorosa nasceu neste lado do oceano. Era uma nova canção… e era profundamente bela, as suas maravilhosas cadências selvagens e chorosos apelos, palpitando e trovejando nos ouvidos do mundo com a mensagem raramente cantada por homens. Ela inchou e floresceu como incenso, um improvisado nascer de novo para fora de um passado de longa idade na tecelagem em sua textura, com melodias antigas e novas em palavras e nos pensamentos".

O povo negro celebrava fortemente os princípios abstratos da liberdade quando saudavam o advento da emancipação. Esse "grandioso soluço humano agudizado ao vento atirou as lágrimas para o oceano – liberdade, liberdade, liberdade", o povo negro não estava a permitir abertura ao frenesim religioso. Sabiam exatamente o que queriam: homens e mulheres queriam terra, votar e… estavam consumidos pelo desejo de escolas."

Como a criança escrava Frederick Douglass, muitos dos quatro milhões de pessoas que celebravam a emancipação tinham desde há muito entendido que "o conhecimento tornava desadequada a escravatura para as crianças". E como o dono de Douglass, os agricultores donos de escravos perceberam que "se deres a um negro a mão … ele tomará o braço. O conhecimento estragava o melhor *nigger* do mundo". Não obstante da proscrição do dono Hugh, Frederick Douglass continuou secretamente a sua perseguição pelo conhecimento. Depressa foi capaz de escrever todas as palavras a partir do Webster Spelling Book (cartilha), mais tarde aperfeiçoou a sua competência lendo a bíblia da família e outros livros na clandestinidade da noite. Evidentemente que Frederick Douglass era um ser humano excepcional que se tornou num brilhante pensador, escritor e orador. Mas o seu desejo por conhecimento não foi excecional entre o povo negro, que sempre manifestou uma urgência profunda em adquirir conhecimento. Um grande número de escravos também queriam ser inaptos desajustados à flagrante condição para eles destinada. Uma escrava agrícola entrevistada em 1939, Jenny Proctor relembrou o Webster's Spelling Book (cartilha) pelo qual ela e as suas amigas estudaram sub-repticiamente:

"Nenhuma de nós estava autorizada a ler um livro ou a tentar aprender. Eles diziam que ficávamos mais espertas que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós fugíamos e com o velho livro azul escondíamo-lo até tarde de noite e então com a luz

de uma pequena tocha estudávamo-lo. Aprendemos. Agora posso ler e escrever alguma coisa.”

O povo negro aprendeu que a emancipação de “quarenta hectares e uma mula” era um rumor malicioso. Eles tinham de lutar pela terra, eles tinham de lutar pelo poder político. E depois de séculos de privação educacional eles iam zelosamente afirmar o seu direito de satisfazer o seu profundo desejo de aprender. Mais, como os seus irmãos e irmãs em todo o Sul, o recentemente libertado povo de Memphis reuniu-se em assembleia e resolveu que a educação era a sua primeira prioridade. No primeiro aniversário da proclamação da emancipação, eles reclamaram aos professores do Norte para diligenciarem e “trazerem as suas tendas com eles, prontas para serem levantadas no campo, à berma da estrada, ou no forte, e não esperarem por casas magníficas a serem levantadas em tempo de guerra…”

O poder místico do racismo frequentemente emana da sua irracionalidade, da lógica de pernas para o ar. De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços inteletuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação.

O anseio por conhecimento sempre estava lá. Já em 1787, o povo negro fez uma petição ao estado de Massachusetts para o direito a frequentar as escolas livres de Boston. Depois da petição ter sido rejeitada, Prince Hall, que foi o líder desta iniciativa, estabeleceu uma escola na sua própria casa. Talvez a mais óbvia ilustração desta demanda por educação desde cedo, foi o trabalho de uma mulher nascida em África que foi uma escrava agrícola. Em 1793 Lucy Terry Prince exigiu arrojadamente uma audiência perante os provedores do recentemente estabelecido Williams College for Men, que recusaram a admitir o seu filho na escola. Infelizmente, os preconceitos racistas foram tão fortes que a lógica e eloquência de Lucy Prince não influenciou os provedores dessa instituição de Vermont. Todavia ela defendeu agressivamente o desejo – e direito - do seu povo à educação. Dois anos depois Lucy Prince defendeu com sucesso a exigência de terra perante o mais alto tribunal da terra, um acordo para sobreviver à memória, ela foi a primeira mulher a dirigir-se ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos.

1793 foi também o ano de uma mulher ex-escrava que comprou a sua liberdade e estabeleceu uma escola na cidade de New York conhecida como Escola de Katy Ferguson para os Pobres. Os seus alunos, que eram recrutados nas casas dos pobres, negros e brancos (vinte e oito e vinte respetivamente) e possivelmente deviam ser rapazes e raparigas. Quarenta anos depois uma jovem professora branca Prudence Crandall rapidamente defendeu o direito das raparigas negras em frequentar a sua escola em Connecticut, Canterbury. Crandall persistentemente ensinou as suas alunas negras até que foi arrastada para a prisão por recusar fechar a sua escola. Margaret Douglass foi outra mulher branca que impressionou em Norfolk, Virginia, por fazer funcionar uma escola para crianças negras.

Os mais demonstrativos exemplos de irmandade e solidariedade de mulheres brancas às mulheres negras está associado à história da luta do povo negro pela educação. Como Crandall e Margaret Douglass, Myrtilla Miner literalmente arriscou a sua vida quando pensou em participar no conhecimento de mulheres negras jovens. Em 1851 quando ela iniciou o seu projeto de estabelecer professoras negras no colégio em Washington, ela já tinha ensinado crianças negras em Mississippi, um Estado onde a educação de negros era um crime de ofensa. Depois da morte de Myrtilla, Frederick Douglass descreveu a incredibilidade quando ela anunciou-lhe os seus planos. Durante a sua primeira reunião ele inicialmente questionou-se sobre a sua seriedade, mas depois percebeu

“o fogo do entusiasmo iluminado nos seus olhos o verdadeiro espírito mártir aceso na sua alma. Os meus sentimentos foram uma mistura de alegria e tristeza. Eu pensava que era outro projeto – selvagem, perigoso, desesperado e impraticável, e destinado apenas a trazer insucesso e sofrimento. No entanto estava profundamente movida pela admiração pela proposta heróica da pessoa delicada e frágil defronte de mim ”.

Não muito antes Douglass reconheceu que nenhum dos avisos que lhe dirigiu – nem sequer as histórias dos ataques a Prudence Crandall e Margaret Douglass – podiam abanar a sua determinação em encontrar um colégio para as mulheres negras professoras.

“Para mim a proposta era imprudente quase ao ponto de loucura. Na minha imaginação eu via esta frágil e pequena mulher presa pela lei, insultada na rua, uma vítima da malícia da escravatura e possivelmente batida pela multidão”.

Na opinião de Frederick Douglass, relativamente poucas pessoas brancas fora do activismo da anti-escravatura simpatizavam com a causa de Myrtilla Miner e iriam apoiá-la contra a multidão. Este era o período, ele argumentou, da diminuição de solidariedade para com o povo negro. Para além disso,

“o distrito de Columbia era uma verdadeira cidadela da escravatura, o local mais vigiado e guardado do poder escravo e onde as tendências humanas eram mais rapidamente detectadas e com forte oposição.”

No entanto, em retrospectiva, Douglass confessou que ele não entendeu a profundidade da coragem individual desta mulher branca. Contrariando os graves riscos, Myrtilla Miner abriu a sua escola no outono de 1851, e em poucos meses as suas iniciais seis estudantes cresceram para quarenta. Ela ensinou apaixonadamente as suas alunas negras durante seis anos, simultaneamente angariando dinheiro e apoios dos homens congressistas pelos seus esforços. Ela ainda atuou como mãe para as raparigas órfãs quando as levou para sua casa para que pudessem frequentar a escola.

Como Myrtilla Miner lutou para ensinar e as suas alunas lutaram para aprender, todas elas sofreram e lutaram contra fogo posto e outros crimes de apedrejamentos racistas de multidões. Elas eram apoiadas por famílias de mulheres jovens e abolicionistas como Harriet Beecher Stowe, que deu uma quantia do dinheiro que recebeu da venda da “Cabana do Tio Tomás”. Myrtilla Miner poderia parecer “frágil”, como observou Frederick Douglass, mas foi definitivamente formidável, e sempre disponível, na hora

de aula, a descobrir o olho da tempestade racista. No entanto, numa manhã cedo, foi abruptamente acordada pelo cheiro do fumo e o ranger das chamas, que depressa consumiram a sua escola. Apesar da sua escola ter sido destruída, a inspiração que veio de si sobreviveu, e eventualmente Miner's Teachers College tornou-se uma parte do sistema público educacional do distrito de Columbia. Nunca passo pela Miner Normal School para raparigas negras, confessou Douglass em 1883:"sem uma sensação de reprovação do que eu pudesse ou devesse extinguir com zelo, abalar a fé e de ter retraído da coragem da nobre por quem foi fundada e cujo nome suporta.

A irmandade entre mulheres negras e brancas foi de fato possível, desde que assente numa firme fundação – como por esta memorável mulher suas amigas e irmãs - podia fazer nascer acontecimentos notáveis do tipo tremor de terra. Myrtilla Miner manteve a chama acesa de outras antes dela, como as irmãs Grimke e Prudence Crandall, que deixaram um poderoso legado. Pode não ter sido uma mera coincidência histórica que tantas mulheres brancas que defenderam as irmãs negras em situações perigosas estivessem envolvidas na luta pela educação. Elas devem ter compreendido quão urgente era a necessidade das mulheres negras em adquirir conhecimento – um candeeiro para os pés do seu povo e uma luz para o caminho em direcção à liberdade.

O povo negro que recebeu instrução académica inevitavelmente associou o seu conhecimento à batalha colectiva do seu povo pela liberdade. No primeiro ano do Black Schooling of Cincinnati (Escola Negra de Cincinnati) os alunos aos quais foi perguntado "o que pensas principalmente sobre" deram as respostas de:

"1ª Nós vamos ser … bons rapazes para quando formos homens tirarmos os escravos do cativeiro. E lamento ouvir que o barco de Tiskilwa afundou-se com 200 pobres escravos… o meu coração sofreu tanto que eu podia ter desmaiado um minuto (sete anos de idade)

2º… Estamos a estudar para tentar tirar a opressão da escravatura partir em pedaços as algemas e cessar para sempre a escravatura (doze anos de idade)

3º …Abençoada a causa da abolição… a minha mãe e o meu padrasto, a minha irmã e eu próprio nascemos na escravatura. O senhor deixou os oprimidos serem livres. Atravessando o feliz período em que todas as nações conhecerão o senhor. Agradecemos-lhe pelas suas bênçãos (onze anos de idade)

4º… isto é para informar que eu tenho dois primos escravos a quem foi-lhes autorizada sua liberdade. Eles fizerem tudo que foi necessário e agora eles sabem que não os deixam ir. Falam em vendê-los abaixo do rio. Se este for o seu caso o que você faria ?... (dez anos de idade)"

Esta última resposta de sobrevivência veio de uma aluna desta nova escola de Cincinnati com dezasseis anos de idade. Foi um exemplo extremamente fascinante da forma como os estudantes juntaram aos poucos um sentido contemporâneo da história do mundo que estava fechado em casa como o desejo de ser livre.

"5º Deixem-nos olhar para trás e ver o estado no qual os ingleses e os saxões e os alemães viveram. Eles não tiveram educação e não tiverem o conhecimento das cartas. Mas não parece, que alguns deles são os nossos primeiros homens. Olhem

para o Rei Alfredo e vejam o grande homem que ele foi. Ele não sabia o que era o a,b,c, mas antes de morrer comandou exércitos e nações. Ele nunca teve falta de coragem e sempre olhou em frente e estudou duramente. Eu penso que se os negros estudassem como o Rei Alfredo eles depressa sairiam da maléfica escravatura. Eu não consigo perceber como podem os americanos chamar esta a terra da liberdade quando têm tanta escravatura".

Enquanto a fé negra no conhecimento se inquietava, esta jovem de dezasseis anos disse isto.

A insaciada sede de conhecimento era poderosa entre os escravos do Sul bem como as suas irmãs e irmãos "livres" do Norte. É escusado dizer que as restrições nos Estados com escravatura eram muito mais rígidas do que as do Norte. Depois da revolta de Nat Turner em 1831, a legislação de proibir a educação dos escravos foi reforçada no Sul. Nas palavras de código de um escravo "… ensinar os escravos a ler e escrever tendia a trazer insatisfação nas suas mentes, e produzia insurreição e rebelião". Com a excepção de Maryland e de Kentucky, todos os estados do Sul estavam absolutamente proibidos de educar os escravos. Pelo Sul afora, os donos de escravos frequentavam o chicote no poste para reprimir a vontade de aprender. O povo negro queria ser educado.

"a pungência da luta dos escravos para aprender aparecia em todo o lado. Frederika Bremer encontrou uma mulher jovem desesperadamente a tentar ler a bíblia. 'Oh, este livro' ela chorou para Miss Bremer.'eu viro e torno a virar e desejava compreender o que está nele. Eu tento e tento; eu seria tão feliz se soubesse ler, mas não sei".

Susie King Taylor foi uma enfermeira e professora no primeiro regimento negro da Guerra Civil. Na sua autobiografia ela descreveu os seus persistentes esforços para se auto-educar durante a escravatura. As crianças brancas, os adultos simpáticos, bem como a sua avó, ajudaram-lhe a adquirir as competências para ler e escrever. Como a avó de Susie numerosas mulheres escravas correram grandes riscos quando elas comunicaram às suas irmãs e irmãos as competências académicas que elas secretamente tinham obtido. Mesmo quando eram forçadas a reunir nas suas escolas durante as tardias horas da noite, as mulheres que tinham adquirido algum conhecimento esforçavam-se em partilhá-lo com o seu povo.

Estes foram alguns dos iniciais sinais – no Norte e no Sul – do fenómeno da pós-emancipação que DuBois chamou de "o frenesim pelas escolas". Outro historiador descreveu a sede por aprender dos ex-escravos nestas palavras:

"com o desejo ardente nascido em séculos de negação, os ex-escravos veneraram a visão e som do mundo escrito. Homens velhos e mulheres com a idade da cova podiam ser vistos na escuridão da noite, lendo as escrituras na luz de uma pequena tocha, soletrando sofridamente as palavras sagradas".

De acordo com outro historiador

"Muitos educadores reportaram que encontraram um desejo mais vivaz em aprender entre as crianças negras da reconstrução do sul que entre as crianças brancas do Norte".

Perto de metade dos professores voluntários que se juntaram à massiva campanha educativa organizada pelo Freedman's Bureau foram mulheres. As mulheres brancas do Norte foram ao Sul durante a reconstrução para apoiar as suas irmãs negras que estavam absolutamente determinadas a terminar com a iliteracia entre os milhões de escravos agrícolas. A dimensão desta tarefa era hercúlea: de acordo com DuBois, a prevalência da iliteracia era de 95%. Nas histórias da era da reconstrução na história do Movimento dos Direitos das Mulheres, as experiências de mulheres negras e brancas a trabalharem juntas na luta pela educação recebeu escassa atenção. No entanto, a julgar, pelos artigos do "Freedman's Record" (Registo de Liberdade), essas professoras sem dúvida inspiraram-se entre si e foram também inspiradas pelos seus alunos. Quase universalmente mencionado nas observações das professoras brancas foi o inegável e firme compromisso de conhecimento dos escravos agrícolas. Nas palavras de uma professora que trabalhava em Raleigh, Carolina do Norte, "era surpreendente para mim ver entre o sofrimento com que tanta gente passou para poder mandar as suas crianças para escola". O conforto material era sem hesitação sacrificado pelo progresso na educação:

"uma pilha de livros era vista em quase todos os quartos, onde não havia mobília excepto uma pobre cama, uma mesa e duas ou três cadeiras partidas".

Como professoras, as mulheres negras e brancas pareceram desenvolver uma profunda e intensa apreciação mútua. Uma mulher brancas que trabalhava na Virginia, por exemplo, estava imensamente impressionada pelo trabalho de uma mulher negra, professora que tinha justamente emergido da escravatura. Parecia "... quase um milagre", esta mulher branca exclamou que "... a mulher negra, que foi uma escrava até ao tempo da rendição, tenha sucedido numa vocação para si tão romântica...". No relatório que escreveu, a mulher negra em questão expressou sincera – e sem sentido de servidão – gratidão pelo trabalho da suas "amigas do norte".

Pelo tempo do Hayes Betrayal e durante a reconstrução radical, os compromissos com a educação tornaram-se uma das mais poderosas provas do progresso durante essa era potencialmente revolucionária. Fisk University, Hampton Institute e outros vários colégios negros e universidades foram estabelecidos no pós guerra-civil do sul. Alguns 247,333 alunos frequentavam 4,329 escolas – e estes foram os blocos de construção para o primeiro sistema público de educação do Sul, que iria beneficiar crianças negras bem como brancas. Ainda que no período de pós-reconstrução a crescente subordinação à educação de Jim Crow drasticamente diminuiu as oportunidades do povo negro, o impacto da experiência da reconstrução não pode ser inteiramente obliterada. O sonho da terra foi destruído pelo tempo de ser e pela esperança pela política de igualdade ganha. Mas o farol do conhecimento não foi facilmente extinto – e esta foi a garantia de que a luta pela terra e pelo poder político iria impiedosamente prosseguir

"se não fosse pela escola e colégio para o negro, o negro iria, para todas as intenções e propostas, ser arrastado de novo para a escravatura.... A sua reconstrução de rede de liderança veio de negros educados no norte, e de políticos brancos, capitalistas e professores filantrópicos. A contra revolução de 1876 levou a maior parte destes, exceto os professores, embora. Mas rapidamente, através do estabelecimento de escolas públicas e colégios privados, e pela organização da igreja do negro, o negro

adquiriu suficiente rede de liderança e conhecimento para remar contra os piores projetos da nova escravatura."

Ajudadas pelas suas aliadas irmãs brancas, as mulheres negras tiveram um papel indispensável na criação desta nova fortaleza. A história da luta das mulheres pela educação nos Estados Unidos alcançou um verdadeiro pico quando as mulheres negras e brancas juntas lideraram a batalha contra a iliteracia nos pós guerra civil. A sua unidade e solidariedade preservaram e confirmaram uma das nossas histórias mais frutuosas e promissoras.

Capítulo 7
O sufrágio feminino na mudança do século: o crescimento da influência do racismo

Uma manhã (Susan B. Anthony) tinha entrevistas na cidade que a iriam impedir de usar a estenógrafa que ela tinha entrevistado. Ela tinha relembrado ao pequeno-almoço à mesa que eu podia usar a estenógrafa para me ajudar com a minha correspondência, visto que ela tinha de estar fora toda a manhã e ia dizer-lhe quando ela deveria subir as escadas para eu lhe ditar algumas cartas.

Quando subi ao andar de cima para o meu quarto, esperei que ela chegasse e como ela não chegou, conclui que ela não tinha achado conveniente, e escrevi as minhas cartas à mão. Quando Anthony regressou foi ao meu quarto e encontrou-me ocupada "Não te importaste em usar a minha secretária, suponho. Eu disse-lhe para ela vir ao teu quarto quando subisses. Ela não veio?"- eu disse que não. Ela não disse mais nada, mas voltou ao seu escritório. Em dez minutos regressava ao meu quarto. A porta estava aberta, ela entrou e disse, "bem ela foi embora". E eu perguntei - "quem?" ela disse "a estenógrafa." Eu disse "embora para onde?" "porquê?", ela respondeu "eu fui ao seu escritório e disse-lhe, "você não disse a Miss Wells o que eu disse sobre escrever algumas cartas para ela?', a rapariga disse 'não, não disse'. "porque não?" Então a rapariga disse 'é certo para si Miss Anthony tratar os negros como iguais, mas eu recuso-me a receber um ditado de uma mulher negra'. -"Realmente!' disse Miss Anthony. "Então" ela disse- "não tirará mais nenhum ditado de mim. Miss Wells é minha convidada e qualquer insulto para ela é um insulto para mim. Se essa é a forma como se sente em relação a isso, não terá de ficar mais aqui.".

Este episódio entre Susan B. Anthony e Ida B Wells, que mais tarde fundou o primeiro clube de sufrágio de mulheres negras, ocorreu durante esses"…preciosos dias em que eu (Wells) sentei-me nos pés desta pioneira e veterana no trabalho do sufrágio das mulheres". A admiração de Wells por Anthony pela sua posição individual contra o racismo era inegável e o seu respeito pelo contributo das sufragistas pela campanha dos direitos das mulheres era profundo. Mas ela sem hesitação criticava a sua irmã branca por falhar em fazer da sua luta pessoal contra o racismo uma questão pública do movimento sufragista.

Susan B- Anthony nunca deixou de elogiar Frederick Douglass, consistentemente relembrando o povo que ele era o primeiro homem que publicamente defendia os direitos das mulheres. Ela considerava-o um membro honorário vitalício da sua organização sufragista. No entanto, como Anthony explicou a Wells, ela colocou Douglass à parte pela necessidade de recrutar mulheres do Sul para o movimento do sufrágio para as mulheres.

"nas nossas convenções … ele era o honroso convidado que se sentava na nossa plataforma e falava nas nossas reuniões. Mas quando a … Suffrage Association (Associação Sufragista) entrou em Atlanta, Georgia, conhecendo o sentimento do Sul sobre a participação do negro em igualdade com os brancos, eu própria pedi a Mr-Douglass que não viesse. Não queria sujeitá-lo à humilhação, e *eu não queria que nada me levasse para longe de trazer as mulheres do Sul para a nossa associação sufragista*".

Nesta conversa particular entre Ida B Wells, Anthony explicou que ela também recusou apoiar os esforços de várias mulheres negras que quiseram formar um ramo

na associação sufragista. Ela não queria acordar a hostilidade anti-negro dos seus membros brancos, que poderiam retirar-se da organização se as mulheres negras fossem admitidas.

"E você pensa que eu estava errada em fazê-lo?' ela perguntou. Eu respondi sim, porque sentia que ainda que ela tivesse ganho para o sufrágio, ela também confirmou a atitude das mulheres brancas de segregação".

Esta conversa entre Ida B. Wells e Anthony aconteceu em 1894. Anthony confessou a capitulação do racismo "no terreno da expediência" caracterizado na sua posição pública sobre esta questão até que se retirasse em 1900 da presidência da NAWSA National American Women Suffrage Association (Associação Nacional Americana de Sufrágio Feminino). Quando Wells criticou Anthony por ter legitimado o compromisso para a segregação das mulheres brancas do Sul, a questão estava mais consequente do que a atitude individual de Anthony. O racismo estava objectivamente a crescer durante este período e os direitos e as vidas do povo negro estavam na estaca. Em 1894 a ausências de direitos do povo negro no Sul, o sistema legal de segregação e o reinado da lei do linchamento estavam bem estabelecidos. Mais do que em qualquer outro tempo desde a guerra civil, esta era uma era de consistentes demandas e protestos contra o racismo. O incrível argumento de "expediente" proposto por Anthony e suas colegas foi uma débil justificação para a indiferença das sufragistas em pressionar as exigências do tempo.

Em 1888 Mississipi executou uma série de estatutos de legalização da segregação racial, e em 1890 esse estado ratificou uma nova constituição que não permitia ao povo negro votar. Seguindo o exemplo de Mississipi, outros Estados do Sul elaboraram novas constituições que garantiam a ausência de direitos para os homens negros. A constituição da Carolina do Sul foi adoptada em 1898, seguindo-se pela Carolina do Norte e Alabama em 1901 e Virginia, Georgia e Oaklahoma em 1902, 1908 e 1918 respetivamente.

A crítica de Ida B. Wells a Susan B. Anthony pela sua indiferença pública em relação ao racismo foi certamente justificada pela prevalência da condição social, mas algo mais profundo que uma evidência histórica estava envolvido. Apenas dois anos antes do debate das duas mulheres sobre sufrágio e racismo, Wells sofreu um primeiro encontro traumático com uma violenta multidão racista. As três vítimas do primeiro linchamento de Memphis desde os tumultos de 1866 foram suas amigas pessoais. Este horrível incidente inspirou Wells a investigar e expor a aceleração do modelo dos assassínios das multidões através dos Estados do Sul. Viajando em Inglaterra em 1893, procurando apoio para a sua cruzada contra o linchamento, ela vigorosamente depreciou o silêncio que centenas e milhares de assassínios de multidões tinham recebido.

"Em dez anos passados mil homens e mulheres e crianças negras conheceram a violência da morte nas mãos da multidão branca. E o resto da América permaneceu em silencio… o púlpito e a imprensa do nosso país permaneceu em silêncio sobre esses continuados crimes e a voz da minha raça foi torturada e ultrajada e sufocada ou ignorada sempre que se levantava na América a exigência de justiça."

A evidência sobre o povo negro durante os anos de 1890, como podiam as sufragistas brancas argumentar em boa fé que “pela causa da expediência” elas podiam “rebaixar a conquista desta questão da cor?”. A ostentação da posição “neutral” assumida pela liderança da NAWSA em relação à “questão da cor” de fato encorajou a proliferação das ideias racistas dentro das fileiras da campanha sufragista. Na convenção da associação em 1895, apropriadamente realizada em Atlanta, Georgia, uma das mais proeminentes figuras na campanha pelo voto “… reclamou ao Sul que adoptasse o sufrágio da mulher como a única solução do problema do negro”. Este “problema do negro” podia ser simplesmente resolvido, como Henry Blackwell proclamou, por anexar a qualificação da literacia ao direito ao voto.

“No desenvolvimento da nossa complexa sociedade política, temos actualmente dois grandes corpos de cidadãos iletrados: no norte, as pessoas nascidas no estrangeiro, no Sul, o povo de raça africana e uma considerável porção de população branca. Contra estrangeiros e negros, nós não discriminaremos. Mas em todos os estados excepto num, há mais mulheres brancas educadas que todos os votantes iletrados, brancos e negros, nativos e estrangeiros”.

Ironicamente, este argumento, desenhado para persuadir os brancos do Sul que o sufrágio das mulheres tinha maiores vantagens para a supremacia branca, foi inicialmente proposto por Henry Blackwell quando ele anunciou o seu apoio à Décima Quarta e Décima Quinta Emendas. Já em 1867 ele endereçou um apelo “às legislaturas dos estados do Sul” chamando-as a tomarem nota de que os direitos às mulheres podia potencialmente eliminar a população negra da iminência de poder político.

“Considerem o resultado do ponto de vista do Sul. As vossas quatro milhões de mulheres brancas irão contrabalançar com os vossos quatro milhões de homens e mulheres negros, e assim a supremacia política da vossa raça branca permanecerá inalterada”.

Este abolicionista de renome assegurou aos políticos do sul da altura que o sufrágio feminino podia reconciliar o Norte e o Sul. “Capital e população irão espalhar-se, como o Mississipi em direção ao Golfo” – e, como o povo negro, eles “irão gravitar, pela lei da natureza em direção aos trópicos”.

O mesmo elemento que muito destruiu a escravidão ficaria de lado com a vitória do Sul potenciando o perigo de urtiga/da provocação que arrancaria a segurança da flor.

Blackwell e a sua mulher, Lucy Stone, ajudaram Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony durante a sua campanha em 1867 no Kansas. Stanton e Anthony foram bem-vindas nessa altura e apoiadas por um notável democrata, cujo programa “mulher primeiro, negro no fim” era uma indicação que elas implicitamente assentavam na lógica racista de Blackwell. Para além disse, elas sem crítica, descreveram, na sua History of Women Suffrage (História do Sufrágio Feminino) que os políticos do Kansas temiam o sufrágio dos negros.

“O homem do Kansas no seu discurso dirá, ‘… se o sufrágio do negro passar, seremos inundados por ignorantes, negros empobrecidos de todos os estados da união. Se o sufrágio da mulher passar, convidaremos para a nossa borda povo de carácter e

posição, de saúde e educação… quem pode hesitar em decidir, quando a questão permanece entre mulheres educadas e negros ignorantes?”

No entanto, apesar desta inicial postura racista do movimento de mulheres, só no final da última década do século XIX que a campanha de sufrágio feminino começou definitivamente aceitar o abraço fatal com a supremacia branca. As duas fações: Stanton-Anthony e Blackwell-Stone – que se separaram na questão da Décima Quarta e Décima Quintas Emendas – eram unidas em 1890. Em 1892 Elizabeth Cady Stanton aumentou a sua desilusão sobre o poder potencial do voto para libertar a mulher e cedeu a presidência da NAWSA à sua colega Susan B. Anthony. Durante o segundo ano do termo de Anthony a NAWSA passou uma resolução que foi uma variação racista e tendenciosa de Blackwell´s de mais de um século antes.

“Resolvido. Que sem expressar qualquer opinião e qualificações próprias para votar, chamamos a atenção para os factos significativos de que em qualquer estado há mais mulheres que sabem ler e escrever que todo o número de homens votantes iletrados; mais mulheres brancas que sabem ler e escrever que todos os votantes negros; mais mulheres americanas que sabem ler e escrever que todos os estrangeiros; de modo que a emancipação de tais mulheres iria resolver a questão embaraçosa da regra pelo analfabetismo, seja caseira ou de produção estrangeira.

Esta resolução cavalheirescamente esqueceu os direitos dos negros e das mulheres imigrantes bem como os direitos das suas relações masculinas. Mais do que isso, apontou para uma traição fundamental à democracia que não podia mais justificar-se pelo velho argumento do expediente. Subentendido na lógica desta resolução estava um ataque à classe trabalhadora como um todo e complacência – consciente ou não – em fazer uma causa comum com o novo monopólio capitalista que indiscriminadamente procurava proveitos não conhecendo limites humanos.

Passando a resolução de 1893, as sufragistas provavelmente anunciaram que se a elas, como mulheres brancas de classe média e burguesa, fosse dado o poder de votar, elas rapidamente subjugavam os três elementos da classe trabalhadora dos estados unidos: o povo negro, os imigrantes e os não educados nativos trabalhadores brancos. Foram estes três grupos de povo cujo trabalho foi explorado e cujas vidas foram sacrificadas pelos Morgans, Rockefellers, Mellons, Vanderbilts – pela nova classe de capitalistas monopolistas que estavam estabelecidos nos seus impérios industriais. Eles controlavam os trabalhadores imigrantes no Norte bem como os escravos agrícolas e os trabalhadores brancos pobres que estavam a operar o novo caminho-de-ferro, nas minas e nas indústrias de aço no Sul.

O terror e a violência forçaram os trabalhadores negros do Sul a aceitar salários escravos e condições de trabalho que eram frequentemente piores do que na escravatura. Esta era a lógica por detrás do crescimento das ondas de linchamento e do modelo da ausência de direitos no sul. Em 1893 – o ano da resolução fatal da NAWSA – o supremo tribunal inverteu o ato de direitos civis de 1875. Com essa decisão Jim Crow e a lei do linchamento – um novo modo de escravatura racista – recebeu uma sanção judicial. De fato, três anos mais tarde a decisão de Plessy v Ferguson anunciou que a doutrina “separados mas iguais”, consolidaria no Sul um novo sistema de segregação racial.

A última década do séc. XIX foi um momento crítico no desenvolvimento do racismo moderno – o seu maior apoio institucional bem como a atenção às suas justificações ideológicas. Este foi também o período da expansão imperialista na Filipinas, Hawai, Cuba e Porto Rico. As mesmas forças que subjugaram o povo desses países foram responsáveis pelo agravamento das circunstâncias do povo negro e de toda a classe trabalhadora nos Estados Unidos. O racismo alimentou as aventuras imperialistas e foi condicionado pelas estratégias imperialistas e apologéticas.

Em 12 novembro de 1898, o New York Herald publica histórias sobre a presença dos Estados Unidos em Cuba, o "tumulto racista" em Phoenix, na Carolina do Sul e do massacre do povo negro em Wilmington, Carolina do Norte. O massacre de Wilmington foi o maior assassínio de uma série de ataques organizados por multidões ao povo negro durante esse período. De acordo com um reverendo negro da época, Wilmington foi "o jardim-de-infância da ética e do governo de Cuba" bem como foi a prova da profunda hipocrisia da política no estrangeiro dos Estados Unidos nas Filipinas.

Em 1899 as sufragistas foram rápidas em fornecer evidências da sua consistente lealdade aos capitalistas monopolistas. Como as regras do racismo e chauvinismo formaram a política da NAWSA através da classe trabalhadora doméstica, elas aceitaram sem questões os novos feitos do imperialismo dos Estados Unidos. Na sua convenção nesse ano chamada de "Deveres das Mulheres nas nossas novas possessões" *as nossas novas possessões?* Durante a discussão Susan B. Anthony não tentou esconder a sua zanga – mas, ficou visível ela não estava zangada com os ataques. Ela estava

"….Cheia de cólera desde que a proposta foi feita para implantar a nossa forma meio bárbara de governar o Hawai e as outras nossas novas possessões".

Consequentemente Anthony promoveu a demanda com toda a força da sua cólera "…que o voto fosse dado às mulheres das nossas novas possessões nos mesmos termos que aos homens." Como se as mulheres de Hawai e Porto Rico devessem exigir o direito a serem vitimizadas pelo imperialismo dos Estados Unidos em base igual aos seus homens.

Durante esta convenção de 1899 da NAWSA uma contradição reveladora emergiu. Enquanto as sufragistas invocavam o seu "dever para com as mulheres das nossas possessões", uma mulher negra apelava por uma resolução contra Jim Crow foi inteiramente negligenciada. A sufragista negra – Lottie Wilson Jackson – foi admitida na convenção porque o Estado anfitrião era Michigan, um dos poucos que acolhia mulheres negras na associação sufragista. Durante a sua viagem de comboio para a convenção Lottie Jackson sofreu as indignidades da política segregacionista dos caminhos de ferro. A sua resolução era muito simples. "que as mulheres negras não fossem forçadas a viajar nas carruagens de fumadores, e que fossem providenciadas acomodações confortáveis para elas".

Como presidente oficial da convenção Susan B. Anthony fechou a discussão da resolução dessa mulher negra. O seu comentário assegurou a derrota da resolução:

“Nós mulheres somos sem defesa para com as classes sem direitos. As nossas mãos estão atadas. Enquanto estivermos nesta condição, não é connosco passar resoluções contra as corporações dos caminhos de ferro ou qualquer outro”.

O significado deste incidente era mais profundo que a questão de enviar ou não enviar uma carta oficial protestando contra a política racista da companhia de ferro. Recusando defender a sua irmã negra, a NAWSA simbolicamente abandonou todo o povo negro no momento do seu mais intenso sofrimento desde a emancipação.

Este gesto definitivamente estabeleceu a associação sufragista como uma força política potencialmente reaccionária que podia se aparentar com as exigências da supremacia branca.

A evasão da NAWSA da questão do racismo colocada pela resolução de Lottie Jackson de facto encorajou a expressão de preconceito anti-negro dentro da organização. Objetivamente, um convite aberto foi estendido às mulheres do sul que não cediam quanto ao seu compromisso com a supremacia branca. No melhor, esta postura de não compromisso com a luta pela igualdade dos negros constituiu uma aquiescência ao racismo, e no pior, foi um incentivo deliberado, em parte influenciado pela massa da organização, pela violência e devastação gerada pelas forças da supremacia branca na época.

Susan B. Anthony não pode, claro, ser pessoalmente responsabilizada pelos erros racistas do movimento sufragista. Mas ela foi uma das mais impressionantes líderes do movimento na mudança do século – e a sua presumível postura pública “neutral” em relação à luta pela igualdade para os negros de facto amorteceu a influência do racismo dentro da NAWSA. Se Anthony seriamente reflectisse nos achados da sua amiga Ida B. Wells, ela talvez percebesse que uma posição não comprometida sobre o racismo implicava que os linchamentos e os assassínios em massa fossem considerados uma questão neutral. Em 1899 Ida B. Wells completou uma enorme pesquisa sobre linchamentos e publicou os impressionantes e trágicos resultados. Nos dez anos anteriores, entre cem e duzentos linchamentos oficialmente registados ocorreram numa base anual. Em 1898 Wells criou um rebuliço público por exigir directamente que o presidente Mckinley ordenasse intervenção federal no caso de linchamento de um agente de correios da Carolina do Sul.

Em 1899, quando Susan B. Anthony ansiou a derrota da resolução anti Jim Crow, o povo negro denunciou massivamente o presidente McKinley por encorajar a supremacia branca. O ramo de Massachussets da Colored National League (Liga Nacional de Negros) acusou Mckinley de ser apologeticamente silencioso durante o reinado de terror em Phoenix, Carolina do Sul, e que tinha falhado em intervir quando o povo negro foi massacrado em Wilmington, Carolina do Norte. Durante a sua viagem ao Sul, disseram a Mckinley,

“… você discursa paciência/resignação, indústria, moderação para o longo sofrimento dos cidadãos negros, e patriotismo, xenofobia e imperialismo para os vossos brancos”.

Enquanto Mackinley esteve na Georgia, uma multidão invadiu a prisão prendeu cinco homens negros e

"… e quase no seu ouvido, frente aos seus olhos… eles foram atrozmente assassinados. Será que você falou? Abriu os seus lábios para expressar o horror desse crime horrível… com barbárie e mancha indelével para sempre e sempre inegável infâmia da justiça, honra e humanidade do seu país perante o mundo."

E nem uma palavra presidencial foi pronunciada sobre um dos mais notáveis períodos do linchamento – o incêndio desse ano de Sam Hose na Georgia.

"(ele) foi levado num calmo domingo de manhã pelos seus captores e queimado até à morte com um indescritível e demoníaca crueldade na presença de milhares de aplausos da tão chamada boa população de Geórgia – homens, mulheres e crianças, que tinham saído da frente de um Sabbath cristão para queimar um ser humano como se fosse um festival country ou um jogo inocente de férias ou diversão".

Inúmeros documentos históricos confirmam a atmosfera da agressão racista bem como os desafios poderosos emanados do povo negro durante o ano de 1899. Um documento especialmente simbólico é o da Nacional Afro-American Council (Coselho Ncional Afro-americano) que chamou o povo negro a observar o 2 de junho como o dia de jejum e de oração. Publicada no New York Tribune (Tribuna de New York) esta proclamação denunciou as injustificadas e indiscriminadas prisões que levaram homens e mulheres vítimas de multidões de "ignorantes, viciosos, homens bêbedos de whisky" que "torturavam, enforcavam, alvejavam, esfaqueavam, desmembravam e queimavam".

E não foi nem assim uma questão de ler e escrever na parede. O reino de terror já tinha descido sobre o povo negro. Como podia Susan B. Anthony aclamar que acreditava nos direitos humanos e na política de igualdade e ao mesmo tempo aconselhar os membros da sua organização a permanecerem no silêncio sobre a questão do racismo? A ideologia burguesa – e particularmente os seus ingredientes racistas – tinha realmente o poder de dissolver as reais imagens de terror para a obscuridade e insignificância, e desbotar horríveis choros de sofrimento de seres humanos em murmúrios pouco audíveis e depois em silêncio.

Quando o novo século chegou, um casamento ideológico sério ligou o racismo e o sexismo numa nova forma. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre foram facilmente parceiras, abertamente se abraçaram e consolidaram uma relação. Durante os primeiros anos do século XXI a influências das ideias racistas foi mais forte do que nunca. O clima intelectual – até nos círculos mais progressistas – pareceu ser fatalmente infetado com noções irracionais de superioridade da raça anglo-saxónica. Esta escalada promocional de propaganda racista foi acompanhada por uma similar aceleração promocional de ideias que implicam a inferioridade feminina. Se os negros – em casa e no estrangeiro – eram retratados como completos bárbaros, as mulheres – as mulheres brancas – eram mais rigorosamente descritas como figuras maternais, cuja razão fundamental de ser era de alimentar a espécie masculina. As mulheres brancas aprendiam que como mães, tinham uma especial responsabilidade na luta da defesa da supremacia branca. Afinal de contas, elas eram "as mães da raça", na prática – especialmente quando o movimento da eugenia ganhou popularidade – pouca distinção entre "a raça" e a "a raça anglo-saxónica".

Enquanto o racismo desenvolveu raízes mais duráveis entre as organizações de mulheres brancas, também o culto sexista da maternidade arrastou-se para dentro do movimento que anunciou visar a eliminação da supremacia masculina. O acasalamento do sexismo e do racismo foi mutuamente fortalecedor. Abrindo as suas portas para a prevalência da ideologia racista mais do que nunca, o movimento sufragista optou por um curso obstaculizador que colocou a sua meta do sufrágio feminino em perigo contínuo. A convenção de 1901 da NAWSA foi a primeira de muitos anos em que Susan B. Anthony não presidiu oficialmente. Tendo-se retirado no ano precedente, ela estava na mesma na assistência e foi apresentada pela nova presidente Carrie Chapman Catt, para apresentar a mensagem de boas vindas. Anthony comentou a reflexão da influência da rejuvenescida campanha da eugenia. Enquanto as mulheres, ela argumentou, foram corrompidas no passado pelos "apetites e paixões dos homens", era agora tempo deles preencherem a sua proposta de serem salvadores da "raça". Seria através das mulheres

"… inteligente emancipação que (a raça) seria purificada … é através de mulheres (que a raça será redimida. Por essa razão eu peço a sua imediata e incondicional emancipação de toda a sujeição política, industrial e religiosa."

O vigoroso discurso, feito por Carrie Chapman Catt, apontou três "grandes obstáculos" ao sufrágio feminino: militarismo, prostituição e

"… a inércia crescente da democracia advinda de uma reação de movimentos agressivos que possivelmente irão reclamar direitos para os estrangeiros, para os negros e para os índios. Condições perigosas parecem surgir com a introdução no corpo político de um vasto número de cidadãos irresponsáveis, que tornam a nação tímida."

Em 1903 a NAWSA testemunhou tal explosão da argumentação racista que parecia que os defensores da supremacia branca estavam determinados a tomar total controlo da organização. Significativamente, a convenção de 1903 teve lugar na cidade do Sul de New Orleans. Foi dificilmente uma coincidência que os argumentos racistas ouvidos pelos delegados fossem complementados por números defensores do culto da maternidade. Se Edward Merrick, filho do Chefe do Supremo tribunal de justiça de Louisana, falou sobre "o crime de dar direitos a um bando de homens negros ignorantes", Mary Chase, uma delegada de New hamphsire reclamou que as mulheres deviam ter direitos "como guardiãs naturais e protetoras do lar".

Na convenção de 1903 foi Belle Kearney de Mississippi que observou mais ruidosamente confirmando a perigosa aliança entre o racismo e o sexismo. Referindo-se à minimização da população negra do sul como "os 4 500 000 ex-escravos, iletrados e semi-bárbaros" ela historicamente invocou a sua falta de direitos como "um peso morto" sobre o qual o povo do Sul lutou "por perto de 40 anos, bravamente e magnanimamente". No entanto, por muito inadequada que a teoria de educação vocacional de Booker T. Washington para o povo negro possa ter sido na realidade, Kearney insistiu que Tuskegee e escolas similares estavam "… apenas a ajustar (o negro) para o poder, e quando o homem negro se tornasse numa comunidade pela razão da sua competência e adquirisse riqueza" algo aconteceria como uma guerra de raças.

“o pobre homem branco, amargurado pela sua pobreza e humilhado pela sua inferioridade, não encontra lugar para si mesmo e para as suas crianças, então virá a luta entre as raças.”

Claro que, tal luta entre os trabalhadores brancos e os trabalhadores negros era inevitável. Os apologistas do novo monopólio capitalista estavam, no entanto, determinados em provocar esta divisão racista. Pela mesma altura que Kearney falou perante a convenção de New Orleans, um alarme idêntico foi dado no senado dos estados unidos. Em 24 de fevereiro de 1903, o senador Bem Tillman da Carolina do sul avisou que os colégios e as escolas para os negros no sul levariam inexoravelmente a um conflito racial. Desenhados para equipar “esse povo” que, aos seus olhos, eram “o mais próximo da ligação perdida aos macacos” para “competir com os seus vizinhos brancos” essas escolas iriam

“criar um antagonismo entre as classes mais pobres dos nossos cidadãos e esse povo sobre o nível que estão no mercado de trabalho”.

Além disso,

“não houve nenhum contributo em elevar o povo branco do Sul, para ajudar e apoiar o povo anglo-saxão americano, os homens que descendem do povo que lutou com Marion e Dumter. Eles estão autorizados em lutar na pobreza e ignorância e para fazer qualquer coisa que possam para prosseguir, e eles vêem o povo do norte torrencialmente em milhares e milhares para ajudar a construir a dominação africana.”

Contrariamente à lógica de Kearney e Tillman o conflito racial não emergiu espontaneamente, mas foi antes conscienciosamente planeado pela representativa e economicamente ascendente classe. Ela precisava de impedir a união da classe trabalhadora para facilitar a sua própria exploração. A aproximação “tumultos raciais” – Atlanta, Brownville, Texas, Springfield, Ohio – como os massacres de 1898 em Willmington e Phoenix, Carolina do Sul, foram orquestrados precisamente para elevar as tensões e o antagonismo dentro da classe trabalhadora multirracial.

Kearney informou as suas irmãs na convenção de New Orleans que tinha descoberto a uma maneira segura de conter o antagonismo racial em limites manejáveis. Ela reclamou que sabia exactamente como prevenir a inevitável guerra racial.

“para evitar esta indizível culminação, os direitos das mulheres têm de ser efetivos, e uma educacional e apropriada qualificação para a aplicação do voto…

Os direitos das mulheres assegurariam imediatamente e duravelmente a supremacia branca, honestamente alcançada; para que, sobre sem dúvida de autoridade, está determinado que “em todos os estados do Sul, há mais mulheres educadas que todos os votantes iletrados, brancos e negros, nativos e estrangeiros, combinados”.

A pronúncia do tom horrível que Kearney se dirigiu não deve esconder o fato que ela invocou teorias que se tornaram muito familiares no movimento do sufrágio das mulheres. O argumento estatístico e a evocação do requisito da literacia foi ouvido muitas vezes antes por delegadas antes das convenções da NAWSA. Propondo a fraca qualificação para votar, Kearney reflectiu as ideias da classe não trabalhadora que infelizmente foram ganhando uma forte posição no movimento sufragista.

Houve uma irónica volta às palavras que kearney proferiu aos membros da convenção da NAWSA. Durante anos e anos, as líderes sufragistas justificaram a indiferença da Associação à causa da igualdade racial invocando o argumento de sempre “a conveniência”. Agora o sufrágio das mulheres era representado com o maior sentido de expediência para alcançar a supremacia racial. A NAWSA foi inconscientemente apanhada na sua própria armadilha – na armadilha da expediência para alcançar o voto. Uma vez que o modelo da capitulação do racismo tomou lugar – e especialmente nessa histórica conjuntura quando a nova e rude expansão monopolista requereu formas mais intensas de racismo – foi inevitável que as sufragistas eventualmente fossem feridas pela contra explosão.

Um delegado de Mississippi confidencialmente declarou:

“Algum dia o Norte será forçado a olhar para o sul para a redenção… contando com a pureza do seu sangue anglo-saxão, a simplicidade da sua estrutura social e económica … e a manutenção da santidade da sua fé, que foi mantida inviolável.”

Nem uma onça de solidariedade de irmãs poderia ser detetada aqui, e não há uma palavra sobre a derrota da supremacia masculina ou sobre mulheres a caminharem eventualmente por si mesmas. Não eram os direitos das mulheres ou a política de igualdade mas, antes, o reinado da superioridade racial do povo branco que tinha de ser preservado a qualquer custo.

“com a mesma certeza de que o Norte será forçado a virar-se para o Sul para a salvação da nação, com a mesma certeza o sul será forçado a olhar para as suas mulheres anglo-saxónicas como o meio através do qual manterá a supremacia da raça branca sobre os africanos…”

“graças a deus os homens negros foram libertados!” Ela exclamou com uma deliberada arrogância racista.

“eu desejo-lhes todas as possibilidades de felicidade e progresso, mas não usurpando a mais sagrada raça anglo-saxónica…”

Capítulo 8
Mulheres negras e o movimento de clubes

A Federação geral de Clubes de Mulheres podia ter celebrado o seu décimo aniversário em 1900 por ter tomado uma posição contra o racismo dentro da sua fileira. Infelizmente, a sua posição foi inequivocamente pró-racista: o comité de credenciação da convenção decidiu excluir a delegada negra enviada pelo Clube de Mulheres Era de Boston. Entre os clubes representados na federação, o único clube que acreditava inadmissível ter uma marca de distinção que podia ser reivindicada por não mais do que dois dos grupos de mulheres brancas. Se Sorosis e o clube de mulheres de New England eram organizações pioneiras entre os clubes de mulheres brancas, o clube de mulheres da Era, então com mais de cnco anos de idade, foi o fruto da primeira organização do esforço de mulheres negras dentro do movimento de clubes. A sua representativa Josephine St. Pierre Ruffin, foi conhecida nos círculos de clubes brancos de Boston como uma mulher "culta". Ela era a esposa do primeiro juiz negro do Estado de Massachusetts. Como o comité de credenciação lhe informou, ela seria bem vinda na convenção como delegada de um clube branco que ela pertencesse. Nesse caso, claro, era teria sido a necessária excepção provando a regra de segregação racial dentro da GFWC. Mas como Ruffin insistiu em representar o clube de mulheres negras (que, acidentalmente, tinha já recebido um certificado de membro da GFWC) ela recusou entrar na convenção. Para além disso, "… para reforçar esta predominante tentativa feita para apanhar do seu peito o emblema que foi trazido por ela…"

Pouco depois do "incidente de Ruffin", o jornal da federação trazia uma história fictícia desenhada assustar aquelas mulheres brancas que protestaram o racismo manifestado dentro da sua organização. De acordo com Ida B. Wells, o artigo intitulava-se "a presa dos tolos" e descrevia a cilada da integração na vida de um clube de uma certa cidade sem nome. A presidente de um não identificado clube tinha convidado uma mulher negra, de quem era amiga, para ser membro do seu grupo. Mas aí, a filha da mulher branca apaixonou-se e casou-se pelo filho da mulher negra, que como a sua mãe, tinha uma compleição tão branca que dificilmente era reconhecido como negro. No entanto, o artigo confiava, que ele tinha aquela "invisível pingo" de sangue negro, e quando a jovem esposa deu à luz um "bebé negro… o choque foi tão grande que ela virou a cara para a parede e morreu". Enquanto qualquer pessoa negra percebia que essa história era inventada, os jornais pegaram nela e disseminaram-na largamente de que os clubes de mulheres integracionistas resultariam na sujidade da natureza das mulheres brancas.

A primeira convenção convocada por mulheres negras teve lugar cinco anos depois da reunião de fundação do General Federation of Women's Clube (Federação Geral de Clubes de mulheres) em 1890. As experiências da organização de mulheres negras podem ser encontradas na era pré guerra civil, e como as suas irmãs brancas, elas participaram em sociedades de literatura e em organizações benevolentes. Os seus maiores esforços durante esse período foram associados à causa anti-escravatura. Ao contrário das mulheres brancas, no entanto, que também massivamente entraram na campanha abolicionista, as mulheres negras foram menos motivadas pelas considerações de caridade ou por princípios morais gerais do que por exigências palpáveis de sobrevivência do seu povo. Os anos 90 de 1800 foram os mais difíceis para o povo negro desde a abolição da escravatura, e as mulheres naturalmente

sentiram-se obrigadas a juntarem-se à luta de resistência do seu povo. Foi em resposta à incontrolada onda de linchamentos e de indiscriminados abusos sexuais de mulheres negras que o primeiro clube de mulheres negras foi organizado.

De acordo com as interpretações aceites, as origens da General Federation das mulheres brancas reporta-se ao período imediato do pós guerra, quando a exclusão das mulheres do New York Press Club (Clube de Imprensa de New York) resultou na organização de um clube de mulheres em 1868. Depois da fundação de Sorosis em New York, as mulheres de Boston estabeleceram os clubes de mulheres de New England. Assim a tendência foi configurada pela proliferação de clubes nas duas cidades líderes do nordeste podendo fundar uma Federação Nacional em 1890. Num breve período de dois anos, a General Federation of Women's Club tinha adquirido 190 filiadas e mais de 20 000 membros. Uma estudante de história feminista explica desta forma a aparente atração magnética destes clubes para as mulheres brancas:

"subjectivamente, os clubes conheceram a necessidade da classe média, de mulheres de meia idade por atividades de lazer fora de casa, mas relacionadas com a sua esfera tradicional. Eram, e depressa tornou-se claro, literalmente milhões de mulheres cujas vidas não eram preenchidas pelos percursos domésticos e religiosos. Na sua maior parte pobremente educadas, sem vontade ou capacidade para um emprego com salário seguro, elas encontraram na vida do clube a solução para os seus dilemas pessoais."

As mulheres negras, do Norte e do Sul, trabalhavam fora das suas casas em maior extensão que as suas companheiras brancas. Em 1890, dos quatro milhões de mulheres na força laboral, quase um milhão eram negras. Nem de perto as muitas mulheres negras foram confrontadas com o vazio doméstico que era uma praga para as suas irmãs brancas de classe média. Mesmo assim, a liderança do movimento de clubes negros não veio das massas das mulheres trabalhadoras. Ruffin, por exemplo, era a esposa de um juiz em Massachusetts. O que fez essa mulher distanciar-se das líderes do clube branco foi a sua consciência da necessidade de desafiar o racismo. De fato, a familiaridade com a rotina racista da sociedade dos Estados Unidos ligou-as intimamente mais longe com a sua classe de irmãs trabalhadoras do que a experiência de sexismo para as mulheres brancas de classe média.

Antes da emergência do movimento de clubes, a primeira grande reunião independente organizada por mulheres negras foi causada pelos assaltos racistas à jornalista Ida B. Wells. Depois do escritório do seu jornal em Memphis ter sido destruído por um multidão racista que se opôs ao seu trabalho anti-linchamento, Wells decidiu em ter residência permanente em New York. Como ela relata na sua autobiografia, duas mulheres ficaram profundamente emocionadas com os seus artigos do New York Age sobre o linchamento de três das suas amigas e da destruição do seu jornal.

"… duas mulheres negras observaram as minhas revelações durante a visita que fizeram juntas e disseram que pensavam que as mulheres de New York e Brooklyn deviam fazer algo para mostrar apreciação pelo meu trabalho e para protestar quanto ao tratamento que eu recebi".

Victoria Matthews e Maritcha Lyons iniciaram uma série de reuniões entre as mulheres que conheciam, e eventualmente um comité de duzentas e cinquenta mulheres foi encarregue de "agitar o sentimento nas duas cidades". Em vários meses elas organizaram uma reunião imensa, que teve lugar em outubro em 1892, na Lyric Hall em New York. Nesse comício, Ida B. Wells fez uma apresentação comovente do linchamento.

"a sala estava cheia... as mulheres líderes negras de Boston e Philapelphia foram convidadas a juntarem-se a esta apresentação, e elas vieram, um brilhante viva. Mrs. Gertrude Mossell de Philapelphia, Mrs. Josephine St. Pierre Ruffin de Boston, Mrs. Sarah Gernett, viúva de um dos nossos maiores homens, um professor nas escolas públicas de New York, Dr. Susan Mckinner de Brooklyn, a mulher médica líder da nossa raça, estavam todas na plataforma, atrás de uma solitária, doente rapariga que esteve desterrada exilada porque tentou defender a natureza masculina da sua raça".

Ida B. Wells recebeu uma boa soma de dinheiro para estabelecer outro jornal e – um sinal de relativa influência das líderes da campanha – um broche de ouro na forma de caneta.

Em consequência desse inspirado restabelecimento, as mulheres que o organizaram criaram permanentes organizações em Brooklyn e New York, às quais chamaram Women's Loyal Union. De acordo com Ida B. Wells, estes foram os primeiros clubes criados e exclusivamente liderados por mulheres negras. "foi o início real do movimento de clubes entre as mulheres negras neste país". O clube de Boston Era – subsequentemente banido da GFWC – foi um crescimento para fora de uma reunião ordenada por Ruffin na ocasião de Wells visitar Boston. Encontros similares convocados por Ida B. Wells levaram a clubes permanentes em New Bedford, Providence e Newport, e mais tarde em New Haven. Em 1893 um discurso anti-linchamento feito por Ida B. Wells em Washington acasionou uma das primeiras aparições em público de Mary Church Terrell, que mais tarde se tornou a presidente fundadora da National Association of Colored Women's Clubs (Associação Nacional dos Clubes de Mulheres Negras).

Ida B. Wells foi muito mais do que um cartão de visita para as mulheres negras que eram recrutadas para o movimento de clubes. Ela foi também uma organizadora ativa, iniciando e servindo como presidente do primeiro clube de mulheres negras de Chicago. Depois da sua primeira tour anti-linchamento, ela apoiou Frederick Douglass na organização de um protesto contra o World's Fair (Exposição Mundial) em 1893. Devido aos seus esforços, um comité de mulheres foi organizado para angariar dinheiro para a publicação de uma brochura para ser distribuída na feira intitulada "As razões porque os negros americanos não estão na exposição mundial columbiana". Em consequência da exposição mundial de Chicago, Ida B. Wells persuadiu as mulheres a criarem um permanente clube como as mulheres negras fizeram nas cidades do Nordeste.

Algumas das mulheres recrutadas por Ida B. Wells vieram das mais influentes famílias negras de Chicago. Mrs. John Jones, por exemplo, era a esposa do "mais rico homem negro de Chicago nessa altura". Deve-se notar, no entanto, que esse homem de negócios bem sucedido trabalhou nos caminhos de ferro Underground e chefiou o

movimento para anular as leis negras de Illinois. Ao lado de mulheres representando a incipiente “burguesia negra” e “as mais proeminentes mulheres na igreja e sociedades secretas”, havia “professoras e esposas e estudantes do secundário” entre as quase rezentos membros do Clube de Mulheres de Chicago. Num dos seus primeiros esforços activistas, criaram fundos para acusar um polícia que matou um homem negro. O Clube de Mulheres Negras de Chicago era manifestamente comprometido com a luta da libertação dos negros.

O pioneirismo da clube de mulheres ERA de Boston continuou a enérgica defesa do povo negro, que Wells aclamou na sua primeira reunião. Quando a conferência nacional da Unitarian Church (Igreja Unitária) recusou passar uma resolução anti-linchamento, os membros New Era levantaram um forte protesto numa carta aberta a uma das mulheres da liderança da igreja.

“nós, as membros do clube de mulheres era, acreditamos falar pelas mulheres negras da américa… como mulheres negras sofríamos e sofremos demasiado para cegarmos ao sofrimento dos outros, mas naturalmente somos mais sensíveis ao nosso próprio sofrimento do que ao dos outros. Por isso sentimos que somos falsas para nós próprias, para as nossas oportunidades e para a nossa raça se nos mantivermos em silêncio num caso como este.

Nós toleramos muito e acreditamos na paciência, nós vimos o nosso mundo partido e destruído, os nossos homens feitos fugitivos e vagabundos ou a sua juventude e força gasta no cativeiro. Nós próprias somos diariamente impedidas e oprimidas na corrida da vida; nós sabemos que todas as oportunidades de avanço, de paz e felicidade nos serão negadas;… os homens e mulheres cristãos recusam absolutamente… em abrir as suas igrejas para nós;… as nossas crianças… são consideradas legítimas presas para insultos;…. As nossas raparigas jovens podem a qualquer altura ser atacadas para dentro de um carro sujos e imundo cheio, e, não interessam as suas necessidades, ser recusada comida e abrigo.”

Depois de referir-se à privação educacional e cultural sofrida pelas mulheres negras, a carta de protesto chamou por um massivo alarido contra o linchamento.

“…no interesse pela justiça, pelo bom nome do nosso país, iremos elevar a nossa voz contra os horríveis crimes da lei do linchamento.

…e chamamos os cristãos de todos os lados a terem vergonha ou a serem marcados como simpatizantes dos assassinos.”

Quando a primeira conferência nacional das mulheres negras aconteceu em Boston em 1895, os clubes de mulheres não eram uma mera simples rivalização das suas companheiras brancas, que federaram o movimento de clubes cinco anos antes. Elas vieram em conjunto para decidir a estratégia de resistência à corrente e propagandeada de assaltos a mulheres negras e à continuidade da lei de linchamento. Respondendo a um ataque sobre Ida B. Wells por um pró-linchamento presidente da Missouri Press Association, as delegadas da conferência protestaram sobre “o insulto à natureza feminina negra” e enviaram “…ao país um unânime aval ao curso que Wells perseguiu na sua agitação contra o linchamento”.

Fannie Barrier Williams, que foi excluída em Chicago pelo clube de mulheres brancas, viu a diferença entre o movimento de clubes branco e o movimento de clubes do seu povo. As mulheres negras, ela disse, perceberam que

"… o progresso inclui um acordo maior que o significado geral de termos de cultura, educação e contato.

O movimento de clubes entre as mulheres negras alcançou a sub-condição de toda a raça… o movimento de clubes é único de todos os significados da elevação da raça…

O movimento de clubes é bem proposto… não é uma moda… é antes uma força de uma nova inteligência contra a velha ignorância. A luta de uma consciência iluminada contra o buraco da miséria social, nascido fora do stress e dor do passado odioso".

Enquanto o movimento de clubes negros era empaticamente comprometido com a luta pela libertação do negro, as suas líderes de classe média eram infelizmente algumas vezes elitistas nas suas atitudes em relação às massas do seu povo. Fannie Barrier Williams por exemplo, viu os clubes de mulheres como "a nova inteligência, a consciência iluminada" da raça.

"entre as mulheres brancas, os clubes significavam o movimento de maior alcance das melhores mulheres no interesse da melhor natureza feminina. Entre as mulheres negras o clube era o esforço das pouco competentes no interesse dos muito incompetentes".

Antes do estabelecimento definito da organização nacional de clubes de mulheres, havia aparentemente alguma desafortunada competição entre a liderança dos clubes. Apoiada na conferência de Boston em 1895 chamada por Josephine Ruffin, a Federação Nacional de Mulheres Afro-americanas foi fundada no mesmo ano, elegendo Margaret Washington como sua presidente. Foi conduzida por mais de trinta clubes, que eram ativos em doze Estados. Em 1896 a National League of Colored Women (Liga Nacional de Mulheres Negras) foi fundada em Washington DC, com Mary Church Terrell como sua presidente. A competição entre as organizações depressa emergiu, no entanto, formou-se a National Association of Colored Women Club's (Associação Nacional de Clubes de Mulheres Negras) que elegeu Terrell como sua mais alta representante. Durante vários anos Terrell e Ida B. Wells expressaram mútua hostilidade dentro do movimento nacional de clubes negros. Na sua autobiografia Wells reivindica que Terrell foi pessoalmente responsável pela sua exclusão da convenção de 1899 da National Association of Colored Women's Clubs que aconteceu em Chicago. De acordo com Wells, Terrell temia a sua re-eleição como presidente devido a ter excluído a jornalista e minimizar, durante a convenção, a luta contra o linchamento que a sua rival personificava.

Mary Terrell era a filha de um escravo que recebeu, depois da emancipação, uma considerável herança do pai do seu dono. Devido à riqueza da sua família, ela beneficiou de oportunidades únicas de educação. Depois de quatro anos em Oberlin ollege, Terrell tornou-se a terceira negra graduada no país – e estudou em várias instituições de níveis mais elevados. Professora do secundário e mais tarde professora universitária, Terrell tornou-se a primeira mulher negra assinalada no quadro da educação do distrito de Columbia. Se ela tivesse pensado na sua realização pessoal

numa carreira política ou académica, ela teria sido sem dúvida bem sucedida. Mas a sua preocupação pela libertação colectiva do seu povo levaram-na a devotar toda a sua vida adulta à luta pela libertação do negro. Mais do que qualquer outra pessoa Terrell era a força condutora que moldou o movimento de clubes de mulheres num grupo político poderoso. Enquanto Wells era uma das mais severas críticas de Terrell, ela sabia da importância do seu papel no movimento de clubes. Como ela referiu, “Mrs. Terrell foi de todos única na melhor educada mulher entre nós…”

Como Terrell, Ida B. Wells nasceu numa família de ex-escravos. Quando uma epidemia de febre amarela levou as vidas dos seus pais, Wells era ainda uma adolescente, com cinco irmãs e irmãos mais novos para apoiar. Ela embarcou uma carreira de professora como uma resposta direta a este enorme fardo. Mas a sua luta pessoal não foi tão esmagadora que a impedisse de perseguir o caminho do ativismo anti-racista. Na jovem idade de vinte e dois ela desafiou a discriminação racial que sofreu nos caminhos de ferro por lugares classificados contra os caminhos de ferro em tribunal. Dez anos mais tarde Wells publicava o seu próprio jornal em Memphis, Tennessee, e depois de três das suas amigas serem assassinadas por uma multidão racista, transformou o jornal numa poderosa arma contra o linchamento. Forçada a exilar-se quando os racistas ameaçaram a sua vida e destruíram o escritório do seu jornal, Wells lançou a sua espantosa e efetiva cruzada contra o linchamento. Chamando negros e brancos a massivamente oporem-se ao reinado da lei do linchamento, ela viajou de cidade em cidade por todos os Estados Unidos. As suas viagens encorajaram os europeus a organizarem campanhas solidárias contra o linchamento do povo negro nos estados unidos. Duas décadas mais tarde, na idade de cinquenta sete, Wells investiu no tumulto de East Saint Louis. Quando tinha sessenta e três anos conduziu uma investigação sobre o ataque da multidão racista em Arkansas. E mesmo à beira da sua morte foi militante como sempre, liderando a demonstração das mulheres negras contra a política segregacionista de um grande hotel de Chicago.

No seu retrato de cruzada contra o linchamento, Wells tornou-se uma expert na agitação-confrontação tática. Mas poucas podiam igualizar com Mary Terrell na defesa da libertação do negro através da escrita e palavra falada. Ela pensou a liberdade para o seu povo através da lógica e persuasão. Escritora eloquente, poderosa oradora e mestre na arte do debate, Mary Terrell foi persistente e principalmente defensora da igualdade dos negros e do sufrágio feminino, bem como os direitos das pessoas trabalhadoras. Como Ida B. Wells, ela foi ativa até ao ano da sua morte – na idade de noventa. Num dos seus últimos gestos contra o racismo, ela marchou em Washington D.C. na linha da frente com a idade de oitenta e nove anos.

Ida Wells e Mary Terrell foram inquestionavelmente duas líderes negras da sua era. O seu pessoal feudo com alcance de várias décadas, foi uma trágica linha dentro da história do movimento de clubes de mulheres negras. Enquanto as suas separadas realizações eram monumentais, a sua união de esforços podia ter realmente movido montanhas para as suas irmãs e para o seu povo como um todo.

Capítulo 9
Mulheres trabalhadoras, mulheres negras e a história do movimento sufragista

Em janeiro de 1868 quando Susan B. Anthony publicou o primeiro número do Revolution (Revolução), as mulheres trabalhadoras, cujo lugar na classificação da força de trabalho tinha-se recentemente expandido, começaram a defender os seus direitos conspicuamente. Durante a guerra civil mais mulheres brancas do que alguma vez começaram a trabalhar fora das suas casas. Em 1870, enquanto 70% das mulheres trabalhadoras eram domésticas, um quarto de todos os trabalhadores rurais eram mulheres. Dentro dos trajes da indústria, elas tornaram-se rapidamente uma maioria. Nesta altura o movimento do trabalho era uma rápida e expansiva força económica, contendo não menos que trinta sindicatos nacionais organizados.

No entanto, dentro do movimento do trabalho, a influência do poder era tão poderosa que apenas os fazedores de cigarros e os que trabalhavam nas gráficas tinham aberto as suas portas às mulheres. Mas algumas mulheres trabalhadoras tinham feito o esforço de se auto-organizarem. Durante a guerra civil e no período imediatamente a seguir, as mulheres costureiras constituíram o maior grupo de mulheres a trabalhar fora de casa. Quando elas começaram-se a organizar, o espírito do sindicalismo espalhou-se de New York e Philapelphia e a todas as grandes cidades onde a indústria florescia. Quando a National Labor Union (Sindicato Nacional do Trabalho) foi fundada em 1866, os seus delegados foram forçados a conhecer os esforços das mulheres costureiras. Por iniciativa de William Sylvis, a convenção resolveu apoiar não apenas as "filhas do trabalho duro na terra" – como as costureiras eram conhecidas – mas a sindicalização geral das mulheres e a sua total igualdade no que respeita aos salários. Quando a reconvenção da National Labor Union (NLU)em 1868, elegeu Sylvis como sua presidente, a presença de várias mulheres entre os delegados, incluindo Elizabeth Cady Stanton, forçaram a convenção a passar resoluções fortes e tratar geralmente a causa dos direitos das mulheres trabalhadoras com mais seriedade que antes.

As mulheres foram bem vindas em 1869 na convenção fundadora da National Colored Labor Union (Sindicato Nacional Negro NLCU). Como as trabalhadoras negras explicaram na única resolução, elas não queriam cometer "os erros de antes feitos pelos nossos companheiros cidadãos brancos em omitir as mulheres". A organização trabalhista negra, criada devido às políticas de exclusão dos grupos de trabalhadores brancos, provou pela sua prática ser mais séria nos compromissos para com os direitos das mulheres trabalhadoras que as suas parceiras e predecessoras brancas. Enquanto a NLU tinha simplesmente passado resoluções apoiando a igualdade para as mulheres, a NCLU elegeu uma mulher – Mary S. Carey – para servir o comité executivo de política da organização. Susan B. Anthony e Elisabeth Cady Stanton não reconheceram qualquer conhecimento dos compromissos da organização sindical negra anti-sexista. Elas estavam provavelmente demasiado absorvidas na batalha do sufrágio para tomar notas desse importante desenvolvimento.

No primeiro número do jornal de Anthony , "Revolution", o jornal financiado pelo democrata racista George Francis Train, a mensagem principal era que a mulher devia buscar o voto. Logo que o sufrágio feminino estivesse estabelecido, parecia dizer o jornal, seria o milénio da mulher – e o triunfo final da moralidade da nação como um todo.

"Iremos mostrar que o voto irá assegurar para a mulher um lugar igual e salário igual no mundo do trabalho; irá abrir-lhe as escolas, os colégios, as profissões e todas as oportunidades e vantagens da vida; que na sua mão haverá um poder moral para segurar a corrente do crime e miséria em todo o lado".

Apesar desta visão ser demasiado estreita e focado no voto, o Jornal Revolution teve um papel importante nas lutas das mulheres trabalhadoras durante os dois anos em que foi publicado. A exigência das oitp horas por dia foi repetidamente crescendo dentro das páginas deste jornal, bem como o slogan anti-sexista "pagamento igual para trabalho igual". Desde 1868 até 1870 as mulheres trabalhadoras – especialmente em New York – podiam contar com o Revolution para publicitar as suas injustiças bem como as suas greves, as suas estratégias e os seus resultados.

O envolvimento de Susan B. Anthony nas lutas das mulheres trabalhadoras no período pós-guerra não estava restrito à solidariedade jornalística. Durante o primeiro ano de publicação do seu jornal ela e Stanton usaram os escritórios do Jornal Revolution para organizar impressões para a Working Women's Association (Associação de Mulheres Tabahadoras). Rapidamente o National Typographers (Tipógrafos Nacionais) tornou-se o segundo sindicato a admitir mulheres e nos escritórios do Revolution, a Women's Typographical Union Local #1 (Sindicato das Mulheres Tipógrafas) foi estabelecido. Graças à iniciativa de Susan B. Anthony a segunda Working Women's Association (Associação de Mulheres Trabalhadoras) foi mais tarde organizada entre as mulheres costureiras.

Ainda que Susan B. Anthonhy e Elisabeth Cady Stanton e as suas colegas no jornal tenham contribuído fortemente para a causa das mulheres trabalhadoras, elas na realidade nunca aceitaram o princípio do sindicalismo. Como antes não, na libertação dos negros, com receio, de deixar essa ser momentaneamente a prioridade sobre os seus próprios interesses como mulheres brancas, também aqui elas não abraçaram completamente os princípios fundamentais da unidade e solidariedade de classe, sem a qual o movimento dos trabalhadores ficaria sem poder. Aos olhos das sufragistas, a "mulher" era o derradeiro teste – se a causa da mulher podia ser apoiada, não era errado para as mulheres funcionarem como fura-greves quando os homens trabalhadores do seu ramo de negócio estavam em greve. Susan B. Anthony foi excluída em 1869 da convenção da National Labor Union (NLU) porque pediu às mulheres que trabalhavam em gráficas que trabalhassem como fura-greves. Defendendo-se a si própria nessa convenção, Anthony proclamou que

"… os homens fizeram grandes erros no mundo entre a existência do trabalho e do capital, mas esses erros comparados com os erros das mulheres, em cujas caras as portas dos negócios e das vocações foram fechadas, não são um grão de areia no mar da praia".

A postura de Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton durante este episódio foi surpreendentemente similar ao sufragista anti-negro dentro da ERA. Do mesmo modo que Anthony e Stanton atacaram os homens negros quando perceberam que os ex-escravos podiam receber o direito ao voto antes das mulheres, assim chicotearam num paralelo contra os homens da classe trabalhadora. Stanton insistiu que a

exclusão da NLU provou "… o que o Revolution disse uma e outra vez, que os piores inimigos do sufrágio feminino serão sempre os homens das classes trabalhadoras".

"A mulher" era o teste, mas nem todas as mulheres pareciam qualificadas. As mulheres negras, obviamente eram virtualmente invisíveis dentro da campanha do sufrágio feminino. Como as mulheres brancas da classe trabalhadora, as líderes sufragistas estavam provavelmente impressionadas por organizar esforços e militância da classe das suas irmãs trabalhadoras. Por outro lado, as próprias mulheres trabalhadoras não abraçaram entusiasticamente a causa do sufrágio feminino. Para as mulheres brancas trabalhadoras, a líderes sufragistas eram provavelmente inicialmente impressionadas pelos esforços de organização e militância da sua classe de irmãs trabalhadoras. Mas por seu lado, as próprias mulheres trabalhadoras não abraçaram entusiasticamente a causa do sufrágio feminino. Apesar de Anthony e Stanton terem persuadido várias mulheres líderes trabalhadoras para protestarem contra a ausência de direitos das mulheres, a massa das mulheres trabalhadoras estavam demasiado preocupadas com os seus problemas imediatos – salários, horas, condições de trabalho – para lutarem por uma causa que parecia terrivelmente abstracta. De acordo com Anthony,

"a grande e distinta vantagem que as mulheres trabalhadoras desta república possuíam era que o filho do mais humilde cidadão, negro ou branco, tinha oportunidades iguais ao filho do mais rico da terra".

Anthony nunca teria feito tal discurso se estivesse familiarizada com as realidades das famílias da classe trabalhadora. Como as mulheres trabalhadoras sabiam demasiado bem, os seus pais, irmãos, maridos e filhos que exerciam o direito ao voto continuavam a ser miseravelmente explorados pelos seus patrões ricos. Igualdade política não abria a porta à igualdade económica.

"As mulheres querem pão, não o voto" era o título de um discurso de Anthony frequentemente proferido quando ela pensava recrutar mais mulheres trabalhadoras para a luta do sufrágio. Como indicava o título, ela criticava a tendência das mulheres trabalhadoras em focarem-se nas suas necessidades imediatas. Mas elas naturalmente pensavam em soluções tangíveis aos seus problemas económicos imediatos. E elas eram raramente movidas pelas sufragistas que prometiam que o voto lhes permitiria tornarem-se iguais aos seus homens – os seus explorados, sofridos homens. Até os membros da Working Women's Association, organizada por Anthony no escritório do seu jornal, escolheram o refrão de lutar pelo sufrágio. "Mrs. Stanton estava ansiosa por ter mulheres trabalhadoras na associação sufragista" explicou a primeira vice-presidente da Working Women's Association.

" Foi a votos e por um voto descartado. A sociedade em dado momento composta por uma centena de mulheres trabalhadoras, mas como não havia nada de prático a fazer para melhorar as suas condições, elas gradualmente afastaram-se".

Cedo na sua carreira como líder dos direitos das mulheres, Anthony concluiu que o voto continha o verdadeiro segredo da emancipação da mulher, e que o próprio sexismo era mais opressivo que a desigualdade de classe e que o racismo. Aos olhos de Anthony "a mais odiosa oligarquia jamais estabelecida na face do globo" era a regra do homem sobre a mulher.

“Uma oligarquia de riqueza, onde o rico governa o pobre; uma oligarquia de ensino, onde os educados governam os ignorantes; ou até uma oligarquia de raça, onde os saxões governam os africanos, pode ser sofrida; mas esta oligarquia de sexo que faz o pai, os irmãos, os maridos, os filhos, os oligarcas sobre a mãe e as irmãs, a mulher e as filhas de todas as casas; que ordena todos os homens soberanos, todas as mulheres sujeitos – traz desacordo e rebelião para dentro de todas as casas da nação”.

A forte posição feminista de Susan B. Anthony era também uma forte reflexão da ideologia burguesa. E foi provavelmente devido ao poder cego da ideologia que ela falhou em compreender que a classe de mulheres trabalhadoras e bem como as mulheres negras estavam fundamentalmente ligadas aos seus homens pela exploração de classe e opressão racista que não discriminava entre os sexos. Enquanto o comportamento sexista dos seus homens definitivamente tinha que ser desafiado, o inimigo real – o seu inimigo comum – era o patrão, o capitalista ou quem fosse responsável pelos salários miseráveis e as insuportáveis condições de trabalho e a discriminação racista e sexista no trabalho.

As mulheres trabalhadoras não ergueram a bandeira do sufrágio em massa até ao início do século XX, quando a suas próprias lutas forjaram razões especiais para exigir o direito ao voto. Quando as mulheres fizeram greve à industria de New York no nomeado “levantando 20 000” durante o inverno de 1909-1910, o voto começou a adquirir relevância especial nas lutas das mulheres trabalhadoras. Como as mulheres trabalhadoras líderes começaram a argumentar, as mulheres trabalhadoras podiam usar o voto para exigir melhores salários e melhorar as condições de trabalho. O sufrágio feminino podia servir como uma poderosa arma para a luta de classes. Depois do trágico incêndio da New York Shirtwaist Company que levou a vida de cento e quarenta e seis mulheres, a necessidade de legislação proibindo as perigosas condições de trabalho das mulheres tornou-se dramaticamente óbvia. Por outras palavras, as mulheres trabalhadoras necessitavam do voto para garantir a sua sobrevivência.

A Women’s Trade Union League impulsionou a criação da Wage Earner’s Suffrage Leagues. Um membro da New York Suffrage League, Leonora O’Reilly, desenvolveu uma poderosa defesa da classe trabalhadora do direito ao voto das mulheres. Referindo o seu argumento às políticas anti sufrágio, ela também questionou a legitimidade a prevalência do culto da maternidade.

“Vocês podem dizer-nos que o nosso lugar é em casa. Há 8 000 000 de nós nos Estados Unidos que tiveram de sair para ganhar o nosso pão diário e viemos dizer-vos que enquanto estamos a trabalhar nas fábricas, nas minas, e nas casas mercantis não tivemos a proteção que devíamos ter tido. Vocês têm vindo a fazer leis para nós e as leis que vocês fizeram não foram boas para nós. Ano após ano as mulheres trabalhadoras desapareceram da legislatura de todos os estados e tentaram contar a história das suas necessidades…”

Agora Leonora O’Reilley e as suas irmãs da classe trabalhadora proclamaram que iam lutar pelo voto – e de fato iam usá-lo como arma para retirar esses legisladores do escritório cujas lealdades eram os grandes negócios. As mulheres da classe

trabalhadora exigiram o direito ao sufrágio como uma arma para apoiá-las na luta de classe. Essa nova perspectiva no âmbito da campanha para a mulher sufragista deu testemunho da crescente influência do movimento socialista. Na verdade as mulheres socialistas trouxeram uma energia nova para o movimento sufragista e defenderam a visão de luta nascida das experiências de suas irmãs da classe trabalhadora.

Nos oito milhões de mulheres na força de trabalho durante a primeira década do século XX, mais de dois milhões eram negras. Como mulheres que sofreram a combinação da incapacidade do sexo, classe e raça, elas possuíam um poderoso argumento para o direito ao voto. Mas o racismo correu tão profundamente dentro do movimento do sufrágio feminino que as portas nunca se abriram realmente para as mulheres negras. As políticas excursionarias da NAWSA não detiveram inteiramente as mulheres negras de erguer a exigência pelo voto. Ida B. Wells, Mary Church Terrel e Mary McCleod Bethune estão entre as mais conhecidas sufragistas negras.

Margaret Murray Washington, que foi a figura líder da NASW (National Association of Colored Women) confessou que "… pessoalmente, o sufrágio feminino nunca me tirou o sono à noite…". Esta indiferença casual pode bem ter sido uma reacção à posição racista da NAWSA, pois Washington também argumentou que:

"as mulheres negras, muito mais que os homens negros, perceberam que haverá alguma vez justiça igual e fair play na proteção dentro dos tribunais de todos os locais e para todas as raças , então deverá haver igual oportunidades para as mulheres bem como para os homens para exprimirem a sua preferência através dos seus votos".

Como Washington apontou, a National Association of Colored Women's Clubs estabeleceu um Departamento do Sufrágio para comunicar aos seus membros o conhecimento sobre os assuntos governamentais, "… para que as mulheres estivessem preparadas para lidar com o voto de forma inteligente e astuta…" Todo o movimento de clubes de mulheres negras estava imbuído no espírito do sufrágio feminino – e apesar da rejeição que receberam da NAWSA, elas continuaram a defender o direito ao voto para a mulher. Quando a Black Northeastern Federation of Clubs se aplicou à rede na NAWSA em 1919 – apenas um ano antes da vitória – a resposta da liderança foi uma repetição da rejeição de Susan B. Anthony das mulheres negras sufragistas um quarto de século antes. Informando a Federation que essa aplicação não podia ser considerada, a líder da NAWSA explicou que

"Se a notícia é brilharam durante todo os estados do sul no momento mais crítico que o National American Association admitiu uma organização de 6.000 mulheres negras, os inimigos podem deixar-se de esforços adicionais pois a derrota da emenda será garantida."

No entanto, as mulheres negras apoiaram a batalha pelo sufrágio até ao fim.

Ao contrário das suas irmãs brancas, as mulheres negras sufragistas gostaram de apoiar muito os seus homens. Bem como um homem negro – Frederick Douglass – foi o mais admirável homem que defendeu a igualdade para as mulheres durante o séc XIX, também W.E.B. DuBois emergiu como um líder masculino defensor do sufrágio feminino no séc XX. Num artigo satírico num desfile em Washington em 1913, DuBois descreveu os homens brancos que lançavam vaias, bem como golpes físicos-e mais

de cem pessoas ficaram feridas, como os defensores da gloriosa tradição da masculinidade do anglo-saxão"

"Não foi glorioso? Não vos fez queimar de vergonha em ser um mero homem negro, quando tal poder vinha dos Líderes da Civilização? Não vos fez ter "vergonha da vossa raça"? não vos fez querer "ser branco".

Concluindo o artigo numa nota séria, DuBois cita uma das mulheres brancas que desfilava, que dizia que os homens negros foram unanimemente respeitáveis. Nos milhares que viam o desfile, "… nem um deles foi violento ou rude … a diferença entre eles e esses insolentes, ousados homens brancos foi admirável".

Este desfile, cujos espectadores e simpatizantes eram homens negros, foi rigidamente segregado pelas suas mulheres brancas organizadoras. Elas até instruíram Ida B. Wells a sair do contingente de Illinois e marchar com o grupo negro segregado – em deferência às mulheres brancas do sul.

"o pedido foi publicitado durante o ensaio do contingente de Illinois, e enquanto Mrs. Barnett (Ida Wells) olhava de relance pela sala, buscando apoio, as mulheres debateram a questão de princípios versus expediência, a maior parte delas sentindo que não podiam prejudicar as sulistas contra o sufrágio".

Ida B. Wells não foi a única a seguir a instruções racistas, no entanto, no momento do desfile, ela escapou-se para a seção de Illinois.

Como defensor masculino do sufrágio das mulheres, W.E.B. DuBois foi inigualável entre os homens negros e brancos. A sua militância, a sua eloquência e o fundamento do carácter dos seus inúmeros apelos fez com que muitos dos seus contemporâneos o vissem como o mais proeminente homem do seu tempo defensor da política de igualdade para as mulheres. Os apelos de DuBois eram impressionantes não apenas pela sua lucidez e persuasão, mas também pela sua relativa falta subentendida de supremacia masculina. Nos seus discursos de textos, ele acolheu a expansão da liderança nos papéis desempenhados pelas mulheres negras, que "… se movem silenciosamente mas poderosamente em direcção à liderança intelectual da raça". Enquanto alguns homens interpretaram este crescimento do poder das mulheres como uma definitiva causa para alarme, W.E.B. DuBois argumentou que, pelo contrário, esta situação criou uma especial urgência em estender o voto às mulheres negras. " A extensão de direitos a estas mulheres não será um mero dobrar do nosso voto e voz na nação", mas levará "a uma mais forte e mais normal vida política".

Em 1915 num artigo intitulado "Voto para as Mulheres: um simpósio pelos principais pensadores na América negra" foi publicado por DuBois no "The Crisis". Foi a transcrição do fórum, cujos participantes incluíam juízes, ministros, professores, deputados, líderes de igrejas e educadores. Charles W. Chesnutt, reverendo Francis J. Grimke, Benjamin Brawley e o honorável Robert H. Terrel eram alguns dos muitos defensores masculinos do sufrágio feminino que falaram durante este simpósio. Nas mulheres incluíam-se Mary Church Terrell, Anna Jones e Josephine St. Pierre Ruffin.

A vasta maioria das mulheres que participaram no fórum sobre sufrágio feminino era filiada na National Association of Colored Women. Nos seus testemunhos, havia

surpreendentemente poucas invocações ao argumento popular entre as sufragistas brancas de que a "especial natureza" das mulheres, a sua domesticidade e a sua moralidade inata davam-lhes uma especial exigência para votar. Houve no entanto, uma brilhante excepção. Nannie H. Burroughs – educadora e líder religiosa – levou a tese da moralidade feminina tão longe que implicou a absoluta superioridade das mulheres negras sobre os seus homens. As mulheres precisavam de votar, insistiu Burroughs, porque os seus homens tinham "trocado por géneros e vendido" esta arma valiosa.

"A mulher negra … precisa do voto para votar, pelo modo como utiliza, o que o homem negro perdeu pela falta de uso do voto. Ela precisa disso para resgatar a sua raça… Uma comparação com o homem da sua raça, em questões morais, é odiosa. Ela carrega fardos da Igreja e da escola e traz muito mais do que sua parte económica em casa "

Da dúzia ou mais das mulheres participantes, Burroughs sozinha assumiu a posição que repousava no argumento convoluto que as mulheres eram moralmente superiores (implicando, obviamente, que eram inferiores aos homens noutros aspectos). Mary Church Terrel falou sobre "Woman Suffrage and The Fifteenth Amendment"(sufrágio feminino e a décima quinta emenda), Anna Jones sobre "Woman Suffrage and Social Reform" (sufrágio feminino e reforma social) e Josephine St. Pierre descreveu a sua própria experiência histórica nas campanhas de sufrágio para as mulheres. Outras focaram as suas observações sobre as mulheres trabalhadoras, educação, crianças e vida dos clubes. Na conclusão da sua observação sobre "Women and Colored Woman" (mulheres e mulheres negras) Mary Talbert assumiu a admiração pelas mulheres negras expressadas fora do simpósio.

"pela sua peculiar posição, as mulheres negras ganharam poderes óbvios de observação e julgamento – exatamente o tipo de poder que é atualmente peculiarmente necessário para construir um ideal de país".

As mulheres negras foram para além da vontade de contribuir com esses "óbvios poderes de observação e julgamento" através da criação de um movimento multi-racial pelos direitos políticos das mulheres. Mas a cada movimento, elas foram traídas, afastadas com repulsa e rejeitadas pelas líderes da lily-white (movimento destinado apenas a mulheres brancas) sufrágio de mulheres. Para as sufragistas bem como para os clubes de mulheres, as mulheres negras eram simplesmente entidades dispensáveis quando chegava a altura de cortejar o apoio do Sul com o complexo do branco. Para a campanha sufragista feminina, parecia que todas essas concessões às mulheres do Sul fizeram pouca diferença no final. Quando os votos sobre a décima nona Emenda foram contados, os Estados do Sul estavam ainda alinhados no campo da oposição – e, de facto, quase conseguiram derrotar a Emenda.

Depois de uma longa espera da vitória do sufrágio feminino, as mulheres negras no Sul foram violentamente prevenidas de exercer os seus novos direitos adquiridos. A erupção do Klu Klux Klan e a violência em locais como Orange Country, Florida, trouxe injúrio e morte às mulheres negras e às suas crianças. Em outros locais, eram mais pacificamente proibidas de exercer o seu novo direito. Na Americus, Georgia, por exemplo,

"… mais de duzentas e cinquenta mulheres negras entraram nos locais de votação para votar mas não foram aceites ou mas foram ou os seus votos recusados pela mesa de voto…"

Na linha do movimento onde tão ferverosamente lutaram pelos direitos para as mulheres, há um grito forte de protesto para ser ouvido.

Capítulo 10
Mulheres comunistas

Em 1848, o ano em que Karl Marx e Frederick Engles publicaram o seu "Communist Manifesto" (Manifesto Comunista) estava em cena inumerosas revoluções emergentes. Um dos participantes na Revolução de 1848 – um oficial da artilharia, e quase co-colaborador de Marx e Engels era Joseph Weydemeyer – que imigrou para os Estados Unidos e fundou a primeira organização marxista na história do país. Quando Weydemeyer estabeleceu a Liga Proletária em 1852, nenhuma mulher parecia ter estado associada ao grupo. Se de facto havia mulheres envolvidas, elas pareciam desde logo destinadas ao anonimato histórico. Durante as décadas seguintes as mulheres continuaram a ser ativas nas suas associações laborais, no movimento anti-escravatura e no desenvolvimento da campanha pelos seus próprios direitos. Mas, para todas as intenções e propostas, elas pareciam estar ausentes do nascimento do movimento socialista marxista. Como a Liga Proletária, o "Workingmen's National Association" e o "Communist Club" eram absolutamente dominados por homens. Até o "Partido Socialista trabalhador " era predominantemente masculino.

Na altura em que o Partido Socialista foi fundado em 1900, a composição do movimento socialista começou a mudar. Enquanto a exigência geral para a igualdade para as mulheres começou a crescer com força, as mulheres foram crescentemente atraídas para a luta pela mudança social. Elas começaram a reclamar o seu direito em participar neste novo desafio para as estruturas opressivas da sua sociedade. A partir de 1900, para uma maior ou menor extensão, a esquerda marxista sentiu a influência das suas aderentes femininas.

Como o maior campeão do marxismo por quase duas décadas, o partido socialista apoiou a batalha para a igualdade das mulheres. Por muitos anos, de facto, foi o único partido a defender o sufrágio feminino. Graças a mulheres socialistas tais como Pauline Newman e Rose Shneiderman, foi forjado o movimento da classe trabalhadora, quebrando com a longa década baluarte das mulheres de classe média na campanha pelo voto. Em 1908 o Partido Socialista criou uma comissão nacional de mulheres. Em 8 de março desse ano as mulheres socialistas ativas no New York's Lower East Side organizaram uma grande demonstração em apoio pelo sufrágio igual, cujo aniversário continua a ser observado por todo o mundo como o dia internacional das mulheres. Quando o Partido Comunista foi fundado em 1919 (actualmente, dois partidos comunistas, mais tarde unificados, foram estabelecidos), as mulheres fundadoras do Partido Socialista estavam entre as prematuras líderes e activistas: a "mãe" Ella Reeve Bloor, Anita Withney, Margaret Prevey, Kate Sadler Greenhalgh, Rose Pastor Stokes e Jeanette Pearl eram todas comunistas que estiveram associadas com a ala esquerda do Partido Socialista.

Apesar dos Internacionais Trabalhadores do Mundo (IWW) não serem um partido político – e, de facto, opostos à organização de partidos políticos - foram a segunda maior influência na formação do partido comunista. Os IWW (Internacional Workers of the World), popularmente conhecidos como "Os Woblies", foram fundados em junho de 1905. Definindo-se a si mesmos como uma união industrial, os IWW proclamaram que nunca poderia haver uma relação harmoniosa entre a classe capitalista e os trabalhadores que empregavam. O último objectivo dos IWW era o socialismo, e a sua

estratégia era inflexivelmente a luta de classes. Quando "Big Bill" Haymood convocou essa primeira reunião, dois dos líderes da organização do trabalho que se sentaram na plataforma foram mulheres – a "mãe" Mary Jones e Lucy Parsons.

Enquanto ambos, o partido socialista e os IWW admitiam mulheres nas suas fileiras e encorajavam-nas para se tornarem líderes e agitadoras, apenas os IWW abraçaram uma política complementar e sem rodeios de luta contra o racismo. Debaixo da liderança de Daniel DeLeon, o partido socialista não teve conhecimento da opressão do povo negro. Apesar da maioria do povo negro ser trabalhador agrícola, rendeiros, e trabalhadores rurais – os socialistas argumentaram que apenas os proletários eram relevantes para o seu movimento. Até a ilustre líder Eugene Debs argumentou que o povo negro não necessitava de uma defesa global dos seus direitos para ser igual e livre como grupo. Desde que os socialistas sobrepuseram como preocupação, a luta entre o capital e o trabalho, como manteve Debs, "não temos nada especial para oferecer ao negro". Para os IWW o objectivo principal era organizar as classes assalariadas para desenvolver revolucionariamente, a consciência socialista de classe. Ao contrário do partido socialista, todavia, os IWW focaram uma atenção explícita nos problemas especiais do povo negro. De acordo com Mary White Ovington.

"há duas organizações neste país que mostraram que se preocupam com os direitos para o negro. A primeira é a National Association for the Advancemente of Colored People… a segunda organização que ataca a segregação do negro é a Industrial Workers of the World… Os IWW ficaram com o negro."

Helen Holman era uma socialista negra, porta-voz oficial na campanha para defender a sua aprisionada líder de partido, Kate Richards O'Hare. No entanto, como mulher negra, Helen Holman era uma raridade dentro das fileiras do partido socialista. Antes da II Guerra Mundial, o número de mulheres negras a trabalhar na indústria era insignificante. Como consequência, eram ignoradas no recrutamento do partido socialista. A postura de insignificância perante as mulheres negras era um dos infelizes legados que o partido comunista tinha de superar.

De acordo com o líder e historiador comunista, William Z. Foster, "durante os anos de 1920, o Partido… foi negligente quanto às exigências das mulheres negras na indústria." No entanto, na década seguinte, os comunistas reconheceram a centralidade do racismo na sociedade dos Estados Unidos. Desenvolveram uma séria teoria de Libertação dos Negros e forjaram um activismo consistente registado em toda a luta contra o racismo.

LUCY PARSONS

Lucy Parsons permanece uma das poucas mulheres negras cujo nome ocasionalmente aparece em crónicas do movimento do trabalho nos Estados Unidos. No entanto, quase universalmente, ela é simplesmente identificada como a "esposa devota" do mártir Haymarket Albet Parsons. Para ser objectiva, Lucy Parson foi uma das militantes que defendeu o seu marido, mas foi muito mais do que uma esposa leal e uma zangada viúva que queria defender e vingar o seu marido. Como confirma a recente biografia de Carolyn Asbaugh, a capacidade jornalística e agitada defesa da

classe trabalhadora como um todo durou por um período superior a seis anos. O envolvimento de Lucy parson nas lutas do trabalho começou quase uma década antes do Massacre de Haymarket e continuaram por mais cinquenta e cinco anos depois. O seu desenvolvimento político veio do seu jovem percurso de luto do anarquismo à sua adesão ao Partido Comunista quando mais madura.

Nascida em 1853, Parsons tornou-se ativa no partido socialista desde 1877. Nos anos vindouros, este jornal da organização anarquista, o "Socialista", iria publicar os seus artigos e poemas, e Parson tornar-se-ia também uma ativa organizadora do Chicago Working Women's Union (Sindicato de Mulheres Trabalhadoras de Chicago). Seguindo a política instigada do tumulto no primeiro de maio, em Chicago Haymarket Square, o seu marido foi um dos oito radicais líderes do trabalho preso pelas autoridades. Lucy Parson imediatamente iniciou uma campanha militante para libertar os defensores de Haymarket. Enquanto viajou através do país, ela tornou-se conhecida como uma proeminente líder do trabalho e uma líder da defesa do anarquismo. A sua reputação tornou-a num alvo demasiado frequente de repressão. Em Columbus, Ohio, por exemplo, o Mayor baniu o discurso que ela havia agendado para pronunciar durante o mês de março – e a sua recusa em respeitar esta ordem de proibição levou que a polícia a colocasse na prisão. De cidade em cidade,

"as portas eram-lhe fechadas no último momento, os detetives apareciam em todas as esquinas dos locais de reunião, os polícias mantinham-na sobre vigilância constante".

Mesmo quando o seu marido foi executado, Lucy Parson e os seus dois filhos foram presos pela polícia de Chicago, onde um deles fez o comentário "essa mulher é mais temível do que mil que provocam um motim".

Apesar de ser negra – de facto as leis de miscigenação frequentemente levaram-na a ocultar – e apesar de ser uma mulher, Lucy Parson argumentou que o racismo e o sexismo eram obscurecidos pela exploração global capitalista da classe trabalhadora. Como eram vítimas da exploração capitalista, disse Parsons, o povo negro e as mulheres, não menos que o povo branco e os homens, deviam devotar as suas energias à luta de classe. Aos seus olhos, o povo negro e as mulheres não sofriam formas especiais de opressão e não havia necessidades reais para o movimento de massas opor-se explicitamente o racismo e o sexismo. Sexo e raça, de acordo com a teoria de Lucy Parsons, eram factos de uma existência manipulada pelos empregadores que pensavam justificar a sua maior exploração das mulheres e do povo negro. Se o povo negro sofria a brutalidade da lei do linchamento, era porque a sua pobreza como grupo fazia-os mais vulneráveis do que todos os outros trabalhadores. "Haverá alguém tão estúpido", perguntou Parsons em 1866, "que acredite que estes ultrajes tenham sido … levantados contra o negro porque ele é preto?"

Não de todo. É porque ele é pobre. É porque ele é dependente. Porque ele é o mais pobre da classe do que o seu irmão branco escravo-assalariado do Norte".

Lucy Parsons e a "mãe" Mary Jones foram as duas primeiras mulheres a juntarem-se à organização radical conhecida como os IWW. Altamente respeitadas no movimento do trabalho, ambas foram convidadas para tomarem lugar na presidência ao lado de Eugene Debs e Big Bill Haywood durante a convenção de fundação dos IWW em

1905. No discurso que Lucy Parsons proferiu para os delegados da convenção, ela revelou a sua sensibilidade especial à opressão das mulheres trabalhadoras, que no seu ponto de vista, eram manipuladas pelos capitalistas enquanto procuravam reduzir os salários de toda a classe trabalhadora.

“Nós, as mulheres deste país, não temos voto mesmo que queiramos usá-lo… mas temos o nosso trabalho… Enquanto os salários forem reduzidos, as classes capitalistas usam as mulheres para reduzi-los”.

Mais ainda, durante esta era quando o dilema das prostitutas eram virtualmente ignorado, Parsons disse na convenção dos IWW que ela também falava pelas “suas irmãs que vejo na noite quando saio à rua em Chicago.”

Durante os anos de 1920 Lucy Parsons começou a associar-se às lutas do recente Partido Comunista. Uma das muitas pessoas que foi profundamente impressionada pela revolução de 1917 na Rússia, ela tornou-se segura de que eventualmente a classe trabalhadora podia triunfar nos Estados Unidos da América. Quando os comunistas e outras forças progressivas fundaram o Internacional Labor Defense em 1925, Parsons tornou-se uma trabalhadora ativa desse novo grupo. Ela lutou pela liberdade de Tom Mooney em Califórnia, por Scottsboro Nine em Alabama e jovem comunista negro Angeli Herndon, que as autoridades de Georgia aprisionaram. Foi em 1939, de acordo com a pesquisa da sua biografia, que Lucy Parsons formalmente juntou-se ao Partido Comunista. Quando ela morreu em 1942, um tributo no “Daily Worker” descrevia-a como

“… Uma ligação entre o movimento do trabalho do presente e os grandes eventos históricos dos anos de 1880…

Ela era verdadeiramente uma das grandes mulheres da América, corajosa, e devotada à classe trabalhadora.”

ELLA REEVE BLOOR

Nascida em 1862, a memorável organizadora do trabalho e agitadora dos direitos das mulheres, igualdade para os negros, paz e socialismo, conhecida popularmente como “mãe” Bloor, tornou-se um membro do partido socialista depois de este ter sido fundado. Ela entrou para se tornar numa líder socialista e uma lenda viva para a classe trabalhadora pelo país fora. À boleia de um lado ao outro dos Estados Unidos, ela tornou-se o coração e a alma de um número sem conta de greves. Os operadores de carros elétricos em Philapelphia ouviram o seu discurso na sua primeira greve. Em outras partes do país, mineiros, trabalhadores têxteis e rendeiros (meeiros), estavam entre os trabalhadores que beneficiaram dos seus impressionantes talentos oratórios e das suas poderosas capacidades como organizadora. Na idade de sessenta e dois anos Mãe Bloor continuava com o polegar a viajar de um estado para outro.

Quando tinha setenta e oito anos Mãe Bloor publicou a história da sua vida como organizadora do trabalho, dos seus pré-socialistas dias até ao período em que foi membro do partido comunista. Como socialista, a sua consciência de classe trabalhadora não incluía uma conscientização explícita da opressão social do povo negro. No entanto, como comunista, Mãe Bloor combateu numerosas manifestações

de racismo e estimulou outros a seguir o seu exemplo. Em 1929, por exemplo, quando a Internacional Labor Defense realizou a sua convenção em Pittsburgh, Pennsylvania,

"nós tínhamos arranjado quartos para todos os delegados em Hotel Monogahala. Quando chegamos já de noite com vinte e cinco delegados negros, o gerente do hotel disse que podiam ficar aí nessa noite, mas teriam de sair imediatamente na manhã seguinte.

Na manhã seguinte, votamos que toda a convenção suspender/bloquear ordeiramente o hotel. Marchamos para o hotel carregando faixas enfatizando "não à discriminação". Enchemos o átrio, que nesse momento estava cheio de jornalistas, polícias, e multidões de curiosos…"

Durante os anos de 1930 Mãe Bloor endereçou uma reunião em Loup City, Nebraska, em apoio às mulheres grevistas contra os seus empregadores de explorações avícolas. A assembleia de greve foi violentamente assaltada por uma multidão racista oposta à presença de pessoas negras na reunião. Quando a polícia chegou, Mãe Bloor foi presa, junta com uma mulher negra e seu marido. A mulher negra, Mrs. Floyd Booth, era uma líder membro do local Anti-War Committee e o seu marido era um ativista no Unemplyed Council (Conselho de D esempregados) da vila. Quando os agricultores locais juntarem dinheiro suficiente para pagar a caução e obter a liberdade de Mãe Bloor, ela recusou a sua ajuda, insistindo que ela não devia sair até que os Booths pudessem acompanhá-la.

"eu senti que não podia aceitar a caução e deixar os dois camaradas negros na prisão, na atmosfera tão perigosa acumulada de rancor e ódio dos negros".

Durante esse período Mãe Bloor organizou uma delegação dos Estados Unidos para participar na Internacional Women's Conference em Paris. Quatro das mulheres da delegação eram negras:

"Capitola Tasker, rendeiros (meeiros) de Alabama, alta e graciosa, a vida de toda a delegação; Lulia Jackson, eleita pelos mineiros de Pennsylvania, uma mulher que representava as mães dos rapazes de Scottsboro; e Mabel Byrd, uma jovem brilhante honrosamente graduada pela University of Washington, que tinha uma posição na Internacional Labor Office em Geneva."

Na conferência de Paris em 1934, Capitola Tasker era uma das três mulheres dos Estados Unidos eleitas para servir como membro do comité executivo da assembleia – junto de Mãe Bloor e a mulher que representava o partido socialista. Mabel Byrd, a graduada académica negra, foi eleita como uma das secretárias da conferência.

Lulia Jackson, a negra representante dos mineiros de Pennsylvania, surgiu como uma das personalidades líderes da Paris Women's Conference's. Na sua resposta persuasiva à facção pacifista que assistia à reunião, ela contestou que o apoio á guerra contra o fascismo era o único meio de garantir uma paz significativa. Durante o curso das deliberações das mulheres, um comité pacifista reclamou:

“eu penso que há demasiada luta nesse manifesto (antiguerra). Ele diz lutar contra a guerra, lutar pela paz – lutar, lutar, lutar… nós somos mulheres, nós somos mães – não queremos lutar. Sabemos que mesmo quando as nossas crianças são más, nós somos boas para elas, e ganhamo-las com amor, não lutando com elas.”

O contra-argumento de Lulia Jackson foi direto e lúcido:

“Senhoras, foi acabado de ser dito que nós não devemos lutar, que devemos ser gentis e boas para os nossos inimigos, para queles que estão em guerra. Eu não posso concordar com isso. Todas sabemos que a causa da guerra – é o capitalismo. Não podemos dar a esses maus capitalistas o seu jantar e pô-los na cama da mesma forma que fazemos com as nossas crianças. Temos de lutar contra eles.”

Como Mãe Bloor relatou na sua autobiografia, “todas as pessoas riram, aplaudiram, até as pacifistas”, e o manifesto anti-guerra foi consequentemente aprovado por todas as presentes.

Quando a conferência se expressou por Capitola Tasker – uma rendeira (meeira) de Alabama – elas ouviram-na comparar o corrente fascismo europeu com o terror racista sofrido pelo povo negro nos Estados Unidos. Descrevendo intensamente as multidões assassinas do Sul, ela familiarizou as delegadas de Paris com a repressão violenta aos rendeiros (meeiros) que estavam empenhados em organizarem-se em Alabama. Tasker explicou, que ela própria tinha sido já vitimizada por essas terríveis devastações. Ela concluiu o seu discurso com uma canção dos rendeiros (meeiros) que ela adaptou para se ajustar à ocasião:

“como uma árvore que fica em pé junto à água,

Nós não nos devemos mover –

Somos contra a guerra e o fascismo

Nós não nos moveremos”

Quando as delegadas dos Estados Unidos regressaram para casa de barco, Mãe Bloor gravou o filme do testemunho de Capitola Tasker sobre as suas experiências em Paris:

“Mãe, quando eu voltar para Alabama e sair para esse caminho de algodão de volta para a nossa pequena e velha cabana, ficarei aí pensando comigo mesma, ‘Capitola, foi verdade que foste mesmo a Paris e visto todas essas mulheres maravilhosas e ouviste todas essas fantásticas conversas, ou foi apenas um sonho que estiveste lá?’ E se realmente não foi um sonho, minha Mãe, eu vou apenas transmitir por toda a Alabama tudo o que aprendi lá, e dizer-lhes como as mulheres de todo o mundo estão a lutar para parar o mesmo terror que temos no sul, e para parar a guerra”.

Como Mãe Bloor e as suas camaradas comunistas do partido concluíram, a classe trabalhadora não pode assumir o seu papel histórico como uma força revolucionária se os trabalhadores não lutassem implacavelmente contra o veneno social do racismo. A longa lista maravilhosa associada ao nome de Ella Reeve Bloor revela que esta

comunista branca estava profundamente aliada ao movimento da libertação dos negros.

ANITA WITHNEY

Quando Anita Whitney nasceu em 1867 numa família rica de São Francisco, ninguém suspeitava que ela eventualmente seria a presidente do Partido Comunista da Califórnia. Talvez ela estivesse destinada a tornar-se uma ativista política, porque já como recém-graduada de Wellesley – um prestigiado colégio de mulheres de New England – ela fez voluntariamente caridade e trabalho de serviços Comunitários e depressa tornou-se uma ativa campeã do sufrágio feminino. No seu regresso à Califórnia, Anita Whitney juntou-se ao Equal Suffrage League e foi eleita presidente a tempo de ver o seu estado tornar-se o sexto a estender o voto às mulheres.

Em 1914 Anita Whitney juntou-se ao partido socialista. Apesar da sua postura no partido ser de relativa indiferença para as lutas do povo negro, ela prontamente apoiou as causas anti-racistas. Quando se fundou o capítulo de San Francisco Bay Area da National Association for the Advancement of Colored People (associação nacional para o avanço das pessoas negras), Whitney entusiasticamente concordou em servir como membro do seu comité executivo. Estando identificado com as posições da ala esquerda dos membros do partido socialista, ela juntou-se àqueles que estabeleceram o partido Comunista Labor em 1919. Pouco tempo depois, este grupo fundiu-se com o partido comunista dos Estados Unidos da América.

1919 Foi o ano dos infames ataques de surpresos anticomunistas iniciados pelo procurador geral A. Mitchell Palmer. Anita estava destinada a tornar-se uma das muitas vítimas dos ataques surpresa de Palmer. Ela estava informada de que um discurso que ela tinha programado em fazer ao clube de mulheres antes de ser associar ao Oakland Center da California Civic League tinha sido banido pelas autoridades. Mas apesar da proibição oficial, ela falou em 28 de novembro de 1919, sobre "o problema dos negros nos Estados Unidos". As suas observações foram nitidamente focadas na questão do linchamento.

"Desde 1890, quando se iniciaram as nossas estatísticas, que ocorreram nestes Estados Unidos 3 228 linchamentos, de 2 500 homens negros e 50 mulheres negras. Eu podia deixar o assunto com estes factos registados em números, mas sinto que devemos fazer face a toda a barbaridade desta situação fazendo a nossa parte borrando esta desgraça dos registos do nosso país".

Ela pôs a questão à audiência do clube de mulheres brancas: elas sabiam que "um homem negro uma vez disse que se fosse dono do inferno e do Texas, ele preferia alugar o Texas e viver no inferno…?". O seu raciocínio, ela explicou num estilo sério, era baseado no facto de que Texas podia reclamar o terceiro maior número de assassinatos cometidos por multidões por todos os estados do sul. (apenas Georgia e Mississippi podiam gabar-se de mais).

Em 1919 ainda era uma raridade uma pessoa branca apelar a outros da sua raça a levantarem-se contra a praga do linchamento. A generalizada propaganda racista, e a evocação repetida do mito do violador negro em particular, resultou na desejada divisão e alienação. Até nos círculos progressistas, as pessoas brancas eram

frequentemente hesitantes em falar contra os linchamentos, porque estes eram justificados como uma reacção desafortunada aos ataques sexuais dos negros contra a natureza feminina branca no sul. Anita Whitney foi um desses povos brancos cuja visão permaneceu clara apesar do poder da propaganda racista prevalecente. E ela estava disposta a arriscar as consequências da sua posição anti-racista. Embora fosse claro que ela podia ser presa, ela optou por discursos sobre o linchamento ao clube de mulheres brancas de Oakland. Certamente, ela foi levada sob custódia quando terminou o seu discurso e acusada pelas autoridades de sindicalismo criminal. Whitney foi mais tarde condenada e sentenciada à prisão de San Quentin, onde passou várias semanas antes de ser solta numa fiança em apelo. Apenas em 1927 Anita Whitney foi perdoada pelo Governador da Califórnia.

Como uma mulher branca do século XX, Anita Whitney foi de facto pioneira na luta contra o racismo. Em conjunto com ela as suas camaradas negras, ela e outras como ela iriam forjar a estratégia do partido comunista pela emancipação da classe trabalhadora. Nesta estratégia, a luta pela libertação dos negros seria um ingrediente central. Em 1936 Anita Whitney, tornou-se a presidente do partido comunista na Califórnia, e foi eleita pouco depois para servir o comité nacional do partido.

"assim que lhe foi perguntado, 'Anita, como vês o partido comunista? O que ele significa para ti?'

'porquê', ela riu incrédula, um bocado apanhada de surpresa por tal surpreendente pergunta. 'porque… deu-me uma finalidade à minha vida. O partido comunista é a esperança para o mundo."

ELIZABETH GURLEY FLYNN

Quando Elizabeth Gurley Flinn morreu em 1964 na idade setenta e quatro anos, ela tinha sido ativa nas causas socialistas e comunistas por mais de sessenta anos. Criada por pais que eram membros do partido socialista, ela descobriu, desde tenra idade, a sua própria afinidade com os desafios socialistas à classe capitalista. A jovem Elizabeth ainda não tinha dezasseis anos quando fez a sua primeira prelecção pública na defesa do socialismo. Baseada nas suas leituras de Mary Wollstonecraft de "Vindication of the rights of women" e de August Bebel "Women and Socialism" ela fez uma discurso em 1906, no clube socialista de Harlem, intitulado "What socialismo will do for women"(O que o socialismo fará pelas mulheres). Ainda que alguma "supremacia masculina" do seu pai tenha sido relutante em autorizar Elizabeth em falar em público, a entusiástica recepção em Harlem fez-lhe mudar de ideias. Acompanhada do seu pai, ela familiarizou-se em discursar na rua, que era uma táctica radical típica desse período. Elizabeth Gurley Flynn experienciou a sua primeira apreensão pouco depois – acusada de "falar sem permissão", ela foi transportada para a prisão com o seu pai.

Na altura em que Elizabeth tinha dezasseis anos, a sua carreira de agitadora pelos direitos da classe trabalhadora estava lançada. A sua primeira tarefa era a defesa de Big Bill Haywood, que foi incriminado em acusações criminais foram instigadas por guardiões de cobre. Durante as suas viagens em direcção ao oeste a representar

Haywood, ela juntou-se às lutas os IWW em Montana e em Washington. Depois de dois anos como membro do partido socialista, “convencida que era estéril e sectário comparado com o movimento popular que estava a varrer no país”.

Com uma abundante experiência de greves por detrás de si, incluindo numerosos confrontos com a polícia, Elizabeth Gurley Flynn chefiou em Lawrence, Massachusetts, em 1912 quando os trabalhadores têxteis entraram em greve. As exigências os trabalhadores de Lawrence eram simples e convincentes . nas palavras de Mary Heaton Vorse,

“os salários em Lawrence eram tão baixos que 35% dos trabalhadores ganhavam menos que 7 dólares por semana. Menos que 50% ganhava mais de 12 dólares por semana. Eram divididos por nacionalidade. Falavam mais de 40 línguas e dialectos, mas eram unidos pela vida parca e pelo facto de as suas crianças morrerem. Por cada 5 crianças com menos de 1 ano de idade, 1 morria… Poucas outras cidades na América tinham índices de morte mais elevados. Essas eram todas cidades operárias.”

De todos os oradores que se dirigiram à reunião da greve, disse Vorse, que estavam a cobrir esses eventos para o “Harper’s Weekly”, Elizabeth Gurley Flynn foi a maior inspiração para os trabalhadores. Foram as suas palavras que os encorajou a serem perseverantes.

“Quando Elizabeth Gurley Flynn falou, a excitação da multidão tornou-se uma coisa visível. Ela ficou lá, jovem, com os seus olhos azuis irlandeses, a sua face branca magnólia e o seu cabelo como uma nuvem negra, a imagem de uma rapariga jovem líder revolucionária. Ela agitou-os, levantou-os no seu apelo por solidariedade… Foi um pensamento jorrante de chama que atravessou essa audiência, algo agitador e poderoso, um sentimento que tornou a libertação do povo possível.”

Como uma viajante e agitadora grevista para os IWW, Elizabeth Gurley Flynn algumas vezes trabalhou lado-a-lado com o bem conhecido líder índio nativo americano, Frank Little. Em 1916, por exemplo, ambos representaram os Woblies durante a greve de Mesabi do intervalo de ferro em Minnesota. Foi pouco mais de um ano depois quando Elizabeth soube que Frank Little foi linchado em Butte, Montana. Tinha sido atacado por uma multidão depois de fazer um discurso agitador aos mineiros em greve na área.

“… seis homens mascarados vieram ao hotel à noite, partiram a porta, arrastaram Frank da sua cama, levaram-no para os pórticos do caminho de ferro nos arredores da cidade e aí enforcaram-no.”

No mês seguinte à morte de Frank Little, um processo federal acusou 168 pessoas que conspiraram com ele “ impedindo a execução de certas leis dos Estados Unidos…” Elizabeth Gurley Flynn foi a única mulher entre os acusados, e Ben Fletcher, um estivador de Philapelphia e líder dos IWW foi o único negro chamado no processo.

Julgando pelas reflexões autobiográficas de Elizabeth Gurley Flynn, ela estava ciente, desde o início da sua carreira política, da especial opressão sofrida pelo povo negro. A sua consciência da importância das lutas anti-racistas era indubitavelmente

intensificada pelo seu envolvimento nos IWW. A Wobblies proclamou publicamente que:

"há apenas uma única organização de trabalho nos Estados Unidos que admite trabalhadores negros em absoluta igualdade com os brancos – a Industrial Workers of the World… Nos IWW os trabalhadores negros, homem ou mulher, estão em igual pé com todos os outros trabalhadores."

Mas os IWW eram uma organização sindical concentrada nos trabalhadores industriais, que – graças à discriminação racista – eram sobretudo brancos. A pequena minoria de trabalhadores industriais negros incluindo praticamente nenhumas mulheres, que permaneciam absolutamente banidas das ocupações industriais. De facto, a maior parte dos trabalhadores negros, homens e mulheres, ainda trabalhavam na agricultura ou no serviço doméstico. Como resultado, apenas uma fracção de população negra podia ser alcançada na união industrial – a menos que a união lutasse arduamente para a admissão do povo negro na indústria.

Elizabeth Gurley Flynn tornou-se ativa no partido comunista em 1937 e emergiu depressa como uma das maiores líderes da organização. Trabalhando numa base intimista com comunistas negros como Benjamin Davis e Claudia Jones, ela desenvolveu uma compreensão do papel central da libertação dos negros dentro da batalha global pela emancipação da classe trabalhadora. Em 1948 Flynn publicou um artigo no "Political Affairs" (relações políticas) o jornal teórico do partido, no âmbito do dia internacional das mulheres. Como ela argumentou nesse artigo,

"O direito ao trabalho, a treino, aprendizagem, promoção e igual antiguidade, proteção na saúde e segurança, oportunidades adequadas para cuidados infantis – estes permanecem as exigências urgentes das mulheres trabalhadoras organizadas, e são necessárias por todas que trabalham arduamente, especialmente as mulheres negras…"

Criticando a desigualdade entre as mulheres veteranas de guerra e os homens veteranos de guerra, ela lembrou os seus leitores que as mulheres negras veteranas sofreram um nível mais elevado que as suas irmãs brancas. De facto, as mulheres negras eram geralmente apanhadas três vezes mais no vínculo da opressão.

"Todas as desigualdades e invalidez infligidas sobre as mulheres brancas foram agravadas em mil vezes entre as mulheres negras, que foram triplamente exploradas – como negras, como trabalhadoras e como mulheres."

Esta análise do "triplo risco", aliás, foi mais tarde proposta pelas mulheres negras que pensaram a influência nos estágios iniciais do movimento contemporâneo da libertação das mulheres.

Enquanto a primeira autobiografia de Elizabeth Gurley Flynn "I speak my own piece (ou the rebel girl)" fornecia fascinantes vislumbres sobre a sua experiência como uma agitadora dos IWW, o seu segundo livro, "The Alderson Story (ou my life as a political prisoner), revela uma nova maturidade política e uma consciência mais profunda do racismo. Durante a era do assalto McCarthy ao Partido Comunista, Flynn foi presa em New York, bem como outras três mulheres, acusadas de "ensinar e defender a

violência contra o governo". As outras mulheres eram Marian Bachrach, Betty Gannet e Claudia Jones, uma mulher negra de Trinidad que imigrou para os Estados Unidos quando era pequena. Em junho, 1951, as quatro mulheres comunistas foram levadas pela polícia para casa de detenção de mulheres de New York. O "único episódio agradável" que "iluminou a nossa estadia aqui" envolveu uma festa de aniversário que Elizabeth, Betty e Claudia organizaram para uma das prisioneiras. "Desencorajada e solitária" uma velha mulher negra de noventa anos "mencionou que no dia seguinte seria o seu aniversário". As três mulheres arranjaram forma de obter um bolo do comissário.

"fizemos velas do papel do bolo, cobrimos a mesa tão bem como foi possível com guardanapos, e cantamos "feliz aniversário" . Fizemos discursos para ela e ela chorou com a surpresa e de felicidade. No dia seguinte recebemos uma nota dela como se segue (exactamente como foi escrita):

Querida Claudia, Betty e Elizabeth, estou muito contente por aquilo que fizeram por mim no meu aniversário. Não sei mesmo como vos agradecer.

…ontem foi um dos melhores dias da minha vida. Penso que apesar de todas vocês serem comunistas, são as melhores pessoas que já conheci. A razão pela qual coloquei comunistas nesta carta é porque algumas pessoas não gostam dos comunistas pela simples razão que pensam que as pessoas comunistas estão contra o povo americano mas eu não penso assim. Eu penso que vocês são algumas das mais simpáticas pessoas que já conheci em toda a minha vida e nunca vos esquecerei não interessa onde estiver… espero que todas vocês saiam deste problema e que nunca voltem para um sítio como este."

Depois do ato de julgamento Smith, das três mulheres (os problemas de saúde de Marian Bachrach's levaram à separação do seu caso) elas foram condenadas e sentenciadas a servir tempo no Federal Reformatory for Women em Alderson, Virginia. Pouco antes delas chegarem, a prisão tinha sido colocada debaixo de uma ordem judicial para desagregar as facilidades. Outra Lei Smith para vítimas – Dorothy Rose Blumenberg de Baltimore – já tinha servido uma porção dos seus três anos de sentença como uma das primeiras prisioneiras brancas a ser encarcerada com mulheres negras. "Sentíamo-nos ambas divertidas e elogiadas porque as comunistas eram chamadas para integrar as prisões". No entanto, como Elizabeth Gurley Flynn assinalou, a desagregação legal das casas-prisões não tinham o resultado de acabar com a discriminação racial. As mulheres negras continuavam a ter os trabalhos mais duros – 'na quinta, na fábrica de conservas, na manutenção e na pocilga até que foi abolido".

Como líder do partido comunista, Elizabeth Gurley Flynn desenvolveu um profundo compromisso com a luta da libertação dos negros e percebeu que a resistência do povo negro não era sempre conscientemente política. Ela observou que entre as prisioneiras em Alderson,

"havia uma grande solidariedade entre as mulheres negras, sem duvida resultado da vida lá fora, especialmente no sul. Parecia-me que elas tinham melhor carácter, por um largo, forte e mais seguro, com menos inclinação para a tagarelice ou serem um suporte de pombos, do que as habitantes brancas".

Na prisão fez mais facilmente amigas entre as mulheres negras do que entre as habitantes brancas. “francamente, eu confiava mais nas mulheres negras do que nas brancas. Elas eram mais controladas, menos histéricas, menos mimadas, mais maduras.” E as mulheres negras, por seu turno, eram mais receptivas a Elizabeth. Talvez sentissem nesta mulher branca um instintivo parentesco na luta.

CLAUDIA JONES

Nascida em Trinidad quando ainda eram as Índias Inglesas do Este, Claudia Jones imigrou para os Estados Unidos com os seus pais quando ainda era muito pequena. Mais tarde tornou-se uma das inúmeras entre o povo negro por todo o país que se juntou ao movimento para libertar Scottsboro Nine. Foi através do seu trabalho no comité de defesa de Scottsboro que ela tornou-se conhecida dos membros do partido comunista, cuja organização ela entusiasticamente aderiu. Como uma mulher jovem de vinte anos, Claudia Jones assumiu responsabilidade pela comissão de mulheres e tornou-se uma líder e símbolo da luta das mulheres comunistas por todo o país.

Entre os muitos artigos que Claudia Jones publicou no jornal “Political Affairs” um dos mais surpreendentes foi uma pela de junho de 1949 entitulada “na end to the neglect of the problems of negro women”. A sua visão das mulheres negras neste ensaio era refutar os usuais estereótipos de supremacia masculina observados na natureza da função das mulheres. A liderança das mulheres negras, como Jones assinalou, foi sempre indispensável para a luta do seu povo pela liberdade. Raramente mencionadas nas histórias ortodoxas, por exemplo, era o facto de que “as greves dos rendeiros nos anos de 1930 foram acesas por mulheres negras”. Para além disse,

“As mulheres negras jogaram uma parte magnífica nos dias pré-CIO em greves e outras lutas, como trabalhadoras e esposas de trabalhadores, ganhando o reconhecimento de princípio do sindicalismo industrial, em industrial tais como as automóveis, de embalamento, de aço, etc. Mais recentemente, a militância das mulheres negras sindicalistas é mostrada na greve das trabalhadoras em casas de embalagens, e mais ainda na greve dos trabalhadores de tabaco, cujas líderes Moranda Smith e Velma Hopkins emergiram como marcantes sindicalistas negociadoras.”

Caudia Jones repreendeu progressistas e, especialmente, sindicalistas pro não conseguirem reconhecer os esforços das trabalhadores domésticas de se organizarem. Porque a maioria das trabalhadoras negras ainda estavam empregadas no serviço doméstico, ela argumentou que as atitudes paternalistas em relação às empregadas influenciou a definição social dominante das mulheres negras como um grupo:

“o contínuo ostracismo das mulheres negras no trabalho doméstico ajudou a perpetuar e intensificar o chauvinismo dirigido contra todas as mulheres negras.”

Jones não tinha medo de lembrar as suas próprias amigas brancas e camaradas que “muitas progressistas, e algumas comunistas, continuavam a ser culpadas de explorar as trabalhadoras domésticas negras.” E algumas vezes eram culpadas de “…

participar na difamação das ‘criadas’ quando falavam para as suas vizinhas burguesas e para as suas próprias famílias.” Cláudia Jones era uma comunista – uma dedicada comunista que acreditava que o socialismo era a única promessa de libertação para as mulheres negras, para todo o povo negro e para a classe trabalhadora multirracial. Assim, o seu criticismo era motivado pelo desejo construtivo para chamar as suas co trabalhadoras brancas e camaradas para se tirarem a si mesmas das atitudes racistas e sexistas. E para o próprio partido,

“nos nossos… clubes, temos de conduzir uma intensa discussão sobre a função da mulher negra, para equipar os nossos membros do partido com um entendimento claro para iniciar as lutas necessárias nas lojas e nas comunidades.”

Como muitas outras mulheres negras argumentaram antes dela, Claudia Jones reclamou que as mulheres brancas no movimento progressista – e especialmente as mulheres brancas comunistas – tinham um especial responsabilidade em relação às mulheres negras,

“a mesma relação económica da mulher negra com a mulher branca, que perpetua relações “madame-criada”, alimenta atitudes chauvinistas e encarrega as mulheres brancas progressistas, e especialmente comunistas, de lutarem conscientemente contra todas as manifestações de chauvinismo branco, aberto e subtil.”

Quando a condenação de Cláudia Jones no ato Smith (Lei Smith) levou-a presa em Alderson Federal Reformatory para mulheres, ela descobriu um verdadeiro microcosmo da sociedade racista que ela já tão bem conhecia. Toda a prisão estava debaixo da ordem de tribunal de desagregar as facilidades. Claudia foi assinalada para a “casa negra”, que a isolou das suas duas camaradas brancas, Elizabeth Gurley Flynn e Betty Gannet. Elizabeth Gurley Glynn sofreu especialmente com esta separação, porque ela e Claudia eram amigas próximas bem como camaradas. Quando Cláudia foi solta da prisão em outubro de 1955 – dez meses depois das mulheres comunistas terem chegado a Alderson – Elizabeth ficou feliz pela sua amiga ainda que estivesse ciente da dor que sofreu na ausência de Claudia.

“a minha janela era voltada para a estrada, e eu consegui vê-la ir-se embora. Ela voltou-se para acenar – alta, bela, esbelta, vestida de dourado e castanho, e depois desapareceu. Este foi o dia mais difícil que passei na prisão. Senti-me tão só.”

No dia em que Claudia Jones deixou Alderson, Elizabeth Gurley Flynn escreveu um poema intitulado “Farewell to Claudia”:

Perto e perto de se desenhou este dia, camarada

Quando eu de ti tristemente devo separar-me

Dia após dia, uma negra tristeza pressenti,

Arrepiou o meu ansioso coração.

Não mais te verei descendo a passos largos o caminho,

Não mais verei os teus olhos sorridentes e a tua radiante face.

Não mais ouvirei a tua vistosa e estrondosa gargalhada,

Não mais enrolada pelo teu amor, neste triste sítio.

Como irei sentir saudades tuas, as palavras falharão desqualificadas,

Estou só, os meus pensamentos não divididos, nestes dias enfadonhos,

Sinto-me despojada e vazia, nesta cinzenta e abominável manhã,

Olhando para o meu futuro solitário, cercada por modos de prisão.

Algumas vezes sinto que nunca estiveste em Alderson,

Tão cheia de vida, tão descolada que parecias.

Tão orgulhosa de andar, a falar, de trabalhar, de ser,

A tua presença aqui é um sonho febril a desvanecer

No entanto enquanto o sol brilha agora, através do nevoeiro e escuridão,

Sinto uma súbita alegria porque foste embora,

Que outra vez vais caminhar nas ruas de Harlem,

Que por hoje pelo menos a liberdade chegou.

Serei forte na nossa fé comum, querida camarada,

Serei auto-suficiente, para com os nossos ideais e verdade,

Serei forte em manter a minha mente e alma fora da prisão,

Encorajada e inspirada sempre pelo amor das tuas memórias.

Pouco depois de Claudia Jones ter deixado Alderson, as pressões do McCarthismo resultaram na sua deportação em Inglaterra. Ela continuou durante algum tempo o seu trabalho político, editando um jornal chamado “West Indian Gazette”. Mas a sua saúde continuou a deteriorar-se e depressa teve uma doença que exigiu a sua vida.

Capítulo 11
Violação, racismo e o mito do violador negro

Alguns dos mais flagrantes sintomas da deterioração social são conhecidos como problemas sérios apenas quando assumem epidémicas proporções que parecem desafiar a solução. A violação é um caso desses. Hoje nos Estados Unidos, é um dos mais crescentes crimes violentos. Depois de séculos de silêncio, de sofrimento e culpa mal colocada, os assaltos sexuais emergiram explosivamente como uma das disfunções faladas da atualidade das sociedades capitalistas. A preocupação pública crescente sobre a violação nos Estados Unidos inspirou inúmeras mulheres a divulgar os seus encontros passados com atuais ou eventuais agressores. Como resultado, um admirável facto veio à luz: terrivelmente poucas mulheres podem dizer que não foram vítimas, uma vez nas suas vidas, de tentados ou realizados ataques sexuais.

Nos Estados Unidos e noutros países capitalistas, as leis da violação como uma regra foram pensadas originalmente para a proteção dos homens das classes mais altas, cujas filhas e mulheres podiam ser assaltadas. O que aconteceu às mulheres das classes trabalhadoras foi usualmente de pouca preocupação dos tribunais; como resultado, excecionalmente poucos homens brancos foram condenados pela violência sexual que infligiram nessas mulheres. Enquanto os violadores eram raramente trazidos à justiça, a acusação da violação era indiscriminadamente visada para os homens negros, culpados ou inocentes. Assim, dos 455 homens executados entre 1930 e 1967 com base em condenações de violações, 405 deles eram negros.

Na história dos Estados Unidos, a acusação de violação permaneceu como um dos mais formidáveis artifícios inventados pelo racismo. O mito do violador negro foi metodicamente conjeturado sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigiram justificações convincentes. Se as mulheres negras foram compiscuosamente ausente das fileiras do movimento anti-violação contemporâneo, pode dever-se, em parte, à indiferente postura desse movimento em direção ao molde da condenação da violação como um incitamento à agressão racista. Demasiados inocentes foram oferecidos como sacrifícios para a câmara de gás e celas de vida para as mulheres negras para se juntarem àqueles que frequentemente procuravam alívio dos policiamentos e dos julgamentos. Para além disso, como vítimas de violação, elas encontraram pouca simpatia desses homens de uniformes e togas. E histórias sobre assaltos de polícia sobre mulheres negras – vítimas de violação algumas vezes sofrendo uma segunda violação – são ouvidas com demasiada frequência para serem entendidas como aberrações. “até no tempo mais forte dos direitos civis em Birmingham”, por exemplo,

“as jovens ativistas frequentemente diziam que nada podia proteger as mulheres negras de serem violadas pela polícia de Birmingham. Recentemente em dezembro, 1974, em Chicago, uma mulher de 17 anos reportou que tinha sido violada por um grupo de 10 polícias. Alguns dos homens foram suspensos, mas o resultado final foi esconder toda a coisa debaixo do cobertor”.

Durante as primeiras fases do movimento contemporâneo anti-violação, poucas teorias feministas analisaram as especiais circunstâncias em volta da mulher negra enquanto vítima de violação. A histórica dificuldade de ligar as mulheres negras – sistematicamente abusadas e violadas por homens brancos – aos homens negros – mutilados e assassinados devido à manipulação racista da condenação de violação –

apenas começou a ser entendida com algum significado extenso. Sempre que as mulheres negras desafiaram a violação, elas usualmente e simultaneamente expuseram o usado molde de condenação de violação como uma arma racista mortífera contra os seus homens. Como foi dito por uma escritora extremamente percetiva:

“O mito do violador negro da mulher branca é gémeo da mulher negra má – ambos desenhados para a apologia da facilidade de continuar a exploração dos homens negros e mulheres. As mulheres negras perceberam esta conexão muito claramente e estavam desde cedo na frente na luta contra o linchamento.”

Gerda Lerner, a autora desta passagem, é uma das poucas mulheres brancas que escreveu sobre o tema da violação durante os anos de 1970 que examinou em profundidade o efeito combinado do racismo e sexismo nas mulheres negras. O caso de Joann Little, julgado durante o verão de 1975, ilustra o ponto de vista de Lerner. Trazido a julgamento sob a acusação de assassínio, a jovem mulher negra foi acusada de matar um guarda branco numa prisão da Carolina do Norte quando ela era a única mulher habitante. Quando Joann Little tomou posição, ela contou como o guarda a violou na sua cela e como ela o matou em auto-defesa com o picador de gelo que ela usou para a maltratar. Por todo o país, a sua causa foi apaixonadamente apoiada por pessoas e organizações da comunidade negra e dentro do recente movimento de mulheres, e o seu absolvimento foi hasteada como uma importante vitória tornada possível por esta campanha de massas. No imediato após o seu absolvimento, Ms. Little expediu vários movimentos de apelo a favor de um homem negro chamado Delbert Tibbs, que esperava ser executado na Flórida porque tinha sido falsamente condenado de violar uma mulher branca.

Muitas mulheres negras responderam ao apelo de Joann Little para apoiar a causa de Delbert Tibbs. Mas poucas mulheres brancas – e certamente poucos grupos organizados da campanha anti-violação – seguiram a sua sugestão que se agitassem pela liberdade deste homem negro que tinha sido grosseiramente vitimizado pelo racismo sulista. Nem sequer quando o chefe de conselho de Little Jerry Paul anunciou a sua decisão de representar Delbert Tibbs as mulheres brancas de atreveram a tomar posição em sua defesa. Em 1978, no entanto, quando todas as acusações contra Tibbs foram retiradas, as ativistas brancas anti-violação começaram a incrementar o seu alinhamento com esta causa. A sua relutância inicial, no entanto, foi um desses episódios históricos que confirmam que as suspeitas de muitas mulheres negras de que o movimento anti-violação esqueceu largamente as suas especiais preocupações.

Porque as mulheres negras não se juntaram ao movimento anti-violação em massa não quer dizer, por isso, que se opusessem em geral às medidas anti-violação. Antes do fim do século XIX o pioneirismo dos clubes de mulheres negras conduziram um dos primeiros protestos públicos contra os abusos sexuais. A sua tradição de oitenta anos de luta organizada contra a violação reflete as extensivas e exageradas formas de sofrimento das mulheres negras sob o trato da violência sexual. Uma vez que o traço histórico saliente do racismo foi sempre a assunção que os homens brancos – especialmente aquelas que tinham poder económico – possuíam um incontestável direito de aceder aos corpos das mulheres negras.

A escravatura confiou tanto na rotina do abuso sexual quanto confiou no espancamento e no chicotear. O sexo excessivo reclamava, se existiu entre os indivíduos homens brancos ou não, nada tinha a ver com esta virtual institucionalização da violação. A coação sexual era, antes, uma dimensão essencial das relações sociais entre os donos de escravos e os escravos. Por outras palavras, o direito reclamado pelos donos de escravos e seus agentes sobre os corpos escravos femininos era uma expressão direta dos seus presumidos direitos de propriedade sobre o povo negro como um todo. A licença para violar emanou da facilidade da rude dominação económica que era o carimbo horrível da escravatura.

O modelo da institucionalização do abuso sexual das mulheres negras tornou-se tão poderoso que foi capaz de sobreviver à abolição da escravatura. A violação em grupo, perpetrada pelo Ku Klux Klan e outras organizações terroristas do período pós guerra civil, tornou-se uma arma política descamuflada de frustração da condução do movimento pela igualdade para os negros. Durante o tumulto de Memphis em 1866, por exemplo, a violência dos assassinatos das multidões eram brutalmente complementados com concertados ataques sexuais sobre as mulheres negras. Em consequência ao tumulto, numerosas mulheres testemunharam perante o comité Congressional sobre o sofrimento que tiveram das violações selvagens das multidões. Este testemunho que parece similar aos eventos no Meridian, Mississippi, tumulto de 1871 foi dado por uma mulher negra chamada Ellen Parton:

"eu moro no Meridian, vivo aí há 9 anos; ocupação, lavar e passar a ferro e limpar; quarta-feira à noite foi a última noite que eles vieram a minha casa; por 'eles' eu digo corpos ou companhias de homens; eles vieram na segunda, na terça e na quinta; na segunda à noite disseram que vinham para não nos fazer mal; na terça à noite disseram que vinham pelas armas; eu disse-lhes que não havia lá nenhuma, e eles disseram que iam acreditar na minha palavra; na quarta à noite vieram e partiram o roupeiro e as malas, e violaram-me; havia oito deles dentro da casa; eu não sei quantos deles estavam lá fora…"

Claro, que o abuso sexual das mulheres negras não era sempre manifestado em tal violência aberta e pública. Houve um drama racista diário representado nos inúmeros encontros entre as mulheres negras e os seus abusadores brancos – homens convencidos que os seus atos eram apenas naturais. Tais assaltos foram aprovados ideologicamente pelos políticos, intelectuais e jornalistas, e por artistas literários que frequentemente retratavam as mulheres negras como promíscuas e imorais. Até a admirável escritora Gertrude Stein descreveu uma das suas personagens mulher negra como possuída "… da simples, promíscua imoralidade do povo negro." A imposição desta atitude dos homens brancos sobre a classe trabalhadora era um momento triunfante no desenvolvimento da ideologia racista.

O racismo sempre tirou força da sua habilidade de encorajar a coação sexual. Enquanto as mulheres negras e as suas irmãs de cor foram os principais alvos destes ataques de inspiração racista, as mulheres brancas também sofreram. Desde que os homens brancos foram persuadidos que podiam cometer assaltos sexuais contra as mulheres negras impunemente, a sua conduta em relação às mulheres da sua própria raça não permaneceu inalterada. O racismo sempre serviu para provocar a violação; e as mulheres brancas dos Estados Unidos necessariamente sofreram o ricochete dos

tiros destes ataques. Este é uma das muitas formas em que racismo alimentou o sexismo, fazendo com que as mulheres brancas fossem indiretamente vitimizadas pela especial opressão apontada para as suas irmãs negras.

A experiência da guerra do Vietnam forneceu exemplos adicionais à extensão com que o racismo pode funcionar como uma provocação à violação. Porque foi ecoado dentro das cabeças dos soldados dos Estados Unidos que eles estavam a lutar com uma raça inferior, eles foram ensinados que violar as mulheres vietnamitas era um trabalho militar necessário. Eles podiam até ser instruídos para "procurar" mulheres com os seus pénis. A não-escrita política do comando militar dos Estados Unidos que sistematicamente encorajou a violação, foi uma arma de terrorismo de massas extremamente efetiva. Onde estão os milhares e milhares de veteranos do Vietnam que testemunharam e participaram nestes horrores? Em que extensão essas brutais experiências afetaram as suas atitudes em relação às mulheres em geral? Enquanto for muito errado isolar os veteranos do Vietnam como os essenciais perpetuadores dos crimes sexuais, haverá poucas dúvidas que as horríveis repercussões da experiência do Vietnam continuam a ser sentidas hoje por todas as mulheres dos Estados Unidos.

É uma dolorosa ironia que alguns dos teóricos anti-violação, que ignoram a parte que cabe ao racismo na instigação da violação, não hesitam em argumentar que os homens negros tendem especialmente a cometer violação sexual contra as mulheres. Nos seus estudos impressionantes sobre violação, Susan Brownmiller refere que a histórica opressão dos homens negros "legitimou" muitas das expressões de supremacia masculina ao seu alcance. Como resultado eles recorreram a atos de violência sexual aberta. No seu retrato dos "habitantes do gueto" Brownmiller insiste que

"salas corporativas e executivas de jantar e subidas ao Monte Everest não são usualmente acessíveis àqueles que vêm de uma sub-cultura de violência. O acesso a um corpo feminino – através da força – está dentro do seu conhecimento".

Quando o livro de Brownmiller "Against our will: men, women and rape" (contra a nossa vontade: homens, mulheres e violação) foi publicado, foi efusivamente enaltecido em alguns círculos. A revista "Times", que a selecionou como um das suas mulheres do ano de 1976, descreveu o seu livro como "… a mais rigorosa e provocadora peça académica que alguma vez emergiu do movimento feminista". Em outros círculos, no entanto, o livro foi severamente criticado pelo seu papel na ressuscitação do velho mito racista do violador negro.

Não se pode negar que o livro de Brownmiller foi pioneiro na contribuição académica para literatura contemporânea sobre a violação. Apesar de muitos dos seus argumentos serem infelizmente impregnados de ideias racistas. Caraterístico dessa perspetiva é a sua reinterpretação do linchamento de 1953 de Emmett Till de catorze anos de idade. Depois deste jovem rapaz ter assobiado a uma mulher branca no Mississippi, o seu mutilado corpo foi encontrado no fundo do rio Tallahatchie. "a acção de Till" disse Brownmiller, "foi mais do que uma travessura insolente de um de miúdo".

"Emmett Till ia mostrar aos seus amigos negros que ele, e por inferência, eles podiam ter uma mulher branca e Carolyn Bryant era o objeto convenientemente próximo. Em

termos concretos, a acessibilidade de todas as mulheres brancas estava examinada… e quanto ao assobio selvagem de Till num gesto de vanglória adolescente?... o assobio não foi um pequeno piar de hubba-hubba ou uma melodiosa aprovação pelos seus bem torneados tornozelos… foi uma insulto deliberado de um breve assalto físico, um último aviso a Carolyn Byrant que este rapaz negro, Till, tinha em mente possuí-la."

Enquanto Brownmiller lamenta o castigo sádico infligido a Emmett Till, a juventude negra emerge, não menos, com culpa sexista – quase tão culpada como os seus assassinos brancos racistas. Apesar de tudo, ela argumenta, Till e os seus assassinos estavam exclusivamente preocupados com os seus direitos de possessão sobre as mulheres.

Infelizmente, Brownmiller não é a única escritora contemporânea de violação que sofreu a influência da ideologia racista. De acordo com Jean Mackellar, no seu livro "Rape: the bait and the trap",

"os negros criados na vida dura do gueto aprenderam que podem ter o que quiserem apenas agarrando à força. A violência é a regra no jogo pela sobrevivência. As mulheres são uma presa justa: para obter uma mulher é preciso submete-la".

MacKellar foi tão completamente hipnotizada pela propaganda racista que ela descaradamente afirmou que 90% de todas as violações reportadas nos Estados Unidos foram cometidas por homens negros. Na medida em que a figura correspondente do FBI é de 47%, é difícil de acreditar que o testemunho de MacKellar não foi uma provocação intencional.

Os estudos mais recentes sobre violação nos Estados Unidos conheceram a disparidade entre a atual incidência de ataques sexuais e aqueles que são reportados à polícia. De acordo com Susan Brownmiller, por exemplo, a distância das violações reportadas são qualquer coisa como uma em cinco para uma em vinte. Um estudo publicado pelas Feministas Radicais de New York concluiu que as violações reportadas são menos que 5%. Em muita da literatura contemporânea sobre violação, há apesar disso uma tendência para igualar a "o mata borrão policial de violador" com o "violador típico". Se este modelo persiste, será praticamente impossível descobrir as reais causas sociais da violação.

O "politics of rape" (políticas de violação) de Diana Russell infelizmente fortaleceu a noção corrente que o violador típico é um homem negro – ou, se for branco, um homem pobre da classe trabalhadora. Subtitulado "The victims perspective" (a perspetiva das vítimas) o seu livro é baseado numa série de entrevistas a vítimas de violação na área da baía de San Francisco. Dos vinte e dois casos ela descreve, doze – ou seja, mais de metade – envolvendo mulheres que foram violadas por homens negros, mexicanos nascidos nos Estados Unidos ou índios nativos americanos. É revelador que apenas 26% das 95 entrevistas originais que ela conduziu envolvessem homens negros. Se este duvidoso processo de seleção não for suficiente para invocar uma profunda suspeita de racismo, considere-se o aviso que ela dá às mulheres brancas:

"… se alguns homens negros vêem a violação de mulheres brancas como um ato de vingança ou uma expressão justificável da hostilidade em relação aos brancos, eu penso que é igualmente realista para as mulheres brancas confiarem menos do que confiam nos homens negros"

Brownmiller, MacKellar e Russell são seguramente mais subtis que as anteriores ideologias do racismo. Mas as suas conclusões tragicamente pedem comparação com as ideias de tais apologistas do racismo como Winfield Collins, que publicou em 1918 um livro intitulado "The truth about lynching and the negro in the south" (a verdade sobre linchamento e negro no sul) (no qual a autora alega que o sul deve ser tornado seguro para a raça branca):

"duas das mais proeminentes características dos negros são desqualificada e falta de castidade e a completa ignorância da veracidade. O laxismo sexual dos negros, considerado tão imoral e até criminal na civilização dos homens brancos, pode ter sido tudo menos a virtude original do habitat. Então, a natureza desenvolveu nele uma paixão sexual intensa para compensar a sua alta taxa de morte."

Collins recorre a argumentos pseudo-biológicos, enquanto Brownmiller, Rossell e MacKellar invocam explicações ambientais, mas na análise final todas afirmaram que os homens negros são motivados de formas especialmente poderosas para cometer violência sexual contra as mulheres.

Um dos primeiros trabalhos teóricos associados ao movimento feminista contemporâneo que considerou o tema de violação e raça foi "The dialectic of sex: the case for feminist revolution" (a dialética do sexo: o caso para a revolução feminista) de Shulamith Firestone. O racismo em geral, como afirma Firestone, é uma extensão do sexismo. Invocando a noção bíblica de que "… as raças não são mais do que os vários pais e irmãos da Família do Homem", ela desenvolve a fabricação de uma definição de homem branco como pai, da mulher branca como esposa e mãe, e do povo negro como crianças. Transpondo a teoria do complexo de édipo de Froid para os termos raciais, Firestone sugere que os homens negros abrigam um desejo incontrolável de terem relações sexuais com mulheres brancas. Eles querem matar o pai e dormir com a mãe. Mais do isso, obedecendo a "ser um homem", o homem negro deve

"desligar-se a si próprio dos seus laços com as mulheres brancas, relacionando-se com elas apenas de uma forma degradante. Em acréscimo, devido ao seu virulento ódio e ciúme dos seus donos, o homem branco, ele pode cobiçá-la como uma coisa a ser conquistada em função da sua vingança sobre o homem branco".

Como Brownmiller, MacKellar e Russell, Firestone sucumbe ao antigo sofisma racista de culpar a vítima. Quer inocentemente ou conscientemente, as suas afirmações facilitaram a ressureição do mito do violador negro. A sua miopia histórica não lhes permitiu compreender que o retrato dos homens negros como violadores fortalece o convite aberto e racista aos homens brancos para se auto-beneficiarem sexualmente dos corpos das mulheres negras. A imagem ficcional do homem negro como violador foi sempre fortalecida com a sua companheira inseparável: a imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Por uma vez aceite a noção de homem negro de ódio irresistível e animal – como exigência sexual, toda a raça é investida de bestialidade.

Se os homens negros têm os seus olhos sobre as mulheres brancas como objetos sexuais, então as mulheres negras devem certamente acolher as atenções sexuais dos homens brancos. Vistas como "mulheres perdidas" e prostitutas, o choro das mulheres negras violadas tinha necessariamente falta de legitimidade.

Durante os anos de 1920 um bem conhecido político do Sul declarou que não havia tal coisa de "rapariga negra virtuosa" depois da idade de catorze anos. Por outro lado, este homem branco tinha duas famílias – uma da sua mulher branca e outra de uma mulher negra. Walter White, um admirável líder anti-linchamento e secretário executivo da NAACP, corretamente acusou este homem de "… explicar e desculpar a sua própria delinquência moral enfatizando a 'imoralidade' das mulheres da 'raça inferior'".

Um escritor negro contemporâneo, Calvin Hernton, infelizmente sucumbiu a uma semelhante falsidade sobre as mulheres negras. No estudo sobre "Sex and racism", ele insiste que "… a mulher negra durante a escravatura começou a desenvolver um conceito depreciativo sobre si mesma, não apenas como mulher mas também como ser humano". De acordo com a análise de Hernton, "depois de experienciar a sucessiva imoralidade sexual do sul branco,"

"… a mulher negra tornou-se 'promíscua e perdida', e podia ser possuída. De facto, ela começou a olhar-se a si mesma como o sul a via e a tratava, pelo que não teve outra moralidade pela qual pudesse formar a sua natureza feminina".

A análise de Hernton nunca penetrou o véu ideológico que resultou na minimização dos ultrajes sexuais constantemente cometidos contra as mulheres negras. Ele caiu na armadilha de culpar a vítima pelo castigo selvagem que ela historicamente foi forçada a aguentar.

Em toda a história deste país, as mulheres negras manifestaram uma consciência coletiva da sua vitimização sexual. Elas também compreenderam que não podiam resistir adequadamente aos abusos sexuais que sofreram sem simultaneamente atacar a condenação fraudulenta de violação como um pretexto de linchamento. A confiança na violação como um instrumento de terror da supremacia branca é anterior em vários séculos à institucionalização do linchamento. Durante a escravatura, o linchamento do povo negro não ocorreu extensivamente – pela simples razão que os donos de escravos eram relutantes em destruir a sua valiosa propriedade. Chicotear, sim, mas linchar, não. Em conjunto com o chicote, a violação era o terrível método eficiente de manter a mulher negra bem como o homem freados. Era uma arma rotineira de repressão.

Os linchamentos ocorreram antes da guerra civil – mas eram seguidos mais frequentemente por abolicionistas brancos, que não tinha valor financeiro no mercado. De acordo com William Lloyd Garrison no "Liberator" mais de 300 pessoas brancas foram linchadas depois das duas décadas depois de 1836. A incidência de linchamentos ascendendo à campanha anti-escravatura venceu em poder e influência.

"como os donos de escravos viram o combate ir contra eles, apesar das suas desesperadas lutas para verificar a sua batalha, eles mais e mais recorreram à corda e ao pau".

Como Walter White conclui, "… o linchador entrou em cena como um robusto defensor dos proveitos dos donos de escravos."

Com a emancipação dos escravos, o povo negro não tinha mais um valor de mercado para os donos de escravos agrícolas, e…"a indústria do linchamento estava revolucionada". Quando Ida B. Wells pesquisou a sua primeira brochura contra o linchamento, publicada em 1895 sobre o título "A red record" (um record vermelho), ela calculou que mais de dez mil linchamentos foram realizados entre 1865 e 1895.

"nem todos nem de perto todos os assassinatos realizados por homens brancos durante os passados trinta anos vieram à luz, mas as estatísticas concentradas e preservadas por homens brancos, que não foram questionadas, mostraram que durante estes anos mais de dez mil negros foram mortos a sangue frio, sem a formalidade do julgamento judicial e execução legal. E no entanto, como evidência de absoluta impunidade com a qual o homem branco pode matar o negro, o mesmo registo mostra que durante esses anos, e por todos esses assassinatos, apenas três homens brancos foram julgados, condenados e executados. Como homem branco foi linchado pelo assassinado de pessoas negras, estas três execuções são as únicas instâncias de pena de morte a homens brancos por terem assassinado negros."

Em conexão com estes linchamentos e as suas incontáveis barbaridades, o mito do violador negro foi conjurado. Apenas podia adquirir o seu terrível poder de persuasão dentro do irracional mundo da ideologia racista. Por muito irracional que o mito possa ser, não foi uma aberração espontânea. Pelo contrário, o mito do violador negro foi uma diferenciada invenção política. Como assinalou Frederick Douglass, os homens negros não foram indiscriminadamente rotulados de violadores durante a escravatura. Em toda a guerra civil, de facto, nem um único homem negro foi publicamente acusado de violar uma mulher branca. Se os homens negros possuíssem a animalesca urgência de violar, argumentou Douglass, este alegado instinto violador certamente tinha sido ativado quando as mulheres brancas estavam menos protegidas pelos seus homens que estavam a lutar no Exército da Confederação.

Na imediata consequência da guerra civil, o ameaçador espectro do violador negro ainda não tinha aparecido na cena histórica. Mas os linchamentos, reservados durante a escravatura para os abolicionistas brancos, estavam a tornar-se numa valiosa arma política. Antes dos linchamentos estarem consolidados e aceites como uma instituição popular, no entanto, a sua selvajaria e os seus horrores tinham de ser convincentemente justificados. Estas foram as circunstâncias que geraram o mito do violador negro – para que a condenação da violação se transformasse na mais poderosa de várias tentativas para justificar o linchamento do povo negro. A institucionalização do linchamento, por seu lado, complementada pela contínua violação das mulheres negras, tornou-se um ingrediente essencial da estratégia de terror racista pós-guerra. Desta forma a exploração brutal do trabalho negro estava garantida, e depois da traição da reconstrução, a dominação política do povo negro estava globalmente assegurada.

Durante a primeira grande onda de linchamentos, a propaganda estimulando a defesa da natureza feminina branca dos irrepreensíveis instintos violadores dos homens negros foi notável pela sua ausência. Como Frederick Douglass observou, a

diminuição de mortes do povo negro foram mais frequentemente descritas como uma medida preventiva para deter as massas negras de se levantarem numa revolta. Nesse tempo a função política dos assassinatos de multidões era descamuflado. O linchamento era não dissimulado contra-insurgência, uma garantia de que o povo negro não seria capaz de alcançar os seus objetivos de cidadania e igualdade económica. “Durante este tempo”, Douglass assinalou,

“…a justificação para o assassinato dos negros era referida às conspirações dos negros, às insurreições dos negros, aos esquemas dos negros de assassinar todo o povo branco, os negros que tramavam incendiar as cidades e cometer violência generalizada… mas nunca uma palavra foi dita ou sussurrada sobre os ultrajes dos negros sobre as mulheres brancas e as crianças.”

Mais tarde, quando se tornou evidente que essas conspirações, tramas e insurreições eram fabricações nunca materializadas, a justificação popular do linchamento foi modificada. Durante o período que se seguiu a 1872, os anos do crescimento dos grupos vigilantes como os Ku Klux Klan e os Cavaleiros da Camélia Branca, um novo pretexto foi inventado. Os linchamentos eram representados como uma medida necessária para prevenir a supremacia negra sobre o povo branco – em outras palavras, para reafirmar a supremacia branca.

Depois da traição da reconstrução e acompanhamento dos direitos para o povo negro, o espetro da política de supremacia negra foi um pretexto para que os linchamentos se tornassem ultrapassados. No entanto, assim que a estrutura económica pós guerra ganhou forma, solidificando a super-exploração do trabalho negro, o número de linchamentos continuou a aumentar. Esta foi a conjuntura histórica quando o grito da violação emergiu como a maior justificação do linchamento. A explicação de Frederick Douglass dos motivos políticos debaixo da criação do mito do violador racista é uma brilhante análise da forma como a ideologia transforma-se para encontrar novas condições históricas.

“os tempos mudaram e os acusadores dos negros acharam necessário mudar em relação a eles. Eles foram forçados a inventar uma nova acusação ajustada ao tempo atual. As antigas acusações não eram mais válidas. Sobre eles a boa opinião do norte e sobre a humanidade não podiam ser seguras. Os homens honestos já não acreditavam que havia qualquer base para apreender a supremacia negra. Os tempos e os acontecimentos varreram para longe esses velhos refúgios e mentiras. Eles tinham sido poderosos. Tinham feito o seu trabalho no seu tempo e fizeram-nos com uma terrível energia e efeito, mas agora eram deslocados e sem uso. A mentira perdeu a sua habilidade para enganar. As circunstâncias alteradas tornaram necessário inflexibilizar, uma justificação sobre a barbárie do sul mais forte e mais efetiva, e portanto quando nós a tivermos, de acordo com a minha teoria, vamos olhar para a face da mais chocante e detonável condenação que a supremacia dos negros ou insurreição dos negros. “

Esta mais chocante e explosiva condenação, era claro, a violação. O linchamento era agora explicado e racionalizado como um método para vingar os assaltos dos homens negros sobre a natureza feminina branca sulista. Como um apologista do linchamento insistiu, era necessário encontrar “… uma forma de reunir a extraordinária condição

com o extraordinário sentido – logo o linchamento servia para segurar no freio o negro no sul”.

Apesar da maioria dos linchamentos nem sequer envolverem a acusação de assalto sexual, o grito racista de violação tornou-se uma explicação popular muito mais efetiva que as outras duas anteriores tentativas – em justificar os ataques das multidões sobre o povo negro. Numa sociedade onde a supremacia masculina era tentacular, os homens que estavam motivados em fazer o seu trabalho para defenderem as suas mulheres podiam ser desculpados de todo o excesso que pudessem cometer. Pois o seu motivo era sublime e uma ampla justificação pelas barbaridades resultantes. Como disse o senador da Carolina do sul Ben Tillman aos seus colegas de Washington no início deste século,

“quando a inflexibilidade e a tristeza dos homens brancos mata uma criatura humana que desflorou uma mulher branca, eles vingaram o maior erro, o crime mais negro…”

Tais crimes, ele disse, fazem com que homens civilizados “… voltem para a forma original selvagem tipificada cujos impulsos debaixo de tais circunstâncias são sempre para ‘matar, matar, matar’”.

As repercussões deste novo mito eram enormes. Não apenas como abafamento da oposição aos linchamentos individuais- porque quem se atrevia a defender um violador? – o apoio branco para a causa da igualdade para os negros em geral começou a declinar. No final do século XIX a mais larga organização de massas de mulheres brancas – a Women’s Christian Temperance Union – era liderada por uma mulher que publicamente vilipendiou os homens negros pelos seus alegados ataques sobre as mulheres brancas. Para além disso, Frances Willard foi tão longe caraterizando o homem negro como especialmente tendente ao alcoolismo, que por seu lado exacerbava o seu instinto impulso para violar.

“a loja de álcool é o centro do poder do negro. Melhor whisky e mais whisky é a animação do grito das grandes, multidões de caras escuras. As raças negras multiplicam-se como gafanhotos no Egipto. A loja de álcool é o centro do poder. A segurança das mulheres, das crianças, da casa, é ameaçada em milhares de localidades neste momento, se esses homens não se aventurarem a ir para lá da vista da sua própria casa de árvore”.

A caraterização dos homens negros como violadores fundiu uma confusão incrível dentro das linhas dos movimentos progressistas. Frederick Douglass e Ida B. Wells assinalaram nas suas respetivas análises sobre o linchamento que tão cedo quanto o grito propagandista da violação se tornasse uma desculpa legítima para o linchar, a matriz dos proponentes brancos da igualdade dos negros tornava-se crescentemente receosa de se associar à luta do povo negro pela liberdade. Eles ou permaneciam em silêncio, ou, como Frances Willard, eles falavam agressivamente contra os crimes sexuais indiscriminadamente atribuídos aos homens negros. Douglass descreveu o impacto catastrófico da fabricada condenação da violação no movimento em geral pela igualdade para os negros:

“fez arrefecer os amigos dos negros; fez aquecer os seus inimigos e prender em casa e no exterior, de alguma medida, os esforços generosos que os homens bons fizerem

prática para melhorar e elevar. Enganou os seus amigos no norte e muitos bons amigos no sul, perto de todos eles, de alguma forma, aceitaram esta condenação contra o homem negro como verdadeira."

Qual foi a realidade por detrás deste terrível e poderoso mito do violador negro? Para ser verdadeira, há alguns exemplos de homens negros violarem mulheres brancas. Mas o número das atuais violações que ocorreram era minuciosamente desproporcionais às alegações implicadas no mito. Como já indicado, durante toda a guerra civil, não houve um único caso reportado de uma mulher branca que fosse violada às mãos de um escravo. Enquanto virtualmente todo o homem branco do sul estava na frente de batalha, nunca nenhuma vez cresceu o grito da violação. Frederick Douglass argumentou que o aumento da acusação de violação contra a globalidade dos homens negros não foi credível pela simples razão que implicava uma radical e instantânea mudança na mentalidade e no carácter moral do povo negro.

"a história não apresenta um exemplo de transformação de carácter de qualquer classe de homens tão extrema, tão desnaturalizada e tão completa como implica esta mudança. A mudança é demasiado grande e o período é demasiado breve."

Até as reais circunstâncias da maior parte dos linchamentos contradizem o mito do violador negro. A maioria dos assassinatos das multidões nem sequer envolveram a condenação de violação. Apesar do grito de violação ter sido invocado como a justificação popular para os linchamentos em geral, a maior parte dos linchamentos deveu-se a outras razões. Num estudo publicado em 1931 pela Comissão do Sul sobre o estudo do linchamento, foi revelado que entre 1889 e 1920 apenas um sexto das vítimas das multidões eram acusadas de violação: 37,7% eram acusados de assassinato, 5,8% de assaltos criminosos, 7,1% de roubo, 1,8% de insultar uma pessoa branca e 24,2% eram acusados de condenações várias – a maioria das quais eram surpreendentemente triviais. De acordo com o cálculo da Comissão, 16,7% das vítimas de linchamento eram acusadas de violação e 6,7% de tentativas de violação.

Apesar dos seus argumentos terem um diferendo com os factos, muitos apologistas dos linchamentos afirmavam que apenas a obrigação dos homens brancos em defender as suas mulheres podia motivá-los a cometer tais ataques selvagens sobre os homens negros. Em 1904 Thomas Nelson Page, escrevendo na "North american review" colocou toda a responsabilidade dos linchamentos sobre os ombros dos homens negros e da sua propensão em relação aos crimes sexuais.

"o crime de linchamento não será possível de cessar até que o crime de estupro e de assassinato de mulheres e crianças seja menos frequente do que tem sido. E este crime, que é quase um círculo completamente confinado à raça negra, não diminuirá imensamente até que os próprios negros o tomem em mãos e o mandarem para fora" .

E os homens brancos no Sul, disse Bern Tillman no senado dos Estados Unidos não "…se submeterão à gratificação da luxúria dos negros as suas esposas e filhas sem lincharem-nos". Em 1892, quando o senador Tillman foi governador da Carolina do sul, ele declarou, num local onde oito negros tinham sido enforcados, que ele pessoalmente iria encabeçar a multidão para o linchamento contra qualquer homem negro que se atrevesse a violar uma mulher branca. Durante o seu período de governador, ele virou um homem negro para uma multidão branca se bem que a

vítima de linchamento tinha sido publicamente absolvida pela mulher branca que tinha gritado violação.

A colonização da economia do Sul pelos capitalistas do Norte deu ao linchamento um vigoroso impulso. Se o povo negro, pela via do terror e violência, podia permanecer o grupo mais brutalmente explorado dentro das inchadas filas da classe trabalhadora, o capitalismo podia gozar de uma dupla vantagem. Os proveitos extra iriam resultar da super-exploração do trabalho negro, e as hostilidades dos trabalhadores brancos em relação aos seus empregadores seriam desativados. Os trabalhadores brancos que consentiam o linchamento necessariamente assumindo uma postura de solidariedade racial com os homens brancos que eram realmente os seus opressores. Este foi um momento crítico da popularização da ideologia racista.

Se o povo negro simplesmente tivesse aceite o status económico e político de inferioridade, os assassinatos de multidões, provavelmente iriam subsistir. Devido aos vastos números de ex-escravos que recusaram em descartar os seus sonhos de progresso, mais de dez mil linchamentos ocorreram durante as 3 décadas seguintes à guerra. Quem tivesse desafiado a hierarquia racial era marcado como uma potencial vítima da multidão. A lista sem fim da morte veio a incluir todo o tipo de insurgimento – desde os negros donos de bem sucedidos negócios a trabalhadores que pressionavam por melhores salários àqueles que recusaram ser chamados de "boy" e às desafiantes mulheres que resistiram aos abusos sexuais dos homens brancos. No entanto a opinião pública foi capturada, e foi tomado como garantido que o linchamento era uma resposta justa à barbárie dos crimes sexuais contra a natureza feminina branca. E uma importante questão permaneceu sem resposta: e quanto às numerosas mulheres que foram linchadas – e algumas vezes violadas antes de serem mortas pela multidão. Ida B. Wells refere-se ao

"… horrível caso de uma mulher em San Antonio, Texas, que foi fechada num barril com as unhas forçadas através dos lados e rolada colina abaixo até que morresse".

O "Chicago defender" publicou este artigo em 18 dezembro de 1915, debaixo do título de "rape, lynch negro mother":

"Columbus, Mississippi, 17 de dezembro – na quinta-feira da semana passada Cordella Stevenson foi encontrada cedo de manhã enforcada num membro de uma árvore, sem nenhuma roupa, morta … ela foi enforcada aí durante a noite anterior por uma multidão com sede de sangue que tinha ido a sua casa, raptaram-na do sono, arrastando-a pelas ruas sem qualquer resistência. Carregaram-na para longe de alguma casa, fizeram a suas coisas sujas e depois prenderam-na numa corda".

Dando o papel central ao ficcional violador negro na forma de racismo pós-escravatura, foi, no melhor, uma teorização irresponsável para representar os homens negros com os autores mais frequentes da violência sexual. No pior, foi uma agressão contra o povo negro como um todo, porque o mítico violador implicava a mítica prostituta. Percebendo a condenação de violação como um ataque contra toda a comunidade negra, as mulheres negras rapidamente assumiram a liderança do movimento anti-linchamento. Ida B. Wells foi a força movedora por detrás da cruzada contra o linchamento que estava destinado a estender-se por muitas décadas. Em 1892 três conhecidas desta jornalista foram linchadas em Memphis, Tennessee. Elas

foram assassinadas por uma multidão racista devido à loja que abriram num bairro negro que competia com sucesso com uma loja de donos brancos. Ida B. Wells apressou-se em falar contra o linchamento nas páginas do seu jornal, “the free speech”. Durante a sua viagem a New York três meses mais tarde, o escritório do seu jornal foi incendiado até à base. Ameaçada com o próprio linchamento, ela decidiu permanecer no este e “… dizer ao mundo pela primeira vez a verdadeira história dos linchamentos dos negros, que se tornavam mais numerosos e horríveis”.

Os artigos de Wells no “The New York Age” motivaram as mulheres negras a apoiar a campanha em sua representação, e eventualmente conduziu ao estabelecimento dos clubes de mulheres negras. Como resultado destes esforços pioneiros, as mulheres negras de todo o país tornaram-se ativas na cruzada anti-linchamento. A própria Ida B. Wells viajou de cidade em cidade, emitindo apelos aos ministros, profissionais e trabalhadores para falarem contra os ultrajes da lei do linchamento. Durante as suas viagens, um importante movimento de solidariedade foi organizado em Inglaterra, que teve um impacto marcado na opinião pública dos Estados Unidos. A extensão do seu sucesso foi tal que ela incorreu a ira do “New York Times”. Este vicioso editorial foi publicado depois da viagem de Wells em 1904 a Inglaterra:

“imediatamente a seguir ao dia em que Miss Wells voltou aos Estados Unidos, um homem negro assaltou uma mulher branca na cidade de New York “pela proposta de luxúria e roubo“… as circunstâncias do seu diabólico crime serve para convencer esta missionária mulata que a promulgação em New York da sua recente teoria de ultraje dos negros é, para dizer no mínimo, inoportuna”.

Mary Church Terrell, a primeira presidente da National Association of Colored Women, foi outra admirável mulher líder negra que foi devota à luta contra o linchamento. Em 1904 ela respondeu a um virulento artigo de Thomas Nelson Page “The Lynching of negroes – its cause and prevention”. No “North American Review”, onde o artigo de Page apareceu, ela publicou um ensaio intitulado “lynching from a negro’s point of view”. Com uma lógica convinente, Terrell sistematicamente refutou a justificação de linchamento de Page como uma resposta compreensiva aos alegados assaltos sexuais sobre as mulheres brancas.

Trinta anos depois Ida B. Wells iniciou a campanha anti-linchamento, uma organização chamada Anti-lynching Crusaders foi fundada. Estabelecida em 1922 debaixo dos auspícios da NAACP e encabeçada por Mary Talbert, a sua proposta era criar um movimento integrado de mulheres contra o linchamento.

“O que Mary B. Talbert fará a seguir? O que farão de seguida as mulheres negras americanas debaixo da sua liderança? Uma organização foi efetivada por mulheres negras para obter uma milhão de mulheres de todos os tipos e cores unidas em dezembro de 1922 contra o linchamento.

Cuidado Mr. Lyncher!

Esta classe de mulheres geralmente obtém o que procura.”

Esta não era a primeira vez que as mulheres negras alcançaram para além das suas irmãs brancas. Elas combatiam na tradição de tais gigantes históricas como Sojourner

Truth e Frances E. W. Harper. Ida B. Wells tinha pessoalmente apelado às mulheres brancas, como a sua contemporânea, Mary Church Terrell. E as mulheres dos clubes negros coletivamente tentaram persuadir as mulheres brancas do movimento de clubes a dirigirem algumas das suas energias em direção à campanha anti-linchamento.

As mulheres brancas não responderam em massa a estes apelos enquanto a Association of Southern Women for the Prevention of Lynching foi fundada em 1930 debaixo da liderança de Jessie Daniel Ames. A associação equacionou repudiar a afirmação que o linchamento era necessário para a proteção da natureza feminina do Sul:

“o programa das mulheres sulistas foi direto em expor a falsidade da afirmação que o linchamento é necessário para a sua proteção e em enfatizar o perigo real do linchamento para todos os valores de casa e da religião.”

O pequeno grupo de mulheres, que assistiram à reunião de Atlanta onde a associação foi formada, discutiu o papel das mulheres brancas nos linchamentos no período recente. As mulheres estavam usualmente presentes nas reuniões das multidões, elas assinalaram, e em algumas instâncias, eram membros ativos dos linchamentos das multidões. Mais do que isso, essas mulheres brancas que permitiam que as suas crianças testemunhassem os assassinatos do povo negro estavam a doutriná-las nas formas racistas do sul. O estudo de Walter White sobre linchamento, publicado no ano anterior à reunião das mulheres, argumentava que uma das piores consequências desses assassinatos de multidões era a distorção das mentes das crianças brancas do sul. Quando White viajou para a Florida para investigar um linchamento, uma pequena menina de nove ou dez anos disse-lhe “… o divertimento que tivemos ao queimar os niggers”.

Jessie Daniel Ames e as suas co-fundadoras da Associação do Sul Women for the Prevention of Lynching resolveu em 1930 recrutar massas das mulheres brancas do sul para a campanha para derrotar as multidões racistas dispostas a matarem as pessoas negras. Eventualmente elas obtiveram mais de quarenta mil assinaturas para o compromisso da associação:

“nós declaramos o linchamento como um indefensável crime, destrutivo de todos os princípios de governo, odioso e hostil para todos os ideais de religião e humanidade, rebaixando e degradando todas as pessoas envolvidas… a opinião pública aceitou com demasiada facilidade a afirmação dos linchadores e dos mafiosos que eles agiam apenas em defesa da natureza feminina. Na luz dos factos não podemos mais permitir que esta afirmação passe sem desafio, nem permitir fazer pender uma vingança pessoal e selvajaria em atos de violência cometidos sem lei em nome das mulheres. Nós comprometemo-nos a nós próprias a criar uma nova opinião pública no sul, que não irá desculpar, por qualquer outra razão, atos de multidões ou de linchadores. Nós ensinaremos as nossas crianças em casa, na escola e na igreja a interpretar de novo a lei e a religião; apoiaremos todos os oficiais em manter os seus juramentos fora do escritório; e finalmente, juntaremos qualquer ministro, editor, professor e cidadão patriótico num programa de educação para erradicar os linchamentos e as multidões para sempre da nossa terra.”

Estas mulheres brancas corajosas encontraram oposição, hostilidade e até ameaças físicas nas suas vidas. Os seus contributos foram incalculáveis dentro de toda a cruzada anti-linchamento. Sem a sua implacável petição, a sua carta de campanha e as suas reuniões e demonstrações, a maré do linchamento não tinha sido reservada tão rapidamente. No entanto a Association of Southern Women for the Prevention of Lynching era um movimento que estava quarenta anos atrasado. Por mais de quatro décadas, as mulheres negras lideraram a campanha anti-linchamento, e quase por tanto tempo, elas apelaram às suas irmãs negras que se lhes juntassem. Uma das maiores fraquezas do estudo de Susan Brownmiller sobre violação é o absoluto desprezo dos esforços pioneiros das mulheres negras no movimento anti-linchamento. Enquanto Brownmiller com razão elogiou Jessie Daniel Ames e a Association of Southern Women, ela não faz senão uma menção de passagem de Ida B. Wells, Mary Church Terrell ou Mary Talbert e a Anti-lynching crusaders.

Enquanto a Association of Southern Women for the Prevention of Lynching era uma resposta atrasada aos apelos das suas irmãs negras, os longos alcances dessas mulheres dramaticamente ilustram o especial lugar das mulheres brancas na luta contra o racismo. Quando Mary Talbert e as suas Anti-lynching crusaders alcançaram as mulheres brancas, elas sentiram que as mulheres brancas podiam ser mais prontamente identificadas com a causa negra pela virtude da sua própria opressão como mulheres. Para além disso, o próprio linchamento, como uma ferramenta terrífica do racismo, também serviu para fortalecer o domínio masculino.

“dependência económica, contactos com nada exceto a perseguição de ‘educada, refinada, feminina’, atividades mentais em nenhum outro campo que a vida de casa – todas estas imposições masculinas e restrições conectaram mais excessivamente sobre as mulheres no sul e foram mantidas mais rigidamente, que em outra qualquer parte do país.”

De um lado ao outro da cruzada anti-linchamento, as críticas da manipulação racista da condenação da violação não intentam desculpar os indivíduos negros que realmente cometeram o crime de assalto sexual. Já no ano de 1894 Frederick Douglass avisou que este pronunciamento contra o mito do violador negro não era para ser mal interpretado como uma defesa da própria violação.

“eu não pretendo que os negros sejam santos ou anjos. Eu não nego que eles são capazes de cometer os crimes que lhes são imputados, mas nego absolutamente que eles são mais dependentes da comissão desse crime do que outra variedade de família humana… Não sou defensor de nenhum homem culpado de tal crime atroz, mas um defensor das pessoas negras como uma classe.”

A ressurgência do racismo durante os anos de 1970 foi acompanhada da ressurreição do mito do violador negro. Infelizmente, este mito foi algumas vezes legitimado por mulheres brancas associadas à batalha contra a violação. Considere-se, por exemplo, Susan Brownmiller concluindo uma passagem do seu livro intitulado “a question of race”:

“hoje o incidente da actual violação combinado com o agigantado espectro do violador aos olhos da mente, e em particular o mistificado espectro do homem negro como violador para o qual o homem negro em nome da natureza masculina agora contribui,

deve ser compreendido como um mecanismo de controlo contra a liberdade, mobilidade e aspiração de todas as mulheres, brancas e negras. A encruzilhada do racismo e do sexismo tiveram de ter um violento local de encontro. Não há necessidade de fingir que tal não aconteceu."

A distorção provocativa de Brownmiller de tais históricos casos como os de Scottsboro Nine, Willie McGee e Emmet Till são desenhados para dissipar qualquer simpatia pelos homens negros que foi uma vítima de condenações fraudulentas de violação. E quanto a Emmet Till, ela claramente convida-nos a inferir que se os seus 14 anos de idade não tivessem sido alvejados na cabeça e atirados para o rio Tallahatchie depois de ele ter assobiado para uma mulher branca, ele provavelmente teria violado com sucesso outra mulher branca.

Brownmiller tentou persuadir os seus leitores que as palavras absurdas e propositadamente sensacionais de Eldridge Cleaver – que chamou a violação de um ato "insurreição" contra a "sociedade branca" – são representativas. Parecia que se ela quisesse intencionalmente conjurar nos seus leitores imaginativos exércitos de homens negros, com os seus pénis eretos, carregados de velocidade à frente das muito convenientes condescendentes mulheres brancas. Nas linhas deste exército estava o fantasma de Emmett Till, o violador de Eldridge Cleaver e Imamu Baraka, que uma vez escreveu, "vem, black dada nihilismus. Viola as raparigas brancas. Viola os seus pais. Corta as gargantas das mães." Mas Bownmiller foi mais longe. Não apenas incluiu um homem como Calvin Hernton – cujo livro é inequivocamente sexista – mas também, entre outros, George Jackson, que nunca tentou justificar a violação. As ideias de Eldridge Cleaver, ela argumenta,

"… refletem o estilo de pensamento entre os homens intelectuais negros e escritores que se tornaram muito na moda nos anos 60 e foram recebidos com espantoso entusiasmo pelos homens brancos radicais e parte dos intelectuais brancos estabelecidos como uma desculpa perfeitamente aceitável de violação cometida pelos homens negros. "

A discussão de Susan Brownmiller sobre violação e raça evidencia um irracional partidarismo com fronteiras racistas. Pretendendo defender a causa de todas as mulheres, ela algumas vezes fecha-se a ela mesma na posição de defender a causa particular das mulheres brancas, sem olhar às implicações. A sua observação do caso de Scottsboro Nine é um exemplo relevante. Como assinala a própria Brownmiller, este homem jovem de 9 anos, acusado e condenado de violação, passou longos anos da sua vida na prisão porque duas mulheres brancas cometeram perjúrio enquanto testemunhas. No entanto ela não tinha nada mas desprezo pelo homem negro e pelo movimento da sua defesa – e a sua simpatia pelas duas mulheres brancas é flagrante

"a esquerda lutou duramente pelos símbolos de injustiça racial, fazendo desconcertar os heróis fora do punhado patético, rapazes semi-letrados apanhados na boca da jurisprudência sulista que apenas queria derrotar a violação."

Por outro lado, as duas mulheres brancas, cujo falso testemunho enviou Scottsboro Nine para a prisão, foram

"… encurraladas pela multidão de homens brancos que já acreditavam que tinha acontecido uma violação. Confusas e assustadas, elas sentiram que tinham que alinhar".

Ninguém pode negar que essas mulheres foram manipuladas pelos racistas de Alabama. No entanto, é errado retratar as mulheres como inocentes peões, absolvidas da responsabilidade de terem colaborado com as forças do racismo. Na escolha de tomar partido com as mulheres brancas, sem olhar a circunstâncias, a própria Brownmiller capitulou o racismo. A sua falha em alertar as mulheres brancas sobre a urgência de combinar ferozmente o desafio do racismo com a necessária batalha contra o sexismo é um importante ganho para as forças do racismo atuais.

O mito do violador negro continuou a ser levado pelo insidioso trabalho da ideologia racista. Deve ter usado uma boa porção de responsabilidade pela falha da maior parte das teorias anti-violação em buscar a identificação do enorme número de violadores anónimos que permanecem não reportados, não julgados e não condenados. Enquanto as suas análises se focaram nos violadores acusados que foram denunciados e presos, e assim sobre uma única fração de violações cometidas, os homens negros – e outros homens de cor – serão inevitavelmente vistos como os vilões responsáveis pela corrente epidemia de violência sexual. A anonimidade à volta da vasta maioria das violações é consequentemente tratada como um detalhe estatístico – ou então um mistério cujo significado é inacessível.

Mas, em primeiro lugar, porque há tantos violadores anónimos? Talvez não seja esta anonimidade um privilégio gozado por homens cujo status protege da acusação? Apesar dos homens brancos que são empregadores, executivos, políticos, médicos, professores, etc., serem conhecidos por "usarem a vantagem" sobre as mulheres eles consideram que as suas inferioridades sociais, os seus delitos raramente viessem à luz em tribunal. Não seria antes muito provável que estes homens da classe média capitalista explicassem uma significante proporção de violações não denunciadas? Muitas destas não denunciadas violações sem dúvida envolvem mulheres negras como vítimas: a sua experiência histórica prova que a ideologia racista implica um convite aberto à violação. Na base da licença para violar as mulheres negras durante a escravatura estava o poder económico dos esclavagistas, por isso a classe estruturada pela sociedade capitalista também abriga um incentivo para violar. Parece, de facto, que o homem da classe capitalista e os seus companheiros de classe média são imunes à ação judicial porque eles cometem os seus assaltos sexuais com a mesma autoridade não desafiada que legitima os seus assaltos diários no trabalho sobre a dignidade do povo trabalhador.

A existência generalizada de assédio sexual no trabalho nunca foi muito um segredo. De facto, é precisamente no trabalho, que as mulheres - especialmente, quando não estão sindicalizadas – são mais vulneráveis. Tendo já estabelecido o seu domínio económico sobre as suas subordinadas femininas, os empregadores, gerentes e capatazes podem tentar afirmar esta autoridade em termos sexuais. A classe de mulheres trabalhadoras são exploradas mais intensamente que os seus homens e acrescentam à sua vulnerabilidade o abuso sexual, enquanto a coação sexual simultaneamente reforça a sua vulnerabilidade à exploração económica.

A classe de homens trabalhadores, qualquer que seja a sua cor, podem ser motivados para violar pela crença que a sua falta masculinidade dá-lhes concordância no privilégio de dominar as mulheres. No entanto como eles não possuem a autoridade social e económica – a não ser que seja um homem branco a violar uma mulher negra – garantindo-lhe imunidade e proteção, o incentivo não é de perto tão poderoso como é para o homem da classe capitalista. Quando a classe trabalhadora de homens aceita o convite para violar estendido pela ideologia da supremacia masculina, eles aceitam o suborno, uma compensação ilusória da sua falta de poder.

A estrutura de classe do capitalismo encoraja os homens que têm poder no domínio económico e político em tornarem-se agentes rotineiros de exploração sexual. A presente epidemia de violações ocorre no tempo quando a classe capitalista está furiosamente a reafirmar a sua autoridade face a desafios internos globais. O racismo e o sexismo, recebem encorajamento sem precedentes. Não é uma mera coincidência que desde que o incidente da violação se levantou, a posição das mulheres trabalhadoras tem visivelmente piorado. Tão severas são as perdas económicas das mulheres que os seus salários na relação com os homens são mais baixos do que eram uma década atrás. A proliferação da violência sexual é a face brutal da intensificação generalizada do sexismo que acompanha necessariamente estes assaltos económicos.

Seguindo o modelo estabelecido pelo racismo, o ataque nas mulheres espelham a deteriorização da situação das trabalhadoras negras e a emergente influência do racismo no sistema judicial, nas instituições educacionais e na postura do governo da negligência estudada em direção ao povo negro e outro povo de cor. O mais dramático sinal da perigosa ressurgência do racismo é a nova visibilidade do Ku Klux Klan e os relatados assaltos epidémicos sobre os negros, os mexicanos, os porto-riquenhos e os nativos americanos. A presente violação epidémica tem uma extraordinária semelhança a esta violência atiçada pelo racismo.

Dada a complexidade atual do contexto social da violação, qualquer tentativa de tratá-la como um fenómeno isolado é um limite a naufragar. Uma efetiva estratégia contra a violação deve ter em vista mais do que erradicar a violação – ou até o sexismo – por si só. A luta contra o racismo deve ser um tema contínuo do movimento anti-violação, que não deve defender apenas as mulheres de cor, mas as muitas vítimas da manipulação racista bem como da acusação de violação. A dimensão de crise da violência sexual constitui uma das facetas de uma profunda e contínua crise do capitalismo. Como a face violenta do sexismo, a ameaça da violação continuará a existir enquanto a global opressão das mulheres permanecer uma essencial muleta do capitalismo. O movimento anti-violação e a sua importante actividade corrente – de âmbito emocional e legal, ajuda para auto-defesa e campanhas educativas – deve ser situado num contexto estratégico que contempla a máxima derrota do monopólio do capitalismo.

Capítulo 12
Racismo, controlo de natalidade e direitos reprodutivos

Quando no século XIX as feministas levantaram a exigência de “maternidade voluntária”, nasceu a campanha do controlo da natalidade. As suas proponentes foram chamadas de radicais e foram sujeitas ao mesmo escárnio onde recaíram as iniciais defensoras do sufrágio feminino. “Maternidade voluntária” foi considerada audaciosa, ultrajante e fora de enquadramento por aqueles que insistiam que as esposas não tinham direito em recusar a satisfação das exigências sexuais dos seus maridos. Eventualmente, claro, o direito ao controlo da natalidade, como o direito da mulher em votar, seria mais ou menos tomado por garantido pela opinião pública dos Estados Unidos. No entanto, em 1970, um inteiro século depois, a demanda por abortos legais e simples era não menos controvérsia que a questão da “maternidade voluntária” que originalmente lançou o movimento de controlo de natalidade nos Estados Unidos.

O controlo de natalidade – a escolha individual, os métodos contraceptivos seguros, bem como os abortos quando fossem necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres. Desde que o direito de controlo da natalidade é obviamente vantajoso para as mulheres de todas as classes e raças, parecia que até amplos grupos de mulheres não similares estivessem tentadas a unirem-se à volta desta questão. Na realidade, no entanto, o movimento do controlo da natalidade foi pouco sucedido na união das mulheres de diferentes bases sociais, e entre as líderes dos movimentos foi raramente popularizado nas preocupações genuínas da classe trabalhadora feminina. Para além disso, os argumentos avançados sobre a defesa do controlo da natalidade algumas vezes foram baseados em evidentes premissas racistas. O potencial progressivo do controlo da natalidade permanece indisputável. Mas na actualidade, os registos históricos deste movimento deixam muito a desejar no âmbito dos desafios ao racismo e à exploração de classes.

A mais importante vitória do movimento contemporâneo do controlo da natalidade foi ganha durante o início dos anos de 1970 quando os abortos foram por fim considerados legais. Tendo emergido durante a infância do novo movimento Women’s Liberation (Libertação das Mulheres), a luta para legalizar os abortos incorporou todo o entusiasmo e a militância do novo movimento. Em janeiro, de 1973, a campanha do direito ao aborto alcançou uma culminação triunfante. No Roe v. Wade (410 Estados Unidos) e no Doe v. Bolton (410 Estados Unidos) o Supremo Tribunal dos Estados Unidos regulamentou que o direito da mulher à sua pessoal privacidade implicava o seu direito em decidir em fazer ou não um aborto.

As fileiras da campanha dos direitos ao aborto não incluíam números substanciais de mulheres de cor. Dada a composição racial da maior parte do movimento Women’s Liberation, isto não era de todo surpreendente. Quando foram levantadas as questões sobre a ausência das mulheres racialmente oprimidas nos grandes movimentos e na campanha de direitos ao aborto, duas explicações foram comummente propostas nas discussões e na literatura do período: as mulheres de cor estavam sobrecarregadas pela luta do seu povo contra o racismo; e/ou elas ainda não se tinham tornado conscientes da centralidade do sexismo. Mas o significado real da cor de lírio branco da campanha do direito ao aborto não foi ter encontrado uma ostensiva miopia ou subdesenvolvida consciência entre as mulheres de cor. A verdade está enterrada na base ideológica do próprio movimento de controlo de natalidade.

A falha da campanha do direito ao aborto em conduzir uma histórica auto-avaliação conduziu à perigosa apreciação superficial do povo negro com atitudes suspeitas em relação ao controlo da natalidade em geral. Concedendo, quando algumas pessoas negras sem hesitações compararam o controlo da natalidade com o genocídio, pareceu uma exagerada – e até paranóica – reacção. No entanto as activistas brancas do direito ao aborto perderam a profunda mensagem, por debaixo das linhas destas crises de genocídio estavam importantes pistas sobre a história do movimento do controlo da natalidade. Este movimento, por exemplo, foi conhecido por defender a esterilização involuntária – uma forma racista de "controlo de natalidade". Se sempre as mulheres gozaram do direito de planear as suas gravidezes, as medidas legais e facilmente acessíveis de controlo de natalidade e aborto teriam de ser complementadas pelo fim dos abusos de esterilização.

Quanto à própria campanha de direito ao aborto, como podiam as mulheres de cor falharem em agarrar a sua urgência? Elas estavam de longe mais familiarizadas que as suas irmãs brancas com os criminosos e desastrados bisturis das ineptas mulheres que faziam os abortos procurando proveitos na ilegalidade. Em New York, por exemplo, durante os vários anos que precederam a descriminalização de abortos nesse estado, perto de 80% de mortes causadas por abortos ilegais envolveram mulheres negras e porto-riquenhas. Porteriormente, as mulheres de cor receberam perto de metade de todos os abortos legais. Se a campanha do direito pelo aborto no início dos anos de 1970 precisasse de ser lembrada de as mulheres de cor queriam desesperadamente escapar ao quarto negro das mulheres charlatãs que faziam os abortos, elas deviam também ter percebido que essas mesmas mulheres não estavam a expressar os seus sentimentos pró-aborto. Elas eram a favor do direito a abortar, que não significava que elas propusessem o aborto. Quando as mulheres negras e latinas recorriam ao aborto em tão grande número, as histórias que contavam não eram sobre o seu desejo de se verem livre das suas gravidezes, mas antes sobre as miseráveis condições que as dissuadiam de trazer novas vidas ao mundo.

As mulheres negras faziam abortos a si mesmas desde o início dos dias da escravatura. Muitas mulheres escravas recusavam-se a trazer crianças ao mundo do trabalho forçado interminável, onde as correntes e as chicoteadas e o abuso sexual das mulheres eram as condições de vida diária. Um médico praticante em Georgia por volta de metade do século passado noticiou que os abortos provocados e espontâneos eram de longe mais comuns entre as suas pacientes escravas que entre as mulheres brancas que tratou. De acordo com este médico, ou as mulheres negras trabalhavam demasiado ou

"… como os donos das plantações acreditavam, os negros possuíam uma maneira secreta que destruía os seus fetos durante o primeiro estágio da gestação … todos os médicos estavam informados das frequentes queixas dos donos de plantações (sobre)… a tendência não natural das mulheres africanas de destruir a sua descendência".

Expressando choque porque "… famílias inteiras de mulheres falharam em ter algum filho", este médico nunca considerou tão "não natural" seria criar crianças debaixo do sistema da escravatura. O anterior episódio mencionado por Margaret Garner, de uma

escrava fugitiva que matou a sua própria filha e se suicidou quando foi capturada pelos caçadores de escravos, é um exemplo.

“ela alegrou-se que a rapariga estivesse morta – ‘agora ela nunca saberá o que uma mulher sofre como escrava’ – e alegou em ser julgada de assassinato. ‘eu irei cantando para forca antes de voltar a à escravatura!”.

Porque eram os auto-impostos abortos e relutantes actos de infanticídio ocorrências tão comuns durante a escravatura? Não porque as mulheres negras descobriram soluções para a situação, mas antes porque estavam desesperadas. Os abortos e os infanticídios eram actos de desespero, motivados não apenas pelo biológico processo de nascimento mas pelas opressivas condições da escravatura. A maior parte destas mulheres, sem dúvida, teriam exprimido o seu profundo ressentimento se alguém saudasse os seus abortos como um passo de pedra em direção à liberdade.

Durante o início da campanha pelo direito ao aborto era muito frequente assumir que os abortos legais eram uma alternativa válida para os incontáveis problemas colocados pela pobreza. Como se ter menos crianças criasse mais emprego, melhores salários, melhores escolas, etc. etc. Esta assunção reflectia a tendência em a distinção entre os direitos ao aborto e a defesa geral dos abortos. A campanha frequentemente falhou em fornecer uma voz para as mulheres que queriam o direito ao aborto legal em vez deplorar as condições sociais que as proibia de terem mais filhos.

A renovada ofensiva contra o direito ao aborto que extravasou durante a segunda metade da década de 1970 tornou absolutamente necessário focar mais nitidamente nas necessidades das mulheres pobres e racialmente oprimidas. Em 1977 a passagem da emenda Hyde no Congresso mandatou um retrocesso no financiamento federal de abortos, causando muitas legislaturas de Estados a segui-lo. As mulheres negras, porto-riquenhas, mexicanas nascidas nos Estados Unidos e índias nativas americanas, juntas com as suas miseráveis irmãs brancas, eram assim efectivamente privadas do direito ao aborto legal. Desde que as esterilizações cirúrgicas, fundadas pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar Social, permaneciam livres de requerer, mais e mais mulheres pobres foram forçadas a optar pela infertilidade permanente. O que era urgentemente pedido era uma larga campanha para defender os direitos reprodutivos de todas as mulheres – e especialmente aquelas mulheres cujas circunstâncias económicas frequentemente forçavam-nas a renunciar o próprio direito de se reproduzirem.

O desejo das mulheres controlarem o seu sistema reprodutivo é provavelmente tão velho como a própria história humana. Já desde 1844 os United States Pratical Receipt Book continha, entre as suas muitas receitas de comida, químicos e medicinas caseiras, “receitas” para ‘loções de prevenção de nascimentos’. Para fazer a “loção preventiva de Hannay’s” por exemplo,

“pega *pearlash*, uma parte; água, seis partes. Mistura e filtra. Mantém em frascos fechados, e usa, com ou sem sabonete, imediatamente após a conexão.”

Para a “Abernethy’s loção preventiva”

“pega em mercúrio bicolorido, vinte e cinco partes; leite de amêndoas, 400 partes; álcool, 100 partes; água de rosas, 1000 partes. Imerge a glândula numa pequena dose de mistura… infalível se usado na altura certa.”

Enquanto as mulheres provavelmente sempre sonharam em métodos infalíveis de controlo da natalidade, enquanto o assunto dos direitos das mulheres não se tornou focado e organizado o movimento dos direitos reprodutivos não pode emergir como uma exigência legitimada. Num ensaio intitulado “casamento”, escrito durante os anos de 1850, Sarah Grimke argumentou pelo “… direito em parte da mulher em decidir quando se vai tornar uma mãe, com que frequência e debaixo de que circunstâncias”. Aludindo a uma observação humorosa de um médico, Grimke concordou que se as esposas e os maridos alternativamente dessem à luz os seus filhos, “… nenhuma família tinha mais do que três, o marido um e a esposa dois.” Mas, como ela insistiu, “… o direito em decidir sobre este assunto tinha sido quase sempre negado à mulher”.

Sarah Grimke defendia o direito da mulher à abstinência sexual. Por volta da mesma altura o bem conhecido “casamento emancipado” de Lucy Stone e Henry Blackwell aconteceu. Estes abolicionistas e activistas dos direitos das mulheres casaram-se numa cerimónia que protestou contra o tradicional abandono das mulheres dos seus direitos, das suas pessoas, nomes e propriedades. Concordando como marido, ele não teve direito à “custódia da pessoa da sua mulher”, Henry Balckwell prometeu que não iria tentar impor as ordens dos desejos sexuais sobre a sua mulher.

A noção que as mulheres podiam recusar em submeterem-se às exigências sexuais dos seus maridos eventualmente tornou-se a ideia central da “maternidade voluntária”. Nos anos de 1870, quando o movimento de sufrágio das mulheres alcançou o seu pico, as feministas publicitavam a defesa da maternidade voluntária. Num discurso dito em 1873, Victoria Woodhull afirmou que

“a esposa que se submete a relações sexuais contra a sua vontade ou desejo, virtualmente comete suicídio; enquanto o marido a obriga, comete um crime, e precisa tanto de ser punido por isso, conquanto que ele estrangulou-a até à morte por tê-lo recusado.”

Woodhull, claro, esta muito notável como uma proponente do “amor livre”. A sua defesa do direito da mulher em abster-se da relação sexual dentro do casamento como um método de controlar a sua gravidez estava associado com o seu ataque global à instituição do casamento.

Não foi uma coincidência que a consciência das mulheres dos seus direitos reprodutivos nasceu dentro do movimento organizado pela política de igualdade para as mulheres. De facto, se as mulheres permanecessem para sempre sobrecarregadas por incessantes nascimentos e frequentes abortos espontâneos, elas dificilmente tinham condições para exercer os direitos políticos que queriam ganhar. Mais do que isso, os novos sonhos das mulheres de prosseguir carreiras e outros caminhos de auto-desenvolvimento fora do casamento e da maternidade apenas podiam ser realizados se elas pudessem limitar e planear as suas gravidezes. Neste sentido, o slogan “maternidade voluntária” continha uma nova e genuína visão da natureza feminina. Ao mesmo tempo, no entanto, esta visão era rigidamente vinculada ao estilo de vida gozado pela classe média e pela burguesia. As aspirações debaixo das linhas

da exigência da "maternidade voluntária" não reflectiam as condições das mulheres da classe trabalhadora, engajadas como estavam numa longínqua luta fundamental pela sobrevivência económica. Se esta primeira chamada pelo controlo da natalidade estava associada aos objectivos que apenas podiam ser alcançados por mulheres com posses materiais, um vasto número de mulheres pobres e da classe trabalhadora teria achado mais difícil identificar-se com o embrionário movimento de controlo da natalidade.

Em direcção ao final do século XIX o rácio dos nascimentos brancos nos Estados Unidos sofreu um significante declínio. Se não havia inovações contraceptivas introduzidas, a descida do rácio do nascimento implicava que as mulheres substancialmente restringiram a sua actividade sexual. Em 1890 os típicos nativos nascidos de uma mulher branca não tinham mais de 4 crianças. Se a sociedade dos Estados Unidos se tornou crescentemente urbana, este novo modelo de nascimento não devia ter sido uma surpresa. Enquanto a vida do campo exigia famílias grandes, elas tornavam-se disfuncionais dentro do contexto da vida da cidade. No entanto este fenómeno era publicamente interpretado num modelo racista e anti-classe trabalhadora pelas ideologias crescentes do monopólio capitalista. Desde que as mulheres brancas nascidas nativas estavam a ter menos filhos, o espetro do "suicídio da raça" estava a crescer nos círculos oficiais.

Em 1905 o presidente Theodore Roosevelt concluiu o seu discurso do Lincoln Day Dinner com a proclamação que "a pureza da raça deve ser mantida". Em 1906 ele clamorosamente equiparou a falha do rácio de nascimentos entre as brancas nativas nascidas com a iminente ameaça do "suicídio da raça". Na sua mensagem do State of the Union desse ano Roosevelt amaldiçoou as mulheres brancas bem nascidas que comprometidas na "esterilidade voluntária – o único pecado cuja pena é a morte nacional, o suicídio da raça". Estes comentários foram feitos durante um período de aceleração da ideologia racista e de grandes ondas de tumultos raciais e linchamentos na cena doméstica. Para além disso, o próprio Presidente Roosevelt esforçava-se em reunir apoios pelo embargo dos Estados Unidos às Filipinas, o país mais recente da aventura imperialista.

Como é que o movimento de controlo da natalidade respondeu à acusação de Roosevelt que a sua causa estava a promover o suicídio da raça? A propaganda do presidente foi um truque falhado, de acordo com a principal história do movimento do controlo da natalidade, por, ironicamente, ter conduzido ao maior apoio da sua defesa. No entanto, como mantém Linda Gordon, esta controvérsia "… também trouxe para a frente essas questões das mais separadas feministas vindas da classe trabalhadora e dos pobres."

"isto aconteceu em duas vias. Primeiro, as feministas estavam crescentemente a enfatizar o controlo da natalidade como um caminho para carreiras e mais educação – objectivos fora de alcance para as pobres com ou sem controlo de natalidade. No contexto de todo o movimento feminista, o episódio do suicídio da raça foi um actor adicional de identificar o feminismo quase exclusivamente com as aspirações das mulheres mais privilegiadas da sociedade. Segundo, as feministas pró-controlo de natalidade começaram a popularizar a ideia que as pessoas pobres tinha a obrigação moral de restringir o tamanho das suas famílias, porque as famílias grandes criavam

um dreno nas taxas e gastos de caridade dos ricos e porque as crianças pobres eram menos parecidas em ser "superiores".

A aceitação da tese do suicídio da raça, para maior ou menor extensão, por mulheres como Julia Ward Howe e Ida Husted Harper refletiu-se na capitulação do movimento sufragista à postura racista das mulheres sulistas. Se as sufragistas concordassem com os argumentos que invocavam a extensão do voto às mulheres como uma abençoada salvação da supremacia branca, então o controlo da natalidade defendia também concordar ou suportava os novos argumentos invocando o controlo da natalidade como um meio de prevenir a proliferação das "classes baixas" e como um antídoto do suicídio da raça. O suicídio da raça podia ser prevenido pela introdução do controlo da natalidade entre o povo negro, imigrantes e pobres em geral. Deste modo, os prósperos brancos do sólido stock yankee podiam manter-se em número superior dentro da população. Assim o preconceito influenciou o racismo dentro do movimento de controlo da natalidade quando este ainda estava na sua infância. Mais e mais, foi assumido dentro dos círculos do controlo da natalidade que as mulheres pobres, negras e imigrantes, tinham "obrigação moral em restringir o tamanho das suas famílias". O que era exigido como um "direito" pelo privilégio começou a ser interpretado como um "dever" para os pobres".

Quando Margaret Sanger embarcou na sua longa cruzada pelo controlo de natalidade – um termo que ela cunhou e popularizou – pareceu que o significado oculto rascista e anti-classe trabalhadora do período anterior pudesse possivelmente ser derrotado. Pois Margaret Higgens Sanger vinha ela própria de uma classe trabalhadora e concordava com as pressões devastadoras da pobreza. Quando a sua mãe morreu, na idade de quarenta e oito anos, ela tinha dado à luz não menos do que onze filhos. As memórias de Sanger sobre os problemas da sua própria família confirma a sua crença que as mulheres da classe trabalhadora tinham uma especial necessidade de planear autonomamente o espaço entre as suas gravidezes. A sua afiliação, enquanto adulta, com o movimento socialista foi uma causa de esperança de maior alcance para a campanha de controlo da natalidade que podia mover-se numa direcção mais progressiva.

Quando Margaret Sanger se juntou ao partido socialista em 1912, ela assumiu a responsabilidade de recrutar mulheres de New York mulheres trabalhadoras de clubes para o partido. "The Call"(o convite) – o jornal do partido – trazia os seus artigos na página das mulheres. Ela escreveu uma série intitulada "What every mother should know"(o que todas as mães devem saber), outra chamada "What every girl should know" (o que todas as raparigas devem saber), e ela fez no local a cobertura das greves que envolveram mulheres. A familiaridade de Sanger com os distritos da classe trabalhadora foi um resultado das suas numerosas visitas como uma treinada enfermeira às secções pobres da cidade. Durante essas visitas, ela assinalou na sua auto-biografia, conheceu incontáveis números de mulheres que desesperadamente desejavam conhecimento sobre o controlo de natalidade.

De acordo com as reflexões autobiográficas de Sanger, uma das muitas visitas que ela fez como enfermeira a New York Lower East Side convenceu-a a tomar uma cruzada pessoal pelo controlo de natalidade. Respondendo a uma das suas chamadas de rotina, ela descobriu Sadir Sachs de vinte e oito anos que tentou fazer um aborto a si

mesma. Quando a crise passou a jovem mulher perguntou ao médico assistente para lhe aconselhar sobre a prevenção da gravidez. Como Sanger relata a história, o médico recomendou-lhe que ela "… dissesse ao seu marido Jake que dormisse no telhado".

"eu olhei de relance rapidamente para Mrs. Sachs. Até através das minhas repentinas lágrimas eu podia ver estampado na sua cara uma expressão de absoluto desespero. Nós simplesmente olhamos uma para a outra, não dizendo nenhuma palavra enquanto a porta não se fechasse atrás do médico. Então ela levantou as suas magras, azuladas mãos e fechou-as num pedido. 'ele não entende. Ele é apenas um homem. Mas você pode, não pode? Por favor diga-me o segredo, e eu nunca direi a uma alma. Por favor!".

Três meses mais tarde Sadir Sachs morreu de outro aborto auto-induzido. Nessa noite, diz Margaret Sanger, ela votou em devotar toda a sua energia em direcção à aquisição e disseminação das medidas de contracepção.

"fui para a cama, sabendo que não importa o que custar, eu iria acabar com as curas paliativas e superficiais; eu resolvi procurar a raiz do mal, em fazer alguma coisa para mudar o destino das mães cuja miséria foi tão vasta como o céu".

Durante a primeira fase da cruzada de controlo da natalidade de Sanger, ela manteve a sua afiliação com o partido socialista – e a própria campanha estava proximamente associada á crescente militância da classe trabalhadora. Os seus apoiantes leais incluíam Eugene Debs, Elizabeth Gurley Flynn e Emma Goldman, que respetivamente representavam o partido socialista, os IWW e o movimento anarquista. Margaret Sanger, por seu turno, expressava o compromisso anti-capitalista do seu próprio movimento dentro das páginas do seu jornal, "Woman Rebel" (mulher rebelde), que estava "dedicado aos interesses das mulheres trabalhadoras". Pessoalmente, ela continuava a andar nas linhas de piquete com trabalhadores grevistas e publicamente condenava os ultrajantes assaltos aos trabalhadores grevistas. Em 1914, por exemplo, quando a guarda nacional massacrou inúmeros de mineiros mexicanos nascidos nos Estados Unidos em Ludlow, Colorado, Sanger juntou-se ao movimento do trabalho expondo o papel de John D Rockfeller no seu ataque.

Infelizmente, a aliança entre o controlo de natalidade e o movimento radical do trabalho não gozou de uma vida longa. Enquanto os socialistas e outros activistas da classe trabalhadora continuaram a apoiar a exigência de controlo de natalidade, tal não ocupou um lugar central na estratégia global. E a própria Sanger começou a sobrestimar a centralidade da exploração capitalista na sua análise sobre a pobreza, argumentando que muitas crianças levavam as trabalhadoras a caírem na sua miserável situação. Para além disso, "… as mulheres inadvertidamente perpetuavam a exploração da classe trabalhadora", ela acreditava, "continuando a alimentar o mercado de trabalho com novos trabalhadores". Ironicamente, Sanger pode ter sido encorajada em adoptar esta posição pelas novas ideias Malthusianas abraçadas em alguns círculos socialistas. Tais admiráveis figuras do movimento socialista europeu como Anatola France e Rosa Luxemburg tinham proposto uma "greve de nascimentos" para prevenir o contínuo respirar do trabalho dentro do mercado capitalista.

Quando Margaret Sanger quebrou os seus laços com o partido socialista com a proposta de construir uma campanha independente de controlo da natalidade, ela e os seus seguidores tornaram-se mais susceptíveis que nunca antes para a propaganda da altura anti-negro e anti-imigrante. Como os seus predecessores, que foram enganados pela propaganda do "suicídio da raça", a defesa do controlo da natalidade começou a abraçar a prevalente ideologia racista. A influência fatal do movimento eugénico depressa destruiria o potencial progressivo da campanha do controlo da natalidade.

Durante as primeiras décadas do século XX a crescente popularidade do movimento eugénico era dificilmente um desenvolvimento fortuito. As ideias eugénicas eram perfeitamente ajustáveis às necessidades ideológicas do jovem monopólio capitalista. As incursões imperialistas na América latina e no Pacífico necessitavam de ser justificadas, bem como a intensificação da exploração dos trabalhadores negros no sul e os trabalhadores imigrantes no norte e no oeste. As teorias raciais pseudocientíficas associadas à campanha eugénica forneceu apologias dramáticas para a conduta dos jovens monopólios. Como resultado, este movimento ganhou um apoio sem hesitações de líderes capitalistas como os Carnegies, os Harrimans e os Kelloggs.

Em 1919 a influência eugénica no movimento de controlo de natalidade estava clarificada sem erro. Num artigo publicado por Margaret Sanger do jornal da American Birth Control League's (Liga Americana do Controlo de natalidade), ela definiu "a principal questão do controlo da natalidade" como "mais crianças onde é ajustado, menos onde não é ajustado". Por volta desta altura a ABL calorosamente acolheu o autor de "The rising tide of color against white world supremacy" dentro do interior segredo. Lothrop Stodhard, professor de Harvard e teórico do movimento eugénico, ofereceu um lugar no quadro dos directores. Nas páginas do jornal ABCL, artigos de Guy Irving Birch, diretor do American Eugenics Society (Sociedade Eugénica Americana), começaram a aparecer. Birch defendia o controlo da natalidade como uma arma para

"…prevenir o povo americano de ser substituído por aliens ou stocks negros, quer seja pela imigração ou pelo global elevado rácio de nascimentos entre outros dentro deste país".

Em 1932 a Eugenics Society podia vangloriar-se que pelo menos 26 estados tinham passado leis de esterilização compulsiva e que milhares de "desadequadas" pessoas tinham já sido cirurgicamente prevenidas de se reproduzirem. Margaret Sanger deu a sua aprovação pública a este desenvolvimento. "idiotas, deficientes mentais, epilépticos, iletrados, pobres, desempregados, criminosos, prostitutas e amigos drogados" precisam ser apanhados para serem cirurgicamente esterilizados, ela afirmou num programa de rádio. Ela não quis ser intransigente em deixar-lhes sem escolha sobre o assunto; se eles quisessem, ela disse, eles seriam capazes de escolher uma vida longa segregada em campos de trabalho.

Dentro da American Birth Control League (Liga Americana de Controlo de Natalidade), a exigência de controlo de natalidade entre o povo negro adquiriu o mesmo gume racista como na exigência da esterilização compulsiva. Em 1933 o seu sucessor, a

Birth Control Federation of America (Federação Americana do Controlo de Natalidade) , planeou o “Negro Project”. Nas palavras da Federação,

“ a massa de negros, particularmente no sul, ainda criados descuidadamente e desastradamente, com o resultado que o aumento entre os negros, até mais do que entre os brancos, é a porção de população menos ajustada, e menos capaz de criar as crianças adequadamente”.

Chamando para o recrutamento reverendos negros para conduzirem os comités locais de controlo de natalidade, a proposta da federação sugeria que o povo negro devia ser declarado tão vulnerável quanto possível à sua propaganda de controlo de natalidade. “nós não queremos a palavra para sair” escreveu Margaret Sanger numa carta a uma colega sua,

“... nós queremos exterminar a população negra e o reverendo é o homem que pode rectificar essa ideia sempre ocorrer a qualquer um membro a rebelião”.

Este episódio dentro do movimento do controlo de nascimento confirmou a vitória ideológica do racismo associado às ideias eugénicas. Foi roubado o seu potencial progressivo, defendendo para as pessoas de cor não terem o direito individual de controlo do nascimento, mas antes a estratégia racista de controlo populacional. A campanha de controlo da natalidade pode ser chamada de servir essencialmente a capacidade de execução do governo dos Estados Unidos na política populacional imperialista e racista.

As activistas do direito ao aborto no início da década de 1970 deviam ter examinado a história do seu movimento. Se elas tivessem feito isso, talvez tivessem percebido porque tantas das suas irmãs negras adoptaram uma postura suspeita em relação à sua causa. Elas tinham percebido quão importante era desfazer acções racistas das suas predecessoras, que tinham defendido o controlo de natalidade bem como a esterilização compulsiva como um meio de eliminar os sectores “desajustados” da população. Consequentemente, as jovens feministas brancas podiam ter sido mais receptivas à sugestão que a sua campanha pelo direito ao aborto incluísse uma vigorosa condenação do abuso da esterilização, que se tornou mais difundida que nunca.

Não foi enquanto os media decidiram que a esterilização casual de duas raparigas negras em Montgomery, Alabama, foi um escândalo digno de reportar que a caixa de pandora da esterilização abusiva tinha sido finalmente precipitadamente aberta. Mas pela altura em que o caso das irmãs Relf estourou, era praticamente demasiado tarde para influenciar as políticas do movimento do direito ao aborto. Foi no verão de 1973 e a decisão do supremo tribunal de legalizar o aborto já tinha sido anunciada em janeiro. Todavia, a urgente necessidade de oposição massiva ao abuso da esterilização tornou-se tragicamente clara. Os factos á volta da história das irmãs Relf foram simplesmente horríveis. Minnie Lee, que tinha doze anos de idade, e Mary Alice, que tinha catorze anos, foram levadas sem suspeitas para uma sala de operações, onde os cirurgiões lhes roubaram a sua capacidade de gerar crianças. A cirurgia foi ordenada pela HEW – fundada Montgomery Communty Action Monnittee depois de ser descoberto que a Depo-Provera, uma droga previamente administrada às

raparigas como uma medida de prevenção de nascimentos, causava cancro em testes realizados em animais.

Depois do Southern Poverty Law Center processo em proveito das irmãs Relf, a mãe das raparigas revelou que ela não tinha conhecimento de ter "consentido" a operação, tendo sido enganada pelas trabalhadoras sociais que cuidaram do caso das suas filhas. Elas pediram a Mrs. Relf, que não sabia ler, que pusesse um "X" num documento, cujos conteúdos não lhe foram descritos. Ela assumiu, disse ela, que autorizava a continuação das injeções da Depo-Provera. Como subsequentemente percebeu, ela autorizou a cirurgia de esterilização das suas filhas.

Consequentemente à exposição pública do caso das irmãs Relf, episódios similares foram trazidos à luz. Apenas em Montgomery, onze raparigas, também na sua adolescência, foram semelhantemente esterilizadas. A HEW fundou clínicas de controlo de natalidade noutros estados, como se provou mais tarde, e também sujeitou jovens raparigas ao abuso da esterilização. Mais do que isso, mulheres individuais vieram com iguais e ultrajantes histórias. Nial Ruth Cox, por exemplo, processo contra o estado da Carolina do Norte. Na idade de 18 anos – oito anos antes do processo – os oficiais ameaçaram-na de descontinuar o pagamento de ajuda social se ela se recusasse a submeter a uma esterilização cirúrgica. Antes de ter autorizado a operação, foi-lhe assegurado que a sua infertilidade seria temporária.

O processo de Nial Ruth Cox visava um estado que diligentemente praticava a teoria da eugenia. Debaixo do auspício da Eugenics Commission of North Carolina (Comissão Eugénica da Carolina do Norte), assim estava registado, 7 686 esterilizações tinham sido realizadas desde 1933. Apesar de as operações serem justificadas como medidas de prevenção da reprodução de "pessoas deficientes mentalmente", perto de 5 000 pessoas esterilizadas eram negras. De acordo com Brenda Feigen Fasteau, a advogada da ACLU representante de Nial Ruth Cox, os recentes registos da Carolina do Norte não eram muito melhores.

" de onde posso determinar, as estatísticas revelam que desde 1964, aproximadamente 65% das mulheres esterilizadas na Carolina do Norte são negras e aproximadamente 35% são brancas."

Como a agitada publicidade de exposição da esterilização revelou, o estado vizinho da Carolina do Sul tinha sido o sítio das atrocidades adicionais. Dezoito mulheres de Aiken, Carolina do Sul, acusaram que foram esterilizadas pelo Dr. Clovis Pierce durante o início da década de 1970. Pierce, o único obstetra numa cidade pequena, consistentemente usou equipamento médico para esterilizar duas ou mais crianças. De acordo com a enfermeira do seu consultório, Dr. Pierce insistiu que a gravidez de uma mulher subsidiária "tinha de ser submetida a uma esterilização voluntária" se elas quisessem que ele fizesse o parto dos seus filhos. Enquanto ele estava "… cansado das pessoas correndo à volta tendo bebés e pagando por eles com os meus impostos", Dr. Pierce recebeu perto de 60 000 dólares em dinheiro de impostos pelas esterilizações que realizou. Durante o seu julgamento ele foi apoiado pela Medical Association(Associação Medical) da Carolina do Sul, cujos membros declararam que os médicos "… têm o direito moral e legal em insistir na permissão da esterilização antes de aceitar um paciente, se for feito na visita inicial".

As revelações do abuso da esterilização dessa altura expuseram a cumplicidade do governo federal. Primeiro o Departamento da Saúde, Educação e Bem-Estar social afirmou que aproximadamente 16 000 mulheres e 8 000 homens foram esterilizados em 1972 debaixo do auspicio dos programas federais. No entanto, mais tarde, estes números sofreram uma revisão drástica. Carl Shultz, director da HEW Population Affairs Office, estimou que entre 100 000 e 200 000 esterilizações foram realmente realizadas nesse ano pelo governo federal. Durante a Alemanha de Hitler, incidentalmente, 250 000 esterilizações foram realizadas debaixo da Nazis Hereditary Health Law (Lei Nazi de Saúde e Hereditariedade) . É possível que o registo dos nazis, durante todos os anos do seu reinado, possam ter sido quase igualados pelas esterilizações realizadas pelo governo dos Estados Unidos num espaço de um único ano?

Dado o histórico genocídio infligido na população nativa dos Estados Unidos, podemos assumir que os índios nativos americanos foram um exemplo da campanha de esterilização do governo. Mas de acordo com o testemunho do Dr. Connie Uri numa audição do comité do Senado, em 1976 perto de 24% de todas as mulheres índias que podiam ter filhos tinham sido esterilizadas. “as nossas linhas de sangue foram paradas” disse o médico Choctaw ao comité do Senado, “os nossos não nascidos não nascerão… isto é genocídio do nosso povo.” De acordo com o Dr. Uri, o Hospital de serviços de saúde para índios em Calremore, Oklahoma, tinha esterilizado uma em cada quatro mulheres que dessem à luz nessa federal instalação.

Os índios nativos americanos foram alvos especiais na propaganda da esterilização do governo. Num dos panfletos da HEW que visava o povo índio, havia um sketch de uma família com uma criança e dez cavalos. O desenho supunha implicar que mais crianças significavam mais pobreza e menos crianças significavam mais riqueza. Como se os dez cavalos ganhos pela família de uma criança tivessem sido magicamente conjurados pelo controlo de natalidade e pela cirurgia de esterilização.

A política da população doméstica do governo dos Estados Unidos tinha um gume racista inegável. Americanas nativas, mexicanas nascidas nos Estados Unidos, porto-riquenhas e mulheres negras continuaram a ser esterilizadas em números desproporcionais. De acordo com o estudo da National Fertility (Fertilidade National) conduzido em 1970 pelo departamento de controlo da população na Universidade de Princepton, 20% de todas as mulheres negras casadas foram permanentemente esterilizadas. Aproximadamente a mesma percentagem das mulheres mexicanas nascidas nos Estados Unidos foram declaradas à infertilidade cirúrgica. Mais ainda, 43% das mulheres esterilizadas através de programas subsidiados federalmente foram negras.

O surpreendente número de mulheres porto-riquenhas que foram esterilizadas reflecte uma política governamental especial que pode ser traçada a partir de 1939. Nesse ano o Comité Interdepartamental do presidente Roosevelt em Porto Rico publicou um discurso atribuindo os problemas económicos da ilha ao fenómeno de sobrepopulação. Este comité propôs medidas para de reduzir o rácio nascimentos para não mais alto que o nível do rácio de mortes. Pouco depois uma campanha experimental de esterilização foi empreendida em Porto Rico. Apesar da inicialmente a igreja católica se ter oposto esta experimental e forçada suspensão do programa em

1946, foi convertido durante o início da década de 1950 no ensino e prática do controlo da população. Neste período mais de 150 clínicas de controlo de nascimento foram abertas, resultando no declínio do crescimento da população em 20% pela metade da década de 1960. Na década de 1970 mais de 35% das mulheres de todo o Porto Rico em idade fértil fora cirurgicamente esterilizadas. De acordo com Bonnie Mass, uma séria crítica da política populacional do governo dos Estados Unidos,

"… se as projecções puramente matemáticas forem tomadas seriamente, se o presente rácio de esterilização de 19 000 por mês continuar, então a população de trabalhadores da ilha e camponeses pode ser extinguida dentro dos próximos dez ou vinte anos … (estabelecendo) pela primeira vez na história do mundo um sistemático uso do controlo da população capaz de eliminar uma geração inteira de pessoas."

Durante a década de 1970 as devastadoras implicações da experiência de Porto Rico começaram a emergir com uma clareza sem erro. Em Porto Rico a presença de corporações metalúrgicas altamente automatizadas e de indústrias farmacêuticas exacerbou o problema do desemprego. A perspectiva de um ainda maior exército de trabalhadores desempregados foi um dos principais incentivos para o programa de esterilização massiva. Actualmente nos Estados Unidos, enormes números de pessoas de cor – e especialmente juventude racialmente oprimida – tornou-se parte de uma piscina de trabalhadores permanentemente desempregados. Se é dificilmente coincidência, considere-se o exemplo de Porto Rico, que o aumento do incidente da esterilização manteve o passo com altos rácios de desempregados. Se os números crescentes de pessoas brancas sofreram as brutais consequências do desemprego, podem também esperar em tornarem-se alvos da propaganda da esterilização oficial.

A prevalência do abuso da esterilização durante os anos de 1970 pode ter sido maior do que nunca antes. Apesar do Departament of Health, Education e Welfare (Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar social) apresentar os parâmetros em 1974, que foram ostensivamente desenhadas para prevenir as esterilizações involuntárias, ainda assim a situação deteriorou-se. Quando a American Civil Liberties Union's Reproductive Freedom Project conduziu a inspeção do ensinamento nos hospitais em 1975, descobriu que 40% dessas instituições nem sabiam dos regulamentos indicados pela HEW. Apenas 30% dos hospitais examinados pela ACLU tentavam cumprir com os parâmetros.

A alta emenda de 1977 acrescentou outra dimensão às práticas coercivas de esterilização. Como resultado desta lei ter passado no Congresso, os fundos federais para abortos foram eliminados em todos os casos menos aqueles que envolvessem violações e risco de morte ou doença severa.

De acordo com Sandra Salazar do Departmente of Public Health de California (Departamento de Saúde Pública), a primeira vítima da alta emenda era uma mulher mexicana nascida nos Estados Unidos de vinte e sete anos de idade do Texas. Ela morreu em resultado de um aborto ilegal no México pouco depois do Texas ter descontinuado os fundos governamentais para o aborto. Tem havido muitas mais vítimas – mulheres para quem a esterilização se tornou a única alternativa ao aborto, que estão correntemente fora do seu alcance. A esterilização continua a ser federalmente financiada e livre, para as mulheres pobres, quando pedida.

Durante a última década a luta contra o abuso da esterilização foi conduzido inicialmente para as porto-riquenhas, negras, mexicanas nascidas nos Estados Unidos e americanas nativas. A sua causa ainda não foi abraçada pelo movimento de mulheres como um todo. Com as organizações representando os interesses da classe média de mulheres brancas, tem havido uma certa relutância em apoiar os pedidos de uma campanha contra o abuso da esterilização, pois essas mulheres têm frequentemente negados os seus direitos individuais em serem esterilizadas quanto elas desejam dar esse passo. Enquanto as mulheres de cor desejam, por seu turno, em tornarem-se permanentemente inférteis, as mulheres brancas que gozam de condições económicas prósperas desejam, pelas mesmas forças, que elas próprias se reproduzam. Portanto elas algumas vezes consideram o “período de espera” e outros detalhes exigidos pelo “consentimento informado” para a esterilização favorecem as inconveniências para as mulheres de classe média brancas, o direito fundamental de reprodução oprimido racialmente e a participação das mulheres pobres. O abuso da esterilização tem que ser terminado.

Capítulo 13
A aproximação da obsolescência do trabalho doméstico: a perspetiva da classe trabalhadora

As inúmeras tarefas conhecidas coletivamente como “tarefas domésticas” - cozinhar, lavar a louça, lavar roupa, fazer a cama, varrer, comprar, etc - aparentemente consumem três a quatro mil horas anuais de uma dona de casa. Tão surpreendente quanto essa estatística poderá ser o facto do mesmo não contabilizar a variável inquantificável que as mães devem dar atenção aos seus filhos. Assim como os deveres maternais da mulher são tomados como garantidos, também a interminável labuta da dona de casa é raramente apreciada dentro do seio familiar. O trabalho doméstico é virtualmente invisível. “Ninguém nota a não ser que não esteja feito”- Nós notamos a cama desfeita, mas não o chão esfregado e polido”. Invisível, repetitivo, exaustivo, improdutivo, não criativo- Estes são os adjetivos que a maioria capta da natureza das tarefas domésticas.

A nova consciencialização associada ao movimento contemporâneo de mulheres, encorajou o aumento número de mulheres que exigiram aos seus homens o alívio desse trabalho penoso. Alguns homens já começaram a ajudar as suas mulheres em casa, alguns dedicando o mesmo tempo nas tarefas. Mas quantos desses homens se libertaram da assunção que essas tarefas “são das mulheres”? Quantos deles não caraterizariam essas limpezas como “ajuda” às suas mulheres parceiras?

Se fosse possível simultaneamente redistribuir equitativamente, isso constituiria uma solução satisfatória? Libertado de sua afiliação exclusiva com o sexo feminino, deixaria o trabalho doméstico de ser uma opressão? Enquanto muitas mulheres ficariam contentes de saudar o aparecimento do marido doméstico, a dessexualização do trabalho doméstico não alteraria a natureza opressiva do trabalho em si. Na análise final nem homem nem mulher deveriam perder as suas horas preciosas de vida no trabalho que não é nem criativo nem produtivo.

Um dos mais guardados segredos das sociedades do capitalismo avançado envolve a possibilidade- a real possibilidade – de radicalmente transformar a natureza do trabalho doméstico. Uma porção substancial das tarefas das mulheres domésticas pode ser incorporada na indústria económica. Por outras palavras trabalho doméstico não tem de ser obrigatoriamente uma característica privada inalterável. Equipas de trabalhadores treinados e bem pagos, passando de habitação para habitação, engenharias tecnologicamente avançadas de limpeza poderiam rapidamente e eficientemente conseguir o que o no dia de hoje a dona de casa faz de forma árdua e primitiva. Porquê a capa de silêncio envolvendo essa potencial redefinição da natureza do trabalho doméstico? Porque o capitalismo é hostil em relação à industrialização do trabalho doméstico. Trabalho doméstico socializado implica grandes subsídios do governo, com o objetivo de garantir acessibilidade para as famílias da classe trabalhadora, cuja necessidade de tais serviços é mais óbvia. Como o lucro de industrializar o trabalho doméstico seria reduzido- como todas as empresas não rentáveis- é algo a ser banido. Ainda assim a rápida expansão das mulheres no mundo do trabalho, significa que cada vez mais mulheres não estão a corresponder ao padrão de donas de casa tradicionais. Dito de outra forma a industrialização do mundo domestico, ao lado da socialização do trabalho de casa, está a tornar-se uma necessidade social. O trabalho de casa individual como responsabilidade como um

desempenho executado sob condições técnicas primitivas, poderá assemelhar-se a uma histórica obsolescência.

Embora os trabalhos domésticos como se conhecem hoje possa ser um passado histórico, prevalecem as atitudes sociais contínuas de associar à eterna condição feminina com imagens de vassouras, aventais, panos de pós, fogões, panelas. E é verdade que de uma era para a outra, o trabalho da mulher esteve sempre associado ao domicílio. No entanto o trabalho doméstico feminino não era o que é hoje, pois como todo o fenómeno social, o trabalho doméstico é um produto fluido da história humana. Conforme os sistemas económicos que têm surgido e desaparecido, a forma e qualidade do trabalho doméstico tem sofrido uma transformação radical.

Como Frederick Engels argumentou no seu trabalho clássico "Origem da família, Propriedade Privada e o Estado", a desigualdade sexual como a conhecemos hoje não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade a divisão sexual do trabalho dentro do sistema económico de produção era completamente oposto ao hierárquico. Nas sociedades onde os homens eram responsáveis pela caça de animais selvagens e as mulheres por seu turno na recolha de vegetais e frutos, ambos os sexos faziam tarefas económicas essenciais às suas sobrevivências. Porque naquele período as famílias eram sobretudo extensas. O papel da mulher nos assuntos domésticos era valorizado e respeitado, como um membro produtivo da comunidade.

A centralidade das tarefas domésticas no pré capitalismo podem ser descritas numa experiência pessoal de viagem de jipe que fiz em 1973 nos Masai Plains. Numa isolada estrada poeirenta na Tanzânia, notei que seis mulheres maseianas enigmaticamente balanceavam uma enorme placa na cabeça. Como explicaram os meus amigos tanzanianos elas provavelmente transportavam um telhado para uma nova vila que estavam no processo de construção. Entre os masai, como aprendi, as mulheres eram responsáveis por todas as tarefas domésticas, embora também pelas ações de construção da habitação do seu povo nómada que frequentemente mudava de casa. O trabalho de casa para as mulheres do Masai diz respeito não apenas a cozinhar, lavar, cuidar das crianças, costurar, etc., mas também à construção da casa. Tão importante como podem ser as tarefas pecuárias da responsabilidade dos homens, o trabalho das mulheres não é menos produtivo e não menos essencial na contribuição económica dos homens Masai.

No pré capitalismo, a economia nómada do Masai, o trabalho doméstico é tão essencial para a economia como a pecuária executada pelos homens. Como produtoras, elas gozam de um importante papel na sociedade. Nas sociedades capitalistas, por outro lado, o trabalho domestico orientado para as mulheres que produzem poucos produtos tangíveis visíveis do seu trabalho, diminuem no geral o estatuto da mulher.

A origem da noção burguesa da mulher como eterna serva do homem é em si mesma reveladora. Dentro da curta história dos Estados Unidos, a dona de casa é um produto acabado histórico com cerca de um século. O trabalho doméstico dentro do período colonial foi inteiramente diferente da rotina diária da dona de casa nos tempos atuais dos Estados Unidos.

“Uma mulher começava ao nascer sol e continuava nessa luz até quando conseguisse manter os olhos abertos. Por dois séculos, quase tudo o que a família usava, comia era produzido em casa sob o seu comando. Ela girava a mão tingindo os fios, do tecido que mexia, cortava e costurava transformando em roupas. Ela cultivava muita da comida que a sua família comia e preserva-a o suficiente para durar os meses do inverno. Ela fazia manteigas, queijo, velas, sabonete e tricotava as meias de lã da família.”

Na economia agrária pré industrial Norte Americana, uma mulher que executa as suas tarefas domésticas foi, portanto, mais uma placa giratória, tecelã e costureira, assim como um padeiro, uma fazedora de manteiga, de velas e sabão. E et cetera, et cetera, et cetera. Aliás de facto:

“…as pressões de produção deixavam pouco tempo para as tarefas que podíamos reconhecer hoje como tarefas domésticas. Por aquilo que se contava no período pre industrial as mulheres podiam parecer desleixadas no que toca aos standards de hoje. Em vez da limpeza diária ou semanal havia a limpeza de primavera. As refeições eram simples e repetitivas. As roupas não se mudavam com frequência e podiam–se acumular o trabalho de lavagem da casa para se fazer uma vez por mês ou em algumas casas uma em cada 3 meses. E porque isso implicava carregar muitos baldes de água, os elevados standards de limpeza eram facilmente desencorajados”.

As mulheres coloniais não eram “limpadoras de casa”, não eram “governantas” mas trabalhadoras realizadas de plenos direitos na economia doméstica. Não apenas manufaturavam a maior parte dos produtos necessários à família, como eram as guardiãs das suas famílias e da saúde da sua comunidade.

“Era responsabilidade (das mulheres coloniais) juntar e secar as ervas usadas … como medicamentos; elas serviam também como médicas, enfermeiras e parteiras dentro da família e na comunidade.”

Incluídas no “Livro de receitas práticas dos Estados Unidos” – a popular receita colonial- são receitas de comida assim como químicos domésticos de limpeza e medicamentos. A cura da micose por exemplo “ botem algumas raízes de sangue, corta-as em vinagre e depois lava o local afetado com esse líquido”.

A importância económica das mulheres nas funções domésticas na américa colonial era complementada pelo seu papel visível nas atividades económicas fora de casa. Era perfeitamente aceitável por exemplo uma mulher ser taberneira.

“Mulheres também geriam serralharias, moinhos, cadeiras de metal e fabricavam mobílias, operavam matadouros, pintavam algodão e outras roupas, faziam rendas e eram donas de produtos secos e lojas de roupas. Trabalhavam em lojas de tabaco, drogarias com misturas feitas pelas mesmas, e lojas em geral que vendiam tudo desde de alfinetes a carne. Faziam óculos de terra, feito rede e corda, corte e costura de artigos de couro, faziam cartões para cardar lã e até eram pintoras de casa. Muitas eram as coveiras da cidade…”

O período pós revolucionário saído da industrialização resultou numa proliferação de fábricas na secção nordeste do novo país. Os moinhos têxteis de New England eram

os pioneiros no sistema fabril. A fiação e tecelagem eram ocupações domésticas, as mulheres foram as primeiras a serem contratadas pelos donos dos moinhos para operar os novos teares. Considerando a subsequente exclusão de mulheres da produção em geral, é uma das grandes ironias da economia histórica que a primeira industria os trabalhadores tenham sido mulheres.

Conforme avançou a industrialização, mudando a forma de produzir da casa para as fabricas, a importância dos trabalhos domésticos das mulheres sofreu uma erosão. As mulheres eram duplamente perdedoras: Como os seus trabalhos foram usurpados pelas fábricas em expansão, a economia mudou-se completamente para fora de casa, deixando as mulheres despidas do seu papel económico. A meio do século XIX as fábricas providenciavam têxteis, velas, sabonetes. Até manteiga, pão e outros alimentos começaram a ser produzidos em massa.

"No final do século, quase ninguém fazia o seu próprio amido ou fervia a sua roupa em chaleiras. Nas cidades, as mulheres compravam o seu pão e pelo menos as suas roupas de interior já confecionadas, enviavam os filhos para a escola e mandavam roupas para lavar fora e discutiam sobre os méritos da comida enlatada. O fluxo da indústria passou e deixou ocioso o tear no sótão e a chaleira da sopa no galpão".

Com o consolidar do capitalismo, a clivagem entre a nova economia e a velha economia tornou-se mais rigorosa. A recolocação económica de produção causada pelo alastrar do sistema fabril, foi sem dúvida uma drástica transformação. Mas mais radical foi a generalização da reavaliação da produção necessitada pelo sistema económico. Enquanto o valor dos produtos manufaturados assentava essencialmente nas necessidades familiares, o valor dos produtos industrializados residiam sobretudo no valor da troca (venda)- na sua habilidade de cumprir as exigências de lucro dos patrões. Como o trabalho de casa não gerava lucro, o trabalho doméstico era naturalmente era uma forma de trabalho inferior comparado com o trabalho capitalista. A reavaliação da produção económica revelou - para além da separação física da casa e fábrica - uma separação fundamentalmente *estruturada* entre a economia doméstica e a orientação para o lucro na economia capitalista. Desde que o trabalho de casa não gerasse ganho, o trabalho doméstico era naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho se comparado com o salário capitalista do trabalho.

Uma importante ideologia resultante desta radical transformação económica foi o nascimento da " dona de casa". As mulheres começaram a ser redefinidas como guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica. Como ideologia no entanto esta redefinição do lugar das mulheres era ousadamente contraposta com o vasto número de mulheres imigrantes inundando as filas da classe trabalhadora no nordeste. Estas imigrantes brancas eram assalariadas primeiro e depois donas de casa. E havia outros milhões de mulheres que trabalhavam duramente longe de casa, como as indesejáveis produtoras da economia esclavagista no sul. A realidade do lugar das mulheres na sociedade do século XIX envolvia mulheres brancas cujos dias passavam operando máquinas de fábricas por salários que eram uma penúria, assim como envolvia mulheres negras que trabalharam sob a coerção da escravatura. As donas de casa refletiam uma parte da realidade porque elas eram um símbolo de prosperidade económica gozado pela classe media.

Embora a “dona de casa” estivesse enraizada nas condições sociais em expansão e numa classe média, a ideologia do século XIX estabeleceu a esposa e a mãe como o modelo universal de natureza feminina. Como a propaganda representava essas vocações para *todas* as mulheres como funções dos seus papéis em casa, aquelas que trabalhavam por salários eram consideradas alienígenas visitantes dentro do mundo masculino da economia pública. Quando pisavam fora da sua esfera natural as mulheres não eram tratadas como trabalhadoras de plenos direitos. O preço que pagavam envolvia longas horas, más condições de trabalho e grosseiramente inadequados salários. A sua exploração era mais intensa que a exploração sofrida pelos seus parceiros homens. Escusado será dizer que o sexismo emergiu como fonte de superlucros exorbitantes para os capitalistas.

A estrutura separatista da economia pública de capitalismo e da economia privada da casa foi continuamente reforçada pela obsoleta condição do trabalho doméstico ao nível primitivo. Apesar da proliferação de engenhocas para a casa, o trabalho doméstico continuava qualitativamente não afetado pelos avanços tecnológicos trazidos pelo capitalismo industrial. O trabalho doméstico continuava a consumir milhares de horas anuais da maioria das mulheres. Em 1903 Charlotte Gilman propôs uma definição do trabalho doméstico com reflexo nas mudanças que transformaram a estrutura e o conteúdo do trabalho em casa nos Estados Unidos.

“A frase trabalho doméstico não se aplica a um trabalho específico, mas a um certo grau de trabalho, um estado de desenvolvimento através do qual todos passam. Todas as indústrias foram uma vez “domésticas”, isto é foram feitas em casa e nos interesses da família. Todas as indústrias desde esse período remoto foram aumentando para estádios superiores exceto uma ou dois que nunca deixaram o seu estádio primário”.

“A casa”, Gilma mantém “não se desenvolveu nas mesmas proporções das outras instituições” A economia caseira revela

… a manutenção primitiva das indústrias numa comunidade industrial moderna e confinamento da mulher a estas indústrias e a sua área limitada de expressão. “

O trabalho de casa, Gilman insiste, vicia a humanidade das mulheres,

“Ela é feminina, mais do que suficiente, assim como o homem é masculino mais do que suficiente, mas ela não é humana como ele é humano. A vida de casa não nos traz as nossas faltas de humanidade, porque todas as linhas de progresso humano estão fora”.

A verdade das declarações de Gilma, são corroboradas pela experiencia histórica de mulheres negras nos Estados Unidos. Pela história desde país, a maioria de mulheres negras trabalharam fora de casa. Durante a escravatura as mulheres labutaram ao lado dos homens nos campos de algodão e tabaco e quando as indústrias vieram para o Sul, elas podiam ser vistas nas fábricas de tabaco, açúcar, refinarias e até em serralharias, ou em equipas batendo aço para os caminhos-de-ferro. No trabalho, as mulheres escravas eram iguais aos seus homens, havia maior igualdade de sexos tanto no trabalho como em casa, mais do que as suas irmãs brancas que eram “donas de casa”.

Como uma consequência direta do seu trabalho fora de casa- como mulheres "livres" não menos do que enquanto escravas- o trabalho de casa nunca foi o ponto central da vida das mulheres negras. Elas escaparam largamente ao prejuízo psicológico infligido pelo capitalismo industrial nas classes médias de mulheres brancas donas de casa, cujas alegadas virtudes eram fraquezas femininas e submissões de esposas. As mulheres negras raramente se esforçavam para serem fracas; elas tinham de se transformar em fortes, para as suas famílias e comunidades que precisavam da sua força para sobreviver. Evidências das forças acumuladas das mulheres negras forjadas pelo trabalho, trabalho e mais trabalho podem ser descobertas nas contribuições de muitas espantosas mulheres negras líderes que emergiram na comunidade negra. Harriet Tubman, Sojourner Truth, Ida Wells, E. Rosa Parks, não são apenas excecionais mulheres negras como epitome da condição de natureza feminina.

No entanto, as mulheres negras pagaram um pesado preço pelas suas forças adquiridas e a independência que gozavam. Enquanto foram vistas como meras "donas de casa", elas já sempre tinham feito o seu trabalho doméstico. Elas carregaram o duplo fardo do salário e do trabalho de casa- um duplo trabalho que sempre exigiu que as mulheres possuíssem a perseverança poderosa de Sísifo. Como W.E.B. DuBois observou em 1920:

"Algumas mulheres nasceram livres e outras alcançaram a liberdade no de meios insultos e letras vermelhas; mas as nossas mulheres em negro obtiveram liberdade atirada de forma desdenhosa. Com essa liberdade estão a comprar uma independência irrestrita tão desejada como é o preço que pagam por ela, que no irá no fim valer a pena por cada provocação e gemido. "

Como os seus homens, as mulheres negras trabalharam até não conseguirem trabalhar mais. Como os seus homens assumiram responsabilidades de prover as suas famílias. As qualidades femininas de assertividade e confiança pouco ortodoxas para as quais as mulheres negras foram louvadas mas mais vezes repreendidas – são reflexos do seu trabalho e das suas lutas fora de casa. Mas como as suas irmãs brancas chamadas "donas de casa", elas cozinharam e limparam e foram cuidadoras e criaram um incontável número de crianças. Mas ao contrário das suas irmãs brancas, que dependiam do seu marido para a segurança económica, às mulheres negras e mães, habitualmente trabalhadoras, raramente foi-lhes dado o tempo e a energia para serem peritas em domesticacidade. Como as suas irmãs brancas trabalhadoras, que carregavam o duplo fardo de trabalhar para viver e servir os maridos e as crianças, as mulheres negras precisavam do alívio desta opressiva situação há muito, muito tempo.

Pelas mulheres negras de hoje e por todas as mulheres trabalhadoras, a noção do fardo do trabalho de casa e dos filhos podem ser retirados dos seus ombros para a sociedade, sendo este um dos mais radicais segredos da libertação das mulheres. Cuidar das crianças devia ser socializado, preparação das refeições socializado, trabalho de casa industrializado- e todos estes serviços deviam ser prontamente acessíveis às classes trabalhadoras.

A escassez, senão abstinência, de discussão pública sobre a viabilidade de transformar o trabalho doméstico numa possibilidade social testemunha os poderes

cegos da ideologia burguesa. Não é o caso de que a situação das mulheres não tenha tido atenção. Pelo contrário, o movimento contemporâneo de mulheres apresentou a condição das mulheres no trabalho de casa como ponto essencial da opressão das mulheres. Há até um movimento em alguns países capitalistas em que a maior preocupação é o compromisso do trabalho doméstico. Tendo chegado à conclusão que o trabalho doméstico é degradante e primariamente opressivo porque *não é pago*, este movimento levantou a exigência de serem pagos. O pagamento de uma governanta, uma ativista argumenta, é a chave para melhorar as condições da dona de casa e o seu status.

O movimento de salário para donas de casa começou em Itália, onde a primeira demonstração pública que teve lugar em março de 1974.

Falando ao público presente na cidade de Mestre, uma das porta-voz proclamou:

“Metade do mundo não é pago- esta é a maior contradição de classe. E esta é a nossa luta por um salário pelo trabalho de casa. É *a* exigência estratégica; é neste momento a exigência mais revolucionária para toda a classe trabalhadora. Se ganharmos, a classe ganha, se perdermos, a classe perde.”

De acordo com a estratégia do movimento, os salários continham a chave da emancipação de donas de casa e a demanda exigia em si a representação como o ponto central da campanha para a liberação das mulheres em geral. Mais ainda, a luta das donas de casa por um salario é projetado como o essencial assunto de todo o movimento da classe trabalhadora.

Esta teoria das mulheres trabalhadoras pode ser encontrada numa tese de Mariorosa Costa intitulada “Women and the subversion of the community” (mulheres e a subversão da comunidade). Neste documento, Dalla Costa defende uma redefinição do trabalho de casa baseando-se na tese de que o caráter privado dos trabalhos domésticos é uma ilusão. A dona de casa, insiste, parece ser apenas a administração do marido e dos filhos, mas os verdadeiros beneficiários dos seus serviços são os patrões do seu marido e os futuros patrões de seus filhos.

“ (As mulheres) têm sido isoladas em casa, forçadas a fazer o trabalho não qualificado, o trabalho de parir, de educar, de disciplinar, e manutenção do trabalhador para a produção. O seu papel no ciclo da produção continua invisível porque apenas o produto do seu trabalho, o *laborer*, é visível.”

A assunção das exigências de salário das donas de casa assenta no facto que produzem uma comodidade tão importante e valiosa como as comodidades que os seus maridos produzem no trabalho. Adotando a lógica de Dalla Costa, o movimento de salário para as donas de casa definem as donas de casa como criadoras de uma força laboral vendida pelos membros familiares como comodidades no mercado capitalista.

Dalla Costa não foi a primeira teórica a propor esta análise nas opressões das mulheres. Tanto Mary Inmans em “In Woman’s Defense” (1940) (na defesa da mulher) e Margaret Benstons em “The Political Economy of Women’s Liberation” (1969) (A política económica da libertação da mulher) definem o trabalho doméstico desta forma

mostrando a mulher como uma classe especial de trabalhadoras exploradas pelo capitalismo chamada donas de casa. A procriação das mulheres, o cuidar das crianças, e tarefas domésticas é o que torna possíveis aos membros da família trabalharem – trocar força de trabalho por salários - não podendo isso ser negado. Mas isso quer dizer que automaticamente qualquer mulher em geral independentemente da sua classe e raça pode ser fundamentalmente definida pelas suas funções domésticas? Significará automaticamente que a dona de casa é atualmente uma trabalhadora secreta dentro do sistema capitalista?

Se a revolução industrial resultou na separação estrutural da economia pública da privada, não pode o trabalho doméstico ser definido como parte integrante da produção capitalista. Aliás essa é uma *pré-condição*. O patrão não está preocupado sobre a maneira como a força de trabalho é produzida ou sustentada, ele apenas está preocupado com a sua viabilidade e capacidade de gerar lucro. Por outras palavras o sistema capitalista pressupõe a existência de uma força laboral de exploração.

“O reabastecimento da força de trabalho (trabalhadores) não é uma parte do processo de produção social mas um pré-requisito para isso. Ocorre *fora* do processo laboral. A sua função é manter a existência humana que é o último propósito de produção em todas as sociedades.”

Na sociedade sul-africana, onde o racismo levou a economia a uma exploração brutal ao limite, o capitalismo económico traiu a separação da vida domestica à vida publica de uma forma violenta. Os arquitetos sociais do Apartheid determinaram simplesmente que a força negra daria mais lucro quando a vida domestica tivesse descartada. Os homens negros eram vistos como unidades produtivas cujo potencial de produção era vantajoso para a classe capitalista. Mas as suas mulheres e crianças:

“… são apêndices dispensáveis- não produtivos, as mulheres não sendo mais do que adjuntos para a capacidade procriativa da unidade da força negra laboral.”

Esta caraterização de mulheres africanas dispensáveis é dificilmente uma metáfora. De acordo com a lei sul-africana mulheres negras desempregadas são banidas das áreas brancas (87% do pais) e mesmo em muitos casos das cidades onde os seus maridos vivem e trabalham.

A vida doméstica negra nos centros industriais da África do Sul era vista pelos apoiantes do Apartheid como supérflua e não rentável. Mas também era visto como uma ameaça.

“O governo reconhecia oficialmente o papel de cuidar da casa, mas temia que a sua presença nas cidades pudesse conduzir ao estabelecimento de uma população negra estável.”

A consolidação de famílias africanas nas cidades industrializadas era percebida como uma ameaça porque a vida doméstica podia se tornar num motivo para elevar o nível de resistência ao Apartheid. Essa era sem dúvida a razão porque largos números de mulheres com Autorização de residência para áreas brancas eram destinadas a viver em hotéis segregados. Casadas ou solteiras acabavam por viver nesses projetos.

Nesses hotéis as famílias eram proibidas- maridos e mulheres impedidos de se visitem um ao outro e nem os pais ou mulheres podem receber visitas dos filhos.

Este ataque intenso nas mulheres negras da África do Sul teve uma influência, uma vez que apenas 28,2% optava pelo casamento. Por razões de expediência económica e segurança politica o Apartheid está corroendo – com a aparente intenção de destruir – todo o fabrico da vida doméstica. O sistema capitalista demonstrou a extensão em como a economia capitalista está completamente dependente do trabalho doméstico.

A dissolução deliberada da vida familiar na Africa do Sul poderia não ter acontecido se o governo visse que os serviços prestados pelas mulheres em casa fossem um fator essencial do trabalho sob o capitalismo. Que a vida doméstica pode ser dispensada com o governo sul africano é uma consequência da separação da economia pública da economia familiar provando o que caracteriza o capitalismo em geral. É fútil argumentar que as mulheres devem ser pagas pelo seu serviço doméstico com base no capitalismo.

Assumindo que é um fracasso enquanto teoria que exigia o salário com base, no entanto era politicamente desejável manter essa exigência. Não podia ser invocado o dever moral das mulheres serem pagas pelas horas dedicadas à casa? A ideia de um cheque pelos seus serviços poderia ter sido atraente para algumas mulheres. Mas a atração teria sido curta. Porque quantas de nós mulheres estaríamos dispostas de livre vontade a dedicarmos ao infindável serviço doméstico por um salário? Um salario alteraria o facto como diz Lenine:

"…que a bonita casa esmaga, estrangula, embruteceu e degradou (as mulheres) as aprisiona na cozinha, no berçário e desperdiça seu trabalho barbaramente improdutivo nunca acumulando, estupidificante e nunca terminando a labuta".

Parece que os cheques legitimariam essa escravidão doméstica.

Não era uma crítica implícita do movimento das mulheres que exigiam um salario às mulheres com subsídios que raramente exigiram compensação por manter a casa. Elas não pediam salário pelos trabalhos domésticos mas um valor que garantisse um rendimento garantido para todos, como proposta para o sistema desumano da segurança social. O que elas queriam a longo prazo era trabalho, e uma escola pública para os filhos. O rendimento anual garantido não mais era do que um subsidio de desemprego, com o desejo da criação de mais empregos com salários adequados paralelo de um sistema subsidiado de cuidados de crianças.

As experiências de outro grupo de mulheres revelava o problema de estratégia: "salário por trabalhos domésticos". Empregadas de limpeza, camarareiras, empregadas domésticas - estas são as mulheres que sabem o valor de receber salários por serviço doméstico. A sua trágica categoria é bem descrita no filme de Ousmane Semben intitulado "La noire de…". A protagonista é uma senegalesa que após procura de trabalho, torna-se educadora de uma família francesa em Dakar. Quando a família regressa a França, ela acompanha-os com entusiasmo. Mas em França descobre que é responsável não apenas pelas crianças, mas também pela casa, pela cozinha, pela limpeza, pela lavagem de roupa e afins. Não demorou muito para que o entusiasmo se transformasse em depressão- uma depressão tão profunda

que ela recusou o pagamento dos seus empregadores. O salário não pode compensar a escravidão doméstica. Com falta de meios para regressar ao Senegal, fica tão assoberbada pela situação que escolhe o suicídio a um destino de cozinhar, limpar, lavar, esfregar, passar…

Nos Estados Unidos as mulheres, sobretudo mulheres negras, tem recebido salários para serviços domésticos por décadas. Em 1910, quando mais de metade das mulheres negras trabalhavam fora de casa, um terço estavam empregadas como empregadas domésticas. Em 1920, perto de 50% já trabalhavam no serviço domestico e em 1930 a proporção aumentou três em cinco. Uma das grandes mudanças ocorre aquando da II Guerra Mundial trouxe de forma prazeirosa a diminuição dos números de empregadas domésticas. No entanto nos anos 60, um terço ainda estava nesta categoria. Só quando os serviços clérigos se abriram às mulheres negras que a proporção de mulheres no serviço doméstico desceu. Hoje representa 13%.

A enervante obrigação doméstica provocou nas mulheres em geral um flagrante sexismo. Por causa do intruso racismo, um vasto número de mulheres que tinham de fazer as suas tarefas, bem com as daquelas para quem trabalhavam e esse trabalho algumas vezes conduziu à situações de mulheres negras negligenciarem a sua própria casa e até os seus filhos. Como assalariadas de serviço doméstico foram chamadas para substituir esposas e mães em milhões de casa de brancos.

Durante os mais de cinquenta anos de luta e tentativa de se organizarem, tentaram rejeitar o papel de substitutas de esposas ou donas de casa. As tarefas de uma dona de casa são infindáveis e indefinidas. As trabalhadoras domésticas exigiram acima de tudo um delinear das suas tarefas no trabalho que esperavam delas. O próprio nome de um dos maiores sindicatos de assalariadas domésticas sde hoje, "Técnicas de Domicilio da América/Household technicians of America ", mostra a sua recusa em serem substitutas de donas de casa, cujo o trabalho é "só o trabalho de casa". Enquanto as mulheres ficarem nas sombras das donas de casa, os salários serão próximos à mesada de uma dona de casa. De acordo com a Comissão Nacional de Emprego Doméstico a média salarial a tempo inteiro das técnicas de domicílio era de 2,732 Dólares em 1976, dois terços delas ganhando abaixo de 2000 dólares. Ainda que as técnicas de domicílio tivessem sido contempladas com a extensão do salário mínimo há muitos anos, em 1976, admiravelmente 40% ainda recebia salários abaixo desse valor. O movimento das mulheres que exigiam um salário, diziam que se as mulheres fossem pagas, então subiriam no status social. Uma história muito diferente é contada pelas antiquíssimas lutas das assalariadas de trabalho doméstico, cujas condições são mais miseráveis que outros grupos de trabalhadores no capitalismo. Mais de 50% das mulheres nos Estados Unidos trabalham para viver e constituem 41% da força laboral. No entanto inúmeras mulheres não conseguem encontrar trabalhos decentes. Como o racismo, o sexismo é uma das justificações pela elevada percentagem de mulheres desempregadas. Na realidade algumas mulheres são só domesticas porque não encontram trabalho. Não pode o papel de "apenas doméstica" ser mais desafiante ao nível laboral tal como o dos homens e pressionando os serviços sociais, e benefícios sociais (licenças de maternidade, etc) permitindo que mais mulheres possam trabalhar fora de casa?

O Movimento de Mulheres por Salário desencoraja as mulheres de procurarem trabalhos fora, argumentando que “a escravidão não é uma linha de montagem, não é a libertação da pia da cozinha.”A líder da campanha insiste mesmo assim, que não defendem a prisão das mulheres em casa. Elas alegam que enquanto recusam a trabalhar no mercado capitalista em si, não querem atribuir às mulheres a tarefa permanente do trabalho doméstico. A representante americana diz:

“Não estamos interessadas em fazer o nosso trabalho mais eficiente ou mais produtivo para o capital. Nós estamos interessadas em reduzir o nosso trabalho e por fim recusá-lo terminantemente. Mas enquanto trabalhamos em casa de forma gratuita, ninguém realmente se preocupa quanto e como trabalhamos. O capital só introduz melhorias tecnológicas para cortar em custos de produção. Só se fizermos o nosso próprio custo (isto em termos económicos) o capital descobrirá a tecnologia para reduzi–lo. No presente temos de trabalhar para um segundo turno de trabalho para comprar uma máquina de lavar loiça, que diminui o nosso trabalho em casa.”

Quando as mulheres tiverem ganho o direito de serem pagas poderão exigir melhorias de salários, e por conseguinte o capitalismo industrializará o trabalho doméstico. Será isto uma estratégia de libertação das mulheres ou um sonho inconcretizável?

Como deverão as mulheres conduzir a luta por salários? Dallas defende em “Housewifes strikes” (greves de donas de casa):

“Nós devemos rejeitar a casa, porque queremos unir-nos a outras mulheres que lutam contra todas as situações que presumem que as mulheres ficarão em casa… Abandonar a casa é já uma forma de luta, uma vez que os serviços sociais que realizamos lá, deixariam de ser executados nessas condições.”

Mas se as mulheres deixarem as casa, para onde irão? Como se juntarão a outras mulheres? Deixarão a sua casa, com base no desejo de apenas protestarem? Não é mais realista o chamamento de mulheres para deixarem o lar doméstico e procurarem trabalhos fora ou pelo menos a procura massiva da companha por trabalho decentes? O trabalho concedido nas condições do capitalismo é brutalizante. O trabalho concedido é não criativo e não alienável. E com tudo isto- devemos unirmos-nos às nossas irmãs- até aos nossos irmãos – para desafiarmos o capitalismo até ao ponto da produção. Como trabalhadoras, como ativistas, as mulheres podem encetar a luta contra a manutenção e beneficiamento do sexismo que é o monopólio do sistema capitalista.

Se o pagamento de um salário às donas de casa, não fizer nada no decurso do tempo como solução para a opressão das mulheres, também não fará o descontentamento das mulheres. Estudos sociológicos demonstram que as mulheres de hoje estão mais descontes agora do que antigamente. Quando Ann Oakley conduziu entrevistas para o seu livro “ The sociology of Housework” (A sociologia do trabalho domestico), ela descobriu que mesmo aquelas que pareciam não estar aborrecidas com o trabalho doméstico, acabaram expressando a sua insatisfação. Estes comentários vieram de uma mulher que trabalhava forma de casa:

“(Tu gostas do trabalho doméstico)? Eu não me importo…Eu acho que não me importo porque não estou todo o dia nele. Se eu o fizesse todo o dia não gostaria. O trabalho

da mulher nunca acaba, ela está sempre a fazer mais alguma coisa, - mesmo antes de deitar tu terás de fazer qualquer coisa- despejar cinzeiros, lavar alguns copos. Ainda estás a trabalhar. É sempre a mesma coisa todos os dias, porque tens de fazê-lo- como preparar as refeições. Tem de ser feito, porque senão as crianças não comem… Acho que te habituas, fazes de forma automática… Estou mais feliz no trabalho que em casa.

(O que dirias ser a coisa pior de ser dona de casa?) Acho que há dias que acordas e pensas que tens de fazer sempre as mesmas coisas. Ficas aborrecida, estás presa na mesma rotina. Se perguntar a qualquer dona de casa e ela for honesta vai responder que elas se sentem metade do tempo como burros de carga.- Todas pensam quando se levantam de manhã- oh não, eu tenho de fazer as mesmas coisas hoje até ir para a cama- É fazer a mesma coisa- Que Aborrecimento!"

O salário diminuiria esse aborrecimento? Essas mulheres diriam certamente que não. Uma dona de casa a tempo inteiro disse:

"A pior coisa é que tens de fazer o trabalho porque estás em casa. Mesmo que tenha a opção de não fazer, eu acho que não poderia na realidade não fazer, porque sinto que tenho fazê-lo."

Com toda a probabilidade, receber salários por este trabalho agravaria a obsessão desta mulher. Ockley chegou à conclusão que o trabalho doméstico quando a tempo inteiro- invade a personalidade feminina de tal forma que ser dona de casa torna-se indistinguível do seu trabalho.

"A dona de casa, num importante sentido, *é* o seu trabalho: a separação entre o objetivo e o subjetivo dos elementos nestas situações é intrinsecamente mais difícil."

As consequências psicológicas são frequentemente uma espantosa trágica sensação de perseguição por sentimentos de inferioridade. A libertação psicológica dificilmente poderá ser conseguida com o pagamento de um salário.

Outro estudo sociológico confirmou de forma acutilante as desilusões sofridas pela mulher doméstica contemporânea. Quando Myra Ferre entrevistou mais de cem mulheres numa comunidade trabalhadora de Boston quase o dobro de donas de casa como mulheres empregadas não tinha trabalhos satisfatórios. Eram empregadas de mesa, trabalhadoras fabris, estenografas, caixas de supermercados e outros departamentos,... No entanto a sua habilidade de sair de casa e verem outras pessoas eram tão importante para elas como o seu ganho. Será que as mulheres que sentiam que estavam a dar em doidas ficando em casa, abraçariam a ideia de receber um salario para dar consigo em doidas? Uma mulher queixou-se "que ficar em casa é como estar presa"- o salário deitaria as paredes abaixo da sua prisão? Única forma realística de escapar desta prisão seria procurar trabalho fora de casa.

Cada uma das 50% de todas as mulheres que hoje trabalham é um argumento poderoso para o alívio do fardo do trabalho doméstico. De facto algumas empresas capitalistas começaram já a explorar as novas necessidades da emancipação das mulheres como donas de casa. Um sem fim de cadeias de fast ffod como o Mac Donalds e Kentucky Fried Chicken testemunham o facto que mais mulher no trabalho

significa menos comida cozinhada em casa. Independentes do sabor, independente do não nutritivo, independentemente da exploração dos trabalhadores, estas empresas revelam a obsolescência da dona de casa. O que é necessário é uma instituição social que absorva parte das tarefas domésticas. Este é o desafio nascido do aumento dos números de mulheres na classe trabalhadora. O aumento e o subsídio ao apoio à infância é uma consequência do aumento das mulheres trabalhadoras. E quanto mais as mulheres se esforçarem por trabalhos nas mesmas condições com os homens, sérias questões se levantarão sobre o futuro da viabilidade das tarefas domésticas. Poderá até ser que a escravidão da linha de montagem não seja a libertação da pia, mas sem dúvida a linha de montagem é o mais poderoso incentivo para eliminar a antiquíssima escravatura domestica. A abolição da responsabilidade privada da mulher é evidentemente uma estratégia global na libertação das mulheres. Mas a socialização do trabalho doméstico incluindo preparação e o cuidar de crianças pressupõe um fim para os motivos reinantes do lucro sobre a economia. O único passo significativo de libertação da escravatura do serviço doméstico foi de facto em países socialistas. As mulheres trabalhadoras, por isso têm um especial e vital interesse na luta pelo socialismo. Mais ainda, sobre as campanhas capitalistas para trabalho em bases iguais aos dos homens, combinado com o movimento de instituições como as que subsidiam os cuidados primários de crianças contêm em si, um potencial revolucionário explosivo. Esta luta chama para a questão de validade do monopólio capitalista e por último aponta para o socialismo.